

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA**

**Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)**

**Juiz de Fora  
Outubro 2015**

**VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA**

**Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Doutora em História.**

**Área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho.**

**Orientador: Profa. Dra. Claudia Maria Ribeiro Viscardi.**

**Juiz de Fora**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fernandes Braga, Virna Lígia.  
POBREZA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA EM MINAS GERAIS  
(1871-1923) / Virna Lígia Fernandes Braga. -- 2015.  
247 f.

Orientadora: Claudia Maria Ribeiro Viscardi  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em  
História, 2015.

1. Pobreza. 2. Assistência. 3. Minas Gerais. 4. Estado. 5.  
Sociedade. I. Ribeiro Viscardi, Claudia Maria, orient. II.  
Título.

**Nome: BRAGA, Virna Ligia Fernandes Braga.**

**Título: Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Doutora em História.**

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora:**

**Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi**

**Instituição: UFJF**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard**

**Instituição: FIOCRUZ**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Rita de Cassia Marques**

**Instituição: UFMG**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus**

**Instituição: UFJF**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado**

**Instituição: UFJF**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Ao meu filho Bernardo, razão da minha existência.**

## Agradecimentos

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, pelo aprendizado constante, principalmente aos professores da linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para meu trabalho de pesquisa durante estes quatro anos, direta ou indiretamente. Agradeço de modo particular aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, extremamente solícitos durante a coleta de fontes.

Aos colegas historiadores, com quem debati o tema e que me deram muitas opiniões importantes, meus sinceros agradecimentos. Fábio e Filipe: adoro vocês.

Aos membros da minha banca, agradeço por sua disponibilidade e atenção.

À professora Cláudia Viscardi, por sua inteligência, sabedoria, amizade, compreensão e carinho. Ao Pedro, sobrinho emprestado, pela convivência.

À minha querida Mônica, amiga mais que perfeita: sempre por perto, aconselhando e cuidando de mim. Nina e Júlia, suas lindas, agradeço a todas vocês!

Aos meus pais, por sua eterna dedicação e incansável apoio a mim e a meu filho. Por me ensinarem que desistir é sinal de fraqueza e que a vida devora os fracos, premiando quem se levanta diante de cada tropeço.

Terezinha e Alencar: dedico a vocês estes escritos. Amo vocês mais que tudo.

Àquela que chora demais, mas que eu amo, minha irmã Lilian Braga agradeço por você existir em nossas vidas, o que seria do Bernardo sem você?

Ao meu anjo querido, amor meu, Théo, o Teodorico Paraguaçu da titita. Te amo!

Agradeço ao meu filho Bernardo, é tudo por você, pois está sempre em mente.

Agradeço àqueles com os quais convivo em meus três locais de trabalho:

No Colégio Stella Matutina, agradeço a todos os professores e funcionários, sem exceção. À Rose que me garante felicidade e à Nívia, a quem admiro profundamente e que me ensinou a ser uma boa professora. A Lilian que sempre confiou em mim.

No Centro Universitário Estácio de Juiz de Fora, agradeço aos gestores e professores de longa convivência, pelo estímulo e interesse em meu trabalho. Aos professores do curso de Direito e Design de Moda, aos quais aprendi a admirar.

À Giovanna querida, pela confiança.

À Paula, Selma, Dani, Maria e Tainá, meu esquadrão.

No Ces, agradeço a todos os companheiros de trabalho, direção, funcionários e professores.

Aos meus queridos alunos, razão do meu cansaço, mas também da minha realização.

Aos “melancias”, meus queridos companheiros de jornada.

Agradeço ao meu amigo, namorado e marido Vitor Taxa, companheiro de todos os momentos, parceiro na correria cotidiana, paciente e impaciente. Que me modificou para a vida e me tornou uma pessoa melhor. Que me acalma e ampara.

Agradeço a cada dia por ser forte. Sou feliz com cada defeito e qualidade que tenho. Agradeço muito a mim, que sei tirar da aridez e dureza da vida muitos risos e superação.

Agradeço ao Universo por conspirar sempre a meu favor.

*In memoriam:*

Ao meu irmão tão amado, Francisco de Assis, sempre em mente onde quer que esteja.

Ao meu sogro querido, Rommel Taxa, exemplo de pai, amigo e militante, quantas saudades!

(...) O café resplandecia. O próprio gás disseminava ali todo o ardor de uma estreia e iluminava com todas as suas forças as paredes ofuscantes de brancura, as superfícies faiscantes dos espelhos, os ouros das madeiras e cornijas, os pajens de caras rechonchudas puxados por coleiras de cães, as damas rindo para o falcão em suas mãos, as ninfas e deusas portando frutos na cabeça, os patês e a caça, as Hebes e os Ganimedes estendendo a pequena ânfora de bavarezas, o obelisco bicolor dos sorvetes matizados; toda a história e toda a mitologia a serviço da comilança. Plantado diante de nós, na calçada, um bravo homem dos seus quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, trazia pela mão um menino e no outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. Ele desempenhava o ofício de empregada e levava as crianças para tomarem o ar da tarde. Todos em farrapos. Estes três rostos eram extraordinariamente sérios e os seis olhos contemplavam fixamente o novo café com idêntica admiração, mas diversamente nuançada pela idade. Os olhos do pai diziam: "Como é bonito! Como é bonito! Parece que todo o ouro do pobre mundo veio parar nessas paredes." Os olhos do menino: "Como é bonito, como é bonito, mas é uma casa onde só entra gente que não é como nós." Quanto aos olhos do menor, estavam fascinados demais para exprimir outra coisa que não uma alegria estúpida e profunda (...).

Charles Baudelaire

Os olhos dos pobres

*Le Spleen de Paris (Os Pequenos Poemas em Prosa)*

1855-1864

## Resumo

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923). 2015. 000 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

A pesquisa tem início a partir dos impactos trazidos pela Lei do Ventre livre, de 1871, e vai até 1923. Esse recorte se deve às implicações trazidas por dois momentos cruciais para a assistência: a abolição gradual da escravidão e a criação das primeiras caixas de aposentadoria e pensões, por meio da Lei Elói Chaves que data de 1923. Além disso, é também de 1923 a circular do então Secretário do Interior, Fernando de Mello Vianna, que traz em anexo um questionário destinado a todas as instituições de assistência do estado de Minas Gerais, com o objetivo de reunir informações detalhadas sobre os serviços assistenciais prestados. A tese foi dividida em três capítulos que procuram analisar como se deu a distribuição da assistência em Minas Gerais, em que medida houve a participação da sociedade, como o estado de Minas se posicionou em relação à questão social, quais os atores mais relevantes e, ainda, como se combinaram as iniciativas pública e privada para a consolidação do campo da assistência pública no estado. Em Minas Gerais a assistência pública foi de 1889 até 1923 um setor caracterizado como público, alocado na Secretaria do Interior, mas nascido e mantido pela sociedade, por meio de doações de todo o tipo aliadas a um sistema de subvenções que até hoje continua a auxiliar inúmeros hospitais e associações de socorro à pobreza. É deste modo que podemos compreender a gênese do que atualmente é a Previdência Social no estado de Minas Gerais: como um híbrido oriundo da caridade e da filantropia combinadas às iniciativas dos governos estadual e federal.

**Palavras-chave:** Assistência, Minas Gerais, Pobreza, Estado, Filantropia, Caridade.

### **Abstract**

The research starts from the impacts brought by the Free Womb Law, 1871, and runs until 1923. This cut is due to the implications brought by two crucial moments for assistance: the gradual abolition of slavery and the creation of the first boxes retirement and pensions, through Law Eloi Chaves dating from 1923. In addition, it is also the 1923 circular of the then Secretary of the Interior, Fernando de Mello Vianna, which brings attached a questionnaire to all state care institutions Minas Gerais, in order to gather detailed information about the care services provided. The thesis was divided into three chapters that seek to analyze how was the distribution of assistance in Minas Gerais, to what extent was the participation of society, as the state of Minas positioned in relation to social issues, which are the most relevant actors and, yet, as combined public and private initiatives for the consolidation of the public assistance field in the state. In Minas Gerais public assistance was from 1889 until 1923 a featured and public sectors, allocated to the Secretary of the Interior, but born and maintained by society, through donations of all kinds combined with a system of subsidies that even today continues to assist numerous hospitals and poverty to help associations. This is how we can understand the genesis of what is currently the Social Security in the state of Minas Gerais as a hybrid derived from charity and philanthropy combined initiatives of the state and federal governments.

**Keywords:** Assistance, Minas Gerais, Poverty, State, Philanthropy, Charity.

### Lista de Quadros:

1 – Quadro sobre a formação do campo assistencial no Brasil .....	26
2 – Quadro sobre a legislação social no Brasil na Primeira República .....	47
3 – Quadro de dados estatísticos do IBGE para o Estado de Minas Gerais. Censo de 1872...	64
4 – Quadro de dados estatísticos do IBGE para Minas Gerais com os números absolutos de habitantes, censo de 1872 .....	64
5 – Quadro de escravos libertos entre 1872 a 1874 na província de Minas Gerais.....	66
6 – Tabela de Manumissão de Escravos por Províncias (1877-1881) .....	68
7 – Tabela dos dados paroquiais ajustados pelo MRP (Método do Resultado Predominante) contidos no quadro relativo à população total, em relação às profissões, censo de 1872 .....	76
8 – Tabela de Distribuição da população por profissões segundo sexo e condição em Minas Gerais. Censo de 1872 .....	77
9 – Relação de doentes indigentes da Santa Casa de Misericórdia de Caldas em 1907.....	79
10 – Relação de doentes indigentes recolhidos à Santa Casa de Misericórdia de Santa Luzia em 1907.....	81
11 – Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Caeté, 1907.....	82
12 – Quadro do Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio em Diamantina, 1913..	83
13 – Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte 1913/1914.....	84
14 – Relação das Santas Casas de Misericórdia de Minas Gerais com ano de criação.....	160
15 – Quadro das instituições de caridade das Sociedades de São Vicente de Paulo em Minas Gerais com ano de criação.....	200

**Lista de Mapas:**

Mapa 1 – Distribuição regional das instituições de assistência aos pobres em Minas Gerais 1923 .....	52
Mapa 2 – Proposta de regionalização de Minas Gerais para o século XIX .....	53
Mapa 3 – Densidade Demográfica de Minas Gerais em 1872 .....	54
Mapa 4 – Mapa Proposta de Regionalização para MG (IBGE – 1996) .....	159
Mapa 5 – Distribuição das Santas Casas de Misericórdia por regiões do estado de Minas Gerais, 1923.....	164
Mapa 6 – Distribuição das instituições criadas pela Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais, 1923 .....	197

**Lista de Abreviaturas e Siglas:**

APM – Arquivo Público Mineiro

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CRL – Center for Research Libraries, Universidade de Chicago

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NPHEd – Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica

PRM – Partido Republicano Mineiro

SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo

**Sumário:**

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 1 - A “Questão Social”: gênese e especificidades no Brasil e em Minas Gerais .....</b>	<b>29</b>
1.1 – As origens da “Questão Social” e suas repercussões no Brasil .....	30
1.2 – Minas Gerais: economia, política e a distribuição da assistência .....	49
1.3 – A “Questão Social” em Minas Gerais .....	62
1.4 – Pobres, desvalidos, indigentes: o perfil do assistido .....	73
<b>Capítulo 2 – O Estado de Minas Gerais e a pobreza: a assistência pública e privada aos desvalidos .....</b>	<b>87</b>
2.1 – Assistência Pública e Privada em Minas Gerais .....	87
2.2 – A “Assistência” no Império .....	108
2.3 – A Assistência na Primeira República .....	119
<b>Capítulo 3 – As Irmandades da Misericórdia e as Sociedades de São Vicente de Paulo na distribuição dos socorros em Minas Gerais .....</b>	<b>142</b>
3.1 – O papel das Santas Casas de Misericórdia no auxílio aos pobres .....	143
3.1.1 – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia: Hospital São Cristóvão .....	147
3.1.2 – A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo .....	151
3.1.3 – A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro .....	154
3.2 – As Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais .....	157
3.2.1 – As Santas Casas de Misericórdia de Ouro Preto, Caeté, Sabará, Belo Horizonte, São João Del Rei e Alfenas .....	165
3.2.1.1 – Ouro Preto .....	165
3.2.1.2 – Caeté .....	175
3.2.1.3 – Sabará .....	177
3.2.1.4 – Belo Horizonte .....	180
3.2.1.5 – São João Del Rei .....	182
3.2.6 – Alfenas .....	189
3.3 – A Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais .....	192

<b>Conclusão .....</b>	<b>207</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>210</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>227</b>

## Introdução:

A pobreza caracteriza-se como uma condição que pode ser mais bem compreendida a partir do desenvolvimento das formas de produção capitalistas, embora tenham existido diferenças hierárquicas entre os diversos agrupamentos sociais, no decorrer do desenvolvimento histórico e social da humanidade. Contudo, somente com as transformações nas relações produtivas ocorridas a partir do século XIV e, principalmente, com o advento da primeira Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII, é possível afirmar que a noção de pobreza começou a se transformar em exclusão, em degradação social.

Vagando pelas ruas, esmolando, roubando, o pobre podia ser encontrado em qualquer cidade industrializada europeia desde o início das mudanças que objetivaram a separação do camponês de sua terra. Apartados de seu principal meio de sobrevivência, centenas de homens, mulheres e crianças se viram em situação de extrema vulnerabilidade, completamente dependentes da caridade alheia.

Os conceitos de caridade e filantropia se tornaram ferramentas cruciais para as análises relacionadas à assistência à saúde e à pobreza e aparecem em boa parte dos estudos sobre o tema. Segundo Sanglard <sup>1</sup>, por filantropia entende-se toda e qualquer ação que vise a minorar o sofrimento do pobre – tenha ela um caráter religioso ou não –, ainda que as personagens de época venham a fazer diferença entre a caridade – possuidora do ideal cristão – e a filantropia, ou a chamada caridade laicizada. <sup>2</sup>

No Brasil, a compreensão da pobreza agrega elementos ligados ao processo de colonização: a má distribuição de terras, o extermínio dos indígenas e a marca indelével da escravidão. Tamanha a hierarquização social desde o século XVII, que aos índios, escravos e homens livres, sem terras ou títulos, estavam reservados os trabalhos considerados degradantes e a marginalização social. Brancos ou não, o pobre brasileiro precisou encontrar meios de sobreviver em um momento de mudanças no sistema de ordenação política,

---

<sup>1</sup> SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório*: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p.24.

<sup>2</sup> A grande diferença indicada por Duprat entre caridade e filantropia é que a primeira, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicção de toda vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade. Nesse caso, a publicidade torna-se uma arma importante nas mãos dos filantropos, além de acirrar a rivalidade entre eles. O conceito de filantropia, conforme proposto pela autora é, sobretudo, uma ação continuada, refletida, organizada, e não mais uma ação isolada. DUPRAT, Catherine. *Usage et pratiques de la philanthropie: pauvreté, action sociale et lien social*, à Paris, au cour du premier XIXe siècle. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale. v.1; 2. Apud SANGLARD, Gisele. op.cit. p. 25-26.

econômica e social do país, caracterizado pela introdução do trabalho livre e crescente urbanização.

A prática da caridade e da filantropia é inerente à assistência aos pobres. Desde o período colonial no Brasil, e antes em diversas partes da Europa, com a criação dos primeiros hospitais, as ações beneficentes encontraram neste tipo de instituição seu *locus* primordial de existência. Sanglard afirma que o hospital foi o endereço preferido das ações caritativas ao longo dos séculos, por sua feição de abrigo das misérias humanas: os loucos, os velhos, os enjeitados, as parturientes, os doentes, eram atendidos e abrigados nestes locais.<sup>3</sup>

Por volta de meados século XIX, com as pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos teve início a formação de nossa “questão social”, compreendida como um processo de empobrecimento e marginalização social de um número cada vez maior de pessoas diante de uma sociedade elitista, com forte concentração fundiária e, principalmente, escravocrata. O declínio da atividade mineradora e, posteriormente, a reestruturação econômica e política do país, colocou às elites e aos governantes do período um problema a ser solucionado: a pobreza.

A pobreza despertou a necessidade, primeiro moral e religiosa, de auxiliar aos pobres através da prática caritativa. Desde a colônia, até as primeiras décadas da República, estruturou-se no Brasil um tipo específico de assistência à pobreza: a predominância de irmandades que prestavam assistência aos pobres. Posteriormente, o auxílio aos pobres se revestiu com outro formato: a filantropia, considerada por muitos como uma racionalização da caridade. Pautada pela ideia cristã de salvação, a filantropia pode ser compreendida como resposta a uma demanda social: a necessidade de intervenção da sociedade em prol dos desvalidos.

Em nossa pesquisa, buscamos percebê-la como uma prática social e política dos ricos, ou seja, das elites mineiras, que não encaravam a filantropia ou a prática da caridade somente como uma busca por distinção e poder, mas como parte de uma “tradição caritativa e filantrópica”. Para Sanglard “a filantropia é um assunto de ricos”<sup>4</sup> e, de acordo com nossas fontes, envolvia religiosidade, tradição, poder político-social e econômico. No decorrer da

---

<sup>3</sup> SANGLARD, Gisele. op.cit. p.25.

<sup>4</sup> Para Catherine Duprat, os “filósofos das luzes” buscaram esvaziar o caráter ‘caritativo’ da filantropia reforçando seu lado de ‘utilidade social’, e o termo passou a ser percebido mais como prevenção da miséria do que uma forma de suavizá-la. Tratava-se, então, de oferecer trabalho, encorajar a população e a produção; todo o resto era caridade, testemunha do amor a Deus. *Usage et pratiques de la philanthropie: pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cour du premier XIXe siècle*. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale. v.1; 2. Apud SANGLARD, Gisele. op.cit. p. 25-26.

pesquisa foi possível compreender a caridade como importante motor das ações da sociedade mineira, daí o fato de afirmarmos que sua prática se materializou em uma espécie de ‘cultura filantrópica’ em Minas Gerais.

Isto por que, o auxílio aos desvalidos em Minas Gerais se constituiu desde sempre como parte das obrigações religiosas, sociais e políticas, das elites mineiras. Maurice Godelier escreveu que a *existência social* dos indivíduos depende da economia e os indivíduos perdem muito mais do que um emprego quando perdem seu trabalho. O paradoxo próprio das sociedades capitalistas é que a economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos, mas esta exclusão não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça de exclusão da sociedade. Para aqueles que são excluídos da economia a chance de serem incluídos novamente é cada vez menor.

Portanto, o paradoxo é que a economia que cria excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de incluí-los, não na economia – exceto em proporções muito pequenas -, mas na sociedade. Quando o “tecido social” começa a se esgarçar, decompõe-se em várias sociedades cada vez mais estanques.<sup>5</sup> Considerando o lugar do Estado nessa sociedade, caberia a ele recompô-la, reduzir as fraturas. Mas o Estado não é suficiente para tal tarefa. E este nó de contradições e impotências constitui o contexto no qual, segundo Godelier, apelamos ao dom.

Para o autor, o ‘Dom’ é reforçado, por exemplo, quando o Estado decreta novos impostos destinados às suas políticas sociais, à “solidariedade”, obrigando a maioria a partilhar com os mais necessitados para tentar preencher as brechas econômicas que, sem cessar, se abrem nesta sociedade. Deste modo, a caridade volta a ser vivida pela maioria como um gesto de solidariedade entre seres humanos. Ela retorna e volta a ser necessária quando, de novo, existem cada vez mais excluídos e o Estado já não é capaz de fazer com que haja menos injustiça.<sup>6</sup>

Godelier afirma que o fracasso das sociedades dirigidas não somente pelo Estado, mas pelas elites que se apropriaram deste Estado “ganhou nova juventude”, quanto ao dom, foi espremido entre o mercado e o Estado, duas grandes potências. O mercado – mercado de trabalho, de bens ou de serviços, seria o lugar das relações de interesses, do cálculo; e o Estado o espaço das relações interpessoais de obediência e de respeito à lei. Ainda assim, o dom continuou a ser praticado entre pessoas “próximas”, entre parentes, entre amigos: ao

---

<sup>5</sup> GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.8-9.

<sup>6</sup> Idem. p.9-10.

mesmo tempo consequência e testemunha das relações que os ligavam e que impunham obrigações recíprocas que as trocas de dons expressavam, de “dons” feitos sem “contar” e, sobretudo, sem esperar um retorno. Pois, aquilo que marcava e continua a marcar o dom entre próximos não é a ausência de obrigações, é a ausência de “cálculo”.<sup>7</sup>

O dom existe em todo o lugar, embora não seja o mesmo em toda parte. Contudo, “existem coisas que não se devem dar e que também não se devem vender”. Foi desse ângulo que Godelier releu Mauss, Lévi-Strauss e vários outros autores, para concluir que não há sociedade, não há identidade que atravesse o tempo e sirva de base tanto para os indivíduos quanto para os grupos que compõe esta sociedade se não existirem pontos fixos, realidades subtraídas às trocas de dons ou às trocas mercantis. Deste modo, o dinheiro não seria capaz de fragmentar aquilo que se deve guardar.<sup>8</sup>

Para explicar por que se dá, Mauss - do qual Godelier fora discípulo - trabalhou a hipótese de “que o que obriga a dar é precisamente o fato de que dar obriga”. Dar é transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar. Logo, o dom é um ato voluntário, individual e coletivo, que pode ou não ter sido solicitado por aqueles que o recebem. Na cultura ocidental valorizam-se os dons não solicitados. Mas esta atitude não é universal:

Dar parece instituir simultaneamente uma *relação dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de *solidariedade*, pois quem dá partilha o que tem, o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de *superioridade*, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado.<sup>9</sup>

Dar parece instaurar uma diferença e uma desigualdade de *status* entre doador e donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia: se esta já existisse entre eles antes do dom, ele viria expressá-la e legitimá-la. Portanto, dois movimentos opostos estariam contidos em um único e mesmo ato. O dom *aproxima* os protagonistas porque é partilha e os *afasta* socialmente porque transforma um deles em devedor do outro. Desta forma, o dom pode ser ato de generosidade ou ato de violência, mas de violência disfarçada em gesto desinteressado, exercida sob a forma de partilha.

---

<sup>7</sup> GODELIER, Maurice. op.cit. p.13.

<sup>8</sup> Idem. p.17.

<sup>9</sup> Idem. p.23.

Godelier afirma que a filantropia seria uma possível solução para prover financeiramente as instituições de auxílio existentes, como observamos nas irmandades de Minas Gerais: barões, baronesas, coronéis, mosenhores, são citados e enaltecidos por suas doações. Há o exemplo da Santa Casa de São João Del Rey, fundada em 1765 e que estava quase fechando em 1817, quando o Barão de Pontal e senador do Império assumiu as despesas do estabelecimento. Em Barbacena, o hospital de Santo Antônio, fundado por disposição testamentária do falecido Antônio José Ferreira Armond, foi construído “sob a direção absoluta do testamenteiro e provedor nato, o Barão de Prados”.

A Santa Casa de Misericórdia de Itabira prosperava ano a ano, graças ao incansável zelo de seu constante provedor, no ano de 1885, Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento:

(...) Fundada em 1854 sem patrimônio algum, confiando somente nos sentimentos filantrópicos da população, conta hoje com um fundo de 32:728\$700 réis que está a prêmio em mãos particulares e seguras, e rende anualmente 3:270\$000 rs.<sup>10</sup>

O governo firmava contratos com particulares para manutenção de asilos, orfanatos, hospitais de alienados, casas de caridade e também para o sustento de presos pobres, entretanto, a presença da caridade e da filantropia era tida como certa, como fundamental. O poder público contava com a generosidade da sociedade para solucionar o problema da pauperização:

(...) Na lei do orçamento vigente há recursos já votados pela Assembleia e, quando insuficientes, creio bem que serão preenchidos pela generosidade e filantropia de todos quantos prezam e praticam a primeira das virtudes cristãs.<sup>11</sup>

Em qualquer tipo de sociedade, o dom está presente em todos os campos da vida social nos quais as relações pessoais continuam a desempenhar um papel dominante. Quando essa sociedade, culturalmente, mantém traços solidários que mesclam motivações religiosas e de

<sup>10</sup> U285 – Relatório de 1885, entregue pelo senhor Dr. Olegário Herculano d’Aquino e Castro ao primeiro vice-presidente da província de Minas Gerais, Exmo. Senhor Desembargador José Antonio Alves de Brito, em 13 de abril. p.17. Para que tenhamos uma ideia aproximada destes valores, a formação de uma fazenda de 140 alqueires, com 200 mil pés de café, e incluindo-se o valor das terras, em 1885, atingia não mais do que 1:370\$000 o alqueire, esse mesmo alqueire formado valia cerca de 7:000\$000 no mercado”. Ver: PEROSA, Roberto. *Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século*. *Rev. adm. empres.* [online]. 1980, vol.20, n.1 [cited 2015-09-30], pp. 63-78 . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901980000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901980000100005&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901980000100005>. ANDRADE, Renata Fernandes Maia de e CARVALHO, Carlos Henrique de. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

<sup>11</sup> U285 – Idem.

poder ou políticas, o caráter pessoal do dom tende a ser mais constante. De acordo com Godelier, este caráter “pessoal” do dom não desaparece mesmo quando entre aquele que dá e aquele que recebe não existe nenhuma relação pessoal direta.<sup>12</sup>

Em uma economia dominada pela troca de mercado, para que o dom e contradom “funcionem” é preciso que a coisa dada represente mais que um dom de um ao outro. É preciso que ela contenha algo que apareça para o doador, como também para o donatário e para quem vai receber depois: ela deve aparecer para todos os membros da sociedade que devem partilhar de antemão, esta representação.<sup>13</sup>

Se trouxermos de Pierre Bourdieu a noção de interesse, podemos afirmar que a ação social no mundo capitalista envolve algum tipo de interesse, uma forma de cálculo, mas não completamente racional ou consciente. Para Bourdieu é possível ter condutas razoáveis sem um cálculo racional. Os homens podem se conduzir de tal maneira que, em uma avaliação racional das probabilidades de sucesso, pareça a eles que tinham razão em fazer o que fizeram, sem que o cálculo racional das probabilidades tenha sido o princípio das escolhas que fizeram.<sup>14</sup>

Para que a sociedade possa ser compreendida a partir de um princípio único, ou de um conjunto coerente de princípios, é que foram criados os padrões de comportamento. Em contraposição às teorias sociológicas, nas quais os agentes sociais não realizam atos gratuitos, desinteressados, Bourdieu propõe outra análise. O interesse significa para o autor a noção de *illusio*: dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele, de tal forma que esquecemos se tratar de um jogo.

Segundo Bourdieu, se você possui um espírito estruturado, um *habitus*, compatível às estruturas do mundo no qual está jogando, tudo lhe parecerá evidente e você nem questionará se o jogo vale a pena ou não ser jogado. Portanto:

(...) os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social.<sup>15</sup>

Podemos estar interessados em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferentes), sem ter interesse nele. O indiferente não vê o que está em jogo. A *illusio* é estar envolvido, é

<sup>12</sup> GODELIER, Maurice. op.cit.p.25.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Cap. 5. É possível um ato desinteressado? op.cit.p.111.

<sup>14</sup> Idem. p.137-138.

<sup>15</sup> Idem. p.139.

investir nos alvos que existem em certo jogo e que apenas existem para pessoas que, presas ao jogo, estejam dispostas reconhecer os alvos pelos quais vale a pena lutar.<sup>16</sup> Estas considerações teóricas permitem compreender as doações como geradoras de *status* a quem doava e, também, como instrumentos de uma hierarquização entre doador e receptor.

Analisado com estes parâmetros conceituais, o dom expressava e legitimava tal hierarquia, *aproximava* elites e receptores, por meio da partilha e os *afastava* socialmente por que transformava um deles em devedor do outro. Neste campo de manobras e estratégias inerentes à prática do dom, é possível compreender sua dualidade, sem que sua prática seja pura e simplesmente resultante de um cálculo social, político ou econômico.

À redução ao cálculo consciente Bourdieu opõe a relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo: tradicionalmente, culturalmente, antropologicamente, os atores e o mundo social possuem uma relação de cumplicidade “infraconsciente, infralinguística”. Agimos de determinada maneira porque estamos totalmente inseridos em um *modus operandi*, um padrão de ação que, desde sempre, nos orientou socialmente.<sup>17</sup>

No governo imperial, as motivações dos doadores estiveram vinculadas primordialmente à religiosidade, pelo menos até o final do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, no governo republicano, estas motivações ou estímulos se mantiveram e ampliaram-se. A relação entre o Estado e as Irmandades (associações nas quais se inseriam a maior parte dos doadores) não esmoreceu no decorrer da Primeira República, pelo menos em Minas Gerais. A maior parte dos hospitais das Irmandades da Misericórdia foi criada no período republicano, entre 1890 e 1920.

A princípio, foi neste tipo de hospital que muitos desvalidos encontraram todo tipo de atenção e cuidados, como podemos perceber ao examinarmos as práticas assistenciais de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A assistência à pobreza em Minas Gerais, nosso objeto de estudo, se instituiu de modo bastante parecido ao dos estados citados. A pesquisa tem início no período das chamadas leis abolicionistas, com destaque para a Lei do Ventre Livre, de 1871, e vai até 1923. Esse recorte se deve às implicações trazidas por dois momentos cruciais para a assistência: a abolição gradual da escravidão e a criação das primeiras caixas de aposentadoria e pensões, por meio da Lei Elói Chaves que data de 1923. Além disso, é também de 1923 a circular do então Secretário do Interior, Fernando de Mello Vianna, que traz em anexo um questionário destinado a todas as instituições de assistência do

---

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. op.cit. p.140.

<sup>17</sup> Idem. p.143.

estado de Minas Gerais, com o objetivo de reunir informações detalhadas sobre os serviços assistenciais prestados.

A tese foi dividida em três capítulos que procuram analisar como se deu a distribuição da assistência em Minas Gerais, em que medida houve a participação da sociedade, como o estado de Minas se posicionou em relação à questão social, quais os atores mais relevantes e, ainda, como se combinaram as iniciativas pública e privada para a consolidação do campo da assistência pública no estado. No primeiro capítulo, “A “Questão Social”: gênese e especificidades no Brasil e em Minas Gerais”, objetivamos situar o surgimento da chamada questão social europeia e suas especificidades no Brasil, com o objetivo de compreender como a pobreza transformou-se em um problema social no país. Para isso optamos por recuar até 1860 em busca da melhor percepção de permanências e rupturas que poderiam ter ocorrido no período de transição do Império para a República, principalmente no campo assistencial.

Nos subitens “1.1 – As origens da “Questão Social” e suas repercussões no Brasil”; “1.2 – Minas Gerais: economia, política e a distribuição da assistência” e “1.3 – A “questão social” no Estado de Minas Gerais”, a pobreza foi contextualizada, inserida na estrutura econômica, política e social do país e, principalmente, do estado de Minas Gerais. Portanto, estes tópicos abordam as consequências sociais da pobreza no estado, com o objetivo de perceber as transformações que ocasionaram o desequilíbrio na ordenação social da época, o que resultou no aumento da pauperização. O surgimento da pobreza e a caracterização do pobre, de quem era o desvalido, foi o objeto de análise do último subitem: “1.4 – Pobres, desvalidos, indigentes: o perfil do assistido”.

No segundo capítulo de nossa pesquisa, “O Estado de Minas Gerais e a pobreza: a assistência pública e privada aos desvalidos”, a análise trata das políticas sociais e iniciativas de socorro do estado de Minas Gerais à pobreza. Com destaque para a reordenação política e administrativa ocorrida no estado após a proclamação da República, com o advento do federalismo, nos itens “2.1 – Assistência Pública e Privada em Minas Gerais”, “2.2 – A “Assistência” no Império” e “2.3 – A Assistência na Primeira República”.

O terceiro capítulo, “As Irmandades da Misericórdia e as Sociedades de São Vicente de Paulo na distribuição dos socorros em Minas Gerais”, analisa a composição da assistência em Minas tendo como objeto central o papel desempenhado pelas irmandades e confrarias da Misericórdia (com as Santas Casas) e das Sociedades de São Vicente de Paulo (através de seus inúmeros asilos, orfanatos e hospitais) na assistência aos desvalidos. As Irmandades da

Misericórdia e as Sociedades de São Vicente de Paulo espalharam-se pelo estado e foram as responsáveis pela formação de uma ampla rede assistencial que prestava todo tipo de socorro, desde abrigar os pobres doentes até acolher os órfãos, idosos e alienados.

Optamos no item “3.1 – O papel das Santas Casas de Misericórdia no auxílio aos pobres”, por analisar a Santa Casa de Misericórdia da Bahia: Hospital São Cristóvão, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e a do Rio de Janeiro, cada uma constituiu um subitem. Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, foram estados centrais para o país no período e, de certo modo, modelos importantes para a compreensão da atuação das Misericórdias no socorro aos desvalidos. Para Minas Gerais, devido às Santas Casas terem sido criadas em diferentes períodos e em regimes cujos governos estabeleceram demandas específicas, as fontes não permitiram uma abordagem uniforme de todos os hospitais, alguns apresentam documentação mais detalhada e em maior quantidade do que outros.

Desta forma, a escolha das instituições da Misericórdia analisadas em Minas Gerais, no item “3.2 – As Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais” orientou-se pela constância das fontes e pelas ordenações administrativas da província e do estado de Minas sobre a assistência. Muitas irmandades foram criadas somente na República e, para a análise de sua atuação do Império para a República, não tínhamos fontes que pudessem demonstrar a passagem de um regime a outro e as mudanças ou não que ocorreram nestas instituições.

Além das fontes, o fato da maior parte dos hospitais se concentrarem nas regiões Sul e Sudoeste, Campo das Vertentes e na Região Metropolitana do estado, também foi crucial para a escolha. A documentação mais farta diz respeito às Santas Casas destas regiões. Portanto, o item “As Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais”, apresenta as análises sobre as Santas Casas de Ouro Preto, Caeté, Sabará, Belo Horizonte, na Região Metropolitana do estado; São João Del Rei, na região denominada de Campo das Vertentes; e Alfenas, na Região Sul e Sudoeste.

Em relação às Irmandades de São Vicente de Paulo há o item “3.3 – Hospitais, Asilos e Orfanatos: a Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais”, somente sobre a atuação desta sociedade no estado, principalmente devido ao fato de que as vicentinas, apesar de chegarem ao estado em meados do século XIX, terem se destacado mais no período republicano. Isto ocorreu quando as Santas Casas começam a se especializar nos cuidados médicos somente, em fins do século XIX, e foram criados pavilhões anexos para a setorialização dos socorros: asilos, orfanatos, hospícios, se constituíram em instituições predominantemente administradas pelas irmãs vicentinas.

É importante destacar que o tema é extenso e, desta forma, esta tese não representa um estudo capaz de esgotar o tema da assistência pública e privada em Minas Gerais. Contudo, pretende estabelecer uma tentativa inicial de traçar um panorama mais amplo da configuração da assistência pública no estado, compreendida como uma simbiose entre as políticas sociais do governo estadual e as ações caritativas e filantrópicas da sociedade mineira. Ficou patente que, no estado de Minas Gerais, a ideia da filantropia como um cálculo racional não é suficiente para a compreensão das práticas assistenciais na Primeira República.

Tradicionalmente católica, com alto índice de associações leigas, a prática da assistência privada encontrou em Minas terreno fértil para se enraizar. No Império as irmandades reuniam as elites em torno da prática da caridade, através de doações, esmolas e muitos testamentos, que deixavam diversos bens para as instituições assistenciais. É um erro pensarmos que a transição do Império para a República resultou somente em rupturas. O *modus operandi* de distribuição da assistência continuou como uma permanência, diante de tantas mudanças: a introdução do trabalho livre, a proclamação da República e a crescente urbanização.

Em Minas Gerais a assistência pública foi de 1889 até 1923 um setor caracterizado como público, alocado na Secretaria do Interior, mas nascido e mantido pela sociedade, por meio de doações de todo o tipo aliadas a um sistema de subvenções que até hoje continua a auxiliar inúmeros hospitais e associações de socorro à pobreza. É deste modo que podemos compreender a gênese do que atualmente é a Previdência Social no estado de Minas Gerais: como um híbrido oriundo da caridade e da filantropia combinadas às iniciativas dos governos estadual e federal.

A respeito da caridade e filantropia na Primeira República, é preciso que se façam algumas considerações importantes. No Brasil, a primeira forma de assistência organizada ocorreu a partir das Misericórdias, que coletavam esmolas para a manutenção dos desvalidos. Havia também o “favor”, considerado uma espécie de assistência: como relação verticalizada entre o senhor e o apadrinhado. No caso de benemerências institucionalizadas, Sposati cita os asilos, orfanatos e abrigos como “obras de internação”, e define a assistência como auxílio, socorro. Diante de qualquer necessidade que a pessoa não é capaz de resolver sozinha, ou devido à falta de dinheiro, aí encontramos o espaço da assistência.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> SPOSATI, A. *Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania*. Revista Serviço Social e Sociedade, São P, Ano XVIII, n. 55, p. 9-38. novembro, 1997.

Mestriner, sobre a assistência “social”, a coloca como diferente da assistência genérica, pois “supõe a transferência de algo ao interessado que não pode resolver por si, seja por deficiência de conhecimento, de razão, de condição financeira ou física”, entre outras. A assistência social, portanto, delimita um campo: o da ação social, além de instituir uma prática, uma racionalidade. Compreende deste ponto de vista, um conjunto de iniciativas públicas e privadas que objetivam suprir as necessidades dos indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência social.<sup>19</sup>

Em sua trajetória histórica, a assistência social se estruturou “nas relações da sociedade civil com o Estado”, constituída como práticas tratadas “com sobras de recursos, diferentemente da política social, que exige responsabilidade, compromisso e orçamento próprio”. Somente a partir da Constituição Federal de 1888, a assistência social alcançou o estatuto de política social, pública. Para a autora, o Estado resistiu em transformar o campo da assistência social em “política pública”.<sup>20</sup>

Mestriner conclui que, por décadas, a assistência social existiu como doações, tutela, benesse, favor, “sem superar o caráter da prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social”, pois opera descontinuamente e em contextos específicos. Sobre a formação do campo da assistência social, a autora esboça o seguinte quadro:

Período Histórico	Tipos de Organizações	Tipos de Regulação
Período Imperial até 1889. Filantropia caritativa: assistência e repressão	Obras pias, atendimento conjunto (uma só massa) a órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e alienados	Religiosa Testamentos, subscrições e auxílios provinciais (pela junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal do Império)
Primeira República de 1889 a 1930. Filantropia higiênica: assistência, prevenção e segregação.	Obras sociais Atendimento por especialidades para: - crianças: asilos, orfanatos e internatos; - velhos e inválidos: asilos; - alienados: hospícios; - mendigos: asilos de mendicidade; - doentes: sanatórios, dispensários, lazaretos; - imigrantes: instituições de auxílio mútuo.	Médico-religiosa Auxílios provinciais (pela junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal)  Jurídica 1º Juízo de Menores no Rio de Janeiro (1923) Código de Menores (1927)

21

<sup>19</sup> MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2011. p.14-15.

<sup>20</sup> Idem. p15-16.

<sup>21</sup> Idem. p.45.

O quadro acima, partindo da consolidação da assistência do tipo social, como entendemos hoje, ao ser analisado historicamente, corresponde ao período de institucionalização do próprio Estado. Conseqüentemente, abarca o processo de formação do Estado, de distribuição de competências, de rearranjo das iniciativas públicas e de sua relação com as iniciativas privadas. A noção liberal de progresso foi incorporada ao ideário das elites do Brasil e, desde os anos finais do Império até a República, foi também associada ao desenvolvimento econômico e social.

O processo de intervenção do Estado em diversos setores da sociedade, principalmente nas áreas social, de saúde e higiene, se fundamentou em uma concepção liberal, o que levou a uma presença estatal fraca e inconsistente. Este fato propiciou a prática da caridade pelas elites imperiais, que assistiam à pobreza através da participação nas irmandades, das doações, esmolas e testamentos destinados às instituições de socorro aos pobres. Na Primeira República, a rede assistencial já existente em Minas Gerais foi reestruturada, mas continuou a funcionar alicerçada pela forte parceria entre Estado e iniciativa privada.

Christiane Souza, ao analisar o papel do Estado e das elites locais na constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, do Império até a Primeira República, concluiu que as ações do Estado ocorriam em momentos de crise ou “limitadas pela conjuntura política e pela alegada falta de recursos financeiros”. Os governantes compreendiam a assistência à saúde como “um ato caritativo” e não como um dever do Estado e, deste modo, as elites eram responsáveis pela assistência aos desvalidos “organizando-se, para isso, em irmandades e sociedades de auxílio mútuo”. Segundo a autora, este quadro só se alterou a partir do regime republicano.<sup>22</sup>

Para o Rio de Janeiro, Rosângela Faria Rangel analisou a filantropia “como uma forma de pensamento político” da elite urbana que se formava no decorrer da Primeira República. A autora identificou a ação filantrópica como expressão do pensamento político desta elite, um projeto que objetivava uma reforma social e moral, realizada por meio das propostas de assistência aos pobres. Rangel definiu a complexa relação estabelecida entre o público e o privado na distribuição da assistência no Rio de Janeiro como um espaço de “troca política”,

---

<sup>22</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia*, Brasil, voltada para o combate das epidemias. Revista Dynamis. vol.31 n.º.1 Granada, Barcelona, 2011. p.94-95.

em que a “apropriação do público pelo privado” através da filantropia constituiu o modelo assistencial adotado no Rio de Janeiro.<sup>23</sup>

Em nossa análise sobre a assistência no estado de Minas Gerais observamos muitas semelhanças entre o processo de constituição da rede assistencial da Bahia e do Rio de Janeiro, com o ocorrido em Minas Gerais. No território mineiro, a assistência aos pobres, seja relacionada à saúde ou não, foi um compromisso assumido pela sociedade durante todo o período imperial e também passou por mudanças após a República. Contudo, identificamos entre as mudanças algumas permanências.

A mudança que trouxe novas características à prática da caridade ou filantropia está relacionada ao advento da República, da criação da Secretaria do Interior e, posteriormente, da institucionalização de políticas destinadas a socorrer os pobres e desvalidos. A permanência encontra-se na atuação conjunta entre o estado de Minas Gerais e as elites, para criar e sustentar boa parte dos estabelecimentos de assistência no decorrer do período histórico de nossa pesquisa. Acreditamos que esse fator tenha sido fundamental para que a República se tornasse um celeiro de estabelecimentos de auxílio aos pobres em Minas Gerais: das 71 Santas Casas criadas até o ano de 1923, 47 foram fundadas na Primeira República. Não por iniciativa pública, mas privada, em sua maioria a partir das irmandades leigas e, posteriormente, com a romanização, muitas instituições foram fundadas e dirigidas pelas irmãs vicentinas.

---

<sup>23</sup> RANGEL, Rosângela Faria. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República*. Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

## Capítulo 1 – A “Questão Social”: gênese e especificidades no Brasil e em Minas Gerais

Este capítulo analisa o surgimento da chamada questão social europeia, bem como suas particularidades no Brasil. Tem por objetivo analisar de que forma a pobreza transformou-se em um problema social: o que ocorreu primeiramente na Europa, com repercussões sobre o Brasil do século XIX, período no qual iniciamos nossa investigação. O capítulo tem início com uma contextualização da pobreza no tempo e espaço, além de suas consequências sobre a sociedade do período.

Esta abordagem é relevante já que toda a historiografia<sup>24</sup>, ao estudar a pobreza, se volta para o período pré-capitalista em busca de sua gênese. Trata também dos impactos sociais da pobreza no estado de Minas Gerais, ressaltando as transformações relacionadas ao aumento do número de pobres. E, por fim, trabalha o processo de surgimento da pobreza por meio de sua caracterização e da conceituação do desvalido.

Para isso, nos valem da ampla literatura disponível sobre os temas em debate, bem como de inúmeras fontes do governo estadual, federal e das instituições públicas e privadas, encontradas nos relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais, disponíveis para consulta online no site da Universidade de Chicago, Center for Research Libraries. No Arquivo Público Mineiro, utilizamos a vasta documentação do acervo da Secretaria do Interior, bem como as compilações sobre as leis e decretos que abarcaram as últimas décadas do Império e o período conhecido como Primeira República.

---

<sup>24</sup> Na Europa: MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes, 1998. GEREMECK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. CAVALLO, Sandra. *Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)*. In: CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London, Macmillan Press, 1998. CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna. (eds.) *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London: Macmillan Press, 1998. No Brasil: SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986. SCWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Unicamp, 2008. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Embora existam muitos outros trabalhos sobre o tema.

## 1.1 – As origens da “Questão Social” e suas repercussões no Brasil

As pessoas, os grupos, as instituições públicas e privadas, as sociedades,... excluem e frequentemente não reconhecem os excluídos. Por isso, pode-se sugerir que a exclusão social constitui a sua face não reconhecida, oculta, escondida. Este processo de negação, através do qual, consciente ou inconscientemente, os outros se tornam opacos, se inferiorizam e são afastados, transformou-se ao longo da história e adopta formas distintas nos diversos continentes e ainda, dentro deles, nas diferentes regiões e países. De alguma maneira, este processo afecta-nos a todos e convida-nos, não só a aprofundar o conhecimento e a discutir os diversos significados da exclusão social, mas também a fazer esforços para melhorar o conhecimento das estratégias que a fazem emergir ou que nos levam a reconhecê-la ou a enfrenta-la.<sup>25</sup>

O autor Michel Mollat afirma que o termo ‘pobre’ surgiu inicialmente como um adjetivo e depois passou a substantivo para, finalmente, assumir a forma plural ‘os pobres’, trazendo consigo o sentimento de piedade ou desconforto perante o grande número de miseráveis. Mollat chama a atenção para a ambiguidade do termo e para a importância de uma definição ampla do pobre e de sua condição. Para o autor, o pobre é o indivíduo que se encontra privado dos meios básicos de sobrevivência. “Variáveis segundo as épocas e as sociedades”, estes meios definem seu estado e lugar social, sua honra e qualificação técnica; daí decorreria a dificuldade em se relacionar o conceito às situações oriundas da dinâmica inerente às relações sociais.<sup>26</sup>

A atenção da sociedade e do Estado para com os pobres, ou a percepção da existência de uma “questão social”, apresenta variações relacionadas ao contexto histórico. Para Robert Castel, no período medieval apenas a pobreza por opção era valorizada. Ela era utilizada pelos pretensos pecadores com o fim de se eximirem de suas culpas. Por outro lado, os que lhes ajudavam também tinham seus pecados perdoados, através da ajuda caridosa aos pobres. Esta relação fundamentava a chamada “economia da salvação”, que segundo Castel propiciava o estabelecimento de um comércio entre ricos e pobres, vantajoso para ambos e que colocou a pobreza como um valor de troca.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> ESTIVILL, Jordi. *A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina*. In: BALSÀ, Casimiro. BONETI, Lindomar W. SOULET, Marc-Henry. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma Abordagem Transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p.103.

<sup>26</sup> MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>27</sup> CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. 1998. p.63-65.

Para Mollat, num primeiro momento houve a santificação da pobreza e a subordinação social dos pobres, fator crucial para o equilíbrio da sociedade medieval. Entretanto, a partir dos séculos XIV e XV, consolidou-se uma nova ética voltada para a exaltação do trabalho e produção de bens materiais, em consonância com o desenvolvimento capitalista. Neste contexto, a concepção da pobreza mudou no imaginário de ricos e pobres: para os ricos estava associada à mendicância e desordem social; para os pobres significava desigualdade e vulnerabilidade, não conseguiam pagar suas dívidas nem sustentar suas famílias.<sup>28</sup>

Castel destaca acontecimentos cruciais como a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, por exemplo, como desencadeadores do que ele denominou de “*desconversão da sociedade feudal*”, caracterizada por uma série de mudanças que aconteceram a partir de meados do século XIV. As práticas sociais responsáveis pela manutenção das redes de solidariedade foram afetadas, bem como, o sistema de proteção horizontal constituído desde o início da Idade Média, o qual cedeu espaço às novas ordenações sociais e a estruturas que combinavam continuidade e mudança.<sup>29</sup>

Este contexto de transição seria caracterizado pela pulverização dos costumes diante de uma mobilidade “incontrolável” dos camponeses que, apartados da terra, na condição de *desfiliados* (indigentes válidos), emigravam em grande número para as cidades. Imigrantes rurais, sem qualificação nenhuma, a disputar empregos com mestres de ofício e artesãos. Ao analisar a situação de grande parte da população europeia neste período, que marca o processo inicial da pauperização de massa, Castel relembra Geremeck ao falar da “a-funcionalidade” da mão de obra camponesa: sem sua cultura solidária tradicional e sem as proteções por ela proporcionadas, os antigos camponeses se tornaram, naquele momento, estrangeiros em relação à dinâmica urbana, aos suportes econômicos e às relações ligadas à cultura da cidade.<sup>30</sup>

O destino desses *desfiliados* atravessou todas as sociedades europeias até o fim do Antigo Regime; excluídos dos laços comunitários por não pertencerem a nenhum “estado” social, passaram a ser reconhecidos como vagabundos, deslocados para as alas sociais mais marginais. O surgimento das novas relações econômicas e sociais, advindas da crise do sistema feudal e do desenvolvimento pré-capitalista, fez com que à categoria de vagabundo se acrescentassem mais duas características: a ausência de trabalho, vista como falta de

<sup>28</sup> MOLLAT, Michel. op.cit. p. 82.

<sup>29</sup> CASTEL, Robert. op.cit. p.109-110.

<sup>30</sup> GEREMECK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

“vontade” de trabalhar do indivíduo; e o fato de ser “*sem fé nem lei*”, o que queria dizer sem pertencimento comunitário.<sup>31</sup>

Em relação à assistência aos pobres, Sandra Cavallo, ao analisar as formas de assistência na Itália, afirma que o século XVI foi marcado pela laicização do socorro público, através de instituições como as guildas e irmandades, além dos socorros prestados pela administração das cidades. Durante este período, a assistência se dava de maneira anônima, direcionada para aqueles “*que ainda tivessem suas raízes comunais bem fincadas*”, situação que se modificou no final do século XVII quando tal modelo de caridade sofreu alterações.<sup>32</sup>

Para a autora, estas mudanças se explicam devido à transformação das cidades em espaço de competição entre diferentes setores da elite que se sentiam ameaçados pelo surgimento de novos grupos sociais. Estrategicamente, a elite “*investiu na construção de instituições de segregação dos pobres*”, para manter seu capital simbólico<sup>33</sup> e demonstrar a sua generosidade. O pobre já não estava mais inserido na comunidade e passou a sofrer um progressivo isolamento.<sup>34</sup>

As mudanças nas formas de auxílio refletiam o aparecimento da indigência “*como um fenômeno de massa*”, o que ocorreu por volta de fins do século XVII e durante todo o século XVIII. Até então, a presença de um grande número de indigentes, mendigos e vagabundos, constantemente citados na literatura da época, era vista como atípica e designava pessoas “*fora do regime comum*”. De certo modo, tais indigentes pouco alteravam a imagem de uma sociedade equilibrada. A situação se modificou a partir do fim do século XVII, quando houve uma tomada de consciência da *vulnerabilidade de massa*, da miséria e de seus riscos de dissociação social, que passaram a atingir não só os assistidos e os desfiliaados, ou os elementos marginais daquela sociedade, mas também boa parte da população em geral.<sup>35</sup>

Urbanização, imigração e revolução industrial, trouxeram mudanças radicais e arrastaram parte considerável das pessoas à miséria e à pobreza. A queda do Antigo Regime e a resposta liberal à questão social não funcionaram, pois o princípio do livre acesso ao trabalho abriu uma era de conflitos e o processo crescente de industrialização resultou no

---

<sup>31</sup> CAVALLO, Sandra. *Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)*. In: CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London, Macmillan Press, 1998. CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna. (eds.) *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London: Macmillan Press, 1998.

<sup>32</sup> CAVALLO, Sandra. p.119-120.

<sup>33</sup> Sobre o conceito de capital simbólico ver BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. Cap. 5. É possível um ato desinteressado?.

<sup>34</sup> CAVALLO, Sandra. op.cit.

<sup>35</sup> CASTEL, Robert. op.cit. p.220-221.

pauperismo. A industrialização criou a desfiliação de massa e colocou em pauta o que Castel denominou de “*política social sem estado*”. Era necessário cuidar dos pobres para preservar a ordem social, mas cabia à sociedade realizar tal tarefa.<sup>36</sup>

O pauperismo sancionou “*o fracasso do otimismo liberal modelo século XVIII*” e representou uma ruptura com o passado, além de uma ruptura na organização do trabalho. Que tipo de modernidade traria consigo uma desagregação social completa? Como lidar com o progresso e a desfiliação maciça dos indivíduos no cerne do processo de produção de riquezas? O “homem novo”, que surgiu com o avanço das tecnologias e com a inovação dos meios de produção, não correspondia à realidade da grande massa de trabalhadores explorados, empobrecidos, que só possuíam sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Tais questionamentos atravessaram os fins do século XVIII e chegaram ao XIX.<sup>37</sup>

A questão social na Europa, mais especificamente na Inglaterra e Itália, foi abordada com o intuito de compreender como ocorreu o processo de empobrecimento e consequente vulnerabilidade social diante do desenvolvimento capitalista naquele continente. Quando nos deslocamos para a América, é preciso considerar as enormes diferenças históricas, culturais, sociais e, ainda, aquelas relacionadas às práticas econômicas presentes em boa parte do continente americano.

Vimos que na Europa a preocupação com os pobres existiu desde a Idade Média. No caso do Brasil, desde os primeiros anos da colonização portuguesa, surgiram os primeiros hospitais da Misericórdia.<sup>38</sup> Instituições de caridade laicas, compostas por irmandades e ordens terceiras, que se mantinham através das constantes doações do Imperador e que auxiliavam os pobres. Sobre este tema, o trabalho de Laura de Mello e Souza, lançado nos anos 80 do século XX, traz uma abordagem pioneira ao discutir a pobreza através da criação do conceito de *desclassificação social* para caracterizar a imensa categoria de pobres existentes nas Minas Gerais setecentistas.<sup>39</sup>

Para a autora, a estrutura social se tornou mais complexa e houve o aumento da camada intermediária, que assumiu o caráter de “desclassificação”. Estes desclassificados

---

<sup>36</sup> CASTEL, Robert. p.277-278.

<sup>37</sup> Idem. p.297-298.

<sup>38</sup> Importante destacar que outras pesquisas foram feitas sobre a pobreza no Brasil colonial e novas teorias foram construídas na tentativa de delimitar o universo da pobreza no período: os primeiros registros da Santa Casa de Misericórdia da Bahia datam de 1552. RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

<sup>39</sup> SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986.

ocuparam o “vácuo” existente entre os extremos da escala social e, ao contrário do senhor e do escravo, não possuíam “estrutura social configurada”, sendo caracterizados pela fluidez, instabilidade, pelo trabalho incerto e aleatório.<sup>40</sup> Souza estabelece as diferenças na concepção de ‘desclassificado’ na Europa pré-capitalista e no Brasil colonial: no contexto europeu o desclassificado surge da desestruturação do caráter coletivo presente na economia feudal para o nascente capitalismo. No Brasil, o escravismo e a superexploração foram os responsáveis pelo aviltamento do trabalho; a persistência de formas comunitárias e primitivas diante de padrões de trabalho voltados para o lucro imediato contribuiu para a categorização do vadio, aquele que não se inseria na estrutura de produção colonial.<sup>41</sup>

Laura de Mello e Souza cunhou um conceito emblemático para a caracterização da gente pobre da América Lusa, mesmo diante das dificuldades teóricas e metodológicas de se fazer uma pesquisa tendo como objeto de estudo aqueles que estavam à margem da sociedade. O conceito da autora nos é útil, não pela caracterização da imprevisibilidade, itinerância do trabalho e vida dos desclassificados, mas ao percebê-los como destituídos de honra e status, principais elementos classificadores da sociedade colonial. *“O desclassificado social é um homem livre pobre – frequentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo.”*

Outras pesquisas se voltaram para o universo dos pobres coloniais, suas distintas posições na hierarquia social, profissões, famílias, cotidiano e percebeu-se a inadequação do uso de um conceito amplo e generalizado como o de Souza. Para estes autores, os pobres eram, em sua maioria, aquela gente vinculada de forma recente ou remota ao cativo e que no complexo das relações sociais compartilhava as mesmas condições materiais de existência. Sheila Faria afirma que a busca por mobilidade social constituía um aspecto preferencial do comportamento dos homens coloniais e que esta não se dava por iniciativa meramente individual, mas sim como uma decisão regulada pela família.<sup>42</sup> Já Roberto Guedes Ferreira, salienta que a mobilidade criava padrões diferenciados entre os próprios homens de cor, se tornando um processo de mudança social no todo, mas principalmente no interior do grupo.

---

<sup>40</sup> SOUZA, Laura de Mello. p.62-63.

<sup>41</sup> Idem. p.64.

<sup>42</sup> FARIA, Sheila de C. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Num sentido mais amplo, então, a mobilidade social recriava hierarquias e as solidificava, sem promoção de rompimentos.<sup>43</sup>

A temática passou a ser revisitada, com boa parte dos estudos voltados para a infância desvalida<sup>44</sup>, como nos trabalhos de Renato Pinto Venâncio. Em seu mestrado<sup>45</sup> prestou uma contribuição importante para o estudo do abandono em paróquias rurais e urbanas no Rio de Janeiro, no mesmo período. Já em livro posterior, que é uma versão resumida da sua tese de doutorado intitulada *Casa da Roda: Institution d'assistance infatile au Brésil – XVIII et XIXe siècles*, analisa as instituições que recolhiam os expostos através das Santas Casas de Misericórdia das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.<sup>46</sup> Recentemente Venâncio organizou um livro que reúne artigos variados que tratam desde a comparação entre os ‘enfeitados’ do Brasil e de Portugal, até a transição do conceito de ‘exposto’ para o de ‘menor abandonado’.<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal*. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). (Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2000).

<sup>44</sup> Há um grande número de trabalhos, entre livros, teses e dissertações; aqui destacamos algumas destas obras: AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades*. São Paulo: FFLCHUSP, 1993. (Dissertação, Mestrado em História); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História) e *Ricos e pobres em Minas setecentista: a sociedade colonial polarizada*. Oficina da Inconfidência Revista de Trabalho, Ouro Preto, v. 3, p. 119-159, 2004; BOSCHI, Caio César. *O assistencialismo na capitania do ouro*. Revista de História, São Paulo, n°.116, p.25-41, jan./jun.1984; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733*. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001, v.1, p.45-105. (Coleção Mineiriana); DUTRA, Eliana. *Historiografia sobre Minas Gerais: tendências e contrastes*. LPH – Revista de História, Mariana, n.6, p.7-15, 1996; FURTADO, Júnia Ferreira. *Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial*. História da historiografia, n° 02, março, 2009; FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. In *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998; LEWKOWICZ, Ida. *Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 17, p.101-114, 1989; LIBBY, Douglas Cole. *Subsídios para a História de Minas*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.21-24, 2006; LIBBY, Douglas Cole, e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795*. Revista Brasileira de Estudos da População, v.17, n.1/2, p.17-46, 2000; PACÍFICO FILHO, Miguel. *Práticas sociais dos homens negros em Minas Gerais da América portuguesa*. Assis: FCL, 2004. (Doutorado em História); RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>45</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Mestrado em História. USP, 1988.

<sup>46</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

<sup>47</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da pobreza e assistência destacam-se também as de Irene e Irma Rizzini. Relacionadas à infância abandonada no Brasil, essas obras representam boa parte da produção acadêmica nacional ligada à assistência. Os trabalhos das irmãs abordam o papel social atribuído à infância caracterizada como pobre e abandonada (material e moralmente), como também a legislação. Ambas destacam que o foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência.<sup>48</sup>

Em se tratando especificamente das Santas Casas de Misericórdia, instituições que centralizaram boa parte dos socorros públicos no Brasil, Gisele Sanglard apresenta importante estudo sobre o modelo assistencial baseado em suas ações. Afirma que essas instituições detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico.<sup>49</sup> Já Renato Franco analisou a formação institucional das Santas Casas em busca de compreender o tratamento destinado a pobreza na América portuguesa, entre 1700 e 1822.<sup>50</sup>

Cabe citar, ainda, a pesquisa de Luciana de Araújo Pinheiro<sup>51</sup>, que trata do auxílio à infância desvalida no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1889 e também de Cláudia Tomaschewski. Em sua dissertação de mestrado a autora analisou a caridade e a filantropia na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS). Em sua tese de doutorado, intitulada “Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre (1847 – 1891)”, Tomaschewsky

---

<sup>48</sup> RIZZINI, Irene. *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Ideias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13-16 de outubro de 2006. p.5. Ver também: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: EDUSU/AMAIS, 1995. RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997. RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2000. RIZZINI, Irene. *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

<sup>49</sup> SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório*: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

<sup>50</sup> FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

<sup>51</sup> PINHEIRO, Luciana Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, julho de 2003.

realizou uma análise das relações entre as irmandades e o Estado, com destaque para as influências do mercado e da filantropia.<sup>52</sup>

Para o estado de Minas Gerais, de forma mais específica, temos o artigo “Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875”, escrito por Renato Pinto Venâncio em 2000, que trata do fenômeno do abandono nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores em Catas Altas. Venâncio destaca que o número elevado de enjeitados resultava de uma lógica reversa: o abandono era uma forma de proteção, pois acreditavam estar livrando o órfão de um ambiente de trabalho pesado e da penúria.<sup>53</sup>

Sobre auxílio à pobreza na capital do estado, a tese de doutorado de Marco Antônio de Souza, publicada em 2004, trabalha a filantropia como forma de dominação e disciplinarização dos indivíduos.<sup>54</sup> Utiliza a noção de ‘economia da caridade’ para definir a atuação de algumas instituições de caridade que assistiam os filhos de operários pobres em Belo Horizonte. O autor destaca a atuação da Santa Casa de Misericórdia e do Instituto João Pinheiro.<sup>55</sup>

Há também a pesquisa de Jefferson de Almeida Pinto, do ano de 2008, sobre o processo de controle social formal e informal sobre a pobreza urbana em Juiz de Fora, na passagem para a modernidade, século XIX ao XX.<sup>56</sup> Almeida focaliza a atuação da polícia e da Igreja Católica, através de ações e projetos direcionados para a manutenção da ordem na cidade. Tais projetos, voltados para a resolução dos problemas sociais frente à crescente criminalidade, estavam ligados ao temor das elites em perder o controle sobre a massa trabalhadora e também sobre o mercado de trabalho, na cidade e na região. As autoridades policiais não sabiam o que fazer com mendigos, vadios, menores, loucos, doentes, idosos, entre outros, abandonados em suas celas. Neste contexto, na busca pelo combate ao crescente

---

<sup>52</sup> TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. PUC – RS. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2007 e *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre (1847 – 1891)*. PUC – RS. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2014.

<sup>53</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775-1875*. Diálogos, Maringá, v. 4, n.4, p. 111-123, 2000.

<sup>54</sup> SOUZA, Marco A. de. *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Ed. Newton Paiva, 2004.

<sup>55</sup> Idem. Fundado em 1909, o Instituto João Pinheiro se destinava a ensinar práticas agrícolas a crianças carentes, transformando-a em trabalhadores rurais. Com o crescimento da agricultura registrado na época, o objetivo principal do Instituto era reconfigurar o trabalho manual e construir o perfil do trabalhador do setor agrário.

<sup>56</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. *Controle social e pobreza: Juiz de Fora, 1876-1922*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

processo de secularização característico do período, o projeto do clero romanizado da cidade passa a atuar sobre os considerados “verdadeiros pobres” e sem nenhum tipo de amparo.<sup>57</sup>

Boa parte das pesquisas demonstra que, com a inserção gradativa do país no sistema capitalista, os pobres vivenciaram um processo de exclusão em um contexto no qual a urbanização dos espaços públicos e as mudanças no mercado de trabalho os colocavam cada vez mais à margem da sociedade, diluindo as relações horizontais de solidariedade existentes entre eles. Em meio a um contingente enorme de imigrantes e de homens do campo que buscavam melhores oportunidades de vida nas cidades, a pobreza emergiu como uma questão social importante no Brasil, ao final do século XIX. Acrescenta-se à imigração e ao êxodo rural, os escravos recém-libertos que também se dirigiram para as cidades, sem ocupação e sem moradia e ainda convivendo com estigma da escravidão, para se juntar aos já desafortunados que precisavam da assistência alheia (doentes, viúvos, crianças, loucos).<sup>58</sup>

Com o aumento da pobreza, sociedade e Estado se viram obrigados a reestruturar as práticas assistenciais vigentes, pois estas já não conseguiam abarcar o número cada vez maior de desvalidos que necessitavam de auxílio. Desta forma, houve uma ampliação do campo da assistência de um modo geral, bem como sua progressiva institucionalização a partir de uma parceria entre as iniciativas vindas da sociedade (via instituições de auxílio, caridade e filantropia) e do Estado (com o predomínio da prática da concessão de subvenções). Sanglard define esse período como “uma transição entre o Estado liberal, tal como estruturado pela Constituição de 1891, e um Estado de bem-estar social, que caracterizou a chamada Era

---

<sup>57</sup> Sobre a atuação da polícia em relação aos pobres, importante citar o livro de Laurinda Abreu “Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes”, para Portugal, e para o Brasil a tese de FRANCO, Renato. *op.cit.*

<sup>58</sup> É relevante registrar os trabalhos que se seguem: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; e BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. Para os autores, as irmandades garantiam “inserção social e proteção, principalmente para os segmentos menos favorecidos”. Em situações de risco, providenciavam ajuda como empréstimos de dinheiro em casos de doença, viuvez ou orfandade, garantiam o sepultamento e a celebração de missas pelas almas. Outro trabalho é o de Patrícia Ferreira dos Santos, “As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII”, aprovado para publicação em 2011. Em seu artigo, ela analisa algumas ações da hierarquia eclesiástica e secular na diocese de Mariana com o objetivo de direcionar esmoleres e ermitães à caridade institucional. A autora conclui a partir de documentos como cartas e atas de visitas pastorais do século XVIII, que estabeleciam penas de prisões e confiscos de cofres aos pedintes sem licenças, que Estado e a Igreja procuravam, de certa forma, impedir a evasão das contribuições, e reprimir a prática de benzedeiros e curandeiros. SANTOS, Patrícia Ferreira. *As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, 11 (2011) 195-221.

Vargas (1930-1945)”. O liberalismo do novo regime republicano fez surgir muitas propostas que seriam colocadas em prática na década de 1930.<sup>59</sup>

Contudo, apesar do papel fundamental do Estado, não há como analisar a assistência no Brasil sem compreender como se configurou a sociedade, como se constituíram os grupos sociais diante das transformações políticas e econômicas ocorridas no país desde o período colonial. Diferentemente de outros países europeus, no Brasil a escravidão deixou uma marca em nossa sociedade que, sem sombra de dúvidas, está intimamente ligada à proliferação de pobres e desvalidos. Mas quem era esse pobre? Negro, pardo, branco? Trabalhador por jornada? Desempregado? Um pobre livre comum? Nossa análise parte da caracterização do homem pobre livre “comum” – negro, pardo ou branco - que procura a assistência por não conseguir sobreviver ou manter-se, e também a sua família.

Em uma sociedade com forte herança escravista, a hierarquização funcionava de forma mais brutal: os lugares de não brancos e brancos pobres eram bem definidos. Aqui, a ampliação da pobreza e as práticas de assistência obedeceram a uma configuração diversa, ligada à própria dinâmica da sociedade brasileira, com seus valores morais a respeito do desvalido e miserável. Portanto, no decorrer do Império e da Primeira República a pobreza passou por diferentes caracterizações e significados para o Estado e para a sociedade brasileira.

A respeito do período imperial, José Roberto do Amaral Lapa afirma que o pauperismo se viu diluído no escravismo, sem contornos nítidos. No Brasil do período imperial a pobreza era uma realidade gritante e podia ser percebida em meio à massa escrava, que conformava parte desta configuração social. Os pobres estavam ligados aos escravos, mas espremidos entre estes e as classes ‘médias’, vistos como um subproduto do sistema. Representavam uma contradição desta formação social, mas eram necessários para seu funcionamento. Para o homem pobre livre restavam pequenas tarefas artesanais e comerciais, que realizavam de forma autônoma ou assalariada. Em um restrito mercado de trabalho, era na comercialização dos produtos, proibida para o escravo, que o pobre conseguia encontrar meios de sobreviver.<sup>60</sup>

De acordo com Lapa a sociedade “tecia formas de manutenção da pobreza” que acabaram se institucionalizando, inseridas em um *sistema de favor* que perpassava o meio

<sup>59</sup> PORTO, Ângela. SANGLARD, Gisele. FONSECA, Maria Rachel F. et al. *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008. p.61.

<sup>60</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Unicamp, 2008. p.23-25.

social, distribuía status e legitimava a reprodução da pobreza. Além disso, permitia acomodar econômica e socialmente boa parte da população subempregada: indivíduos que não se integravam ao sistema de produção ou não estavam inseridos no aparato filantrópico.<sup>61</sup>

Para o autor, a maior parte do custeio das instituições privadas de auxílio era realizada pelo senhorio agrário. Desta forma, Santas Casas de Misericórdia, creches, asilos, orfanatos, todo o tipo de recolhimento de expostos, contavam com a ajuda dos ricos fazendeiros e também com doações da Igreja Católica. Em relação à sua manutenção, recebiam doações testamentárias, donativos, contribuições e tributos; a solidariedade social pautada por valores religiosos exerceu importante influência neste período.<sup>62</sup>

As sociedades leigas desempenharam papel preponderante, desde a Colônia, na assistência à pobreza. Sobre os hospitais das Irmandades da Misericórdia, as chamadas Santas Casas, Sanglard ressalta que no período imperial os limites do público e do privado, em relação à assistência, não se excluía. A gestão da assistência ocorria de modo complementar: ‘a instituição era privada, mas sua atuação era pública’. Não havia a noção de oposição, mas sim de interação entre as iniciativas da sociedade e as competências do Estado. Além disso, a pobreza era administrada pelos municípios e o governo imperial intervinha somente em casos de epidemias.<sup>63</sup>

Na cidade de Campinas a administração da pobreza após a abolição, consistiu em uma “vasta empresa assistencialista”, composta por iniciativas do Estado, da Igreja e do associativismo espontâneo privado.<sup>64</sup> O crescimento demográfico, a complexidade da estrutura social, a lenta industrialização e o crescimento do setor terciário “avolumaram a pauperização”. Desta forma, era necessário assistir aos doentes, formar e encaminhar os órfãos e as crianças carentes, abrigar os velhos e os inválidos.<sup>65</sup>

Lapa afirma que o universo da pobreza apresentava uma gama de categorias sociais, e que muitas delas requeriam solução comum: órfãos, menores abandonados, enfermos e loucos adultos, mães solteiras e velhos inválidos, delinquentes e mendigos, reclamavam da sociedade

---

<sup>61</sup> Além das crônicas policiais e documentos públicos, Lapa utiliza para sua construção teórica em torno da pobreza no país obras de ficção sobre a ‘malandragem’, como o faz em relação à noção de ‘sistema de favor’, retirada de Antônio Cândido, Roberto Schwarz e Roberto Goto. Ver CÂNDIDO, Antônio. *Dialética da Malandragem* (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89; SCWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; GOTO, Roberto A. *Malandragem revisitada: uma leitura ideológica da dialética da malandragem*. Campinas: Pontes, 1998.

<sup>62</sup> LAPA, José Roberto do Amaral op.cit. p.28.

<sup>63</sup> SANGLARD, Gisele. op.cit. p.64.

<sup>64</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. op.cit. p.46.

<sup>65</sup> Idem. p.49.

um “aparato capaz de contê-los, confiná-los e mantê-los, discipliná-los enfim”. Portanto, houve um esforço conjunto para a criação de espaços e benfeitorias, de planejamento e estratégias, no qual a iniciativa privada tomou a dianteira do Estado em matéria de assistência social. Entre os anos finais do século XIX e o início do século XX, contudo, o Estado é chamado a assumir uma posição mais incisiva no combate à miséria, quando surge uma legislação específica destinada a dirimir a pobreza.<sup>66</sup>

Sobre a condição política e social no Brasil ao final do século XIX, Roberto Schwarz chama a atenção para a situação dos pobres de modo geral:

(...) não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo dos escravos, vivem em terreno escorregadio: se não trabalham são uns desclassificados e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos.<sup>67</sup>

De acordo com Schwarz, a existência da escravidão desmerecia o trabalho livre. Como consequência, e sem que isso representasse uma atenuante, a ética do trabalho, um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea, não encontrava muita fé entre nós.<sup>68</sup>

A presença de cortiços na capital, Rio de Janeiro, foi uma constante desde o período imperial. Nos relatos sobre estas construções e seus moradores, encontramos muitas características dos modos de vida e de trabalho das classes populares no Brasil. Já em fins do Império, teve início a política de sanitização progressiva na cidade, o que levou ao extermínio dos cortiços. Um dos mais famosos foi o chamado “Cabeça de Porco”, que reuniu em seu auge cerca de 4000 moradores.

Sidney Chalhoub, em seu livro “Cidade Febre”, analisa a construção da noção de “classes perigosas e classes pobres”. O autor aponta para um debate ocorrido na Câmara dos Deputados logo após a abolição, em maio de 1888, cujo tema era a preocupação com as consequências desta medida para a organização do trabalho no Brasil. Os parlamentares tinham um projeto de lei para reprimir a ociosidade, inspirados em uma obra francesa escrita por um “alto funcionário da polícia de Paris” M. A. Frégier em 1840, sobre o índice de criminalidade de indivíduos pobres. Chalhoub afirma que não havia qualquer delimitação

---

<sup>66</sup> Idem. p.50.

<sup>67</sup> SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p.46.

<sup>68</sup> Idem. p.46-47.

entre a definição de “classes perigosas e classes pobres” em tal estudo: os malfeitores eram os pobres e os pobres eram considerados malfeitores.<sup>69</sup>

Houve a percepção de uma inclinação dos parlamentares para caracterizar o bom cidadão como aquele com “gosto pelo trabalho” e, conseqüentemente, com o hábito de poupar. Nesta perspectiva, o indivíduo incapaz de acumular e que era, conseqüentemente, pobre, era também suspeito de “não ser um bom trabalhador”. Estava aí o cerne da caracterização do pobre para os deputados: os pobres tinham o vício da ociosidade e faltava-lhes a virtude social mais importante: ser um bom trabalhador. Aos pobres foi acrescentada a característica de “viciosos”, carregavam vícios que os transformavam em malfeitores e estes representavam um perigo para a sociedade.<sup>70</sup> Foi esta a noção de pobreza que se enraizou no país e que, de acordo com Chalhoub, ainda se perpetua e pode ser percebida através da atuação policial “contra” as “classes pobres ou classes perigosas”.

Em relação aos libertos, no contexto do pós-abolição, se tornaram suspeitos ou perigosos em potencial, deste modo, a civilidade era impossível para eles, pois a degradação da escravidão, por si só, os tornava uma ameaça à sociedade. A preocupação dos deputados brasileiros se voltou, então, para as possíveis formas de controle dos recém-libertos, o que antes era responsabilidade do senhor/proprietário. Além desse fator, existia a necessidade de garantir que o liberto continuasse trabalhando sem os mecanismos de opressão e dominação utilizados pelos senhores. A “teoria da suspeição generalizada” orientou a organização das relações de trabalho a partir de então: a ordem passou a ser uma atribuição do poder público e de seus órgãos de controle. A polícia e a carteira de identidade adquiriram papel central na nova estrutura social e produtiva, o que não havia ocorrido até 1871.<sup>71</sup>

A Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, sancionada em 28 de setembro de 1871, declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir desta data, e trazia uma série de normatizações sobre o destino destes menores. Os impactos desta lei foram sentidos antes e depois de sua publicação, principalmente nas províncias nas quais o braço escravo era a principal mão de obra:

(...) Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

---

<sup>69</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20-21. Chalhoub utilizou CHEVALIER, Louis. *Labouring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

<sup>70</sup> CHALHOUB, Sidney. op.cit. p.22-23.

<sup>71</sup> Idem. p.24-25. Lei do Ventre Livre, de nº 2040, publicada em 28 de setembro de 1971. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (...)

§ 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de sucessão necessária, devendo o filho de a escrava prestar serviços à pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.<sup>72</sup>

Segundo Rômulo Andrade, que analisou os registros de batismo do período, a lei levou ao surgimento da alforria por “*dispensa dos serviços dos ingênuos*”, pois dava ao senhor da mãe a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos. O autor também afirma que houve somente 13 alforrias por dispensa de serviços em Juiz de Fora e 36 em Muriaé, entre 1871 e 1888. “Em Muriaé 96% dos ingênuos não receberam este tipo de alforria, em Juiz de Fora quase a totalidade dos batizados não alcançou o benefício”, o que Andrade conclui apontar para o apego dos senhores aos serviços compulsórios.<sup>73</sup>

Esta lei, incluída no projeto monárquico de abolição gradual da escravidão no Brasil, contribuiu para a reformulação das práticas de assistência, controle e instrução dos menores abandonados, que se consolidariam no decorrer do regime republicano. Na prática, para Renato Pinto Venâncio, gerou o aumento do número de crianças abandonadas nas instituições de “recolhimento de expostos” e transformaram estes locais em abrigos para “crianças de côr”. Venâncio afirma que a Lei do Ventre Livre libertava os filhos das escravas, mas os transformava “em virtuais menores abandonados”.<sup>74</sup> Isto porque o parágrafo sexto, do

<sup>72</sup> TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871, Página 147 Vol. 1 (Publicação Original). <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf#page=6>

<sup>73</sup> ANDRADE, Rômulo. *Legitimidade e alforria de crianças escravas na província de Minas Gerais*. X CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 10, 2001, Rio de Janeiro. Anais do X Congresso Internacional da Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África Rio de Janeiro: Educam, 2001.

<sup>74</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto (1999). op.cit. p.169.

primeiro artigo da lei, afirmava que caso houvesse maus tratos dos menores, estes seriam retirados dos cuidados do senhor.

Art. 2º O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores dellas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.

§ 1º As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º A criar e tratar os mesmos menores;

2º A constituir para cada um delles um peculio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos;

3º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada collocação.

§ 2º As associações de que trata o paragrapho antecedente serão sujeitas á inspecção dos Juizes de Orphãos, quanto aos menores.

§ 3º A disposição deste artigo é applicavel ás casas de expostos, e ás pessoas a quem os Juizes de Orphãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos creados para tal fim.

§ 4º Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos publicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe ás associações autorizadas. (...) <sup>75</sup>

Em seu segundo artigo, no parágrafo primeiro, a lei autorizava o governo a entregar as crianças filhas de escravas aos orfanatos, caso fossem “cedidos ou abandonados” pelo senhor de sua mãe, “ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º”. Além disso, a lei concedia às instituições responsáveis pelo cuidado com os expostos os “serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos”. Poderiam também alugar os serviços do menor, desde que cumprissem as obrigações estabelecidas na letra da lei: “criar e tratar os mesmos menores; constituir para cada um deles um pecúlio com valor pré-estabelecido, procurar uma colocação adequada quando o menor alcançasse a maioridade”. O descumprimento destas normas dava ao Estado o direito de recolher os menores, que passariam a ser responsabilidade do governo:

§ 5º Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100\$000.

Art. 9º O Governo em seus regulamentos poderá impôr multas até 100\$ e penas de prisão simples até um mas.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário. (...) <sup>76</sup>

<sup>75</sup> CÓDIGO CRIMINAL DE 1830. Parte III, Dos crimes particulares, TÍTULO I: Dos crimes contra a liberdade individual. Art. 179. Reluzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade. Penas - de prisão por tres a nove annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo; nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captivo injusto, e mais uma terça parte. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm#art179](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm#art179)

De acordo com Venâncio, a partir da lei, os senhores poderiam “enjeitar as crianças” para alugar suas mães como amas de leite. O autor ressalta que o declínio das antigas “casas dos expostos” pode ser compreendido a partir deste contexto, pois passaram a ser vistas como “símbolos do passado colonial” e “berços de raças inferiores”.<sup>77</sup> A partir do final do século XIX no Brasil, os recolhimentos de expostos funcionariam como “asilos de órfãos” resultando na gradativa extinção das “Casas da Roda”, que se tornaram ilegais a partir do Código de Menores de 1927.<sup>78</sup>

Um aspecto relevante tratado por Chalhoub diz respeito às transformações na relação entre escravos e proprietários, que antecedem a abolição. Uma das práticas consistia na autorização obtida do senhor para que os escravos pudessem trabalhar em outras atividades, com o intuito de angariar dinheiro para a compra de sua liberdade, o que era vantajoso para os donos, pois os desobrigava do sustento de seus escravos. A generalização desta prática contribuiu para a crise do escravismo nos anos finais da sociedade imperial, o escravo aos poucos adquiriu mobilidade espacial e pode “minimizar” sua situação de sujeição e dependência, transformando-se em escravo que vivia “sobre si”.<sup>79</sup>

Entretanto, não foi apenas pelo exposto acima que as classes pobres foram consideradas perigosas. Os pobres eram “contagiosos” (metáfora da doença contagiosa) e, no imaginário político brasileiro do final do século XIX, as classes perigosas continuariam a se reproduzir passando o “vício” aos seus filhos. Era necessário reprimir o hábito da ociosidade nos adultos e educar as crianças. Eram, ainda, contagiosos literalmente e seus hábitos de

---

<sup>76</sup> TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871, Página 147 Vol. 1 (Publicação Original). <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf#page=6>

<sup>77</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto (1999). op.cit. p.169.

<sup>78</sup> Segundo Irma Rizzini, o Código Penal Mello Mattos, aprovado em 1927 instituiu uma nova fase no Brasil, correspondendo a uma mudança qualitativa. A idade de responsabilidade penal foi elevada de 9 para 14 anos e a pena para os menores infratores não era o castigo, mas a educação formal. RIZZINI, Irma. Pontos de partida para uma história de assistência pública à infância. (1995) op.cit. Ver também: BANDERA, Vinicius. *Código de Menores, ECA e adolescentes em conflito com a lei*. Revista Âmbito Jurídico. Publicado em 01/07/2013, nº 114, Ano XVI - JULHO/2013 - ISSN - 1518-0360. “O Código de Menores de 1927 foi produto de uma época em que o Brasil, a despeito de ter abolido a escravidão e a monarquia, ainda permanecia imerso em uma cultura de autoritarismo liderada pela classe senhorial rural com fortes traços de patriarcalismo. Em uma cultura dessa natureza, na qual o liberalismo ainda era débil, apesar de ser a referência-matriz de nossa Constituição, tornava-se praticamente inviável que uma lei referente especificamente a menores de idade os norteasse como indivíduos portadores de direitos liberais, mesmo porque grande parte da população, sobretudo no campo, encontrava-se sob o domínio majoritário do senhorio rural e seu conservantismo”. [http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_caderno&revista\\_caderno=12](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_caderno&revista_caderno=12)

<sup>79</sup> O escravo que vivia “sobre si” tinha permissão para viver e trabalhar fora da casa do senhor, com autonomia e a possibilidade de “levar uma vida praticamente indiferençável em relação à população livre da cidade”. CHALHOUB. Sidney. op. cit. p.27.

moradia eram extremamente prejudiciais à sociedade, as habitações coletivas eram focos de proliferação de doenças e vícios.<sup>80</sup>

Desde 1850, quando o índice de mortalidade começou a crescer muito, devido às epidemias de febre amarela e de cólera, que a saúde pública assumiu destaque. Criaram-se comissões e órgãos específicos para cuidar da higiene da capital e houve a constatação de que as habitações coletivas precisavam ser regulamentadas. Em 1853, surgiu o “Regulamento dos Estalajadeiros”, através do qual se estabeleciam normas para as hospedarias, seus hóspedes e moradores, além de medidas de fiscalização das habitações coletivas, para evitar a presença de vadios, estrangeiros ou pessoas “suspeitas”.<sup>81</sup>

O surgimento dos cortiços tem ligação direta com a crescente urbanização da capital, o que elevou o preço dos aluguéis residenciais. Somam-se a isso o maior afluxo de imigrantes portugueses para o Rio de Janeiro, o aumento do número de alforrias de escravos e a paulatina liberação destes para residirem “sobre si”. Desta forma, os cortiços eram vistos como “um problema para o controle social dos pobres” e uma ameaça à salubridade da cidade. Entre as várias exigências do Delegado da Junta de Higiene Pública, estava a colocação de um portão de ferro que deveria ser fechado diante de um “toque de recolher”, sendo vigiado por um dos moradores, responsável por inspecionar a entrada e saída das pessoas.<sup>82</sup>

De acordo com a documentação da Secretaria de Polícia da capital, utilizada por Sidney Chalhoub, os pobres passaram a representar um problema social sério desde a década de 1850, quando os políticos e as instituições públicas começaram a debater o tema e a traçar medidas de controle e contenção. Eliminar os cortiços era uma iniciativa fundamental para solucionar a questão. Houve a indicação, pela própria Secretaria de Polícia, da construção de casas pela Câmara Municipal, para que fossem alugadas a baixos valores para “artistas e pessoas pobres”, o que não foi acatado.

Por trás do discurso higienista havia a necessidade de retirar os pobres das áreas centrais da cidade, o que se concretizou através da postura de cinco de dezembro de 1873 que proibia a construção de cortiços entre “as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento”. Segundo Chalhoub:

Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou - o que dá quase no mesmo - para a política de

---

<sup>80</sup> CHALHOUB. Sidney. op. cit. p.29.

<sup>81</sup> Idem. p.30.

<sup>82</sup> Idem. p.31.

expulsão das “classes pobres”/“classes perigosas” das áreas centrais da cidade.<sup>83</sup>

A ideia que se estabeleceu foi a estreita relação entre higiene pública e civilização, através da qual existiria uma “forma científica”, neutra, acima dos conflitos e desigualdades sociais, de gerir os problemas da cidade e suas diferenças sociais. A seguinte noção de “ação saneadora” se consolidou após a proclamação da República em 1889: o saneamento e as transformações urbanas não precisavam estar comprometidos com a melhoria de vida do povo, das pessoas comuns. Chalhoub cita os negros como “suspeitos preferenciais das classes perigosas”, mas tanto negros quanto brancos pobres foram vítimas desta ideologia higienista que lhes suprimiu a cidadania.

A redefinição do público-alvo das práticas assistenciais esteve diretamente ligada às mudanças sociais, econômicas e políticas, que interferiram no perfil populacional. Foi a partir dos anos iniciais da República que uma série de leis e decretos relacionados à assistência foram criados. Estes estabeleciam os parâmetros de funcionamento de várias instituições de socorro e tratavam da distribuição de recursos do governo federal para o socorro público nos estados. As políticas de proteção social também se voltavam para a construção de casas para os trabalhadores, conforme o quadro abaixo referente à capital federal:

**Quadro sobre a legislação social no Brasil na Primeira República**

Decreto 439	31 de maio de 1890	Estabelece as bases da organização da assistência à infância desvalida na capital federal; mandava recolher à Casa de São José e ao Asilo de Meninos Desvalidos, para manter e educar, menores do sexo masculino, de seis aos 21 anos.
Decreto 843	11 de outubro de 1890	Concede favores ao Banco dos Operários para auxiliar a construção de casas para os operários e classes pobres.
Decreto 896	29 de junho de 1892	A Assistência Médico-Legal de Alienados, constituída com o Hospício Nacional, as colonial S. Bento e Conde de Mesquita, na ilha do Governador, e os asilos da mesma natureza que forem criados na Capital Federal, tem por fim socorrer, gratuitamente ou mediante retribuição, os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, e que, enfermos de alienação mental, carecerem de tratamento.
Decreto 1559	7 de outubro de 1893	Reorganiza o serviço da Assistência Médico-legal de Alienados e os asilos da mesma natureza que forem criados na Capital Federal.
Decreto 1154	7 de janeiro de 1904	Autoriza o Governo a ceder ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro um dos edifícios nacionais existentes na Capital Federal, ou a dar ao mesmo Instituto, mensalmente aluguel de casa.

<sup>83</sup> Idem. p.34.

Decreto 5125	1 de fevereiro de 1904	Organiza os fins dos estabelecimentos de assistência a alienados, sua constituição, seu pessoal, nomeação, substituição, vencimentos, vantagens e penas disciplinares.
Decreto 5964	16 de abril de 1906	Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 10:000\$ para representação do Brasil no Quarto Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada em Milão.

84

Sobre os marcos regulatórios da assistência social no Brasil, Cláudia Viscardi analisou as leis e decretos aprovados e colocados em vigor entre 1889 e 1930, muito embora sua abordagem tenha se voltado para os inseridos no mercado de trabalho. Em 1890, houve a criação de um Banco dos Operários para a construção de moradias populares para os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 843 de 11 de outubro. Tal iniciativa, para Viscardi, demonstrava a atenção dos gestores para com as mazelas decorrentes do pós-abolição nos centros urbanos. Muitas famílias viviam em péssimas condições nas cidades, que recebiam um crescente número de imigrantes e, ainda, boa parte da população do campo. Era preciso “estabelecer algum tipo de política pública de caráter protecionista” para que os desvalidos não ameaçassem a República recém-instaurada.<sup>85</sup>

Com relação à assistência aos pobres fora do mercado de trabalho, após 1889, o aumento considerável da pobreza afetou diretamente as finanças das casas de caridade, o número de doações passou a ser insuficiente para uma demanda em crescimento. Esta situação levou a uma racionalização das práticas assistenciais e da própria atuação das Santas Casas, seguida de uma ampliação da atuação do Estado no socorro à pobreza. Houve uma separação dos espaços de assistência, ao fim do século XIX, o que levou a algumas alterações na estrutura dos hospitais e em suas formas de manutenção financeira. Para Sanglard, o sistema assistencial tornou-se mais complexo a partir de então.<sup>86</sup>

<sup>84</sup> O quadro não apresenta toda a legislação social do período, pois enfatiza leis e decretos voltados ao campo da assistência aos pobres. Existem trabalhos que apresentam uma sistematização da legislação assistencial no Brasil, como os de LOUZADA, Alfredo J. *Legislação social-trabalhista*. 2ed. Brasília: MTPS, 1990.; e VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na primeira República*. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. (Orgs) *Trabalho, Proteção e Diretos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010. Contudo, os mesmos são voltados para a assistência aos trabalhadores, diferente da legislação assistencial para os pobres fora do mercado de trabalho. Deste modo, no ‘Portal legislação’ do site do Senado Federal foi possível acessar as leis e decretos ligados ao tema “Socorro Público”. <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102137&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PU>

<sup>85</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. op.cit. p.31.

<sup>86</sup> SANGLARD, Gisele. op. cit. p. 24-26.

A autora destaca os diversos congressos realizados no país para debater a assistência pública e privada, nos primeiros anos do século XX. Muitas propostas foram apresentadas por médicos e filantropos para organizar a assistência na capital federal.<sup>87</sup> Em relação ao estado de Minas Gerais, o movimento de reestruturação da assistência ocorreu a partir dos anos finais do século XIX e, principalmente, a partir da República, com a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Pública, subordinada à Secretaria do Interior. Entretanto, em Minas a assistência pública aos pobres caracterizou-se como um auxílio eminentemente caritativo e filantrópico, enquanto a assistência à saúde se tornou cada vez mais um serviço completamente público.

## **1.2 – Minas Gerais: economia, política e a distribuição da assistência**

A ordenação espacial e geográfica das instituições de socorro aos pobres tem ligação direta com o fato de o estado de Minas Gerais apresentar traços peculiares em seu desenvolvimento econômico e social, que merecem atenção. A caracterização de John Wirth, “mosaico mineiro”, registra formas de crescimento diferentes para cada região mineira. Além disso, estas regiões se articularam com outros estados do Brasil e não com seus vizinhos mineiros: o Sul de Minas e o Triângulo mineiro com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro.<sup>88</sup>

Durante o século XIX, diante do declínio da economia aurífera, “as principais regiões da província passaram por um processo de reestruturação socioeconômica” que resultou em uma economia agrária de alimentos, voltada para o mercado interno. Apenas a Zona da Mata e o Sul de Minas representam uma exceção, pois ali se estruturou uma economia diversificada e dinâmica. Anderson Pires afirma que, apesar de corresponder a apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi, até o começo do século XX, a região mais rica de Minas e a principal produtora de café. A região concentrava também 20% da população do estado e, no século XIX, contava com a maior população escrava de Minas Gerais.<sup>89</sup>

Isto não significa a afirmativa de que a distribuição da assistência em terras mineiras tenha obedecido ao critério da cor ou que o fato de ser negro significava impreterivelmente a necessidade, a dependência do auxílio ou da caridade alheia. Entretanto, não devemos

---

<sup>87</sup> SANGLARD, Gisele. op.cit. (2008) p.61.

<sup>88</sup> PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 27.

<sup>89</sup> Idem. p.28.

desconsiderar os impactos da forte presença dos negros em Minas Gerais, no pós-abolição e anos iniciais da República, bem como das consequências sociais desta situação. Na verdade, a vulnerabilidade social resultava de mudanças ocorridas no processo de transição do trabalho escravo para o livre, da transição do regime monárquico para a República, da reordenação econômica, política e social do período. Esta reordenação implicou na reformulação ou adaptação das práticas assistenciais em voga até o final do século XIX às exigências do regime republicano.

O mapeamento das instituições de caridade foi possível devido à existência de um questionário anexo à circular de 1923<sup>90</sup>, emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Pública de Minas Gerais, que levantou o número de instituições de socorro aos pobres em todo o estado até aquele ano. De acordo com os questionários respondidos pelos municípios existiam cerca de 120 instituições de caridade distribuídas por Minas Gerais. As datas de fundação variam, principalmente, devido à utilização de datas de criação das irmandades como data de inauguração das instituições (hospitais, asilos, orfanatos, hospícios).<sup>91</sup>

A assistência em Minas Gerais, no período de que trata esta pesquisa, era predominantemente exercida através das inúmeras irmandades e confrarias. O quadro confirma isso em relação à participação ativa dos leigos na prática da caridade, através da assistência aos pobres e desvalidos. A maior parte das instituições mapeadas acima foi fundada pelas confrarias da Misericórdia e de São Vicente de Paulo, as primeiras com predomínio dos Hospitais das Santas Casas de Misericórdia e os vicentinos com maior número de asilos e orfanatos. Embora, ambas tenham criado muitos hospitais, asilos, orfanatos e algumas instituições para alienados.

Boa parte da sociedade mineira, homens e mulheres, participavam destas agremiações “com o intuito de cultuar seus santos, buscar a proteção diante das contingências da vida e da morte, encontrar pessoas, estabelecer relações e praticar a caridade”. A historiografia sobre o tema mostra que as irmandades e confrarias “foram responsáveis por estimular (...) a devoção e o amor ao próximo”. De acordo com Daniela Gomes, estas associações proliferaram devido à “proibição da entrada de ordens religiosas na região, a fim de controlar o contrabando e

---

<sup>90</sup> Ver ANEXOS 3 e 4. Estes documentos serão analisados no próximo item deste capítulo, que trata das iniciativas políticas do governo mineiro para dirimir a pobreza no estado.

<sup>91</sup> As instituições e sua atuação se encontram mais detalhadas no capítulo três.

reservar para si todos os benefícios advindos da extração do ouro e dos diamantes”. Esta proibição contribuiu para fortalecer a atuação dos ‘leigos’.<sup>92</sup>

Segundo Caio Boschi, é difícil afirmar precisamente quando foram criadas as primeiras irmandades em Minas Gerais. O autor parte da noção de que em cada capela, de cada povoado, havia congregação de fiéis e, conseqüentemente, uma irmandade. As capelas não eram somente templos religiosos, mas importantes “centros de vida social”; a construção de capelas e igrejas, para Boschi, tinha motivações não apenas espirituais. A “perspectiva associacionista” esteve sempre presente através da instituição de inúmeras irmandades. Desta forma, a análise das “origens históricas e da proliferação destas associações parte da premissa de que, ao caráter religioso delas, há que somar objetivos beneficentes e de ajuda mútua”.<sup>93</sup>

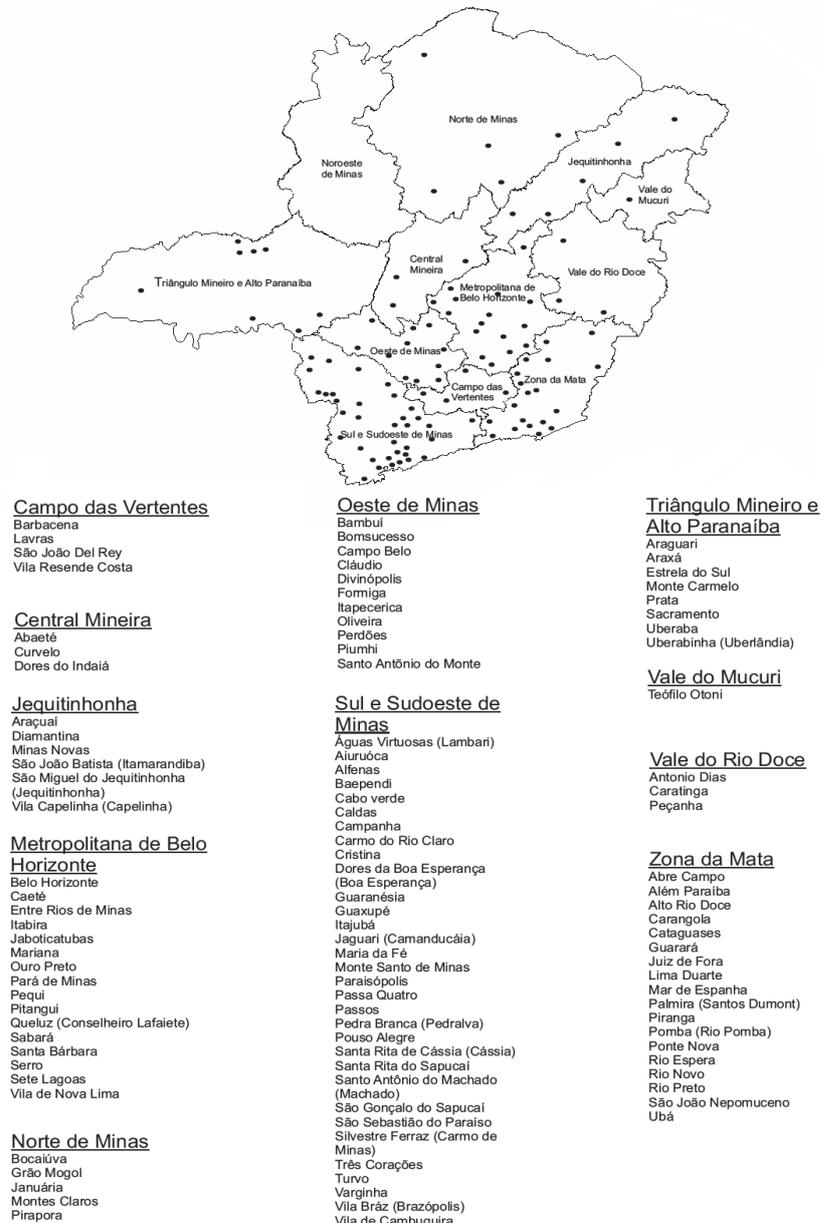
Em relação à distribuição geográfica das instituições de auxílio à pobreza no território mineiro, esta obedeceu à dinâmica do desenvolvimento econômico, pelo menos no século XIX. De acordo com o mapa 1, há maior concentração de instituições na capital do estado, Sul e Sudoeste, Zona da Mata mineira, além das regiões Oeste e Triângulo, que somam uma população de quase dois milhões de habitantes, diante de um total de 4.628,553. Historicamente, observa-se que estas regiões sempre foram economicamente ativas e com atividades produtivas diversificadas.

---

<sup>92</sup> Sobre o tema consultar: BOSCHI, Caio César. *O Assistencialismo da Capitania do Ouro*. Revista de História, São Paulo, n°.116, p.25-41, jan./jun.1984. GOMES, Daniela Gonçalves. *As Ordens Terceiras em Minas: suas Interações e Solidariedades no Século XIX*. Anais do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridos (2009, Campo Grande/ MS).

<sup>93</sup> BOSCHI, Caio César. op.cit. p.21-22.

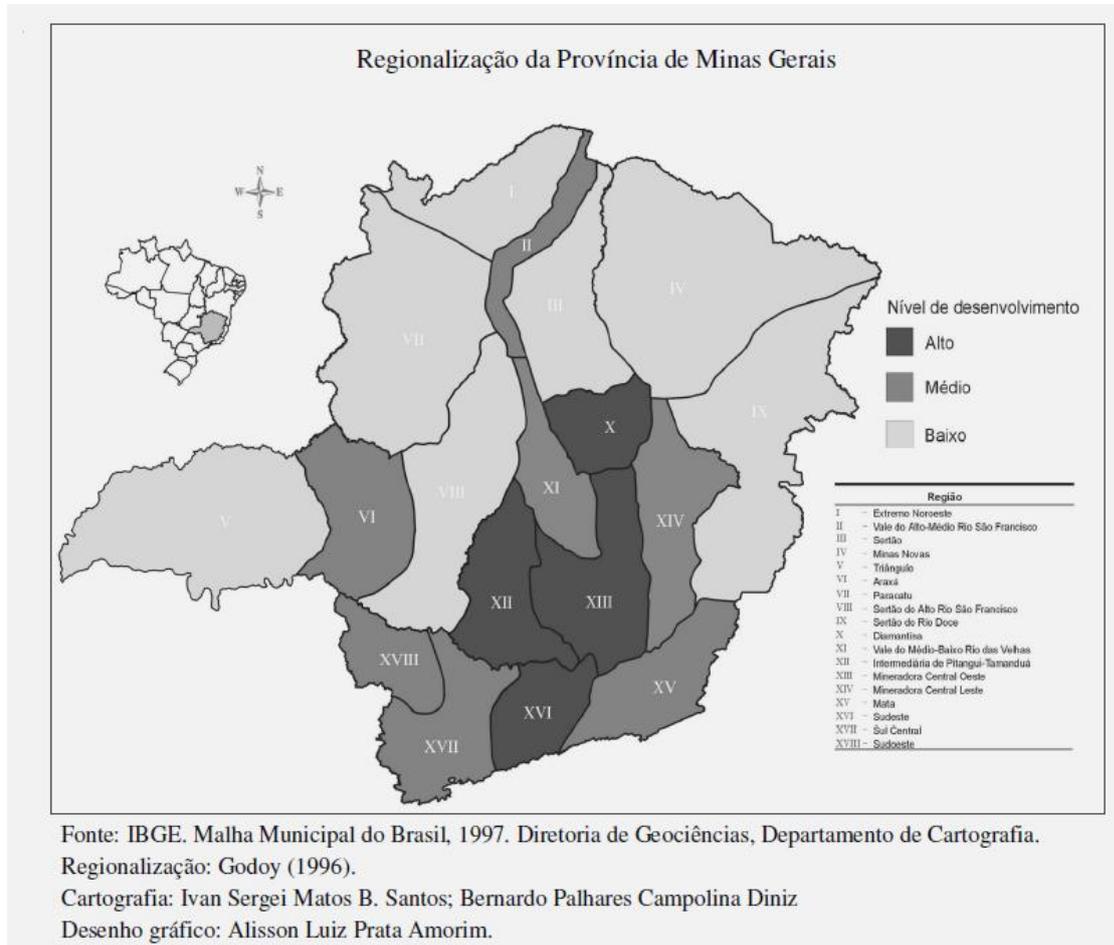
**Mapa 1 - Distribuição regional das instituições de assistência aos pobres em Minas Gerais, 1923**



Fonte: Realizado a partir de questionário anexo a circular da Secretaria do Interior, Departamento de Saúde e Assistência Pública, 1923.

O historiador econômico Marcelo Godoy Magalhães, criou uma regionalização específica para o oitocentos mineiro e o recortou em 18 regiões, “levando em conta fatores físicos, demográficos, econômicos e históricos”. Enfim, concebeu o território mineiro a partir de especificidades das atividades econômicas locais e da divisão regional do trabalho. Desta forma, o autor chegou ao mapa 2, que apresenta as regiões com alto, médio e baixo desenvolvimento econômico.

**Mapa 2 – Proposta de regionalização de Minas Gerais para o século XIX**



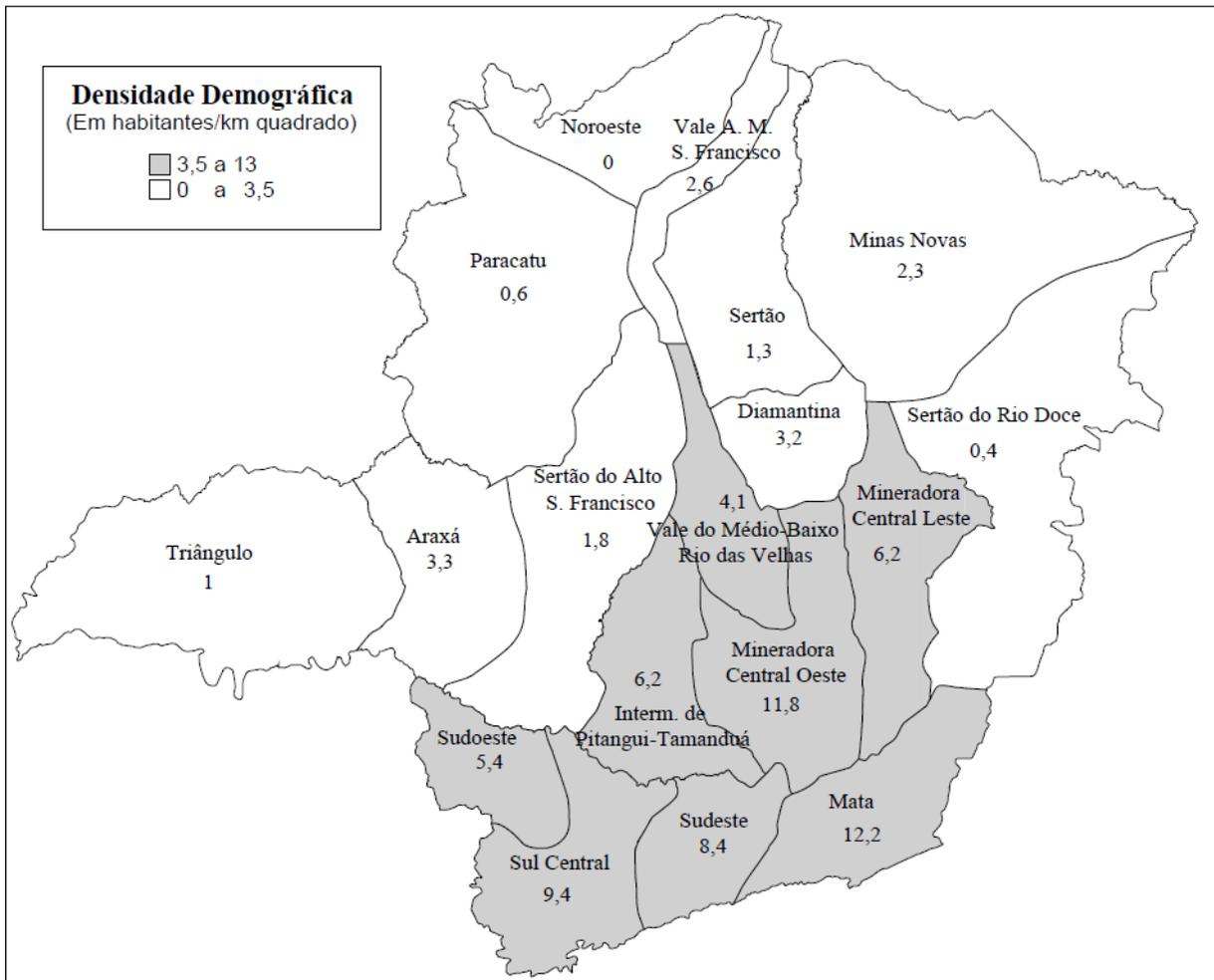
94

Podemos observar que as regiões de alto e médio desenvolvimento econômico correspondem às áreas onde havia maior número de instituições de assistência e maior concentração populacional.<sup>95</sup> Em cada município que aparece no mapa 1 existiam uma ou mais instituições de assistência. É possível observar que as instituições estão concentradas nas regiões mais desenvolvidas, de acordo com o mapa 2. Além disso, ali também estava aglutinada a maior parte da população do estado de Minas naquele período. De acordo com o mapa 3, a densidade demográfica mineira era maior, em 1870, nas regiões Sul, Sudeste, Sudoeste, Zona da Mata, Vertentes e Região Metropolitana.

<sup>94</sup> O mapa foi retirado de GODOY, Marcelo Magalhães. BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora, Minas Gerais 1850-1870*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008. p.168.

<sup>95</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996.

**Mapa 3 - Densidade Demográfica de Minas Gerais em 1872**



Fonte: Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Apud MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira. SANTOS JÚNIOR, José Maria. *População e Geografia Econômica: a conformação da população no espaço em Minas Gerais, no século XIX*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG. Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Conclui-se que a distribuição da assistência em Minas Gerais obedeceu a critérios ligados à densidade demográfica e à dinâmica econômica regional, pois o número de instituições de auxílio se concentrou nas regiões com este perfil. Para as áreas economicamente ativas deviam ir aqueles que buscavam melhores oportunidades de trabalho, o que nem sempre era alcançado, levando muitas famílias à dependência da caridade. Provavelmente, as irmandades e a sociedade, de modo geral, criavam instituições de auxílio a partir da demanda ou necessidade local.

Sobre a questão social em Minas Gerais, a análise nos leva a crer que esta se acentuou desde a segunda metade do século XIX; vimos que o estado possuía o maior número de escravos do Brasil em 1872. Número que não decresceu na zona da mata mineira, por exemplo, mesmo no pós-abolição. Além disso, devemos considerar as transformações

capitalistas nos mundos do trabalho como fator importante para a agudização do processo de empobrecimento e conseqüente aumento da pobreza no território mineiro.

Diante deste quadro, a Secretaria do Interior passou a abarcar uma gama de serviços sob a rubrica da “Saúde e Assistência Pública” e ampliou sua área de atuação, ocorrendo a consolidação da assistência pública combinada à privada como um importante e permanente item, inserido na agenda do estado de Minas Gerais. Até o ano de 1923, marco final da pesquisa, ainda estavam subordinadas à Secretaria do Interior diversas instituições mineiras, tais como o Instituto Vacínico, a Diretoria de Higiene, o Arquivo Público Mineiro e a Brigada Policial.<sup>96</sup>

A Secretaria do Interior se tornou responsável pela organização da saúde e da assistência pública em Minas Gerais, estabelecendo uma relação de parceria com as associações privadas de auxílio, que se responsabilizavam pelo serviço assistencial nos municípios. A manutenção destas instituições, segundo as respostas às circulares, era constituída em parte por apólices federais, loterias, doações e também por subvenções do estado de Minas Gerais. Constam nos relatórios, tanto nos produzidos pelas próprias associações quanto nos dos promotores em suas visitas de fiscalização, balancetes com listas nominais de doadores.

Ainda no Império a lei do orçamento provincial que desobrigava a entrega de relatórios anuais foi substituída por outra normatização, através da qual o auxílio do governo estadual estava condicionado à comprovação dos serviços prestados pelas instituições privadas aos desvalidos. A manutenção de doentes indigentes e também dos alienados foi prerrogativa dos hospitais da Misericórdia e de São Vicente de Paulo durante todo o Império e décadas iniciais da República, no estado de Minas Gerais, através da combinação da verba pública com as doações de particulares: coronéis, barões, capitães, baronesas, que podiam ser irmãos, confrades, ou não.

Os subsídios só eram negados pela Secretaria do Interior, por meio do Departamento de Saúde e Assistência Pública, caso a documentação não estivesse de acordo com as exigências legais: desde os anos finais do Império era preciso prestar contas em relatório detalhado que devia conter o balanço das receitas e despesas, o número de internos que

---

<sup>96</sup> No ano de 1926, pela lei n° 919, de 4 de setembro, os serviços concernentes à administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. A nova secretaria durou apenas quatro anos. Após sua extinção em 1930, os serviços relacionados à segurança, saúde e assistência pública retornaram para a Secretaria do Interior. APM. [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=35](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35)

entraram e saíram no semestre anterior, o mesmo para os doentes indigentes, as receitas aviadas e os medicamentos distribuídos aos pobres.

Um exemplo deste sistema foi a resposta do Secretário do Interior, em 1903, ao provedor da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei:

A Santa Casa de Caridade da cidade de São João Del Rey reitera o pedido de entrega do auxílio referente a primeira prestação, consignado na lei de orçamento àquele estabelecimento e pede a entrega da segunda prestação, declarando já ter sido entregue nesta seção o relatório do ano anterior. Não é exata esta afirmação, pois que mais de uma vez tenho declarado ao provedor ou supervisor que a esta secretaria nunca chegou o referido relatório. Por despacho de seis de março último, no requerimento, esse que a santa casa pedia a entrega do auxílio do 1º semestre, exigiu-se que ela apresentasse tal relatório e até hoje esse despacho não foi cumprido. 1903-30-7. Linhares.<sup>97</sup>

Os problemas com relatórios não entregues ou sem dados suficientes eram constantes. Em 1907, um edital foi publicado pela Secretaria do Interior regulamentando a entrega de subvenção a estabelecimentos de assistência pública, o artigo 5º da lei nº 470, de 14 de setembro de 1907, previa que as subvenções concedidas aos estabelecimentos de assistência pública seriam pagas somente “depois de verificada a sua existência e regular funcionamento e mediante atestado de Juiz de direito ou do juiz municipal, ou do promotor público das respectivas comarcas, e de relatórios anuais de serviços prestados por essas associações”. Além destes documentos, indispensáveis ao processo de pagamento por parte da Secretaria do Interior, o Governo ainda tinha a prerrogativa caso julgasse necessário de enviar fiscais, “quer de serviços de renda do Estado, quer do ensino público”, ficando estes responsáveis pela inspeção dos estabelecimentos situados nas suas circunscrições.<sup>98</sup>

A documentação da Santa Casa de Misericórdia de Caldas retrata as fiscalizações por parte do governo mineiro, a elaboração dos relatórios das mesas administrativas das Misericórdias e o trâmite destes até a concessão da subvenção. No ano de 1907, em resposta a circular de nº 605<sup>99</sup>, a instituição recebeu a visita do promotor João Benedicto de Araújo.

Cópia do Termo de Visita feita pelo Sr. Dr. Promotor da Justiça desta comarca à casa de caridade da Cidade de Caldas  
Caldas, 13 de agosto de 1907.

Visitei a nove do corrente, o Hospital da Misericórdia da cidade de Caldas, mantido e administrado pela respectiva Irmandade. Tem essa Associação de beneficência, dezoito anos de efetiva existência, pois seus Estatutos foram

<sup>97</sup> APM - SI-1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios, 1903.

<sup>98</sup> APM - SI 1713. Correspondência pelo Secretário do Interior referente à administração de casas de caridade. Secretaria do Interior, Bello Horizonte, 4 de abril de 1908, O Diretor, Valladares Ribeiro. Publicado no “Minas Geraes” de 12 de abril.

<sup>99</sup> Ver ANEXO nº 2.

aprovados em virtude da Resolução de dezenove de outubro de 1889 expedida pelo então presidente da Província de Minas Dr. Visconde de Ibituruna. No texto dessa Resolução esta exarado que a aprovação foi feita de acordo com a informação prestada pelo Dr. Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda bem como o disposto na lei provincial n.66 de 18 de março de 1837, art. 2º, ultima parte, da lei geral n.1083 de 22 de agosto de 1860 e artigo 33 parágrafo 1º do Decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860. Examinando a escrituração, vi que ela tem passado pela alternativa que se nota, em geral, na história das associações congêneres: fases de prosperidade e fases de perecimento, devido este, desgraçadamente, a má administração (...).<sup>100</sup>

As associações de caridade, de todo o tipo, que recebiam subvenções do governo, passavam por um processo de fiscalização rigoroso. Eram examinadas as prestações de contas anteriores à data da visita, balancetes, patrimônio, toda documentação capaz de comprovar que a instituição realmente exercia o serviço em prol dos pobres. Deste modo, a mesa administrativa era sempre o alvo de observações dos promotores, que atestavam sua integridade ou não:

(...) Atualmente vejo que o estado de administração é digno da grandeza moral do instituto. O serviço clínico é prestado gratuitamente pelo humanitário clinico Dr. Joaquim Hypólito Fernandes Pimenta. A gratuidade de seus valiosos serviços à pobreza é atestada pelo ultimo relatório do Sr. Provedor e confirmado pelo movimento financeiro que, na despesa, não averba pagamento ao médico do hospital. O serviço de farmácia é, de conformidade com os ditos documentos (Relatório e Balanço), prestado com edificante pelo Sr. farmacêutico Fredo Lopes, membro da Diretoria e um dos mais famosos propugnadores da boa direção dos serviços que a Santa Casa vai prestando aos necessitados. A prestação de contas é declarada satisfatoriamente pelo Sr. Provedor no seu Relatório. Careço de elementos seguros para apreciá-lo. Entretanto, louvando-me na afirmativa do Sr. Provedor, nos saldos acusados nos últimos balanços, na inatacável probidade do Tesoureiro M. Liberato Mariano de Sousa, estou certo de que, do exame a que vou proceder em fiscalização, resultará minha igual afirmativa (...).<sup>101</sup>

O promotor não viu ali nenhum doente em tratamento quando de sua visita, mas destacou o bom estado do hospital, que havia recebido apenas quatro doentes naquele ano. Dois destes morreram e os outros dois estavam recebendo tratamento em casa. Segundo o promotor eram necessários “mais elementos” para que autorizasse a subvenção. Ele ressaltou que não seria possível fazer as declarações exigidas pela circular de 1907, expedida pela

<sup>100</sup> APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública. 1907- Requisição de verbas para o sustento de casas de caridade. SI-1682. Relatório de fiscalização realizada pelo promotor de justiça da comarca da cidade de Caldas, em 17 de agosto de 1907. p.1.

<sup>101</sup> APM – SI 1682. Relatório de fiscalização realizada pelo promotor de justiça da comarca da cidade de Caldas, em 17 de agosto de 1907. p.2

Secretaria do Interior, já que a Santa Casa de Misericórdia de Caldas não se encontrava dentro das exigências previstas. Deixou claro que lavraria, nas visitas seguintes, a habilitação da Santa Casa para receber do estado a subvenção, desde que estivesse tudo regularizado, e informaria ao governo de Minas “para ministra-la, com a certeza de que o auxílio dos cofres públicos é licitamente empregado”.

A Misericórdia de Caldas possuía um patrimônio que incluía o prédio do hospital e uma capela, outro prédio cuja origem vinha do legado testamentário de Joaquim Francisco da Costa, falecido no hospital. Possuía ainda cinco e meia apólices da dívida pública da União, legadas pelo Dr. André Frederico Regnell, “sueco, sábio e caridoso médico falecido na cidade”. O prédio do hospital, segundo informação do provedor, havia sido construído com doações da população. Examinando a escrituração, o promotor constatou que até 1902 a Câmara Municipal entrou com a subvenção de 500\$000, entretanto, no Relatório de 1906, dizia o Provedor: “(...) e ainda mais, entendeu a Câmara suprimir a parca verba a ela anualmente votada, o que não merece comentários (...)”.<sup>102</sup>

A escrituração não fazia referência ao auxílio do município, a partir de 1902, mas parecia que ele havia sido pago até 1903. O estado de Minas Gerais fez o pagamento da subvenção até o primeiro semestre de 1906, entrando com a metade dela, uma quantia no valor de 1:000\$000 de réis. A receita do ano de 1906 foi de 2:165\$553 e a despesa de 1:950\$097, toda empregada em serviços, medicamentos, gêneros alimentícios, pequenos concertos e funerais.<sup>103</sup>

Os pedidos de auxílio e a assistência pública abarcavam uma gama de situações criadas pelo pauperismo e que deixavam muitos indivíduos vulneráveis. A assistência público/privada ia desde cuidados médicos aos despossuídos até a doação de alimentos e hospedagem em casas de caridade. A fiscalização foi uma importante medida para evitar que as subvenções fossem desperdiçadas através de gastos indevidos, como também se transformou em uma forma de mapeamento do número de pobres socorridos pelos diversos estabelecimentos.

---

<sup>102</sup> APM – SI 1682. Relatório de fiscalização realizada pelo promotor de justiça da comarca da cidade de Caldas, em 17 de agosto de 1907. p.2.

<sup>103</sup> “Em 1889 o alqueire de terra na Boa Vista, em Minas Gerais, foi avaliado em 60\$000. Sete anos depois (1905) o alqueire de terra, na mesma fazenda, valia 120\$000”. Além disso, uma vaca produtiva com cria valia 90\$000 aproximadamente. Reforço que estes dados servem somente para uma ideia do real valor da moeda no período. Segundo GUIMARÃES, Elione Silva. *Rompendo o silêncio: conflitos consuetudinários e litigiosos em terras pró-indivisas* (Juiz de Fora, Minas Gerais – século XIX). In: MOTTA, Márcia e ZATH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. Vol I. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

No relatório enviado ao Secretário do Interior Manoel Tomaz de Carvalho Brito, o promotor de justiça especifica o número de internos, o tratamento recebido da instituição, a alimentação e a higiene. Escrita a mão, seguiu a observação do secretário em relação ao cumprimento das exigências estabelecidas para o recebimento da subvenção pela instituição. A falta de informações fazia com que a subvenção não fosse concedida, como no pedido de pagamento de auxílio feito pela Casa de Caridade de Pouso Alegre, responde a Secretaria do Interior:

(...) Já vos informei que para se cumprirem as exigências da lei e da Circular de Julho, quanto a este instituto de caridade era preciso que a secretaria recebesse o movimento das enfermarias, relativamente ao ano de 1906. Recebemos hoje o movimento das enfermarias com referencia ao ano de 1907, o que não está de acordo com o exigido. Contudo, resolvereis. Interior, 7 de janeiro de 1908.

Em 1914, o diretor do Asilo de São Vicente de Paulo da cidade de Estrela do Sul pediu a subvenção destinada a instituição pelo Congresso Mineiro, que constava na lei orçamentária nº 596 de 19 de setembro de 1912, “a quantia de dois contos de reis, para o referido Asilo”, pois só havia recebido a importância de um conto de reis, correspondente ao 1º semestre. Os atrasos no pagamento das subvenções eram comuns, devido à ausência de relatórios, a entrega incompleta de documentos ou ainda por incoerências entre o orçamento estadual publicado e a real situação econômica do estado de Minas Gerais.

No caso da Associação Beneficente São João Baptista do Rio Branco a verba não foi recebida, o Sr. José Rangel, diretor da instituição, enviou à Secretaria do Interior em 27 de janeiro de 1914 um pedido de esclarecimento sobre a subvenção, já votada e publicada, destinada à construção de um hospital para a associação:

Exmo. Snr. Dr. Américo Ferreira Lopes,  
D.D. Secretário do Interior do Estado de Minas.  
Recebi da Secretaria que V. Ex. dignamente é superintendente, uma Circular de 5 deste mez, comunicando-me o teor da lei, art. 9 da lei nº 617 de 18 de setembro de 1913<sup>104</sup>, orçando a receita e fixando a despesa para o corrente exercício e não figurando nesse orçamento a verba de 16:000\$000 destinada a construção de um prédio para o Hospital desta Associação, porem, sim, um decreto nº 4.076 publicado em 3 de Janeiro deste anno no “Minas Geraes”. Venho hoje solicitar de V. Ex. o especial obséquio de esclarecer-me o meio de obter tal auxílio uma vez que iniciei a construção do edificio. I si é necessário juntar a planta ao requerimento?  
II em que condições de adiantamento das obras são necessárias para obter o pagamento?

<sup>104</sup> A lei orçava a despesa para o ano de 1914.

III quais os documentos que exige para essa prova?<sup>105</sup>

A resposta da Secretaria do Interior:

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes

Bello Horizonte, 6 de fevereiro de 1914

2ª Secção

O presidente da Associação de Rio Branco accusa o recebimento da circular desta Secretaria, sobre auxílios ás Casas de Caridades, etc., e declara qui no orçamento vigente não figura a verba de 16:000\$000, destinados para a construcção de um prédio para o hospital daquela Associação e sim no decreto 4.076<sup>106</sup> de 2 do mez passado.

De fato a atual lei orçamentária *não concede tal subvenção e nem o decreto citado*: este trata da abertura de credito para pagamento de auxílios anteriores, a diversos hospitais, inclusive o dalli.

A circular que se remetteu ao signatário deste, em nada affecta a este ponto.<sup>107</sup>

Desta forma, nem sempre as subvenções funcionavam - na prática - segundo a votação orçamentária, de um ano para outro havia sempre algumas mudanças entre as verbas orçadas, as recebidas, as verbas em atraso e que deveriam ser pagas integralmente ou em valor parcial. O Instituto de Surdas Mudas de Carmo do Rio Claro pertencente à Congregação das Irmãs da Providência, “cujos estatutos foram publicados no Minas Geraes de 23 de junho de 1911”, havia sido transferido para Itajubá.

A transferência incluiu “todo corpo docente e alunas, a 31 de Março de 1913”, em Itajubá o instituto se juntou a outro ali existente e continuou a funcionar “com a maior regularidade”. A Irmã Raphael<sup>108</sup>, diretora do instituto, pedia em agosto de 1914 a subvenção votada em setembro de 1913, principalmente, devido aos altos gastos resultantes da mudança,

<sup>105</sup> APM – SI 1815. Correspondência referente a auxílios e subvenções a casos de caridade, associações beneficentes, hospitais. 1914. Pedido de esclarecimento sobre subvenção pela Associação Beneficente São João Baptista do Rio Branco enviado à Secretaria do Interior em 27 de janeiro de 1914.

<sup>106</sup> O Decreto 4076, de 02/01/1914, abria o crédito extraordinário de 59:000\$000, destinados ao pagamento de subvenções às casas de caridade de São João Nepomuceno, Teófilo Otoni, Mar de Espanha e ao Hospital de São João Batista, de Rio Branco. Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Legislação Mineira. Link para consulta:<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=4076&comp=&ano=1914>

<sup>107</sup> APM – SI 1815. Correspondência referente a auxílios e subvenções a casos de caridade, associações beneficentes, hospitais. 1914. Ofício de espota a Associação Beneficente São João Baptista do Rio Branco enviado pela Secretaria do Interior em 6 de fevereiro de 1914.

<sup>108</sup> Na parte referente à História, do site do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá, consta a transferência do Instituto de Surdas Mudas de Carmos do Rio Claro para a cidade. “O Instituto “teve pouca duração devido a falta de apoio das autoridades e de professores especializados”. Informação coletada do site do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá. <http://cscjonline.com.br/?link=historia>

situação que tornava a verba urgente e necessária. Em 11 de dezembro de 1914, o Secretário do Interior Américo Ferreira Lopes, liberou a subvenção.<sup>109</sup>

Duas circulares permitem mapear a distribuição da assistência no território mineiro para o período de 1907 a 1923: a circular nº 605, de julho de 1907, emitida pelo então secretário Carvalho de Britto; e outra circular sem número de 6 de março de 1923 e que possui como anexo um questionário lançado pelo governo de Minas Gerais. A primeira circular reflete a preocupação do governo mineiro em mapear as associações beneficentes existentes no estado, uma tentativa de organizar os serviços assistenciais e de se evitar o mau uso das subvenções.

A circular de 1907, foi trabalhada de forma mais aprofundada na análise da questão social em Minas Gerais, destinada aos promotores de justiça das municipalidades tinha o objetivo de “conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no estado”. As casas de caridade estavam sob a responsabilidade e fiscalização do município, conforme o artigo 226 n. 1º da lei 75 de 1903, sendo representadas pelo Ministério Público. As instituições que recebiam subvenções do governo mineiro passariam por uma averiguação mais cuidadosa, reforçada na circular pelas palavras do Secretário do Interior Manoel de Carvalho Britto.<sup>110</sup>

O questionário criado pelo secretário do Interior em 1923, anexado à circular e destinado aos prefeitos dos municípios, apresentava referências não só a hospitais e casas pias (como na circular de 1907), mas perguntava de forma detalhada sobre as associações de auxílio:

#### Questionário

- 1º) Existem nesse município hospitaes de caridade, casas de saúde, asylos de orphãos, da infância abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos mudos, de loucos e outros que taes?
- 2º) Qual a denominação de cada um deles?
- 3º) Quando foram fundados?
- 4º) Têm funcionando ininterrupta e regularmente?
- 5º) Quaes os serviços prestados durante o seu funcionamento?
- 6º) Possuem estes estabelecimentos prédio próprio?
- 7º) Qual o montante de seu patrimônio actual?<sup>111</sup>

<sup>109</sup> APM - SI-1886. Requisições referentes a pagamento de gratificações, para despesas de hospitais e socorro público.1914. Pedido de subvenção do Instituto de Surdas Mudas de Itajubá.

<sup>110</sup> Ver ANEXO nº2. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, 5 de Julho de 1907.

<sup>111</sup> Ver ANEXOS nº3 e 4. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, 6 de março de 1923. Questionário anexo a circular.

O questionário de 1923, distribuído na gestão do Secretário do Interior Fernando Mello Vianna, ilustra não só o surgimento de um número considerável de “casas de caridade”, bem como permite analisar como se deu a setorialização dos socorros aos desvalidos. Essas fontes reúnem mais de 200 documentos que trazem informações sobre o tipo de instituições assistenciais de Minas Gerais, local, data de fundação, administração, finanças, manutenção, etc.

A assistência pública constituiu-se, no estado de Minas Gerais, durante a Primeira República, a partir de uma relação estabelecida entre o Estado e a sociedade, um pacto, alicerçado pela prática da filantropia. Portanto, um serviço público pautado na iniciativa privada, tendo nas irmandades leigas sua base primordial. Antes movida por estímulos morais e religiosos, a caridade foi aos poucos cedendo espaço para uma ação assistencial mais objetiva, caracterizada pela filantropia.

Não podemos utilizar o termo “assistência social” para o período estudado, visto que ele faz referência às políticas *públicas* de auxílio aos pobres. Mas o surgimento desta área como uma competência única do Estado traz, em sua trajetória, a presença de permanências. Dentre estas, destacamos a predominância das ações filantrópicas no processo de consolidação das políticas públicas para minimizar as consequências do desenvolvimento do mercado sobre a sociedade mineira, no período compreendido entre a abolição da escravidão e a criação das primeiras leis previdenciárias no Brasil.

### **1.3 – A “Questão Social” no Estado de Minas Gerais**

Na concepção de Hebe Mattos, no pós-abolição teria ocorrido um lento desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade do cativo.<sup>112</sup> A sociedade do início da República era altamente diversificada, com diferentes gradações de cor, vinculadas direta ou indiretamente ao cativo, sem contar os imigrantes que vieram para o país em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. Se comparado ao caso de São Paulo, por exemplo, onde os 2,1 milhões de imigrantes europeus que entraram para o estado, entre 1888 e 1928, tornaram a presença dos libertos

---

<sup>112</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

menos perceptível entre os paulistas, em Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX, o pós-abolição apresentou contornos diferenciados.

Minas contava em seu espaço geográfico com diferentes concentrações de libertos (mais presentes nas áreas vinculadas à agro exportação); uma grande população afrodescendente, (espalhada por todo seu território) e ainda possuía a presença diminuta, contudo não menos importante, de aproximadamente 60 mil imigrantes europeus, com entrada oficial pelas hospedarias (nas áreas exportadoras, naquelas vinculadas a produção de alimentos e na própria capital-Belo Horizonte).<sup>113</sup> Essa população de origem espacial e étnica diversificada é que constituía a grande maioria de pobres.

Em artigo sobre os escravos na zona da mata mineira, Luiz Fernando Saraiva afirma que “era a província de Minas Gerais (especificamente a Zona da Mata) que mais concentrava escravos no Brasil, em atividades predominantemente rurais”. Isso significava cerca de 101.588 escravos, para um total de 286.497 escravos para o ano de 1886.<sup>114</sup> Diversos estudos concluem que Minas Gerais apresentou, ao longo do século XIX, a maior população livre e escrava do Brasil.<sup>115</sup>

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Brasil em 1872 era de 9.930, 478 milhões de habitantes, dos quais 1.510, 806 milhão eram escravos. Para este ano, a população do estado de Minas Gerais somava 2.039,735 milhões de habitantes, sendo que 1.047,026 milhão eram homens e 992.709 mil era constituída por mulheres, sem contar 14 paróquias (correspondentes a 62.954 pessoas) que não participaram deste censo. O número de escravos no estado era de 370.459 mil. Em comparação ao ano de 1872, o ano de 1890<sup>116</sup> apresentou considerável aumento no número de homens e de mulheres, que subiu para 1.627,461 milhão e 1.566,638 milhão respectivamente.<sup>117</sup>

<sup>113</sup> MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas Gerais* (1889/1930). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

<sup>114</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. *Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro - Juiz de Fora 1870 – 1900*. Artigo apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. p.7. <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF>.

<sup>115</sup> Ver BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, 1998. COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2006. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Ligia Maria Osório Silva. GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012.

<sup>116</sup> Optamos por não analisar as informações do censo realizado no ano de 1890, pois o mesmo foi extremamente problemático e não resultou em dados reais. Segundo Botelho, no censo de 1890 as mudanças mais sensíveis ocorreram na parte de execução do censo. Embora a paróquia continuasse a ser a área geográfica mínima de referência, a laicização repentina do Estado, promovida pela Proclamação da República, fez com que as comissões censitárias fossem preferencialmente presididas pelo subdelegado do distrito, sendo também

**Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais de 1900 a 1912**

1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906
3.594,471	3.680,278	3.768,134	3.858,087	3.950,187	4.044,486	4.141,036

1907	1908	1909	1910	1911	1912
4.239,892	4.317,513	4.397,400	4.497,689	4.555,279	4.628,533

118

O quadro acima, sobre o crescimento da população entre os anos de 1900 e 1912, demonstra o crescimento populacional de Minas Gerais a cada ano. Quando se trata do crescimento médio anual por capitais do Brasil, Belo Horizonte apresenta, de 1900 a 1910, a taxa de 0,1002% de crescimento. Uma das maiores apresentadas entre as capitais presentes no censo do IBGE.<sup>119</sup> Ainda conforme os dados do IBGE a população de Minas Gerais, cerca de três décadas após a abolição da escravidão no Brasil, em 1920, apresentava um contingente populacional de 2.981,806 homens e 2.906,368 mulheres. As estatísticas demonstram que houve expressivo crescimento demográfico, de quase o dobro da população tanto de homens quanto de mulheres, como é possível observar no quadro abaixo, que traz os números absolutos dos habitantes do estado.<sup>120</sup>

**Quadro de dados estatísticos do IBGE para Minas Gerais com os números absolutos de habitantes**

UF	1872	1890	1900	1920
Minas Gerais	2.039,735	3.184,099	3.594,471	5.888,174

121

compostas por mais três membros indicados pelos presidentes das mesmas. Esse quadro, no qual as comissões assumiriam a face de “funcionário público”, fez com que predominasse a desconfiança e até mesmo a resistência da população em relação aos trabalhos dos recenseadores. Assim é que o processo de recenseamento de 1890 também foi demorado e as publicações foram parceladas, sendo concluídas em 1898. BOTELHO, T.R. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.60-61.

<sup>117</sup>IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2ª Ed. v 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 31-32. Ver também PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872 (Relatório Provisório). Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd, [http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf). Janeiro de 2012.

<sup>118</sup> Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Ver ANEXOS nº5 e 6.

<sup>119</sup> Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Ver ANEXO nº5.

<sup>120</sup> IBGE. op. cit. p. 33.

<sup>121</sup> 1 - 1872: os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada.

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>

De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1875, pelo presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, a emancipação da população escrava no estado teve início anos antes da abolição. Em parte intitulada “Elemento Servil” o presidente trata de comunicação recebida do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O assunto estava relacionado à libertação de escravos:

#### **Elemento Servil**

Em aviso de 6 de abril ultimo comunicou-me o ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas que havia solicitado da fazenda a distribuição do fundo de emancipação pelas diversas províncias, na proporção da respectiva população escrava recomendando por esta ocasião que se fizesse observar as disposições dos artigos 37 a 41 do regulamento aprovado pelo decreto nº3135 de 13 de novembro de 1872, a fim de que, verificado até 31 de dezembro do corrente ano o valor de tantos escravos classificados, quantos possam ser libertados pela quota destinada a esta província, ficassem habilitados os juizes de órfãos a desempenhar a obrigação que lhes é competida no artigo 62 do referido regulamento, declarando livre semelhantes escravos e entregando-lhes as cartas de liberdade.<sup>122</sup>

O Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872 tratou, em seu capítulo primeiro, dos filhos da mulher escrava. Reafirmou o imperativo da Lei do Ventre Livre e regulamentou outros pontos relacionados à lei. O Juiz de Órfãos detinha a autoridade de punir aqueles que a descumprissem, por violência ao menor ou por abandono, estipulando um valor a ser pago para alimentos.<sup>123</sup>

No segundo capítulo do referido decreto, “Do Fundo de Emancipação”, estava prevista a emancipação de “tantos escravos quantos corresponderem à quota disponível do fundo”. Os artigos 37 a 41 deste capítulo normatizavam o processo de indenização ao senhor, através dos cuidados de um agente fiscal, uma espécie de árbitro. O artigo 42 estabelecia que os juizes de órfãos fossem os responsáveis pela declaração de liberdade do escravo, a partir de uma ordem de classificação relacionada ao fundo de emancipação.

As cartas de liberdade deveriam ser entregues por intermédio dos senhores e, também, enviadas aos presidentes das províncias e ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para que o pagamento fosse ordenado. Então, os nomes do senhor e do liberto seriam publicados, em edital impresso no jornal local, e fixados na porta da matriz de cada

---

<sup>122</sup> BN 482 - Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

<sup>123</sup> Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Decreto nº5135 de 13 de novembro de 1872. Publicação Original.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decret-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>

paróquia com antecedência de um mês da emancipação, para possíveis contestações sobre o preço da indenização.<sup>124</sup>

Em 21 de março o Ministro da Agricultura, Negócios e Obras Públicas havia exigido a declaração do número de escravos existentes na província de Minas Gerais, de 1872 a 1874. Sobre o número de escravos, a tesouraria da Fazenda informou que se achavam matriculados na província 326.530 escravos, sendo 177.512 do sexo masculino e do feminino 149.018. O número de filhos livres de mulher escrava chegava a 29.409, sendo 14.781 do sexo masculino e do feminino 14.628. O total de escravos libertos entre 1872 e 1874 somou 1234, como se pode observar no quadro abaixo:

**Quadro de escravos libertos entre 1872 e 1874 em Minas Gerais**

<b>Município</b>	<b>Nº de Escravos Libertos</b>
Ayuruoca	25
Bagagem	40
Barbacena	36
Christina	17
Conceição	135
Curvelo	22
Diamantina	100
Dores de Marmelada	3
Grão Mogol	41
Itabira	43
Mariana	101
Passos	46
Pitangui	82
Piumhy	22
Rio Novo	33
Rio Preto	54
Santa Barbara	132
Santo Antonio do Monte	34
São João Batista	31
São João Del Rey	81
Sete Lagoas	14
Tamanduá	142
<b>Total</b>	<b>1234</b>

125

Desde o período colonial, a mineração propiciou muitas alforrias (por compra) e existem trabalhos que apontam a presença de povoados com 50% de forros, por exemplo.<sup>126</sup>

<sup>124</sup> Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Decreto nº5135 de 13 de novembro de 1872. Publicação Original. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>

<sup>125</sup> BN - 482 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

Isto significa que mais alforrias podem ter ocorrido durante os três anos após o censo de 1872 e, além disso, existiam dificuldades por parte do governo de Minas Gerais em mapear a quantidade de escravos no território. No próprio censo de 1872 muitas paróquias ficaram ausentes, devido à presença de muitos municípios e a falta de articulação entre as regiões do estado.<sup>127</sup> Sabe-se que em 1886 havia 286.497 escravos em Minas<sup>128</sup> e, de modo geral, estes dados podem ser analisados como resultado da Lei do Ventre Livre de 1871 e da Lei dos Sexagenários de 1885.<sup>129</sup>

O número de 1234 escravos libertos é ínfimo se comparado ao número de escravos existente nos municípios mineiros, de acordo com o censo de 1872. Contudo devemos considerar que as emancipações estavam condicionadas ao fundo do estado de Minas Gerais criado para este fim.<sup>130</sup> Outro fator fundamental, que consideramos anteriormente, era que muitos senhores de escravos tendiam a manter os menores consigo, para servi-los. Em se tratando do total de escravos, o número de libertos representa cerca de 1%, e a soma também

---

<sup>126</sup> Consultar: SARAIVA, Luiz Fernando. *Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro - Juiz de Fora 1870 – 1900*. Artigo apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. p.7. <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF> e COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2006. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Ligia Maria Osório Silva.

<sup>127</sup> Novamente sobre o censo de 1890, em trabalho desenvolvido no NEPO – Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp, para o estado de São Paulo, concluiu-se que além dos problemas relatados para o censo de 1872, o censo de 1890 conseguiu ser ainda mais confuso e ineficiente, não terminou na data prevista, 31 de dezembro de 1890, em todas as paróquias do país. “Em muitas delas os impressos não chegaram a tempo ou chegaram em quantidades reduzidas, retardando os trabalhos de levantamento e gerando outros problemas advindos de um recenseamento não efetivado na data programada. O número de paróquias que deixou de enviar os mapas à comissão apuradora foi grande (103) maior do que aquele observado para o censo de 1872. Em dezembro de 1897 foi concluída a *Synopse* (publicada em 1898). No final de 1898 foi finalizado e publicado o volume - Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo. E, finalmente, em 1901 foi publicado o último volume - Idades. A parte referente às profissões deixou de figurar na publicação porque “*as dificuldades já detalhadamente expostas no prefácio da Synopse, fizeram adiar o estudo completo desta questão para o futuro recenseamento*”. Para calcular a população das paróquias que não realizaram o levantamento ou para as quais os resultados não puderam ser considerados, a equipe que levou à frente os trabalhos do censo utilizou os elementos fornecidos pelo recenseamento de 1872, na maioria dos casos, ou aqueles existentes em outros levantamentos locais elaborados no período intercensitário (1872-1890). Além destes problemas, que afetaram a realização e a publicação do censo de 1890 somam-se outros. As informações sobre a população estrangeira, por exemplo, estavam comprometidas em virtude das diferentes interpretações dadas às normas da primeira Constituição Republicana quanto à naturalização dos estrangeiros”. BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos*. NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP, 1998. p.10-11.

<sup>128</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit.

<sup>129</sup> No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre estipulou que todos os filhos de escravos nascidos após a publicação da referida lei fossem considerados libertos. Em 1885, a Lei dos Sexagenários determinou que os escravos maiores de sessenta anos fossem imediatamente libertados.

<sup>130</sup> Sobre o número de libertos ver PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872 (Relatório Provisório). op. cit. Tabela 41: Distribuição, por município, da população de Minas Gerais, em 1872, segundo sexo e condição. FONTE: D.G.E., Recenseamento Geral do Império, 1872. p.97.

difere do número de matrículas de escravos para o estado de Minas citado no relatório de 1875 (326.350).

Mas, as manumissões em Minas Gerais foram decrescendo na medida em que a abolição se aproximava. A tabela abaixo traz as manumissões ocorridas em algumas províncias, entre os anos de 1877-1881:

**Tabela 2 – Manumissão de escravos, por províncias, 1877-1881**

Taxa anual de manumissão<sup>12</sup>

Província / anos	1877	1878	1879	1880	1881
Município Neutro	20.6	19.0	26.0	33.5	33.3
Espírito Santo	5.2	5.9	7.1	8.2	7.4
Rio de Janeiro	4.5	3.9	5.1	5.5	5.8
São Paulo	3.9	3.5	3.7	4.7	5.6
Minas Gerais	3.9	3.0	3.2	5.3	5.1
Brasil	7.0	6.3	7.1	9.1	11.1

Fonte: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1980. p. 35.

131

Podemos observar que o número de escravos libertos em Minas no período foi sempre menor entre os estados listados. Alguns historiadores interpretam esse fato como uma forma de “manutenção preventiva” do braço escravo ou do medo decorrente da escassez de mão de obra, o que resultou no grande número de escravos no estado de Minas Gerais antes e depois de 1888.<sup>132</sup>

Luiz Gustavo Santos Cota afirma ter havido maior discussão em torno da emancipação escrava a partir da década de 1870, uma consequência direta da Lei do Ventre Livre, reconhecida como um marco no projeto de abolição gradual da escravidão. O autor analisou os processos de liberdade abertos por escravos na capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto, entre os anos de 1871 e 1888. Sua pesquisa demonstrou que o número destes processos no foro de Ouro Preto cresceu de modo progressivo após 1871, tendo aumentado ainda mais

<sup>131</sup> Tabela retirada de MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1982. Apud MARTINS, Marcos Lobato. O Debate sobre Trabalho Escravo, Abolicionismo e Trabalho Livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012.

<sup>132</sup> MARTINS, Marcos Lobato. O Debate sobre Trabalho Escravo, Abolicionismo e Trabalho Livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012. BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, 1998. COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2006. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Lígia Maria Osório Silva. GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012

nos anos 1880. Os escravos utilizavam o arbitramento judicial para a compra da alforria, mediante a indenização do senhor, uma clara referência ao sistema de indenizações expresso pela Lei do Ventre Livre.<sup>133</sup>

A relevância dessas considerações está na existência de um imenso contingente de escravos no estado à época da abolição, com a maior parte deles concentrada na Região Sul, Zona da Mata mineira e Região das Vertentes, segundo o censo de 1872. Raquel Pereira Francisco analisou setenta processos de tutela de ingênuos e libertos na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, entre 1870 e 1900, e concluiu que a pobreza era um dos impedimentos para que as mães escravas conseguissem a tutela de seus filhos. Havia a suspeita da “suposta má conduta” dessas mães, o que levava o Juiz de Órfãos a ceder a guarda das crianças para um tutor dativo.<sup>134</sup>

Nos processos de tutela de menores, analisados pela autora, as mães eram geralmente descritas como “muito pobres”, “dadas ao vício da embriaguês e da prostituição”, “solteiras e sem residência fixa”. Tendo seu pedido negado, e na ausência de um tutor testamentário ou legítimo, era indicado um tutor dativo. “A tutela dativa poderia ser dada ao peticionário, caso aceitasse o encargo ou a outra pessoa da localidade, desde que ficasse provada a sua idoneidade”. Além disso, as crianças representavam para os tutores “uma mão de obra futura”. Segundo Raquel Francisco, a tutela foi uma estratégia bastante utilizada pelos proprietários na tentativa de controlar a mão de obra, diante da escassez de trabalhadores no período.<sup>135</sup>

As famílias das classes populares e também dos libertos eram tidas como desorganizadas, sem estrutura, e os pais eram caracterizados como incapazes de cuidar de seus filhos. Deste modo, a tutela retirava-lhes o exercício do pátrio-poder. Rômulo Andrade, em sua pesquisa sobre a legitimidade e compadrio nas famílias escravas da Zona da Mata mineira, afirma que a opção dada pelo artigo primeiro da Lei do Ventre livre ao senhor transformava o menor em um “liberto-escravo”, pois este “permanecia na propriedade

---

<sup>133</sup> COTA, Luiz Gustavo Santos. *Não só “para inglês ver”*: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. Revista História Social. Campinas: Unicamp, n. 21, segundo semestre de 2011. p.74-80. <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/912/683>

<sup>134</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira. *Autonomia e liberdade*: os processos de tutelas de menores ingênuos e libertos – Juiz de Fora (1870-1900). Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007. p. 649-651.

<sup>135</sup> Idem. p.652-654.

obrigado pela lei, vivendo ao lado dos escravos, tendo ligações íntimas com eles e vendo diariamente sua família no cativoiro”.<sup>136</sup>

A questão social envolvia a escravidão, o seu processo gradual de abolição e ainda a discussão sobre a “colonização” ou a vinda dos imigrantes, com o objetivo de substituir a mão de obra escrava. Suprir a mão de obra escrava em Minas Gerais se tornou tema constante das discussões ocorridas na assembleia legislativa. Era preciso desenvolver políticas que estimulasse a vinda de imigrantes para Minas Gerais e, para isso, as colônias agrícolas eram consideradas o meio mais adequado para fixar os imigrantes no Brasil.<sup>137</sup>

As mudanças políticas e econômicas vividas no continente europeu, desde o início do século XIX, fizeram com que a América se tornasse um dos destinos preferidos dos imigrantes, cuja maior parte foi em direção aos Estados Unidos. Só o Brasil recebeu, desde 1880 até 1914, quase três milhões de imigrantes que, de acordo com Botelho, vinham majoritariamente “em função dos subsídios oferecidos”. Os imigrantes vindos para o país “dirigiam-se para colônias de pequenos agricultores”, as colônias agrícolas representavam uma oportunidade de explorar a própria terra.<sup>138</sup>

Essa expectativa ia de encontro à necessidade dos cafeicultores de substituir a mão de obra escrava:

As experiências iniciais foram bastante problemáticas, não só por causa da inexperience dos fazendeiros com o uso do trabalho livre, mas também por causa da inadequação dos sistemas de remuneração desses trabalhadores. Somente após diversas tentativas foi-se construindo um sistema que se mostrou adequado: o colonato. Tratava-se de “um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida”, pelo qual “a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido”. Esse sistema encaminhou imigrantes, sobretudo para a província – posteriormente estado – de São Paulo, apesar de também ter sido implantado no Espírito Santo e em Minas Gerais.<sup>139</sup>

Os “núcleos coloniais” foram comuns no governo imperial. Botelho afirma que a partir da década de 1880 esse movimento ganhou ainda mais força. Houve um aumento de

<sup>136</sup> ANDRADE, Rômulo. op.cit. p.4-9.

<sup>137</sup> Ao realizar um mapeamento das instituições públicas e privadas de assistência do estado de Minas Gerais se tornou perceptível que tais instituições se encontravam em maior número nas mesmas regiões nas quais o número de ex-escravos também era maior, principalmente após 1870 e nos anos subsequentes. Isto pode ser observado, principalmente, para a Região Sul e da Zona da Mata do estado de Minas. Ver PASCOAL, Isaías. *Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007. Este assunto será abordado no capítulo 3. SARAIVA E ETCC

<sup>138</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. BRAGA, Mariângela Porto. ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54. 2007. p.155-176. p.156-157. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a09v2754.pdf>

<sup>139</sup> Idem. p.157.

peças no país a partir da década de 1880 e, na década de 1890, o total de imigrantes chegou a 1,68 milhão no Brasil.<sup>140</sup> No estado de Minas Gerais o serviço foi organizado na década de 1890, como ocorreu no restante do país. Os imigrantes eram encaminhados para hospedarias em diversas cidades de Minas Gerais (Juiz de Fora, Belo Horizonte, Estação de Vista Alegre, Estação da Soledade). Em relação ao projeto colonizador do estado, em 1871 a “Colônia do Mucury” (criada em 1869) era considerada “um dos mais importantes núcleos coloniais, pela sua posição geográfica, fertilidade de seu solo e amenidade de seu clima”.

Existiam quatro colônias que formavam a do Mucury: São Jacinto, São Benedito, Santo Antônio e Santa Maria. Habitavam ali 805 pessoas, divididas em dois núcleos, Barreados e Macacos. Os alemães eram os mais numerosos, 254, seguidos pelos austríacos que somavam 148 indivíduos, pelos portugueses com 39 e suíços com 31 pessoas. O resto da colônia era composto por brasileiros, 333 pessoas. A higiene e índole pacífica dos imigrantes constavam no relatório provincial de 1871, pois “somente dois processos haviam ocorrido por motivo de espancamento desde 1846”.

Outra colônia, denominada “Colônia Militar do Urucú”, criada em 1854, não era próspera e estava em decadência. Não possuía capela para as orações, nem praças suficientes para lidar com a presença de seis tribos indígenas que viviam nas redondezas. A colônia era formada por 430 habitantes, 194 portugueses, 102 holandeses, 25 chineses, 15 alemães e 10 belgas. Os brasileiros compunham o destacamento militar, os empregados da colônia e suas famílias. Houve um aumento do número de mortes em 1870, devido à ingestão da carne “de uma vez que morreu de peste” e, além disso, os remédios da botica estavam em grande parte estragados.<sup>141</sup>

Sobre os colonos, o relator Antonio Luiz Affonso de Carvalho, afirmou que os portugueses e holandeses não pagaram “à fazenda pública os seus compromissos”, pois alegavam “não ter meios” para efetivar o pagamento. Segundo alguns ministros, a colônia deveria ser extinta, pois estava onerando os cofres públicos “com despesa avultada” sem conseguir prosperar. Mas o presidente da província discordava, já que à colônia não foram oferecidas condições para se desenvolver tais como estradas, prédios e capelas. Criticou

---

<sup>140</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. BRAGA, Mariângela Porto. ANDRADE, Cristiana Viegas de. op.cit. p.158.

<sup>141</sup> BN – 477. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.48-49.

também o fato do governo imperial doar terras a muitos “ex-praças do exército” naquela região, deixando de vendê-las a quem teria interesse em cultivá-las.<sup>142</sup>

A Colônia D. Pedro II, fundada e dirigida pela companhia União e Indústria na cidade de Juiz de Fora, era composta de 1147 imigrantes alemães: “404 casados, 28 viúvos, 712 solteiros”. Destes, 719 eram católicos e 428 protestantes. Esta era a maior colônia da província e contava com uma excelente estrutura composta de escola, capela e servida de boas estradas. Estas características tornavam a Colônia D. Pedro II a mais desenvolvida e um exemplo para o serviço de colonização, “estava próxima à escola agrícola e à côrte” e iria estimular a vinda de outros colonos.<sup>143</sup>

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos celebrou um contrato com o governo da província para a criação de uma nova colônia agrícola, para brasileiros e estrangeiros: o governo garantia à Vasconcellos 8% de juros anuais sobre o capital empregado no valor de até 40:000\$000 durante 25 anos. Em troca, o empresário teria que apresentar até janeiro de 1874 um projeto de estatuto e regulamento para as colônias, bem como educar os libertos maiores de oito anos que fossem entregues ao estado de Minas (de acordo com a Lei do Ventre Livre).<sup>144</sup>

A província e Vasconcellos celebraram outro contrato para a vinda de 350 imigrantes europeus, em um prazo de três anos. As despesas com transporte, agasalho, sustento e tratamento dos imigrantes eram todas de responsabilidade de Vasconcellos, ao governo provincial caberia o pagamento da subvenção de 200\$000 por imigrante adulto e 100\$000 pelos menores de 10 anos de idade. No ano de 1898 o estado de Minas mantinha quatro colônias: em Barbacena, Sabará, Barreiros, Belo Horizonte e São João Del Rey. Juntos, esses núcleos tinham uma população de 1920 indivíduos, sendo que 1360 eram estrangeiros.<sup>145</sup>

O contrato celebrado com Vansconcellos resultou em um fracasso e contribuiu para a descrença de que a imigração fosse sanar a questão da mão de obra agrícola em Minas Gerais. Durante anos seguidos o governo estadual investiu nas colônias e na vinda de imigrantes para

<sup>142</sup> BN – 477. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.50-51.

<sup>143</sup> BN – 477. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.51.

<sup>144</sup> U272 – Relatório feito pelo Senador Joaquim Floriano de Godoy para o Exmo. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2º vice-presidente da Província de Minas Gerais. 15 de janeiro de 1973. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u272/000002.html>. p.16-17.

<sup>145</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues Botelho. BRAGA, Mariângela Porto Braga. ANDRADE, Cristiana Viegas de. op.cit. p.162.

o estado, nos relatórios e mensagem dos presidentes fica patente a decepção diante das somas investidas na imigração, sem o retorno positivo esperado.

Como pudemos observar no decorrer deste item, a população mineira à época da proclamação da República era composta por brancos e negros, além de um número razoável de imigrantes estrangeiros. O estado de Minas Gerais era um dos mais populosos no período e com o maior número de escravos à época da abolição. Daí os investimentos do estado de Minas nas colônias agrícolas já existentes, além da criação de outras, para acolher os imigrantes de modo adequado, pois a reposição da mão de obra escrava se tornou fundamental.

Quanto aos escravos, desde a Lei do Ventre Livre até 1888, as iniciativas do governo estadual se voltaram para os cuidados com os menores alforriados a partir de 1871, daí as mudanças ocorridas nos recolhimentos para expostos, que cederam lugar para os asilos de órfãos. Pode-se afirmar que, de certo modo, houve uma adequação das instituições de auxílio à configuração social que se formou no decorrer do processo abolicionista em Minas Gerais. Prova disso foi a construção, desde os anos finais do regime monárquico, de muitos estabelecimentos destinados a prestar assistência e cuidados médicos aos doentes pobres, acolher os órfãos e os idosos.

#### **1.4 – Pobres, desvalidos, indigentes: o perfil do assistido**

O objetivo deste item é traçar um perfil sobre o assistido em Minas Gerais, na tentativa de descobrir quem era o indivíduo que necessitava dos serviços assistenciais: se branco, pardo ou negro, qual profissão exercia e qual a sua idade. Sabemos das dificuldades em se precisar características como a cor, por exemplo, questão que Hebe Mattos aborda com precisão em seu trabalho.<sup>146</sup> Era uma sociedade “altamente diversificada”, fator que acrescenta mais obstáculos em relação à identidade dos pobres. As fontes utilizadas são quadros de doentes indigentes, listas nominais de enfermos, de asilados e de órfãos, que são abundantes nos relatórios das instituições de socorro aos desvalidos em Minas Gerais.

A iniciativa de construir um perfil dos desvalidos, assistidos ou pobres, perpassa pela compreensão de que o próprio conceito de pobreza é resultado de contextos específicos, capazes de modificar sua compreensão e significado. Antes da Revolução Industrial a pobreza fazia parte da “ordem natural” das coisas, tanto quanto a ajuda aos pobres. A caridade era um

---

<sup>146</sup> Ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. op. cit.

importante valor moral que permeava tal sociedade, orientada e distribuída de acordo com os preceitos da Igreja.

Ao final do século XIX podemos observar a transformação sofrida na caracterização conceitual da pobreza e, ainda, no campo da assistência: a responsabilidade moral cede espaço à responsabilidade social. O conceito de pobreza, cada vez mais, deixou de ser um problema moral e se tornou um problema social. Entre os séculos XVI e XIX, ocorreram mudanças econômicas, políticas e sociais que ressignificaram o conceito de pobreza, levando a teorizações sobre a pobreza e o processo de pauperização.<sup>147</sup>

Quem eram esses pobres? Qual o perfil dos indivíduos que recorriam à caridade alheia ou a ajuda do Estado? O que os levou à situação de indigência? Conforme a análise realizada no começo deste capítulo, a “questão social” no Brasil se agravou após a abolição da escravidão e das mudanças no mercado de trabalho, advindas do desenvolvimento capitalista. Houve uma reconfiguração social que não foi acompanhada de políticas públicas para inserção do recém-liberto no mercado de trabalho. E este era considerado desqualificado até para o próprio trabalho na lavoura.

A vinda de imigrantes, muitas vezes, revelou-se problemática, já que muitos não viam correspondidas as expectativas criadas sobre as relações entre patrão e empregado em terras brasileiras, ou sequer conseguiam obter sua própria terra. Nas cidades, as transformações no mercado de trabalho e a crescente segregação dos espaços públicos colocavam o indivíduo comum (branco, pardo ou negro) em situação de risco. Crianças, velhos, viúvas, doentes mentais e qualquer pessoa incapacitada para o trabalho, neste contexto social e econômico, tiveram sua condição de vulnerabilidade ampliada.

Sobre a sociedade do final do século XIX no Brasil, June Hahner afirma que não havia uma homogeneidade ou uma identidade no que chamou de “classe média urbana”. Contudo, pertencer à classe alta ou média, significava desfrutar de posição social diferenciada, diante da “massa de população”. Médicos e advogados eram considerados da alta classe, geralmente eram filhos ou parentes pobres de grandes proprietários de terras e evitavam se misturar com o que o autor chamou de “classe média baixa”: professores primários, contadores, balconistas. Consequentemente, os integrantes desta classe média baixa se consideravam melhores que os operários e trabalhadores domésticos.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> KIRSCHNER, Tereza Cristina. *A reflexão conceitual na prática historiográfica*. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 15, nº 1/2, 2007. p. 57-58.

<sup>148</sup> HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. p.30.

De acordo com Hahner:

(...) Havia um grande hiato entre os pobres urbanos, mesmo os trabalhadores qualificados que na Europa seriam considerados a aristocracia operária, e os membros dos setores médios, que haviam escapado do estigma do trabalho manual numa sociedade escravocrata. A diferença entre o trabalho físico e o intelectual não podia ser superada.<sup>149</sup>

A autora destaca que nesta sociedade pré-industrial os pobres formavam um todo heterogêneo, com “pouca consciência de classe ou solidariedade”, sendo diferenciados pelas profissões que desempenhavam. Havia uma divisão principal entre os pequenos comerciantes e profissionais qualificados e os trabalhadores que utilizavam a força física. Operários qualificados se esforçavam para ficarem acima dos operários comuns; ser proprietário de um restaurante barato ou de um quiosque para vender bebidas, cigarros, bilhetes de loteria, era mais seguro e rentável que vender produtos como frutas ou escovas pelas ruas.

Os trabalhadores mais qualificados como os gráficos, por exemplo, tinham orgulho de sua função e, geralmente, eram mais alfabetizados que os trabalhadores não especializados: carroceiros, carregadores, estivadores, vendedores ambulantes, domésticas, lavadeiras e biscateiros. Tais ocupações tornavam estes profissionais mais dependentes e ou vulneráveis, devido a pouca experiência e quase ausência de equipamentos de trabalho. Abaixo dos profissionais sem qualificação e com empregos pouco estáveis estavam “os subempregados ou marginais: como os engraxates, os mendigos e os criminosos, que viviam em necessidade e em constante insegurança”.

Os escravos que viviam nas cidades desempenhavam ocupações variadas, desde as que exigiam alguma especialização, até biscateiros, domésticas e prostitutas. Escravas domésticas menos preparadas trabalhavam em serviços mais simples, as mais treinadas eram cozinheiras, costureiras, lavadeiras, babás, governantas e damas de companhia. O serviço doméstico abarcava um número muito grande de trabalhadores negros, de acordo com o censo de 1872. Existiam profissões que davam mais prestígio social, outras acabavam por criar um estigma deturpado sobre o trabalhador que a desempenhava.<sup>150</sup>

Ainda que tenha apresentado graves problemas em sua metodologia, o censo de 1872 é de grande importância para a análise das profissões existentes no período. Sabemos se tratar de uma fase de mudanças, do trabalho escravo para o assalariado, entretanto, estas foram graduais. Desta forma, este censo auxilia na compreensão do universo profissional dos

<sup>149</sup> Idem. p.31.

<sup>150</sup> HAHNER, June. op.cit.

trabalhadores dos anos finais do Império e iniciais da República. De acordo com o quadro a seguir, os lavradores, servidores domésticos, criados e jornaleiros encabeçavam a lista de profissões com maior número de trabalhadores. Os trabalhadores assalariados “sem profissão” também registraram número bastante expressivo: mais de 3.000.000.

Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872

Tabela 22 Somatória dos dados paroquiais ajustados pelo MRP contidos no sexto “Quadro”, relativo à população total, em relação às profissões – Brasil – 1872

Grupos	Categorias	Brasileiros livres								Estrangeiros livres								Escravos		Total			
		Homens				Mulheres				Homens				Mulheres				Homens	Mulheres				
		Solteiros	Casados	Viuúos	S/Inf	Solteiras	Casadas	Viuúas	S/Inf	Solteiros	Casados	Viuúos	S/Inf	Solteiras	Casadas	Viuúas	S/Inf						
	Seculares (religiosos)	2.190	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.591	
	Homens (relig. Regular)	108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118
	Mulheres (relig. Regular)	0	0	0	0	229	1	1	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0	311
Prof. liberais	Juizes	284	425	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	752
	Advogados	663	1.119	130	0	0	0	0	0	13	15	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.943
	Notários e escrevães	529	986	112	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.627
	Procuradores	573	613	136	0	0	0	0	0	43	33	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.404
	Oficiais de justiça	624	932	126	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.683
	Médicos	639	902	134	0	0	0	0	0	66	121	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.871
	Curupões	72	89	18	0	0	0	0	0	26	19	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	227
	Farmacêuticos	670	584	83	0	0	0	0	0	148	142	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.645
	Parteiros	22	26	14	0	406	512	786	0	5	3	2	0	29	24	57	0	0	0	0	0	8	1.894
	Professores e homens de letras	2.074	2.472	297	0	1.036	900	255	0	403	378	57	0	75	40	29	0	0	0	0	0	0	8.016
	Empregados públicos	5.746	5.853	942	0	2	1	0	0	8	17	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.570
	Artistas	18.498	11.855	2.198	0	1.768	904	357	0	4.368	2.500	352	0	226	165	50	0	1.523	237	0	0	45.001	
	Prof. Industriais e comerciais	Militares	20.372	5.793	966	0	0	0	0	152	29	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marítimos		12.715	4.419	719	0	0	0	0	2.405	1.283	105	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.866	0	23.512
Pescadores		10.220	7.921	1.471	0	32	14	1	0	462	251	57	0	0	0	0	0	0	0	0	1.451	0	21.880
Capitalistas e proprietários		9.225	14.418	2.678	0	3.268	2.462	3.258	0	756	742	185	0	106	74	121	0	0	0	0	0	0	37.293
Manufatureiros e fabricantes		7.606	5.175	992	0	2.484	1.628	587	0	1.433	793	116	0	54	38	18	0	80	3	0	0	3	21.007
	Comerciantes, guarda-livros e caseiros	45.335	36.874	5.705	0	3.674	2.430	1.756	0	25.425	13.610	1.949	0	862	367	312	0	0	0	0	0	0	138.299
Profissões Manuais e Mecânicas.	Costureiras	72	55	13	0	278.703	144.851	31.152	0	27	35	2	0	3.913	2.796	890	0	1	49.577	0	1	512.087	
	Canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	3.521	2.584	419	0	874	482	112	0	744	477	51	0	6	0	0	0	2.510	320	0	0	12.100	
	Operários em metais	11.178	9.271	1.672	0	675	692	219	0	2.292	1.568	222	0	0	1	0	0	3.152	37	0	0	30.979	
	Operários em madeiras	20.781	18.205	2.966	0	1	2	0	0	4.006	2.685	354	0	0	0	0	0	0	7.873	24	0	0	56.897
	Operários em tecidos	5.963	2.806	532	0	65.803	38.168	13.260	0	124	65	12	0	220	220	77	0	1.530	10.161	0	0	138.961	
	Operários de edificações	10.090	7.032	1.474	0	45	28	13	0	1.820	1.214	183	0	3	1	0	0	5.328	0	0	0	27.231	
	Operários em couros e peles	3.055	2.717	458	0	5	3	1	0	437	379	36	0	1	1	0	0	794	3	0	0	7.890	
	Operários em tinturaria	137	94	18	0	65	42	23	0	45	22	2	0	6	3	1	0	31	6	0	0	495	
	Operários de vestuário	9.454	6.689	1.391	0	215	62	27	0	1.538	854	143	0	14	3	2	0	1.964	76	0	0	22.432	
	Operários de chapéus	602	278	83	0	135	63	44	0	323	161	24	0	0	1	0	0	168	50	0	0	1.932	
	Operários de calçado	10.397	8.355	1.696	0	116	115	51	0	1.623	1.192	171	0	24	10	3	0	2.947	1	0	0	26.701	
Prof. Agric.	Lavradores	842.820	650.473	88.745	0	343.765	234.029	56.314	0	18.588	18.602	2.324	0	4.512	5.614	1.054	0	376.450	204.637	0	0	2.847.927	
	Criadores	45.813	39.831	5.070	0	6.256	4.650	2.081	0	543	458	61	0	50	39	24	0	12	88	0	0	104.976	
Pessoas assalariadas	Criados e jornaleiros	202.174	111.088	18.986	0	46.139	21.253	5.624	0	19.880	8.481	1.030	0	1.965	846	269	0	94.466	45.534	0	0	577.735	
	Serviço doméstico	94.586	49.650	6.825	0	453.840	379.263	53.113	0	6.335	2.310	255	0	10.662	8.234	2.274	0	95.655	187.628	0	0	1.350.630	
	Sem profissão	1.469.922	89.514	20.819	0	1.504.060	267.527	52.563	0	13.093	4.375	763	0	9.166	7.020	1.577	0	207.084	207.130	0	0	3.854.613	
S. Informação	0	0	0	3.510	0	0	0	1.348	0	0	0	0	571	0	0	0	120	265	116	0	0	5.930	
Total		2.868.730	1.099.101	167.933	3.510	2.713.596	1.100.082	221.598	1.348	107.528	62.823	8.503	571	31.971	25.499	6.759	120	805.170	705.636	0	0	9.930.478	

Fonte dos dados básicos: Censo de 1872 (DGE, 1876).

No censo de 1872, para Minas Gerais, as profissões com número maior de trabalhadores também foram a dos “profissionais agrícolas” (aqui sem a divisão entre criadores e lavradores), seguidos pelo grupo de “pessoas assalariadas” e pelos profissionais de “serviço doméstico”. Em relação aos profissionais agrícolas, sabemos que o número de criadores certamente era muito inferior ao número de lavradores, já que para ser criador era preciso ter, ao menos, uma porção de terras. Contudo, os trabalhadores “sem profissão” são os mais numerosos, devido aos problemas deste censo, que discutiremos abaixo.

<sup>151</sup> PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872 (Relatório Provisório). Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd, [http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf). Janeiro de 2012. A sigla MRP significa Método do Resultado Predominante. p.54.

Tabela 39: Distribuição da população por profissões segundo sexo e condição – Minas Gerais – 1872  
Tabela provincial corrigida

Grupos de Profissões	Líves				Escravos			
	H	%	M	%	H	%	M	%
Prof. Liberais .....	13.038	1,53	1.716	0,21	4	...	5	...
Prof. Industriais e comerciais .....	15.298	1,79	411	0,05	46	0,02	-	-
Prof. Manuais ou mecânicos .....	39.344	4,60	201.430	24,59	5.358	2,68	22.485	13,48
Prof. Agrícolas .....	268.394	31,40	104.674	12,78	78.444	39,24	32.266	19,34
Pessoas assalariadas .....	157.468	18,42	12.304	1,50	19.864	9,94	7.885	4,73
Serviço doméstico .....	33.623	3,93	215.965	26,36	35.783	17,90	46.211	27,70
Sem profissão .....	327.678	38,33	282.648	34,51	60.412	30,22	57.951	34,74
Total .....	854.843	100,00	819.148	100,00	199.911	100,00	166.803	100,00

FONTE: D.G.E., Recenseamento Geral do Império, 1872.

152

Em relação aos problemas apresentados na coleta de dados do censo de 1872, a Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, realizada pelo CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd, observou “algumas fragilidades e indeterminações decorrentes do momento histórico e do próprio estágio de desenvolvimento do conhecimento demográfico”. A principal fragilidade está nas informações sobre a profissão:

(...) Mesmo que tenha sido mais detalhado que o boletim de família de 1870, o campo reservado à profissão continha elevada indeterminação quanto à informação a ser declarada ou privilegiada, em 1872. Isto porque, em vários casos, a “profissão” ou a “ocupação” poderiam se diferir dos “meios de vida”. Sobre isso, a título de recomendação, o relatório sobre o censo de 1870 sugeria que fosse privilegiada, nos próximos censos, a informação sobre a posse de unidades produtivas sobre qualquer outra informação ocupacional (Relatório, 1871: 17). Desconhece-se em que medida esta suposta orientação tenha sido repassada aos declarantes da informação.<sup>153</sup>

Profissão, ocupação ou “meio de vida”, Hahner afirma que o censo de 1872 apresenta uma classificação das profissões que “não permite uma definição precisa da estrutura social do país”. Este censo acaba por simplificar uma realidade ocupacional e, portanto social, bastante estratificada e complexa, já que a mesma categoria censitária abarcava grupos profissionais muito diferentes. Isso pode ser destacado, por exemplo, quando tratamos dos “profissionais assalariados” sem profissão: qual a sua ocupação ou meio de vida? Ainda sobre

<sup>152</sup> PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872 (Relatório Provisório). op.cit. p.95.

<sup>153</sup> Idem. p.17.

os “profissionais agrícolas” em Minas Gerais: como saber quais deles eram criadores e quais eram lavradores?

Além das profissões, Hahner aponta as roupas como outra forma de detectar a condição social do indivíduo: a elite se vestia com roupas de tecidos caros, casacos e cartolas, apesar do calor da capital federal. Já os pobres usavam roupas de algodão, remendadas, calça e camisa para homens, saia e blusa para as mulheres. Trabalhadores empobrecidos e escravos podiam ser vistos andando descalços pelas ruas, muitas vezes impedidos de frequentar certos estabelecimentos devido à ausência de sapatos.<sup>154</sup>

Farinha de mandioca e feijão fazia parte da alimentação básica dos trabalhadores que ganhavam pouco, enquanto que trabalhadores mais bem remunerados podiam incluir frutas, pão, carne fresca e café. O feijão era um alimento comum tanto para os ricos quanto para os pobres. Com o aumento e flutuação dos preços dos alimentos, na segunda metade do século XIX, aumentaram as dificuldades de se manter moradia e alimentação para as classes baixas. Muitas mulheres e crianças se viram forçadas a trabalharem exaustivamente, principalmente na indústria têxtil, em troca de baixíssimos salários.<sup>155</sup>

Devido à péssima alimentação, moradias insalubres, vestuário inadequado, longas jornadas de trabalho, os pobres urbanos estavam mais suscetíveis a todo tipo de doenças. Existem muitos registros de epidemias de varíola, cólera e febre amarela, além de doenças como sífilis, escorbuto, sarampo, entre outras. No Rio de Janeiro, não havia esgoto e nem água tratada, o que contribuía para que rapidamente as doenças se espalhassem entre a população necessitada.

As condições de vida dos trabalhadores pobres no início do século XX continuaram péssimas: jornadas longas, atividades insalubres, baixos salários, exploração de mulheres e crianças. Quanto às profissões:

(...) carpinteiros, estucadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, tanoeiros, sapateiros, padeiros, chapeleiros e alfaiates, podiam se considerar superiores aos vendedores de rua, carregadores, lavadores de pratos e diaristas, além de motoneiros e cocheiros e até trabalhadores de engenho semiqualificados. Alguns trabalhadores não qualificados encontravam trabalho temporário nos setores industriais e de serviços. As mulheres pobres ainda trabalhavam em lavanderias, as meninas vendiam doces e os meninos lustravam sapatos e vendiam jornais.<sup>156</sup>

<sup>154</sup> HAHNER, June E. op.cit. p.34-35.

<sup>155</sup> Idem. p.44-45. O aumento de preços tinha relação com a ampliação da agricultura comercial, a diminuição do cultivo de alimentos diversificados em prol da lavoura de café, além de problemas para transportar os alimentos.

<sup>156</sup> Idem. p.200.

Situações de desemprego, de doença ou morte, causavam grande desequilíbrio às famílias pobres e poderia levar as crianças ao mercado de trabalho. Além disso, um membro familiar com um emprego poderia arrumar outro ocasional, para complementar a renda: aumentar a jornada de trabalho diário era a principal estratégia para sobreviver. Outros fatores também ajudavam: moradias de baixo custo (favelas); cultivo de hortaliças e galinhas; troca de mercadorias e serviços. Não podemos desconsiderar a importância das “redes de favores mútuos”, fundamentais para diminuir despesas.<sup>157</sup>

A fragilidade e ou vulnerabilidade dos pobres resultava na conseqüente dependência da caridade alheia para sobrevivência. Os relatórios das instituições de socorro são fontes fundamentais para a tentativa de se traçar um perfil dos pobres entre fins do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Os quadros que apresentaremos nos ajudam a analisar o perfil daqueles que procuravam a assistência em Minas Gerais. Cabe ressaltar que todas as instituições de caridade eram obrigadas a prestar este tipo de informação ao governo mineiro.

Durante o Império, as instituições tinham que prestar contas ao governo através de informações sobre seu funcionamento. Na República, a Secretaria do Interior determinava a confecção de relatórios semestrais, necessários para se receber o auxílio do Estado. Os relatórios eram produzidos pelos fiscais do governo: os promotores das comarcas. Ainda havia aqueles oriundos das próprias associações de caridade.

Muitos trazem listas nominais de doentes pobres, com detalhes importantes sobre a cor, profissão e idade dos desvalidos. Um deles é o quadro de doentes indigentes da Santa Casa de Misericórdia de Caldas, de 1907:

**Registro de Doentes Pobres da Santa Casa de Misericórdia de Caldas - 1907<sup>158</sup>**

N	Nome	Naturalidade	Idade	Sexo	Cor	Profissão	Estado	Procedência ou Residência
1	Francisco Barbosa	Africano	70	Mas.	Preta	Jornaleiro	Ignorado	Caldas
2	Sebastião Canuto	Brasileiro	35	Mas.	Preta	Pedreiro	Casado	Caldas
3	João Ferreira	Brasileiro	60	Mas.	Parda	Ferreiro	Casado	Caldas
4	Adão Pereira D'aquino	Brasileiro	80	Mas.	Preta	Jornaleiro	Viúvo	Caldas
5	Firmino Glz. Araujo	Brasileiro	40	Mas.	Branca	Negociante	Ignorado	Caldas

<sup>157</sup> HAHNER, June E. op.cit. p.201.

<sup>158</sup> APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). SI-1681. Relação de doentes enviada à Secretaria do Interior em 1907, em resposta à circular que exigia informações sobre os serviços assistenciais prestados pelos estabelecimentos de caridade de Minas Gerais.

6	Fernando Belchior da Silva	Brasileiro	18	Mas.	Preta	Jornaleiro	Solteiro	Caldas
7	Joaquim Bimbarra	Brasileiro	55	Mas.	Cabocla	Jornaleiro	Viúvo	Caldas
8	Anna Candida de Jesus	Brasileira	17	Fem	Branca	Engomadeira	Solteira	Caldas
9	Martinho Gomes Vieira	Brasileiro	75	Mas.	Preta	Lavrador	Casado	Caldas
10	Maria Lucia	Brasileira	60	Fem.	Preta	Lavadeira	Solteira	Caldas
11	Francisca Mendes dos Reis	Brasileira	28	Fem.	Preta	Cozinheira	Casada	Caldas
12	Maria da Conceição Barbosa	Brasileira	6	Fem.	Preta	—————	———	Caldas
13	José Maria	Brasileiro	65	Mas.	Preta	Cozinheiro	Solteiro	Caldas
14	Joaquim Velho	Brasileiro	105	Mas.	Branca	Lavrador	Casado	Caldas
15	Venâncio José de Lima	Brasileiro	39	Mas.	Parda	Jornaleiro	Ignorado	Caldas
16	Maria (menor)	Brasileira	1	Fem.	Parda			
17	Francisca (menor)	Brasileira	5	Fem.	Preta			

Podemos ver que a maior parte dos que constam na lista tinham profissões que exigiam menor qualificação ou especialização: jornaleiro, lavrador, cozinheiro, engomadeira, ferreiro, pedreiro, negociante. Seguindo a análise sobre as profissões, realizada anteriormente, trabalhos que exigiam pouca qualificação significavam salários mais baixos e, por consequência, maior dependência da caridade. Outro detalhe a ser observado: neste quadro especificamente há um número considerável de pretos e pardos: dos dezessete indivíduos apenas quatro brancos. Importante aqui, lembrarmos de que os quadros são apenas de doentes pobres ou indigentes, conforme exigia a circular de 1907, analisada posteriormente.

A seguir serão apresentados alguns quadros feitos a partir das listas nominativas de doentes pobres e asilados. Devido às dificuldades em se precisar a quantidade de negros, pardos e brancos, que recorriam à assistência em Minas Gerais, optamos por delimitar o universo do pobre a partir das profissões existentes nos quadros de assistidos. Acreditamos que esta ferramenta de análise proporciona maior segurança para caracterizar os pobres do que os critérios de cor. Sobre as profissões, a mesma situação ocorrida no quadro de assistidos de Caldas pode ser observada no quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Santa Luzia:

**Relação de doentes pobres recolhidos à Santa Casa de Misericórdia de Santa Luzia em 1907<sup>159</sup>**

Nº	Nomes	Naturalidade	Idade	Cor	Profissão	Estado	Residência
01	Sebastião do Nascimento	Bahia	28	Pardo	Lavrador	Solteiro	Parahibuna
02	José Elpidio	Santa Luzia	8	Preto	-----	-----	Santa Luzia
03	Idalina Lima da Silva	Santa Luzia	39	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia
04	João Fernandes	Santa Luzia	18	Preto	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia

<sup>159</sup> APM – Secretaria do Interior, SI-1681. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Santa Luzia do Rio das Velhas, 28 de setembro de 1907, pelo Secretário José Silvino Teixeira de Mello.

05	Cícero dos Reis	Santa Luzia	8	Pardo	-----	-----	Santa Luzia
06	Francisco da Paixão	Taquarassú	31	Pardo	Lavrador	Casado	Santa Luzia
07	Marcolino da Piedade	Caethé	34	Parda	Lavadeira	Solteira	Santa Luzia
08	Hilarião Dias Teixeira	Ubá	18	Pardo	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia
09	Delfino da Costa	Santa Luzia	74	Pardo	Lavrador	Viúvo	Santa Luzia
10	Antonio Mathias	Santa Luzia	30	Pardo	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia
11	Francisca G. Alves	Santa Luzia	14	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Olhos d'Agua
12	Adriano José do Carmo	Santa Luzia	77	Pardo	Santeiro	Casado	Santa Luzia
13	Roque da Fonseca	Santa Luzia	42	Preto	Lavrador	Casado	Santa Luzia
14	Maria da Cruz	Santa Luzia	13	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia
15	Veríssimo Tinorio	Santa Luzia	47	Preto	Lavrador	Casado	Santa Luzia
16	Domingos José	Diamantina	27	Pardo	Sapateiro	Solteiro	Santa Luzia
17	Anna Moreira	Venda Nova	22	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia
18	Irmã Carmélia da Piedade	Serro	49	Parda	Irmã de Caridade	Solteira	Asylo de São Luiz
19	Manoel Gonçalves	Sumidouro	49	Pardo	Lavrador	Casado	Olhos d'Agua
20	Eleutério Ferreira Santos	Bahia	35	Pardo	Lavrador	Casado	Santa Luzia
21	Crescencio Alves	Santa Luzia	48	Pardo	Lavrador	Casado	Santa Luzia
22	Mathilde Caminha	Itália	69	Branca	Atriz	Viúva	Santa Luzia
23	Maria das Dôres	Mattosinhos	22	Parda	Serviços Domésticos	Casada	Santa Luzia
24	José Marinho	Espanha	50	Branco	Pedreiro	Casado	Santa Luzia
25	Ritta do Valle	Santa Luzia	45	Preta	Cozinheira	Casado	Santa Luzia
26	Julia Claudina de Souza	Santa Luzia	60	Parda	Lavadeira	Casado	Santa Luzia
27	Brasilina Izabel Araujo	Santa Luzia	32	Parda	Lavadeira	Viúvo	Santa Luzia
28	Candida de Souza	Santa Luzia	100	Parda	Mendiga	Viúva	Santa Luzia
29	Clara Maria de Jesus	Bom Jesus	19	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia
30	Floripes Olympia	Sabará	10	Parda	Serviços Domésticos	-----	Lapa
31	Jacintha Anta. De Castro	Santa Luzia	80	Preta	Mendiga	Viúva	Santa Luzia
32	Firmina de Jesus	Santa Luzia	49	Preta	Cozinheira	Viúva	Santa Luzia
33	Maria Pereira	Santa Luzia	12	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia
34	Antonio Mathias	Santa Luzia	30	Pardo	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia
35	Maria da Piedade Pereira	Roças Novas	50	Parda	Lavadeira	Casada	Santa Luzia
36	Bernardino Albino	Santa Luzia	50	Pardo	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia
37	Antonio Gomes Costa	Montes Claros	25	Pardo	Lavrador	Solteiro	Sete Lagoas
38	Paulina Maria de Jesus	Roças Novas	90	Parda	Mendiga	Solteira	Roças Novas
39	Constança Ludovico	Paraopeba	80	Preta	Mendiga	Solteira	Santa Luzia
40	Victor Pacheco Ribeiro	Santa Luzia	70	Preto	Lavrador	Casado	Santa Luzia
41	Daniel Pedro Soares	Caeté	19	Pardo	Lavrador	Solteiro	Santa Luzia
42	Sebastião de Almeida	Ouro Preto	41	Pardo	Agenciador	Viúvo	Santa Luzia
43	Domingos José	Diamantina	27	Pardo	Sapateiro	Solteiro	Santa Luzia
44	Maria José	Santa Luzia	12	Parda	Serviços Domésticos	Solteira	Santa Luzia

160

Dos 44 nomes listados, 16 eram lavradores, 09 trabalhavam em serviços domésticos, 04 eram lavadeiras, 04 mendigos, 02 cozinheiras, 02 sapateiros, 01 pedreiro, 01 atriz, 01 agenciador, 01 santeiro, 01 irmã de caridade, 02 em branco. O estado civil não pode ser desconsiderado aqui: há maior incidência de solteiros ou viúvos. Em relação à cor, um predomínio de pretos e pardos.

<sup>160</sup> APM – Secretaria do Interior, SI-1681. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Santa Luzia do Rio das Velhas, 28 de setembro de 1907, pelo Secretário José Silvino Teixeira de Mello.

Acontece o mesmo no quadro de doentes da Santa Casa de Misericórdia de Caeté em 1907, dentre os 21 internos apenas três são brancos; quanto às profissões, eram jornaleiros, cozinheiros, um operário, uma doceira e uma professora. Importante no quadro de Santa Luzia e Caeté é que os internos eram majoritariamente solteiros ou viúvos, fator de vulnerabilidade social, pois não ter uma rede de amparo familiar só piorava a situação de desamparo.

Em relação à idade, quatro internos com menos de 20 anos, sendo a doceira e viúva Sabina Telles a mais idosa, com 81 anos:

**Relação de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Caeté**

Nº	Nomes	Naturalidade	Idade	Sexo	Côr	Profissão	Estado	Residência
01	Ignez de Moraes	Caeté	66	Mulher	Preta	Cozinheira	Solteira	Caeté
02	Sabina Telles	Caeté	81	Mulher	Parda	Doceira	Solteira	Caeté
03	Manoel Francisco Dutra	Pará	20	Homem	Parda	Jornaleiro	Casado	Caeté
04	Antonio Raimundo Marques	Ignorada	14	Homem	Preta	Jornaleiro	Casado	Caeté
05	José de Andrade	Idem	52	Homem	Preta	Operário	Casado	Caeté
06	Trajano de Figueiredo	Caeté	35	Homem	Preta	Jornaleiro	Casado	Caeté
07	Francisco de Paula	Portugal	45	Homem	Branca	Jornaleiro	Solteiro	Caeté
08	José Camillo de Souza	Taquarassú	64	Homem	Morena	Jornaleiro	Viúvo	Caeté
09	João Maria	Portugal	42	Homem	Branca	Jornaleiro	Solteiro	Caeté
10	Moyses dos Santos	Taquarassú	32	Homem	Parda	Sentenciado	Viúvo	Caeté
11	Silvina da Piedade	Rio S. Francisco	40	Mulher	Parda	Professora	Solteira	Caeté
12	João Baptista	Portugal	60	Homem	Branca	Jornaleiro	Viúvo	Caeté
13	Antonio João	Penha	62	Homem	Parda	Jornaleiro	Solteiro	Caeté
14	Pedro Raimundo	Morro Vermelho	27	Homem	Preta	Jornaleiro	Solteiro	Caeté
15	José Jacintho de Araujo	„	29	Homem	Preta	Jornaleiro	Solteiro	Caeté
16	Antonio P. Florencio	São Sebastião	22	Homem	Parda	Jornaleiro	Solteiro	Taquarassú
17	Joaquim Martins	Penha	19	Homem	Preta	Jornaleiro	Solteiro	Penha
18	Joaquim Antonio Ferrão	Curvello	20	Homem	Branca	Jornaleiro	Solteiro	Ignorada
19	Maria M. dos Santos	Montes Claro	25	Mulher	Parda	Cozinheira	Solteiro	Caeté
20	Maria José das Dantas	Morro Vermelho	26	Mulher	Parda	Cozinheira	Solteiro	Caeté
21	Affonso Pereira Chaves	Itabira M. Dentro	33	Homem	Preta	Jornaleiro	Solteiro	Itabira

161

As três Santas Casas pertenciam às seguintes regiões: Caldas - região sul; Santa Luzia e Caeté - região metropolitana. Um quarto registro é o da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, localizada na região oeste de Minas Gerais, que recebeu em 1907 a visita do promotor Arthur Ferreira Diniz, para fiscalizar a instituição:

(...) Encontrou os doentes que ali são tratados discriminados da maneira seguinte: João Martiniano com dezenove anos de idade, brasileiro, de cor parda, solteiro. Áurea Jesus de Carvalho com cinquenta e cinco anos de idade, brasileira, viúva, de cor branca. Urcellina de Tal com trinta e oito anos

<sup>161</sup> APM – Secretaria do Interior, SI-1681Série 10: Saúde e Assistência Pública. Termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Caeté. 1907.

de idade, brasileira, solteira, de cor preta. Pedro Machado, com setenta anos de idade, africano, solteiro, cor preta. Joaquim Alves Barboza com quarenta e três anos de idade, brasileiro, viúvo, de cor preta. Fortunato José da Costa, com setenta e dois anos, viúvo, brasileiro, cor parda. Maria Faleiro com setenta anos de idade, brasileira, viúva, branca. Antonio Bernardes da Silva com quarenta e cinco anos, brasileiro, viúvo, de cor branca. Anna de Tal com dez anos, brasileira, solteira, parda. Vicente Alves de Oliveira com vinte e cinco anos, brasileiro, solteiro, branco. Antonio Francisco Bastos, com quarenta e oito anos, brasileiro, casado, branca. Celestino José Gonçalves com setenta anos, brasileiro, casado, preto. Joanna Ferreira com oitenta anos, brasileira, viúva, preta.<sup>162</sup>

Em Oliveira o padrão se repete: maioria de solteiros e viúvos. Dos treze citados, seis indivíduos eram viúvos, cinco solteiros e apenas dois eram casados. Na lista de asilados de Diamantina – região do Vale do Jequitinhonha, os registros apresentam pobres asilados com idade mais avançada, entre 60 e 100 anos, e demonstram que as profissões de lavrador, cozinheira, jornaleiro, lavadeiras, costureiras, figuravam entre as mais comuns. Chama atenção a idade avançada dos internos da instituição abaixo:

#### Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antonio - 1913

Nº	Nomes	Natalidade	Idade	Sexo	Cor	Estado	Profissão	Procedência	Observação
1	Vicente José da Silva	Arassuahy	27	Masc.	Preta	Solteiro	Nenhuma	Diamantina	Cretino
2	José Alves	Diamantina	46	Masc.	Preta	Casado	Pedreiro	Diamantina	Paralítico
3	Margarida Clara Lemos	Diamantina	85	Fem.	Parda	Viuva	Lavadeira	Diamantina	----
4	Clara Leite de Jesus	Dattas	65	Fem.	Preta	Casada	Cozinheira	Diamantina	----
5	Alexandrina F. de Assis	Diamantina	85	Fem.	Parda	Solteira	Nenhuma	Diamantina	Cega
6	Andreza Isidora de Abreu	Curimatahy	62	Fem.	Preta	Solteira	Nenhuma	Diamantina	Cega
7	Ludovina de Barros Couto	Diamantina	74	Fem.	Preta	Solteira	Lenheiro	Diamantina	----
8	Thereza Pereira de Jesus	Rio Vermelho	69	Fem.	Preta	Solteira	Cozinheira	Curralinho	----
9	Sebastião Custodio Pimenta	Guindo (Africa)	85	Masc.	Preto	Solteiro	Mineiro	Curralinho	Aleijado
10	Lucrecia Maria Salvelina	Diamantina	69	Fem.	Parda	Solteira	Costureira	Diamantina	Aleijada
11	Jacintha de Jesus (menor orphã)	N.S. da Glória	13	Fem.	Preta	Solteira	Nenhuma	Diamantina	----
12	Marta da Paixão	S. João da Chapada	83	Fem.	Preta	Viúva	Cozinheira	Diamantina	----
13	Edwiges Moreira	Diamantina	91	Fem.	Parda	Viúva	Serviço doméstico	Diamantina	----
14	Theophilo Vieira	S. João da	74	Masc.	Parda	Casado	Mineiro	Diamantina	----

<sup>162</sup> APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública.. Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). SI-1681. Termo de visita da Santa Casa de Oliveira, 1907.

		Chapada							
15	José Atayde de Miranda	Diamantina	64	Masc.	Parda	Solteiro	Jornaleiro	Diamantina	----
16	Carolina Fernandes de Azevedo	Diamantina	91	Fem.	Parda	Viuva	Costureira	Diamantina	----
17	Maria Antonia dos Reis	S. Luzia Rio das Velhas	72	Fem.	Preta	Solteira	Lavadeira	Diamantina	----
18	Anna Augusta Bispo	Rio Manso	52	Fem.	Parda	Viuva	Lavradora	Rio Manso	Paralítica
19	Paulo Pires Camargo	Africa	102	Masc.	Preta	Viuvo	Pedreiro	Diamantina	----
20	Eufrasnia Candida de Jesus	Diamantina	76	Fem.	Parda	Solteiro	Lavadeira	Diamantina	----
21	José Correia Baracho	Dattas	66	Masc.	Parda	Viuvo	Mineiro	Dattas	----
22	José Alexandre	S. João da Chapada	49	Masc.	Preta	Solteiro	Jornaleiro	Diamantina	Readmitido
23	Maria Martinha de Magalhães	Diamantina	61	Fem.	Parda	Viuva	Lavadeira	Diamantina	
24	Idalina Hermínia Fróes	Mercês de Arassuahy	59	Fem.	Parda	Solteira	Cozinheira	Diamantina	Readmitida

163

O quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que integrava o relatório de 1915, mantém o perfil dos doentes pobres descrito acima: a maior parte dos pobres que buscavam ajuda e tratamento eram solteiros ou viúvos; quanto à profissão, eram em sua maioria lavradores, cozinheiros, lavadeiras, domésticas. Somente um sapateiro, um pedreiro, um operário: profissões que exigiam maior especialidade e com possibilidade de salários um pouco melhores. Deste modo, trabalhadores pobres, menos especializados e mal remunerados, eram usuários constantes dos serviços de assistência, como é possível observar no quadro a seguir:

#### Quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte 1913-1914

	Nome	Ida de	Cor	Sexo	Profissão	Estado Civil	Naturalidade	Residência
01	João José de Souza	65	Parda	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
02	João Darcy	42	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
03	João Pereira	20	Parda	Masc.	Hortelão	Viúvo	Alemão	Juiz de Fora
04	Raymunda	12	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
05	Fernando Xavier	37	Parda	Masc.	Cozinheiro	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
06	Maria Cesarina	45	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
07	Basilio Rodrigues	70	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
08	Ambrizio Marques	82	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
09	Rita Pereira	85	Preta	Fem.	Lavadeira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte

<sup>163</sup> APM – Secretaria do Interior, SI – 1802. Relatórios de funcionamento de casas de caridade (requisições de verbas para manutenção de casas de caridade). Série 10: Saúde e Assistência Pública. Termo de visita do asilo Recolhimento do Pão de Santo Antônio, Diamantina, 1913.

10	Leopoldina Francisca Faria	60	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Espanhola	Belo Horizonte
11	José Pereira	14	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
12	Anna Noronha	70	Parda	Fem.	Domestica	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
13	Carolina Julia de Lima	70	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
14	Baldina Leopoldo	35	Preta	Fem.	Cocheira	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
15	Francisca de Paula	60	Parda	Fem.	Domestica	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
16	Dorselina Raymunda	71	Parda	Fem.	Lavrador	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
17	Eva Maria de Oliveira	84	Preta	Fem.	Lavrador	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
18	Bemvinda do Nascimento	34	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
19	Manoel Ignacio	115	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
20	Severiano Alves dos Santos	78	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
21	Ana Francisca de Jesus	89	Preta	Fem.	Pedreiro	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
22	Maria Theophila	72	Preta	Fem.	Operária	Solteira	Espanhola	Belo Horizonte
23	Ana das Neves	42	Parda	Fem.	Domestica	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
24	Antonio dos Santos	11	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
25	Francisco de Paula Riba	35	Branca	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
26	Luiz de Rocha	68	Parda	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Pedro Leopoldo
27	Martim Alexandre da Rocha	98	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
28	N.N.	20	Parda	Fem.	Lavadeira	Solteiro	Brasileira	Contagem
29	Domiciano Albano da Cruz	70	Preta	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
30	Maria Paulina	45	Parda	Fem.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
31	Bernardo Bretor	75	Branca	Masc.	Sapateiro	Viúvo	Espanhol	Juiz de Fora
32	Silvério Perdigão	70	Parda	Masc	Lavrador	Solteiro	Brasileiro	Sabará
33	Augusta Maria da Conceição	68	Preta	Fem.	Doméstica	Viúva	Italiano	Belo Horizonte
34	Maria da Conceição	24	Preta	Fem.	----	Solteira	Italiano	Santa Quitéria
35	Quitéria Moreira da Silva	60	Parda	Fem.	Doméstica	Viúva	Italiano	Belo Horizonte
36	José Rodriguez	58	Branca	Masc.	Lavrador	Solteiro	Português	Belo Horizonte
37	Antonio Maria da Costa	39	Branca	Masc	----	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
38	Joaquim Antonio Constancio	62	Parda	Masc.	Lavrador	Solteiro	Mineiro	Belo Horizonte
39	Emerencia Valeria	80	Parda	Fem.	Doméstica	Viúva	Mineiro	Bom Sucesso
40	Izabel Lopes	60	Preta	Fem.	Doméstica	Viúva	Mineiro	Villa Nova Lima
41	Joaquina Morgosa	70	Preta	Fem.	Doméstica	Casada	Mineiro	Belo Horizonte
42	Carolina Julia de Lima	70	Parda	Fem.	Doméstica	Viúva	Brasileiro	Belo Horizonte
43	Luiza Isadora da Silva	70	Parda	Fem.	Doméstica	Viúva	Mineira	Sto. Ant. Rio Acima
44	Bento Natal Nascimento	60	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
45	José Graciliano	50	Branca	Masc.	Colchoeiro	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
46	Anna das Neves	42	Parda	Fem.	Doméstica	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
47	Sabina Thereza da Silva	50	Branca	Fem.	Cozinheira	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
48	Antonio dos Santos	11	Preto	Masc.	----	Menor	Brasileiro	Sabará
49	Francisco de Paula Riba	35	Branco	Masc.	Lavrador	Solteiro	Português	Ouro Preto
50	Luiz da Rocha	68	Parda	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
51	João Antonio Maria	60	Preto	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte
52	Martim Alexandre da Rocha	98	Preto	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileiro	Belo Horizonte
53	Anna Catharina M. Senna	50	Parda	Fem.	Domestica	Viúva	Brasileiro	Belo Horizonte
54	José Rodriguez	45	Parda	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileiro	Belo Horizonte
59	Raymundo Fco Xavier Vieira	39	Preto	Masc.	----	Casado	Brasileiro	Januária
60	Silvério Perdigão	70	Parda	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileiro	Sabará
61	Daniel Rego	20	Branca	Masc.	----	Solteiro	Brasileiro	Belo Horizonte

Interessante destacar que o doente João Pereira é identificado pela cor “parda” e nacionalidade “alemã”. Detalhes como estes, colocam em pauta a veracidade das informações

<sup>164</sup> APM – Secretaria do Interior, SI - 1840. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Avisos de remessas de documentos, lista de asilados, pedido de pagamento de subvenções e documentos referentes a socorro público. Termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte pelo Promotor de Justiça, em 1915.

presentes neste tipo de documento, o que deve ser considerado pela análise e que, também, torna necessário o entrecruzamento das fontes.

Passaram pela Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte cerca de 150 doentes pobres entre o segundo semestre de 1913 e o ano de 1914. Eram negros e pardos, em sua maioria, em um universo de 61 (que constam no quadro acima) apenas dez eram brancos. Trinta e dois doentes pobres tinham sessenta anos ou mais e a profissão de lavrador foi a que mais apareceu.<sup>165</sup>

De acordo com as informações coletadas nos quadros acima, o assistido em Minas Gerais era predominantemente solteiro ou viúvo, sem família ou parentes próximos, e com pouca ou nenhuma especialização profissional. As profissões citadas nos quadros estão, em sua quase totalidade, ligadas ao trabalho manual: lavrador, serviços domésticos, lavadeira, cocheiro, cozinheiro, pedreiro, jornaleiro. Deste modo, os quadros demonstram que os assistidos do final do século XIX e início do século XX exerciam serviço braçal e geralmente com baixos salários, o que os deixava em situação vulnerável. A doença, quando os acometia, representava uma ameaça à sua frágil sobrevivência, encontravam auxílio nas instituições de socorro, como os hospitais, que tratavam de boa parte dos indigentes neste período.

Neste capítulo, buscamos perceber como a pobreza transformou-se em um problema na Europa e, com o desenvolvimento do sistema capitalista em escala intercontinental, estimulou o surgimento da questão social em outras partes do mundo. No caso da América, e mais especificamente do Brasil, analisamos os impactos trazidos pelo fim da escravidão e o início do período republicano, com ênfase nas consequências destes acontecimentos para a população do estado de Minas Gerais. Por fim, nosso objetivo foi construir um perfil dos desvalidos a partir de suas profissões.

Importante observar que estes quadros não expressam nem a totalidade nem a maioria dos assistidos em Minas Gerais. Mas de alguma forma ilustram e sugerem que este perfil foi considerado, a partir da análise documental, o mais expressivo ou representativo do pobre que necessitava da assistência no período pesquisado. O fato de não termos acesso ao conjunto de assistidos no estado, não permitiu afirmar a existência somente do perfil descrito acima, portanto as tabelas são indicativas deste perfil.

---

<sup>165</sup> APM – Secretaria do Interior, SI - 1840. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Avisos de remessas de documentos, lista de asilados, pedido de pagamento de subvenções e documentos referentes a socorro público. Lista de doentes da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, anexa ao termo de visita de 1915. Devido ao tamanho da lista, a mesma não foi anexada, mas trata-se de um relatório sobre 180 internos desde 1912 a 1915.

## Capítulo 2 – O Estado de Minas Gerais e a pobreza: a assistência pública aos desvalidos

As políticas sociais e iniciativas de socorro do estado de Minas Gerais à pobreza serão objeto de análise neste capítulo, com destaque para a reordenação política e administrativa ocorrida no estado de Minas Gerais após a proclamação da República, com o federalismo. Além disso, a parceria estabelecida entre a sociedade e o Estado, entre o público e o privado, será abordada desde as décadas finais do Império até 1923. Destacamos que houve uma opção por parte do governo republicano no estado de Minas por investimentos na área educacional, em detrimento da assistência à pobreza.

Isto se torna relevante quando consideramos a possibilidade da ampliação do número de eleitores após a Constituição de 1891. A primeira carta constitucional da República instituiu como condição para votar que o eleitor fosse do sexo masculino e alfabetizado. Era fundamental conquistar mais parlamentares em âmbito federal, pois isso significaria maior poder decisório para a bancada mineira. Além disso, a assistência aos pobres estava a cargo das irmandades, situação que contribuiu para consolidar a parceria entre a iniciativa pública e privada no campo assistencial estadual.

### 2.1 – Assistência Pública e Privada em Minas Gerais

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o Império até a República, contudo, são mais recorrentes a partir do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra “hospitais” foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros.<sup>166</sup>

A preocupação com as doenças e a higiene na província foi um tema central nos discursos dos representantes políticos de Minas Gerais desde a década de 1860 e, segundo as pesquisas consultadas, já existia bem antes desta data.<sup>167</sup> O que mudou? A resposta a esta

---

<sup>166</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. op.cit. p.6. Em 1882 houve uma mudança na organização destes serviços, com a criação de um regulamento para ampliar a atuação da polícia médica. Esta era responsável pela fiscalização de estabelecimentos públicos e particulares: quartéis, prisões, colégios, hospitais, abrigos, casas de saúde, maternidades, casas de banho, teatros, hotéis, estalagens, dentre outros.

<sup>167</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX*. Revista Dynamis. 2011, vol.31, n1º, pp. 41-63. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES,

pergunta está vinculada ao processo de abolição gradual da escravidão no país e da progressiva inserção do trabalho livre. O governo e as elites agrárias, inseridas na administração do Estado brasileiro, foram obrigadas a se adaptar a uma realidade que se mostrava mais e mais palpável, à medida em que a chamada legislação abolicionista era implementada.<sup>168</sup>

O fim da escravidão se aproximava e, além dos aspectos econômicos, havia a preocupação com a reordenação política e social que a abolição traria. Alicerçada por preceitos positivistas, a noção de que a higiene, o trabalho e a educação das classes populares eram fundamentais para o progresso do país, fizeram com que boa parte das políticas sociais se concentrasse nos serviços de sanitização, na criação de escolas e de colônias agrícolas para os meninos pobres. Os serviços de assistência à saúde ampliaram sua demanda, o que ocasionou uma reestruturação no quadro assistencial nos anos finais do Império. A presença constante de doenças epidêmicas levou o governo mineiro a reforçar a prioridade de prevenir e combater as moléstias.

A necessidade de projetos públicos ou particulares voltados para a higiene pública aparece em muitos relatórios provinciais. O que observamos é que as expectativas do governo de Minas Gerais eram depositadas na iniciativa privada, a sociedade deveria se responsabilizar amplamente pelo controle das doenças e também da pobreza. A institucionalização da assistência pública à saúde no decorrer da Primeira República foi, aos poucos, consolidando este setor. Quanto à assistência aos pobres, parte considerável dos auxílios continuou a ser realizada pelas instituições privadas do estado, como veremos a seguir.

Destacamos a participação das elites mineiras não só na constituição do campo da assistência pública em Minas Gerais, mas como um elemento fundamental deste campo. No Estado, a assistência caracterizada como pública incorporou em sua agenda a participação efetiva das elites, através da atuação nas irmandades e associações de caridade e filantropia. A assistência, deste modo, foi institucionalizada em Minas Gerais como um serviço público que

---

Rita de Cassia. *Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX*. Ciência & saúde coletiva. 2011, vol.16, n.2, pp. 387-396. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Varíola e a vacina: visões e reações da sociedade mineira no século XIX*. XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaevacina.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338_ARQUIVO_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaevacina.pdf)

<sup>168</sup> Desde a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil, a escravidão foi alvo de leis que restritivas como a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei Saraiva Cotegipe, em 1885.

era “e devia” ser realizado em conjunto à iniciativa privada. Durante a análise das fontes dos anos finais do Império se tornou patente a interseção entre as ações do estado de Minas Gerais e da sociedade.

Utilizamos algumas fontes para demonstrar como ocorria a criação e manutenção de diversos estabelecimentos de socorro aos pobres no período em análise, ou seja, na transição do regime monárquico para a República. A Irmandade da Misericórdia de Ouro Preto tinha em sua mesa administrativa “dignos mesários que hão de ter lugar distinto entre os dos poucos, que, locados do espírito de Deus, sabem compadecer-se e remediar os males dos desvalidos”. Segundo o presidente da província de Minas Gerais em 1861, Vicente Pires da Motta, a pobreza e a orfandade nunca deixariam de pedir “as bênçãos do céu sobre estes respeitáveis cidadãos que não cerram os ouvidos aos gemidos do miserável enfermo e da inocente criança abandonada”.<sup>169</sup>

Antônio de Abreu Guimarães, o Barão de Santa Luzia, Antônio José Ferreira Armond, Monsenhor Jose Felicíssimo do Nascimento, o Barão da Diamantina e o Barão de Ibertioga, são nomes que aparecem no relatório de 1864 como benfeitores da “humanidade, que devia a eles a origem e existência dos hospitais de Ouro Preto, Sabará, São João de Deus (em Santa Luzia), Barbacena, Itabira, Serro, e do Parahybuna”.<sup>170</sup>

Segundo Thais Nívia de Lima e Fonseca, o português Antônio de Abreu Guimarães criou o “Seminário do Vínculo do Jaguará”, na Comarca do Rio das Velhas. Guimarães “viveu muitos anos em Minas Gerais como coronel dos auxiliares e acumulou significativa fortuna”, adquiriu várias fazendas na Comarca do Rio das Velhas “entre elas a de Jaguará”, todas “com engenhos, fábricas, casas, escravos, gados e criações, além de muitas léguas de terras minerais”. Voltou a Portugal e pediu à rainha D. Maria I “que parte de seus bens fosse vinculada, tornada inalienável e destinada a obras pias”: dois hospitais e duas instituições educacionais na Comarca do Rio das Velhas.<sup>171</sup>

D. Maria, por meio do alvará de 1787, criou o “Vínculo do Jaguará, juntamente com seu regimento”. De acordo com o alvará devia ser fundado “um seminário para a instrução de

<sup>169</sup> BN - 466. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinari [sic] de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861. p.6.

<sup>170</sup> BN - 470. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinaria de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864. p.7.

<sup>171</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima. *Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)*. Revista Brasileira de Educação, v. 13 n° 39. set./dez. 2008. p.540.

meninos pobres na Fazenda do Jaguará” e “outro seminário para a educação de donzelas necessitadas”, bem como “um hospital para a cura do mal de São Lázaro e outro para a cura de enfermidades não contagiosas”.<sup>172</sup> Estes hospitais se tornaram a Santa Casa de Misericórdia de Sabará e o Hospital de Lázaros da mesma cidade, que prestaram serviços assistenciais relevantes para o estado de Minas Gerais.

Quanto ao hospital “para enfermidades não contagiosas” foi administrado pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo até 1832, quando foi incorporado à irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sabará. Pelas informações coletadas no relatório de 1864, a Santa Casa começou a funcionar em 2 de dezembro de 1834 e, até aquele ano, se manteve somente com o produto das esmolas e os auxílios do cofre provincial. O presidente destacou as doações de Antônio de Abreu Guimarães, que deixou “duas quintas partes dos rendimentos das fazendas do Jaguará” para o hospital de Sabará.<sup>173</sup>

Manuel Ribeiro Viana, Barão de Santa Luzia, foi o fundador do Hospital São João de Deus de Santa Luzia, para doentes pobres. Morreu antes do fim da obra, mas deixou em testamento para o hospital “uma casa, móveis e \$3.000”. Foi casado com Maria Alexandrina, afilhada do imperador D. Pedro II, que havia ganhado do padrinho a concessão do monopólio do comércio do sal em Minas Gerais.<sup>174</sup> Já Antônio José Ferreira Armond, também mencionado pelo então presidente da província Cerqueira Leite, fazia parte de uma importante e influente família da região de Barbacena.

Antônio José Ferreira Armond, falecido em 1852 na cidade de Barbacena, encarregou seu testamenteiro de distribuir 600\$000 para as famílias pobres do local. Para a criação e manutenção da “Casa de Caridade” de Barbacena deixou 20:000\$000, além de sua fazenda “denominada Ponte Nova, com todos os seus pertences e criações”. Foi desejo de Armond

---

<sup>172</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima. op.cit. p.540.

<sup>173</sup> BN - 471. Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865.

<sup>174</sup> De acordo com o site “Descubra Minas.com”, do Senac de Minas Gerais, Maria Alexandrina, a baronesa de Santa Luzia, filha de um deputado, nasceu na Bahia e foi educada no Rio de Janeiro para ser uma dama. Na corte conheceu o comendador Manoel Ribeiro Viana, rico comerciante mineiro que conseguiu o título de barão, e se casou com ele. Após o casamento, Maria Alexandrina se mudou para Santa Luzia. Afilhada do imperador D. Pedro II, a baronesa ganhou de seu padrinho a concessão do monopólio do comércio do sal em Minas Gerais. A Igreja Matriz da cidade ainda possui lustres de cristais que foram doados pela baronesa, que também se ocupou pessoalmente com a construção do hospital São João de Deus. Viúva, a baronesa retornou à Bahia no final de sua vida após ser vítima de uma embolia cerebral. A viagem de retorno foi feita pelo rio das Velhas, organizada pelo irmão, que veio especialmente da Bahia para buscá-la. Na hora da partida, às margens do rio, o povo da cidade se despediu agitando lenços brancos. A baronesa deixou em Santa Luzia poucos pertences, que foram doados para as igrejas e populares; o restante foi todo levado embora. [http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod\\_destino=9&cod\\_atrativo=251](http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=9&cod_atrativo=251)

que na fazenda fosse instalada uma casa de “Irmãos da Caridade para tratar os enfermos do hospital”, além de detalhar sobre doações ao hospital das irmãs vicentinas e asilo de órfãs da cidade de Mariana.<sup>175</sup>

Armond reiterou que preferia, sempre que possível, que os bens fossem destinados a Casa de Misericórdia de Barbacena, para que sua vontade fosse cumprida:

(...) recolhendo o maior número possível de tantos desvalidos que se deverão recolher para a referida casa (...). Constituída a irmandade e a Mesa da Misericórdia, fica a árbitro de meu testamenteiro passar-lhe a administração dos bens que lego a mesma, na referida Mesa que inspirar-lhe confiança. (...) Todas as doações que faço a escravos que liberto são inalienáveis, isto é, não podem revender a estranhos, sob pena de perdimento do quinhão respectivo para os que permanecerem nas mesmas terras, mas dando-se a hipótese de todos se ausentarem, ou a quererem vender, então perderão todo o domínio, direito às mesmas terras e estas serão anexadas ao patrimônio que doei a Santa Casa de Misericórdia desta cidade.<sup>176</sup>

Deixou para as irmãs de caridade e o asilo de órfãs de Mariana a quantia de 5:000\$000, para cada instituição. Ao morrer, possuía 70 escravos aos quais libertou e, para alguns, deixou bens e um pecúlio. Conforme a citação acima, estes bens eram inalienáveis e seriam destinados à Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, caso os escravos tentassem vender as terras recebidas. A prática das doações testamentárias foi muito comum, e estava relacionada à caridade pautada nos valores cristãos, pois a maioria deles eram fundadores ou integrantes das irmandades e ordens terceiras. Desta forma, foram responsáveis pela criação de hospitais “de caridade” por toda a província de Minas Gerais, como nos casos citados acima nas cidades de Ouro Preto, Sabará, Barbacena, Santa Luzia e Mariana.

Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento foi presidente da Câmara Municipal de Itabira entre 1845 e 1848, é considerado um dos benfeitores da cidade, na qual foi responsável pela fundação da Santa Casa de Misericórdia,<sup>177</sup> cuja Irmandade de Nossa Senhora das Dores tinha, em 1874, 1.161 irmãos.<sup>178</sup> O Barão da Diamantina, Francisco José Vasconcelos Lessa, foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Diamantina em 1832 e recebeu o título de Barão

<sup>175</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010. p.180-181.

<sup>176</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *op.cit.* p.181-182.

<sup>177</sup> Sobre a trajetória do Monsenhor José Felicíssimo Nascimento consultar a página da Câmara Municipal de Itabira-MG. [http://www.itabira.cam.mg.gov.br/Materia\\_especifica/5865/Historico-de-Itabira](http://www.itabira.cam.mg.gov.br/Materia_especifica/5865/Historico-de-Itabira)

<sup>178</sup> BN - 481. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874. p.36.

em 1854, auxiliando na criação do hospital no município. O Barão de Bertioga, Comendador José Antônio da Silva Pinto, foi o fundador da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora em 1854, junto com sua esposa a Baronesa Maria José Miquelina da Silva. A irmandade por eles criada teve seu compromisso aprovado pelo Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, em 15 de março de 1855, e confirmado pela Resolução Provincial de 3 de abril deste ano.

Sobre a trajetória do Barão de Bertioga, transferiu sua residência para a Vila de Santo Antônio do Paraibuna por volta de 1830, onde construiu a Capela Senhor dos Passos. Em 1852 comprou um terreno do Capitão Antônio Dias Tostes, ao lado da capela, “destinado a edificação da Casa de Caridade para atender aos mais necessitados, que passou a funcionar em 1854”. Foi um dos responsáveis pela instalação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 1853, quando compôs sua primeira legislatura como vereador. Foi proprietário da Fazenda Soledade em Matias Barbosa/MG, sendo um dos pioneiros no plantio de café na região.<sup>179</sup>

Doou dinheiro para a construção do Cemitério Municipal e, em 1855, foi escolhido para a presidência da “Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antonio do Paraibuna” e, neste ano, participou ativamente do combate à epidemia de cólera que assolou o local. Em 1861, na inauguração da Estrada União Indústria, com a presença da Família Imperial, recebeu o “Título de Barão da Bertioga, conferido pelo Imperador D. Pedro II, por seus méritos e público reconhecimento das ações caridosas praticadas em favor da sociedade”. Bertioga doou a Casa de Caridade que havia construído à Irmandade Senhor dos Passos, em 1865.<sup>180</sup>

O nome do Capitão Antônio Gonçalves Demétrio Côrrea, do qual apenas encontramos informações de que era fiscal interino da Fazenda de Minas Gerais, na década de 1850, é citado no relatório do presidente da província de Minas no ano de 1864. Aparece também o nome do Barão de Pontal, Manoel Ignácio de Mello e Souza. De acordo com as informações sobre a situação dos “hospitais de caridade”, a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei foi mantida desde 1817 pelo referido Barão.<sup>181</sup> Nascido na Província do Minho, Portugal,

---

<sup>179</sup> No site da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, como também no da Câmara Municipal da cidade, encontram-se mais informações sobre José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga. Consultar <http://www.santacasajf.org.br> e <http://www.camarajf.mg.gov.br/geral.php?tipo=HISTHINO&c=4>, sobre a história da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

<sup>180</sup> Consultar: <http://www.santacasajf.org.br> e <http://www.camarajf.mg.gov.br/geral.php?tipo=HISTHINO&c=4>, sobre a história da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

<sup>181</sup> BN - 470. Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

em 1781, Manoel Ignácio de Mello e Souza chegou ao Brasil em 1806 e estabeleceu-se na cidade de Mariana, onde iniciou seu trabalho como advogado.

Em 1825 foi membro do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, lugar que ocupou até a extinção do conselho, em 1834. Entre 1831 e 1833 foi presidente da Província de Minas Gerais, durante seu governo ocorreu a “Revolta de Ouro Preto”.<sup>182</sup> Participou da Assembleia Provincial de 1835 a 1843 e, entre 1844 e 1859, ano de sua morte, o Barão do Pontal foi senador do Império. Além disso, foi membro do Clube da Maioridade<sup>183</sup> e um dos autores do projeto que antecipou a maioria de D. Pedro II.<sup>184</sup>

José Modesto de Sousa, Major do 1º Batalhão da Guarda Nacional de Minas Gerais, mencionado no relatório de 1866, foi prefeito de Curvelo na década de 1840, quando perdeu o posto de Major devido à Revolta Liberal de 1842.<sup>185</sup> Deixou em testamento a quantia de aproximadamente 20.000\$000 para a construção de um hospital na cidade. A Santa Casa de Misericórdia de Curvelo foi inaugurada em 1866 e passou a se chamar Hospital Santo Antônio de Curvelo em 1946.<sup>186</sup>

O presidente Luiz Affonso de Carvalho, em 1871, reconhecia que estabelecimentos semelhantes (aqui se refere aos hospitais de caridade) “deveriam ser fundados antes pela caridade particular, com donativos e esmolas, do que pelos cofres públicos”.<sup>187</sup> Através dos

---

<sup>182</sup> A forte centralização Poder Moderador gerava grande insatisfação, devido às contantes interferências nas decisões tomadas pelo município. Contra este estado de coisas, as elites civil e militar da cidade de Ouro Preto, entre elas ex-membros da Câmara, se insurgiram contra o governador da Província, o Barão do Pontal e prenderam seu vice-presidente, Bernardo de Vasconcelos, na revolta conhecida como a Sedição Militar de Ouro Preto, Sedição de 1833 ou Revolta do Ano da Fumaça. Nenhuma outra Câmara do Estado aderiu à revolta e a cidade de Ouro Preto ficou isolada. O Exército Imperial sitiou a cidade por algumas semanas e uma batalha ocorreu em Rodrigo Silva, com mortos e feridos de ambos os lados. Vencida pela fome, a cidade foi derrotada e sua Câmara humilhada. Foi a última revolta ocorrida em Ouro Preto e que resultou numa legislação mais dura e restritiva contra as Câmaras, que imobilizou e enfraqueceu a instituição durante todo o Império e grande parte do Período Republicano. A Câmara Provincial contava com 09 vereadores e um juiz presidente, denominado agente executivo. Sua principal função era a de presidir e fiscalizar a realização das eleições municipais (vereadores e juízes de paz) e deputados da Assembleia Provincial. Consultar página oficial da Câmara Municipal de Ouro Preto: [http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14&Itemid=16](http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=16).

<sup>183</sup> O Clube da Maioridade foi uma sociedade organizada por alguns deputados e senadores, tendo como seu idealizador o senador José Martiniano de Alencar, com o intuito promover a maioria do futuro imperador.

<sup>184</sup> REZENDE, Irene Nogueira. *Negócios e Participação Política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese de Doutorado, USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008. p.121.

<sup>185</sup> Usando as prerrogativas do Poder Moderador, D. Pedro II dissolveu, em 1841, a futura Câmara eleita para as legislaturas de 1842, sob a acusação de fraude nas eleições, o que provocou a revolta armada nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Minas Gerais possuía somente 42 municípios, dos quais 14 participaram do movimento do lado dos revolucionários e 24 participaram do lado dos legalistas.

<sup>186</sup> História do Hospital Santo Antônio, em Curvelo-MG. [http://hospitalsantoantonio.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=57](http://hospitalsantoantonio.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=57)

<sup>187</sup> BN - 477. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.9.

exemplos de doações citados acima, é possível perceber a função importante desempenhada pela caridade na a criação de hospitais, asilos e orfanatos em Minas Gerais. Nas cidades em que se encontram registros da atuação deste tipo de estabelecimento, a existência da quase totalidade deles foi resultado de iniciativas individuais. Entre 1860 e 1888 Minas Gerais já apresentava um número muito expressivo de hospitais de caridade, administrados por provedores leigos, em sua maioria, e mantidos pela caridade.

A provedoria do Barão de Camargos, Manoel Teixeira de Souza, na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto reforça a afirmação anterior do presidente mineiro.<sup>188</sup> O vice-provedor era o Dr. Quintiliano José da Silva, ex-presidente da província de Minas Gerais entre 1844 e 1847. O escrivão era o secretário do Partido Liberal de Minas Gerais, o Tenente Coronel Antônio Hermógenes Pereira Rosa, componente da mesa administrativa da Irmandade Nossa Senhora das Dores de Ouro Preto e tesoureiro da Fazenda do estado de Minas Gerais entre 1878 e 1884.<sup>189</sup> A lista de benfeitores é longa, e abarca todo o tipo de doações e benfeitorias materiais realizadas.

O nome do ermitão Manoel de Jesus Fortes consta no relatório de 1874 como o fundador da Santa Casa de Misericórdia de Diamantina, no ano de 1790. O ermitão português veio para o Brasil com o objetivo de criar hospitais como as Misericórdias, existentes em Portugal, e que serão analisadas no próximo capítulo. Primeiro, participou da criação da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei e, depois, fundou um hospital no Arraial do Tejuco, Diamantina. No local, Manoel “passou a recolher esmolas para sustentar a instituição, registrando os donativos recebidos no livro de atas da fundação”. Manteve o hospital funcionando por meio de esmolas, até ser expulso do Arraial “pelo intendente, sob a suspeição de que, circulando livre em sua atividade de pedinte, terminaria por associar-se decididamente à atividade do contrabando de diamantes”.<sup>190</sup>

---

<sup>188</sup> U270 - RELTÓRIO 1872. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Minas Gerais em 10 de abril de 1872. p.30.

<sup>189</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Periódico A Actualidade. 1878 a 1881. PR\_SOR\_00159\_230359 <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=230359&pagfis=2073&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<sup>190</sup> Informações coletadas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Diamantina, coletadas através da seguinte bibliografia, disponível no site da instituição: ASCCD – GUSMÃO, Sebastião Nataniel da Silva. *Três Hospitais do Velho Tijuco – Hospital do Contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina*. Diamantina: Mimeo. 2012. COUTO, Sóter Ramos. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1954. MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *O Hospício da Diamantina. 1889 – 1906*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. 2004. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. Mimeo.

A caridade e a filantropia faziam parte de um modo de agir, socialmente incorporado pelas elites desde o século XVII em Minas Gerais. Esta “cultura filantrópica” se enraizou no decorrer dos séculos XVIII e XIX, concentrada na participação de homens ricos e poderosos nas irmandades leigas. No século XX, que analisaremos a seguir, as ações caritativas e filantrópicas continuaram a seguir este padrão, entretanto, inseridas em um sistema político de relações clientelistas.

Com a proclamação da República, em 1889, até o ano de 1923, marco temporal final de nossa análise, a assistência pública se realizou mais e mais com o apoio das instituições privadas. Estas, embora recebessem subvenções do governo estadual, mantinham boa parte dos serviços assistenciais com rendas próprias. Neste espaço atuavam a caridade e a filantropia, por meio da participação das elites, antes agrárias e posteriormente mercantis, na criação e manutenção das instituições de assistência.

O relatório de 1903, do Cônego Hugo Alberto Fesingher, reeleito provedor do Hospital de Nossa Senhora das Graças de Sete Lagoas ilustra o que foi descrito acima. Em seu relatório de três de março de 1903, a quantia recebida de esmolas e doações foi por ele listada: 2:363\$249, como também reverenciados os serviços gratuitos prestados pelo médico Dr. João Antonio de Avellar para o hospital. Havia um substituto, caso o médico se ausentasse, o Major José Ferreira da Silva Campos, “que também se presta com abnegada prontidão”.<sup>191</sup>

Os “irmãos de bolsa”<sup>192</sup> que atuavam na instituição haviam conseguido aumentar a receita no ano de 1903. O provedor afirmou que o hospital possuía “um peculiozinho, resultado de economia e do concurso das almas caridosas que não cessam de socorrer o Hospital”.

**Relação das almas caridosas que concorreram com esmolas para o Hospital em 1902.**

Dr. Joaquim Candido de Andrade, em comemoração do 12º aniversário do falecimento de sua mãe.....	100\$
Virgilio Fernandes de Paula.....	100\$
Herculino Francisco França.....	100\$
Aurelio Coura, em comemoração do seu 30º aniversário natalício....	50\$
Um anonymo, entregue pelo dr. J. Avellar.....	50\$
Um anonymo, entregue pelo dr. Joaquim Candido.....	45\$

<sup>191</sup> APM – SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia de Sete Lagoas, Hospital de Nossa Senhora das Graças, 1903. Utilizamos como referência para a compreensão das quantias subvencionadas, ou dos gastos e receitas, o preço do alqueire de terra que, entre 1889 e 1900, valia cerca de 214\$000. SARAIVA, Luiz Fernando. op.cit. Segundo GUIMARÃES, Elione Silva. op.cit., em 1889 o alqueire de terra na Boa Vista, região de Minas Gerais, foi avaliado em 60\$000. Sete anos depois (1905) o alqueire de terra, na mesma fazenda, valia 120\$000”. Portanto, as variações são grandes e dependiam da região e da forma de utilização produtiva das terras.

<sup>192</sup> Os irmãos de bolsa eram aqueles responsáveis por pedir esmolas para as Santas Casas.

Olympio Casemiro da Silva.....	40\$160
Angariadas por Juvencio da Silva, sendo 12\$ dados a elle por Manoel Marques.....	40\$
Loja Beneficente União Sertaneja.....	36\$700
Fernando Pereira de Souza.....	25\$780
Claudionor Penna Martins da Costa.....	25\$
Claudioano Martins Junior.....	25\$
Virgilio José de Abreu, por duas vezes.....	24\$
Angariado pelo procurador José da Silva.....	22\$200
Um devoto de N. S. da Conceição.....	20\$ <sup>193</sup>

As doações e esmolos, anônimas ou não, o pagamento de missas para os mortos, os legados testamentários, a atuação dos Irmãos de Bolsa, constituíam parte importante da receita do hospital. Em relação às doações testamentárias, existem inúmeros casos em que as instituições receberam todos os bens de homens e mulheres abastados. Como na Santa Casa de Misericórdia do Serro que, em 1900, recebeu as doações do Dr. Pedro Caetano Sanches de Moura.<sup>194</sup> É perceptível como, apesar das inúmeras transformações sociais e políticas pelas quais passavam o país e o estado, essa forma de auxílio continuou fortemente presente no decorrer do período republicano em Minas Gerais.

Muito característica desta estrutura assistencial é a fonte transcrita a seguir, o relatório de prestação de contas feito pela Santa Casa de Misericórdia de Campanha e Asilo São José, enviado à Secretaria do Interior também em 1903:

(...) Este pio estabelecimento criado pela Lei nº30 de 22 de fevereiro de 1836 – foi construído e tem sido sempre mantido desde sua inauguração em 8 de junho de 1851 – graças a magnificência e caridade que caracteriza aos brasileiros. A crise econômica que infelizmente suportamos em todo o Brasil faz com que cada vez se torne mais difícil a manutenção de um estabelecimento como desta ordem, sendo mais que nunca necessário que as almas generosas venham em socorro da pobreza desvalida enferma (...).<sup>195</sup>

Neste relatório, consta ainda a entrega da quantia de um conto de réis para a compra de uma apólice inalienável da dívida pública pelo Capitão Balbino Antônio Silvério, inventariante dos bens deixados por seu irmão José Maria Tenebra. Além deste testamento,

<sup>193</sup> APM – SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. Anexo do Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia de Sete Lagoas, 1903.

<sup>194</sup> APM – SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia do Serro. 1903.

Pedro Caetano Sanches de Moura foi político, advogado e Juiz Municipal, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1837. Filiou-se ao Partido Conservador, elegendo-se Deputado Provincial (1844-1845), faleceu em 1900 legando todos os seus bens à Santa Casa de Misericórdia do Serro.

<sup>195</sup> APM – SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia de Campanha, em 30-03-1903.

havia outro, da enferma Marianna Umbelina Cosme que também ilustra o sistema de doações. Marianna doou a terça parte de seus bens para a Santa Casa de Misericórdia de Campanha e, para concretizar sua doação, a instituição acionou os serviços beneméritos do então Ministro do Interior, Delfim Moreira, irmão da Santa Casa.

Através dos exemplos acima, percebemos como a rede assistencial na República foi se formando: a partir de iniciativas individuais, uma herança do período imperial, o papel desempenhado pela filantropia se ampliou, via doações e testamentos deixados às irmandades. A caridade e a filantropia foram fundamentais à manutenção destes estabelecimentos, conforme demonstra a fonte, analisada a seguir, do ano de 1921. Quase 20 anos depois, a prestação de contas da mesma instituição, a Santa Casa de Misericórdia de Campanha e Asilo São José, é um exemplo da estrutura assistencial que atravessou o Império e chegou às primeiras décadas republicanas.

O provedor Monsenhor Paulo Emílio Vilhena escreveu sobre o serviço médico do hospital, que era prestado pelo médico Dr. Jefferson, a quem devia a Santa Casa “mais um melhoramento de muito alcance e utilidade”: a instalação telefônica do hospital. Os remédios, em 1920, foram todos doados pela “competente Pharmacia Oliveira”. Outros serviços importantes para a manutenção da Santa Casa foram realizados pelo “illustre Snr. Müller, administrador da Companhia do Xicão”, que concedeu grátis a iluminação da Santa Casa e, por isso, foi constituído benemérito “do nosso Pio Estabelecimento e credor da nossa indelével gratidão”.<sup>196</sup>

As “Exmas. Snrs. Madame Guimarães, D. Marietta Rezende Ribeiro e Snra. Dr. Thomé” foram também as responsáveis por “um concerto em benefício da nossa Santa Casa, que rendeu 800.000”. A Irmandade de Nossa Senhora do Patrocínio da Santa Casa de Campanha era composta por 159 irmãos, dos quais 145 pagaram sua anuidade de 5\$ em 1920. Os filhos dos irmãos falecidos pagaram por seus pais, o que resultou na receita de 770.000<sup>197</sup>, do que se conclui que as esmolas e donativos representavam uma parte considerável da receita do hospital:

Alguns donativos são de grande valor, como se vê no referido anexo, e entre esses os recebidos ou angariados em generosos, pela conhecida e

<sup>196</sup> APM – SI 1938. Pedidos de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia de Campanha, pelo seu provedor Monsenhor Paulo Emílio Vilhena, em 13 de janeiro de 1921.

<sup>197</sup> O preço médio da terra de boa qualidade situava-se em torno de 500\$000 o alqueire, por volta de 1920. Ver PEROSA, Roberto. *Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século*. *Rev. adm. empres.* [online]. 1980, vol.20, n.1 [cited 2015-09-30], pp. 63-78. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901980000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901980000100005&lng=en&nrm=iso).

admirada D. Ignez Saloti, que tanto trabalha, e tem feito pela S. Casa. A todos esses benfeitores a nossa profunda gratidão, e Deus os recompense com preciosas bênçãos.

Conclusão

Eis illustres confrades a exposição dos factos ocorridos em a nossa administração, durante o anno de 1920. Graças ao bom Deus fomos felizes: fez-se alguma caridade a Receita continua a argumentar, a S. Casa adquiriu alguns melhoramentos. Louvores, pois, a Deus, “donde vem todo o dom perfeito”, e a nossa Inclita Padroeira Senhora do Patrocínio, cuja protecção peço para nossa administração no corrente anno de 1921.

Laus Deo ET Maria.

Campanha, 13 de janeiro de 1921.

Mons. Paulo Emilio M. Vilhena<sup>198</sup>

Annexo n. 2		13
ESMOLAS		
1920		
<hr/>		
NOMES		Quantias
Sr. Virgilio Maia	520.000	
D. Marcota Valdetaro	250.000	
D. Celina de Paula Machado	207.000	
Sr. Souza (Casa Souto Maior)	200.000	
Srta. Castro Maia	150.000	
Irmã Destilloux	150.000	
Dr. Marianno de Vasconcellos	144.000	
		1.021\$000
D. Delmira Soares	100.000	
Visconde de Moraes	100.000	
Irmã Lassus	100.000	
Irmã Cecília Magalhães	100.000	
Dr. Queiroz de Barros	100.000	
Casa Sucena	100.000	
Manoel Alves de Azevedo	100.000	
D. Henriqueta Valladão Rezende	100.000	
Rev. Mère Agalhe de Sion	100.000	
Rev. Superiora Geral de Sion	100.000	
Banco do Brasil-Victoria	100.000	
Sr. Homero Pereira	100.000	
Francisco Moura Brazil	100.000	
D. Aida Carvalho Pereira	100.000	
		1.400\$000
Srta. Guimarães	86.000	
D. Hortencia Valdetaro	70.000	
Irmã Izabel Barroca	70.000	
D. Zina Almeida Magalhães	70.000	
Srta. Pereira Pinto	70.000	
Sr. Francisco Mendes de Brito	69.500	
D. Lucia Meirelles	60.000	
D. Constança Valdetaro	60.000	
D. Maria Julia Cesar de Souza	60.000	
Rev. Pe. Ruella	60.000	
		675\$500
Irmã Ricard	50.000	
Rev. Mère Dieudonné de Sion	50.000	
Rev. Pe. Renault	50.000	
Stella Moura Brazil de Andrade	50.000	
D. Maria Pimenta Duarte	50.000	
Srta. Hygino	50.000	
Irmã Valdetaro	50.000	
D. M. da Gloria Valdetaro	50.000	
Gastão Mello Barretto	50.000	
		450\$000

199

O balancete de 31 de dezembro de 1920, que somou as receitas do último semestre de 1919 e do primeiro de 1920, contabilizou o auxílio do governo estadual de 6:000.000, do governo federal (em loterias) a quantia de 2:860.947, das Câmaras Municipais de Campanha e

<sup>198</sup> APM – SI 1938. Pedidos de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. Pedido de subvenção da Santa Casa de Misericórdia de Campanha, pelo seu provedor Monsenhor Paulo Emilio Vilhena, em 13 de janeiro de 1921.

<sup>199</sup> APM – SI 1938. Livro impresso com todas as informações sobre o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Campanha, 1920.

da Vila de Eloi Mendes 450.000. De esmolas e doações recebeu a Santa Casa o valor de 7:673.800<sup>200</sup> e da dedução das despesas restou um saldo de 1:170.020. Através deste relatório é possível compreender como tantas instituições de assistência aos pobres não só sobreviveram, mas também ampliaram seus serviços no estado de Minas Gerais.

A quantia recebida em esmolas e doações pela Santa Casa de Misericórdia de Campanha foi quase a mesma das subvenções destinadas ao hospital pelo governo federal, estadual e do município. Do relatório de prestação de contas enviado em 1903 pela Santa Casa de Misericórdia de Campanha, até o relatório de 1920, não se observa nenhuma mudança em relação à estrutura de manutenção do hospital. A rede assistencial pública do estado de Minas Gerais foi especificamente composta pela estrutura de financiamento público/privada exposta acima, através do exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Campanha.

Esta organização da assistência pública, e não estamos nos referindo a assistência à saúde ou aos socorros públicos, mas ao auxílio aos pobres foi, até a década de 1920, realizada pelas ações caritativas e filantrópicas da sociedade mineira. E, conforme já dissemos, se ampliou na República.



201

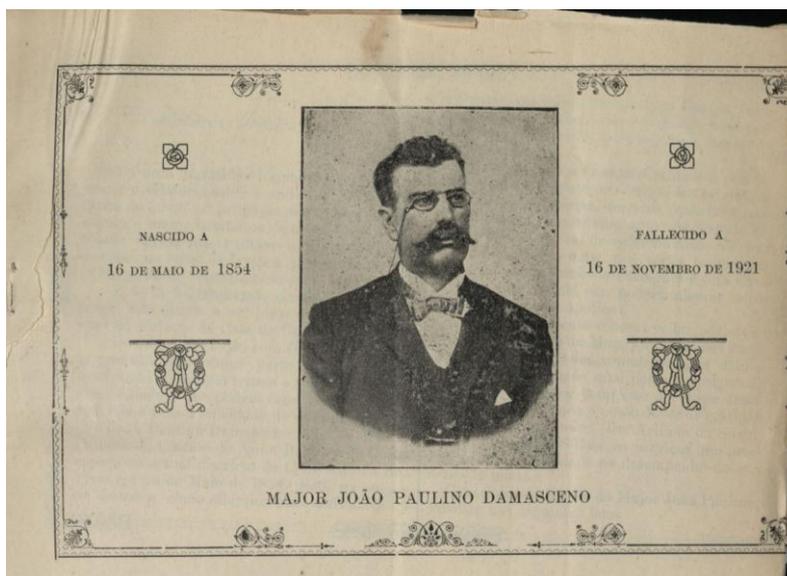
<sup>200</sup> Ver quadro de esmolas transcrito nos anexos da pesquisa.

<sup>201</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Livro de prestação de contas, impresso, anexo ao pedido de subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922.

O relatório da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas, feito pelo provedor padre João Batista Van Rooyen para a prestação de contas do ano de 1922 é outro exemplo das relações entre o público e o privado, via filantropia, em Minas Gerais e de sua progressiva institucionalização. O Major João Paulino Damasceno deixou em testamento uma parte de seus bens para a Santa Casa após seu falecimento, em 16 de novembro de 1921:

(...) Deixo para a Casa de caridade d'esta cidade a casa em que moro com todas as dependências e bemfeitorias, terreiro, quintal e pastinho annexo e mais cinquenta apolice da dívida publica federal de valor nominal de um conto de reis cada uma, que serão compradas por meu testamenteiro e entregues à dita Casa de Caridade, a qual não poderá alienar estes immoveis, nem as apólices.<sup>202</sup>

O padre João iniciou seu relatório dizendo que seria de “uma ingratidão inqualificável não começar o relatório sobre o ano de 1922 com o nome de quem no princípio desse ano se constituiu no maior benfeitor de nossa Casa de Caridade”. Como se pode ver acima, o nome do Major João Paulino Damasceno conquistou “um lugar nos anais da história da Casa de Caridade”:



203

Segundo o provedor, “de uma instituição com o futuro incerto ele garantiu em grande parte a continuação, mostrando a todos que amam a sua cidade o que podem fazer pela grandeza dela e para a felicidade de seus patrícios”. Padre João, em nome da mesa administrativa, “propôs deliberar um modo de perpetuar a memória do maior bemfeitor” do

<sup>202</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Livro impresso de prestação de contas. Anexo ao relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922.

<sup>203</sup> Idem.

hospital.<sup>204</sup> Utilizamos estes documentos para ilustrar como, entre 1903 e 1921, a filantropia foi um meio primordial de manutenção da instituição, o que ocorreu também de forma predominante com outros estabelecimentos deste tipo em Minas Gerais. Os relatórios das “casas de caridade” traziam, ao final, uma imensa lista das doações, esmolas, benfeitorias, prestadas por indivíduos anônimos ou não.

Sanglard afirma que “a permanência e a similitude são as marcas mais fortes” das ações sanitárias e das práticas caritativas. No ocidente católico, as instituições assumiram o papel de “mediadoras e depositárias da filantropia católica, situando-se entre o filantropo e a obra de caridade”.<sup>205</sup> Em Minas Gerais, além de mediadoras da filantropia católica, as irmandades se configuraram como espaços privilegiados para a prática da caridade, que se constituiu em uma ferramenta importante para minimizar a ausência de ações assistenciais por parte do Estado ou, ainda, assumindo prioritariamente estes serviços.

Outro exemplo significativo ocorreu em São João Del Rei, com a Ordem Terceira de São Francisco de Assis<sup>206</sup> que mantinha um Asilo de Órfãos de nome igual, cujo fundador foi o Padre João Baptista do Sacramento, em 1888. O Asilo de São Francisco de Assis tinha dificuldades em funcionar de modo regular, pois a Ordem não sabia o que ocorria ali, já que a direção era composta por uma mesa administrativa leiga, diferente da Venerável Ordem de São Francisco de Assis, composta por uma mesa de terceiros.<sup>207</sup>

Segundo o secretário da Ordem, no ano de 1907 existiam no estabelecimento 23 asiladas. Pelas contas (entregues ao secretário da Ordem pelo provedor do asilo) a despesa do asilo (orfanato) foi de 6:125\$882 em 10 meses, ou 612\$588 por mês em média, o que gerou um déficit, pois a receita do estabelecimento era de 4:848\$000, sendo 2:848\$000 de juros de títulos e 2:000\$000 de subvenção do Estado de Minas. Tal diferença foi coberta pelo Coronel José Moreira Carneiro Felipe, ex-provedor do asilo, e transferida como empréstimo à Mesa

---

<sup>204</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Livro impresso de prestação de contas. Anexo ao relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922.

<sup>205</sup> SANGLARD, Gisele. *A Construção dos Espaços de Cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. Revista Esboços da UFSC, n° 16. 2006. p.13.

<sup>206</sup> Sobre a Ordem Terceira de São Francisco de Assis consultar: SOUSA, Cristiano Oliveira de. *Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII)*. Dissertação de Mestrado. UFJF-PPGHIS, 2008. p.49. Com a morte do padre Sacramento, em 1907, as responsabilidades do asilo passaram ao Padre Francisco Cypriano da Rocha. De acordo com o relatório, enviado pelo administrador da instituição à Secretaria do Interior em 1907, a “dualidade de administração só é (era) tolerada, até então, por atenção ao Padre João do Sacramento, o principal apoio do estabelecimento que ele fundou e que pertence a Ordem”.

<sup>207</sup> Relacionamos esta situação ao processo de romanização iniciado no país pela Igreja Católica, após a proclamação da República e a laicização do Estado.

da Ordem.<sup>208</sup> O que chamou a atenção para a Ordem foi sua composição: os seus irmãos eram muito influentes, não só na cidade de São João Del Rei, mas também no estado de Minas Gerais, política e economicamente:

1897 a 1898, Provedor Commendador Francisco Verissimo de Paula Leite, Secretário, Dr. Galdino das Neves Sobrinho, Thezoureiro, Custodio Luiz Guilherme Gaed.

1897 a 1898 Reeleitos o Provedor e o Secretario, e eleito thezoureiro o Coronel José Juvêncio Neves.

1898 a 1899, Provedor José Moreira da Costa Rodrigues, Secretário, Francisco José Vieira Ferraz, Thezoureiro, o Coronel José Juvêncio Neves.

1899 a 1900 Reeleitos.

1900 a 1901, Provedor Dr. Antonio Moreira da Costa Rodrigues, Secretário, Pe. José Pedro da Costa Guimarães, Thezoureiro, reeleito o Coronel José Juvêncio Neves.

1901 a 1902, Provedor Pe. José Pedro da Costa Guimarães, Secretário, o Coronel José Juvêncio Neves, Thezoureiro, Marçal de Souza e Oliveira.

1902 a 1903, Provedor Dr. José Moreira Bastos, Secretário (reeleito), o Coronel José Juvêncio Neves, Thezoureiro, Anselmo Christino Fioravanti.

1903 a 1904, Provedor Coronel Jose M. Carneiro Felipe, Secretário (reeleito), o Coronel José Juvêncio Neves, Thezoureiro, Francisco Procopio Lobato.

1904 a 1905 Reeleitos.

1905 a 1906, Provedor Coronel Jose M. Carneiro Felipe (reeleito), Secretário, o Coronel Severiano de Rezende, Thezoureiro, Christino Alves Pereira da Silva.

1906 a 1907, Provedor Coronel Jose M. Carneiro Felipe (reeleito), Secretário Francisco Joaquim Alves de S. Thiago, Thezoureiro, José Ferreira da Silva.

Os irmãos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em 1907, faziam parte da elite mercantil da cidade: Marçal de Souza Oliveira integrou a segunda diretoria da Companhia Industrial Têxtil São Joanense, com Antônio Moreira da Costa Rodrigues e Antônio Xavier de Almeida. Marçal de Souza também era acionista da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, com 25 ações. Francisco Joaquim Alves de São Thiago compôs a primeira diretoria da companhia têxtil com Carlos José da Cunha, tendo Custódio Luiz Guilherme Gaed, José Juvêncio Neves, Anselmo Christino Fioravante e José Moreira Bastos como acionistas. Bastos também foi diretor da Escola de Farmácia de São João Del Rei.<sup>209</sup>

Marçal de Souza Oliveira e Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho figuram como provedores da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, após a administração do

<sup>208</sup> APM: SI – 1698. Correspondência Referente a Asilos, 1907-1908. Relatório do Secretário da Ordem Terceira de São Francisco de Assis sobre o Asilo São Francisco de Assis, enviado à Secretaria do Interior para requerer pagamento de subvenção ao governo do estado de Minas Gerais.

<sup>209</sup> RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense. 1891-1935.* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2003.

Comendador José Rodrigues da Costa. Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho foi um dos acionistas mais importantes da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas. Oliveira e Rodrigues eram irmãos da Misericórdia e também faziam parte da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Marçal foi tesoureiro do Asilo São Francisco de Assis em 1902-1903.

O relatório de 1908 é bastante revelador, pois demonstra os embates entre a religiosidade da elite liberal e as iniciativas de romanização da Igreja Católica. Em 1908, a “Meza Conjuncta de 25 de Agosto de 1907” foi convocada para resolver a respeito da administração do asilo, pois o Padre João do Sacramento havia morrido no ano anterior. Da convocação da mesa resultaram as alterações no 3º e 4º artigos dos estatutos da Ordem, datados de 27 de Julho de 1891. Isso significou que a mesma, bem como todos os seus estabelecimentos, passariam a ser administrados pela mesma mesa administrativa: o que deu fim à separação entre as prerrogativas dos irmãos leigos e aquelas dos irmãos terceiros, em relação às atividades da Ordem.

“Contra esta resolução votou unicamente o Sr. Cel. José Juvêncio Neves, que queria se conservasse o cargo de provedor do Asylo, sob o fundamento de ser um benemérito o Irmão revestido desse cargo”, Cel. Neves fez questão de que seu voto fosse registrado em ata. Interessa aqui, destacar a participação do avô de Tancredo Neves, o Tenente-Coronel da Guarda Nacional José Juvêncio das Neves, republicano convicto, comerciante e muito influente na política de São João Del Rei. O Coronel José Juvêncio Neves<sup>210</sup>, como era referido, foi nomeado para a comissão que ficou incumbida de organizar o novo projeto de regimento interno do asilo.

Também Integrava a comissão Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho, responsável pela vinda dos frades franciscanos holandeses para a cidade, em 1899,<sup>211</sup> e Frei Cyrillo La Rose<sup>212</sup>,

---

<sup>210</sup> FGV – Dicionário da Elite Política Republicana. Verbetes. A família Neves teve ativa participação na vida política do município, destacando-se o comerciante José Juvêncio das Neves, avô de Tancredo Neves, e ativista fervoroso da causa republicana. *Tancredo de Almeida Neves* nasceu em São João del Rei (MG) no dia 4 de março de 1910, quinto dos 12 filhos de Francisco de Paula Neves e de Antonina de Almeida Neves. Descendia, por parte de pai, do comendador português José Antônio das Neves, que se estabelecera na cidade antes da independência do Brasil. <http://atlas.fgv.br/verbete/3807>.

<sup>211</sup> Em 1909 foi fundado o Ginásio Santo Antônio. Os primeiros passos para a edificação do colégio (posteriormente elevado a Ginásio Santo Antônio) foi dado quando aportaram no Brasil, com destino a Ouro Preto, os primeiros frades de origem holandesa, em 1899. A vinda desses frades para São João del-Rei foi empreendida pelo Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho, então vigário da cidade, e posteriormente professor do colégio, com o intuito de fortalecer a assistência espiritual prestada aos fiéis da cidade”. O Colégio Santo Antônio ARRUDA, Maria Aparecida. BENEVIDES, J. R. S. ; ELEUTERIO, W. A. L. ; SILVA, G. F. ; VALE, A. S. *Do colégio santo antônio à Universidade Federal de São João DelRei: caminhos e descaminhos de sua trajetória (1909-2002)*. III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas gerais , v. 3, p. 1-16, 2005. p.6.

que veio com os freis holandeses, objetivando concretizar o projeto do catolicismo ultramontano que, na cidade de São João Del Rei, representou o embate entre dois catolicismos:

(...) o catolicismo ultramontano, de Roma, representado pelos freis, que pretendia o controle da vida religiosa da cidade e uma atuação social mais contundente, cujo projeto de sociedade era autoritário e corporativista. E o catolicismo tradicional das ordens terceiras e irmandades, dominado pelos leigos e apegado às grandes manifestações do culto externo.<sup>213</sup>

Segundo Costa, havia uma disputa pela interferência e criação de eventos e espaços militantes na cidade, “no socorro aos desabrigados” se encontravam presentes a caridade cristã; já a filantropia dos maçons se voltava para os analfabetos com a criação de “escolas noturnas de primeiras letras” e com “projetos de asilos para os mendigos”. O autor destaca que havia tanta autonomia, por parte dos membros das irmandades, “que eles não sentiam nenhum constrangimento de pertencerem também à loja maçônica Charitas, apesar da proibição da igreja”.<sup>214</sup>

Outro documento da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, datado de 1913, traz a lista de doadores para a construção de um novo hospital. Dentre os nomes dos doadores estavam o do Conde Affonso Celso<sup>215</sup> e do Dr. Affonso Penna Junior.<sup>216</sup> O relatório do Asilo de São Francisco de Assis, do ano de 1920, sob a direção do Padre José Baptista dos Santos, afirma que existiam no asilo 12 órfãos, a Ordem estava na dependência “unicamente

---

<sup>212</sup> Segundo Alexandre Costa, “os franciscanos holandeses representavam esse projeto, que se inseriu em uma cidade onde os conflitos próprios ao mundo moderno se faziam presentes - por ex., greve dos ferroviários, em 1907; greve dos tecelões em 1912; greve dos ferroviários em 1919; greve dos pedreiros e tecelões em 1920 -, cidade onde os cultos afro-brasileiros, o presbiterianismo, o espiritismo e a maçonaria também tinham seu lugar, cidade governada por católicos comerciantes ciosos de seus negócios e lucros, e que comungavam em outro catolicismo”. COSTA, Alexandre J. G. *Frades na cidade de papel: A ação social católica em São João Del Rei (1905-1925)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.p.91-93.

<sup>213</sup> COSTA, Alexandre J. G. op.cit.

<sup>214</sup> “Constata-se uma série de conflitos ao longo do período, o que leva os menores holandeses a criarem sua própria ordem terceira, em 1923”. Idem. p.97.

<sup>215</sup> Filho do Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império. Formou-se em Direito, em 1880, pela Faculdade de Direito de São Paulo, defendendo a tese "Direito da Revolução". Foi eleito por quatro mandatos consecutivos deputado geral por Minas Gerais. Com a proclamação da República, em 1889, deixou a política para acompanhar o pai no exílio, que se seguiu à partida da família imperial para Portugal. Afastado da política, dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Divulgou durante mais de 30 anos seus artigos no *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. No magistério, exerceu a Cátedra de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1892, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, foi eleito presidente perpétuo dessa instituição, cargo que ocupou até 1938. IHGB Efemérides. <http://www.ihgb.com.br/cadeiras/patronos/afonsocelsofigueiredo.html>

<sup>216</sup> APM - SI-1802. Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo provedor do Asilo de São Francisco de Assis, da cidade de São João Del Rei, em 20 de junho de 1913.

de receber do Governo da União a importância da venda de um prédio e terreno” para que pudesse aumentar o número de internos. Quanto aos recursos, o diretor afirmou serem pequenos para as despesas do asilo.

Entretanto, é interessante observar que o asilo funcionava “num dos melhores e mais salubres pontos da cidade. Em local espaçoso e arejado, que “satisfaz todas as condições exigidas pela boa hygiene. Tem anexo um bom quintal e um pateo bem espaçoso para recreio e exercícios phisicos dos Asylados”. A estrutura física de boa qualidade, principalmente em comparação às outras instituições do tipo, junto à informação de que o asilo “tem conseguido trazer em dia todos os seus compromissos”, por si só são fatos que se somam a ideia da permanência da filantropia como principal forma de manutenção do asilo da Ordem.<sup>217</sup>

No relatório de prestação de contas de 1913 da Santa Casa de Misericórdia do Pará, o provedor afirmou que o hospital “nunca teve uma phase tão feliz como a actual, quanto aos auxílios que acostumam lhe ser concedidos por parte dos governos: Estadual e Municipal”. A Casa de Caridade tinha “no Congresso Mineiro, muitos legisladores na defesa de seus interesses: os Exmos. Snrs. Drs. Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, Irmão Benemerito pela digna Mesa Administrativa, e Dr. José Alves Ferreira e Mello”:

(...) distinto conterrâneo e incansável Irmão, que, desde longos tempos, tem proporcionado a esta Instituição altos e reconhecidos benefícios, encontrando-se nas páginas da pequena historia desta Irmandade, constantes testemunhos de seu valioso concurso, aonde se nota, com sincero reconhecimento e gratidão sincera, o seu heróico esforço por ocasião da reconstrução do prédio da Santa Casa, para o que esse digno Irmão angariou donativos na importância superior a um conto de reis, serviço que talvez muito de vós hão de ignorar e que, mais uma vez fica nestas linhas registrado pelo seu inestimável valor.<sup>218</sup>

<sup>217</sup> O fato de ter como benemérito Afonso Pena, por si só, já representava grande vantagem da Ordem em relação às outras associações. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), após uma breve passagem pela Câmara de Belo Horizonte, onde foi presidente do Conselho Deliberativo, Pena foi designado, em 1899, presidente da Comissão Industrial de Minas Gerais, instituição criada com o fim de desenvolver a indústria extrativa do estado. Seu retorno ao Senado Estadual (1899-1902) foi interrompido por ter sido convidado a ocupar o lugar de Silviano Brandão, que em março de 1902 foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada por Rodrigues Alves, mas faleceu antes da posse. Na condição de vice-presidente (1902-1906), Afonso Pena capacitou-se para disputar a presidência. Na ocasião, os principais conflitos que dividiam as elites políticas mineiras encontravam-se razoavelmente arrefecidos, possibilitando ao estado emergir como força política consistente na disputa por fatias de poder no novo regime. FGV – Dicionário da Elite Política Republicana. Verbetes AFONSO PENA. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf> Mesmo com as dificuldades financeiras expostas pelo diretor. Acrescenta-se também a presença de Francisco de Paula Neves, secretário da Ordem de São Francisco de Assis na década de 1920, filho do Coronel José Juvêncio Neves e pai do futuro presidente da República, Trancredo Neves.

<sup>218</sup> APM – SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia do Pará pelo provedor Joaquim Xavier Alves Villaça, em 10 de janeiro de 1903.

A presença de outros doadores atuantes no legislativo mineiro na receita da Santa Casa de Misericórdia do Pará era farta. Por intermédio do Dr. Francisco Luiz da Veiga, “ilustrado e operoso deputado federal”, o provedor havia conseguido a inclusão de considerável auxílio de quatorze contos de reis (14:000\$000 rs.) em orçamento da União”. Por ato tão nobre, “Dr. Veiga se fez credor da mais viva sincera admiração dos filhos desta terra, dando-lhe muito merecidamente, o direito de ser considerado Irmão Benemérito”, pela Mesa Administrativa.<sup>219</sup>

Destacamos ainda a atuação do então procurador da Santa Casa, Coronel Torquato Alves de Almeida, citado neste relatório pelo “seu amor inexcedível pelos pobres, e seu interesse, nunca visto, pela nossa Santa Casa, cujas finanças, devido aos seus esforços e dedicação, são muitíssimas linsongearas”. O provedor afirmou que estes elogios se deviam ao fato de que “não se desconheciam que a elle cabe, em maior parte, a auctoria do progresso da Santa Casa ultimamente”. As doações conseguidas por Torquato eram muitas, como a soma de cem contos de réis doados pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld:

Diversos e importantes foram os donativos angariados pelo procurador, entre os quaes figura um feito pelo virtuoso e muito distincto mineiro – Snr. Cel. Francisco Mariano Halfeld – residente em Juiz de Fora, na elevada somma de cem contos de reis, que obtido ali sem nenhum ônus para o cofre da Santa Casa. Correndo as despesas de viagem a custa do bolso particular do referido procurador, foi entregue immediatamente ao Sr. Thezoureiro perante a Mesa. Em attenção a esse tão meritoso acto e que vem confirmar a grandeza do coração do venerável ancião – Cel. Halfeld – a Mesa Administrativa, de muita justiça, entendeu colocar no salão nobre do edificio, o retrato deste verdadeiro Pai dos Pobres, desse fiel representante d’aquelle Deus que chorando, fazia confundir com as de Lazaro as suas lágrimas.<sup>220</sup>

No ano de 1907, o Coronel Torquato Alves de Almeida estava na provedoria da instituição, sobre a qual registrou que as rendas continuavam as mesmas: “nenhuma renda de maior alcance teve entrada na thesouraria, afóra as importâncias constantes dos auxílios acostumados, não nos sendo, entretanto, estranhos os donativos, feitos por almas caridosas”.<sup>221</sup> O Coronel Torquato foi comerciante, empreiteiro de obras, industrial, líder político, vereador, presidente da Câmara Municipal do Pará e agente executivo de 1º de junho de 1912 a 21 de setembro de 1922. Foi também provedor da Santa Casa de Misericórdia do

<sup>219</sup> 1922, efetuou, também, a venda da primeira propriedade a 5:000\$000 (cinco contos de reis) com um acréscimo de 2:100\$000

<sup>220</sup> APM – SI 1631. Idem.

<sup>221</sup> APM – SI 1681. Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Relatório de prestação de contas da Santa Casa de Misericórdia do Pará pelo provedor Torquato Alves de Almeida, em 13 de janeiro de 1907.

Pará por longo tempo, além de jornalista. Nasceu na Vila do Pará, em 1º de novembro de 1877, filho do Cel. Francisco Torquato de Almeida, comerciante, “chefe político”, vereador e presidente da Câmara, e de dona Jesuína Moreira da Piedade.<sup>222</sup>

De acordo com as informações colhidas no site do Museu Histórico de Pará de Minas, “cedo manifestou interesse pelas obras sociais, ingressando na Irmandade da antiga Casa de Caridade (Santa Casa), hoje Hospital N. S.<sup>a</sup> da Conceição”, na qual foi eleito para compor a Mesa Administrativa como procurador. Foi provedor da instituição por 21 anos, de 9 de abril de 1905 a 8 de agosto de 1926. Como provedor do Hospital, “consolidou as finanças da entidade, adquiriu o terreno para a sua nova sede e iniciou a construção do novo prédio”, enfrentou “os opositores e a opinião pública, que achavam o projeto arrojado, muito grandioso para a cidade, um “elefante branco””.

Era líder do Partido Republicano, presidente da Câmara Municipal, tendo conseguido a instalação dos serviços do Telégrafo Nacional para a cidade, em 1909, a estrada de ferro em 1912 e o Grupo Escolar em 1914. Dentre as diversas ações empreendidas pelo Coronel Torquato Alves de Almeida, destacam-se as seguintes:

Preocupou-se com a higiene e a saúde pública, instituindo lei que dispunha sobre a criação de açougues nas vilas do município e estabelecendo a obrigatoriedade do exame dos animais destinados ao abastecimento da população. Promoveu o abastecimento de água nas vilas de Florestal e Mateus Leme, ampliou o antigo sistema de captação de água e construiu uma nova adutora de água na cidade. Ampliou a usina hidrelétrica do Jatobá e a rede elétrica da cidade e promoveu a reforma geral da rede antiga, com a colocação de postes de ferro nas ruas do centro. Construiu os jardins e o coreto da Praça Wenceslau Braz (Praça da Estação). (...) A manutenção e a construção de estradas e pontes foi uma constante em sua administração. (...) Proibiu a criação de quaisquer animais nas ruas da cidade, uma vez que porcos e cabritos as infestavam. Determinou as primeiras providências e os estudos preliminares para a construção da rede de esgoto na cidade e também o pagamento integral da dívida da municipalidade ao Estado. (...) Como empreiteiro de obras, foi responsável por um trecho da construção da estrada de ferro do Ramal do Pará. Como industrial, foi um dos fundadores das indústrias têxteis: Companhia Industrial Paraense, em 1906; Companhia Pará Industrial, em 1912; Companhia Fiação e Tecelagem São Gonçalo, em 1923. Foi também idealizador e fundador da Companhia Melhoramentos Pará de Minas, em 1920. (...)<sup>223</sup>

<sup>222</sup> APM – SI 1681. Idem.

<sup>223</sup> MUSPAM – Museu Histórico de Pará de Minas. [http://www.muspam.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159:torquato-de-almeida&catid=36:textos&Itemid=89](http://www.muspam.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159:torquato-de-almeida&catid=36:textos&Itemid=89). Sobre o Coronel Torquato Alves de Almeida consultar: ABREU, Ovídio e outros. Torquato Alves de Almeida, sua vida e sua obra. Homenagens Póstumas. Belo Horizonte: Papelaria e Tipografia Brasil. Veloso & Cia. Ltda, 1954; ALMEIDA, Robson Correia de. Pará de Minas, sua vida e sua gente. Belo Horizonte: Indústrias Gráficas Vera Cruz., 1983; ALMEIDA, Robson Correia de. Sinopse Histórica de Pará de Minas. Pará de Minas, não publicado. 1975; FIGURAS Notáveis de Minas Gerais. III Série. Pioneiros e Exponentes Editorial Ltda. Editora MAI, Belo Horizonte, págs. 486-489, 1973/1974.

O Coronel Torquato foi o responsável pela estruturação de diversos serviços públicos em Pará de Minas, como vereador e Presidente da Câmara, nas primeiras décadas do século XX. Tinha apenas 27 anos quando se tornou provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará, função que exerceu até os 48 anos de idade. A manutenção e posterior ampliação do hospital foi uma iniciativa de sua autoria, suas atividades em prol dos pobres tiveram início desde o período em que atuou como procurador da Santa Casa.

Como foi possível perceber, as iniciativas caritativas e filantrópicas, em prol dos pobres, eram constantes e abarcavam um número bastante grande de instituições. Tendo seu principal espaço de atuação nas irmandades, no caso de Minas Gerais, a filantropia se constituiu como o motor para a criação e, principalmente, manutenção de hospitais, asilos e orfanatos, ou qualquer outro tipo de associação de socorro aos desvalidos. Durante os anos de 1889 e 1923 a atuação dos filantropos foi a responsável pela ampliação dos serviços assistenciais e por sua distribuição no território mineiro.

Ainda que as iniciativas e verbas públicas tenham aumentado, nenhuma das fontes analisadas apresentou qualquer instituição que fosse mantida somente pelo estado de Minas Gerais até o ano de 1923. Entretanto, todas as fontes relativas aos estabelecimentos de assistência à pobreza, principalmente no caso dos hospitais, fazem referência aos que fundaram, sustentaram e, ainda, legaram bens a essas instituições.

Para a boa sociedade mineira, a filantropia era uma obrigação social, política e moral. Embora considerada uma prática racional, pode ser compreendida como parte de um padrão de ação social e político inserido na longa duração. Uma estrutura, ou sistema com características próprias, compreendido através da posição e da função que a caridade e a filantropia ocupavam neste contexto.<sup>224</sup>

## 2.2 – A “Assistência” no Império

As dificuldades vivenciadas pelo governo imperial quanto à estruturação dos serviços de saúde e assistenciais, como é possível inferir na análise dos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, eram muitas e constantes. Segundo Silveira e Figueiredo, a regulação através de inúmeros decretos, normas, leis, não significou a concretização da primazia pública na assistência à saúde, acrescento aqui, tampouco o foi da assistência à

---

<sup>224</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

pobreza.<sup>225</sup> Dentre as inúmeras leis destinadas à regulamentar as políticas administrativas do governo imperial, a lei de 1º de outubro de 1828 estabeleceu novas funções para as Câmaras Municipais, definindo entre suas atribuições, o processo para a sua eleição e dos Juizes de Paz. Em seu artigo de nº56 estava previsto:

Art. 56. Em cada reunião, nomearão uma comissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a quem encarregarão a visita das prisões civis, militares, e ecclesiasticas, dos carceres dos conventos dos regulares, e de todos os estabelecimentos publicos de caridade para informarem do seu estado, e dos melhoramentos, que precisam.<sup>226</sup>

Para as autoras, a burocracia se tornou cada vez mais complexa no decorrer do século XIX o que, aliada às deficiências administrativas, à falta de profissionais e à dispersão da população no território, dificultava enormemente “uma intervenção administrativa eficiente”. Somava-se aos fatores listados acima a escassez de verbas públicas para a saúde, já que a doença era tida como um problema particular, “restrito ao âmbito familiar”.<sup>227</sup>

O Ato Adicional de 1834 instituiu certa autonomia às municipalidades, pois propôs uma redefinição do modelo de estado – os exaltados defendiam o federalismo com autonomia para as províncias e os moderados defendiam a extinção do Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. Em 1834 o Ato Adicional deu maior importância aos Conselhos Municipais, passando estes a serem Assembleias Legislativas, ainda que o Poder Executivo continuasse nas mãos do Imperador. Portanto, os municípios deviam organizar sua prestação de serviços assistenciais, com certa autonomia administrativa e financeira. Principalmente financeira, já que o governo estadual acreditava ser de responsabilidade dos municípios providenciar a assistência aos pobres e desvalidos.

O relatório do Presidente de Província Vicente Pires da Motta<sup>228</sup>, em 1861, na parte intitulada “Hospitais de Caridade”, tem início com a afirmação de que “o espírito

<sup>225</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. op.cit. p.5.

<sup>226</sup> MENSAGEM 1864. U264. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

<sup>227</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. op.cit. p.6.

<sup>228</sup> Natural de São Paulo nasceu em 1779, filho de Manoel Pires da Motta. Quando se matriculou no primeiro ano do curso jurídico, em 1828, já era presbítero, e sua filiação foi dada como ignorada. Exerceu o cargo de diretor interino de abril de 1837 até abril de 1838. De 1828 a 1834, foi eleito membro do conselho geral da província de São Paulo, membro do conselho do governo, e, depois desta data, deputado à Assembleia Provincial nos biênios de 1834-35, 1836-37, 1838-39, 1840-41. Esteve em diversas épocas, de 1834 a 1869, à frente do governo da província de São Paulo, como seu vice-presidente e, na qualidade de presidente efetivo, de 16 de outubro de 1848 a 27 de agosto de 1851 e de 16 de outubro de 1862 a 3 de fevereiro de 1864. Administrou a província de Pernambuco, de 26 de abril de 1848 a 17 de junho do mesmo ano; a do Ceará, de 20 de fevereiro de 1854 a 11 de outubro de 1855; a de Minas Gerais, de 13 de junho de 1860 a 2 de outubro de 1861; e a de Santa Catarina, de 17 de novembro de 1861 a 24 de setembro de 1862. Foi, em 1850, condecorado com o título de

eminentemente caridoso dos povos desta província faz com que estes estabelecimentos aumentem em número”, diz referindo-se às Santas Casas:

(...) Oxalá continue por muitos anos a administrar este pio estabelecimento a mesa que hoje dirige-o: os nomes dos dignos mesários hão de ter lugar distinto entre os dos poucos, que, locados do espírito de Deus, sabem compadecer-se e remediar os males dos desvalidos. A pobreza e a orfandade não cessará de chamar as bênçãos do céu sobre estes respeitáveis cidadãos que não cerram os ouvidos aos gemidos do miserável enfermo e da inocente criança abandonada.<sup>229</sup>

O Estado era responsável pelas doenças que se manifestavam de modo epidêmico, como a varíola e o cólera, que exigiam maior intervenção. Desta forma, a ordenação do serviço de assistência à saúde era, primeiramente, uma competência do município, que devia prevenir e tratar das doenças contagiosas. Quando a situação escapava ao controle da administração municipal, o governo estadual interferia, subvencionando verbas para tratamento dos doentes, principalmente os pobres. Esses gastos “extras” com a saúde da população eram ressarcidos pelo governo imperial, pois eram considerados “socorros públicos”. É fato que os cuidados com a saúde, ou seja, a eliminação das doenças endêmicas era uma obrigação das autoridades e da população local.<sup>230</sup>

Os estabelecimentos de caridade que encontramos na província devem, em grande parte sua existência à caridade individual. Os nomes do Conde de Bobodella, de Antônio de Abreu Guimarães, do Barão de Santa Luzia, de Antônio José Ferreira Armond, do Monsenhor Jose Felicíssimo do Nascimento, do Barão da Diamantina e do da Ibertioga, serão sempre respeitados, por que a eles deve a humanidade a origem e existência dos hospitais Ouro Preto, Sabará, São João de Deus (em Santa Luzia), Barbacena, Itabira, Serro, e do Parahybuna.

Com isso vossa excelência mui bem sabe que não quero deixar em olvido outros estabelecimentos que tem o mesmo fim, como os hospitais de São João Del Rey o mais montado da província, Campanha, Paracatu, Pouso Alegre, Baependy, Três Pontas, Pitangui, Rio Preto, e muito menos o hospital das irmãs de caridade da cidade de Mariana, que tem origem nas esmolas dadas com simplicidade cristã pelos fiéis. (...) O Capitão Antonio Gonçalves Demétrio Corrêa juntou esmolas para fundar uma casa de caridade em Uberaba.<sup>231</sup>

---

conselheiro e faleceu no dia 30 de outubro de 1882.  
[http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index\\_faculdade\\_diretor\\_06.php](http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_06.php)

<sup>229</sup> Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinária de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861. p.6.

<sup>230</sup> BN - 466. Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinária de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861. p.7.

<sup>231</sup> BN 470 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864. p.7.

A assistência à pobreza, não só no período monárquico como também na Primeira República, era “em parte”, responsabilidade da sociedade, como afirmou o vice-presidente da província de Minas Gerais Fidelis de Andrade Botelho, em 1864. Os administradores mineiros acreditavam que o auxílio aos pobres “devia estar a cargo dos moradores dos municípios” e, portanto, cabia a eles organizar associações, abrigos, asilos, orfanatos, hospitais. Ao Estado estava destinada a responsabilidade de auxiliar financeiramente hospitais de caridade e qualquer instituição que prestasse ajuda aos desvalidos. Desde o Império até a década de 1920, a estruturação da assistência em Minas Gerais se alicerçou na atuação conjunta do governo estadual, dos municípios e das instituições privadas de socorro à pobreza.

Este contexto contribuiu para internalizar a noção de que o governo estadual só deveria interferir caso a própria população não socorresse “seus pobres”. Nos relatórios, desde 1860 até 1920, são inúmeros os elogios àquelas cidades em que existiam hospitais, asilos, orfanatos, bem como críticas ao descuido de alguns municípios com a assistência aos pobres e desvalidos. A análise dos relatórios da província e, depois, do governo do estado, demonstram como a parceria entre administração pública e sociedade foi efetiva para a distribuição da assistência em Minas Gerais.

Desde a década de 1860, as Santas Casas foram capazes de sobreviver com a ajuda das “almas caridosas” e das subvenções concedidas pelo governo imperial para o socorro aos desvalidos. A partir de 1870 a manutenção destes estabelecimentos exigiu mais da sociedade e do governo. Não é demais repetir aqui, que Minas Gerais era a província com o maior número de escravos no período anterior a abolição da escravatura no Brasil. Deste modo, além do prejuízo financeiro que advinha da perda dos braços para a lavoura cafeeira, houve a necessidade de uma reestruturação jurídica, política e, claro, econômica, que possibilitasse a manutenção da “ordem” vigente até então.

Manter a ordem, desde o Império até a Primeira República, significava preservar as estruturas políticas e sociais e as mudanças, se necessárias ou inevitáveis, deveriam coadunar com os interesses das elites. O conceito de elite utilizado se refere aos grandes proprietários de terras mineiros, os fazendeiros, grandes cafeicultores, que além de poderosos economicamente estavam inseridos nas instâncias políticas decisórias desde a independência do Brasil. Daniel do Val Cosentino afirma que até a década de 1860 “o tráfico interprovincial

de escravos organizou-se plenamente, e com isso foram resolvidos alguns dos problemas de carência de mão-de-obra escrava na província mineira”.<sup>232</sup>

Cosentino, ao analisar os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, afirma que junto aos pedidos de adoção de leis que obrigassem o ex-escravo ao trabalho, boa parte dos discursos se referia à criação de escolas agrícolas e à organização de uma política de colonização (através da imigração). Em Minas, conforme análise do primeiro capítulo, a imigração não foi em grande número, quando comparada a outros estados da federação e, portanto, não se firmou como solução encontrada para repor a mão de obra agrícola. Para o autor, ainda que a escravidão “fosse uma instituição em ruínas” ela teve, no estado de Minas Gerais, muita força até a abolição, o que explicaria o desinteresse dos presidentes mineiros em criar programas de transição para o trabalho livre.<sup>233</sup>

Segundo Cosentino “as elites e autoridades mineiras não tinham um projeto específico para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e só acompanhavam as idéias e debates que se davam na corte imperial”, o que demonstrava que a falta de braços para a lavoura não era um problema.<sup>234</sup> A análise dos relatórios provinciais dos presidentes mineiros, entre 1860 e 1920, nos leva a percepção de que, pelo menos a partir de 1870, propostas de políticas destinadas à formação para o mercado de trabalho livre estavam na pauta do governo mineiro. Esta orientação alcançou as práticas assistenciais à saúde, pois os “socorros públicos” foram reestruturados para ampliar seu alcance.

Os “socorros” não estavam restritos aos recém-libertos, não podemos esquecer de que as mudanças não se limitaram somente ao universo escravista. Para a população comum, brancos ou negros, o alto preço dos alimentos, decorrente da escassez de mão de obra e das transformações trazidas pela Lei de Terras de 1850, junto às leis abolicionistas, causaram uma insegurança geral. Nos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, de 1861 a 1870, a concessão de subvenções às “casas de caridade” não ultrapassou a quantia votada no orçamento provincial. Mas de 1870 em diante os auxílios às “casas de caridade” foram ampliados, como também passou a ser maior a cobrança do governo estadual às câmaras

---

<sup>232</sup> COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2006. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Ligia Maria Osório Silva. p.96. A respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na zona da mata mineira, Ana Lúcia Lanna escreveu um importante livro que serviu de base para os estudos posteriores, como o de Cosentino. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: UNICAMP/CNPQ, 1988.

<sup>233</sup> Idem. p.100-101.

<sup>234</sup> Idem. p. 102.

municipais para que construíssem hospitais, instituições de recolhimento e, principalmente, escolas.<sup>235</sup>

No ano de 1863, funcionavam 14 casas de caridade na província de Minas Gerais, de acordo com as informações contidas nos relatórios. Número considerado pequeno para o governo imperial, que legislava em prol da criação de mais estabelecimentos de auxílio. No relatório de 1864, sobre o ano anterior, Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da província, destacou que das “47 câmaras em cujos municípios não existem casas de caridade, onde sejam recolhidos e tratados os enfermos pobres, foi dirigida a circular de 30 de janeiro passado”. A circular alertava para a necessidade de cumprimento do artigo 69 e do artigo 3º da lei provincial nº 148, de 6 de abril de 1839, que autorizou as Câmaras Municipais a construir hospitais de caridade em seus municípios:

(...) ao mesmo tempo que auxiliados pelos mais prestimosos homens do município, a quem recorrerão, se esforçassem em promover a criação de tão uteis estabelecimentos, na certeza de que, com quanto as rendas da Província mal comporte as despesas que o serviço público exige, a presidência procuraria quando estivesse a seu alcance auxiliarem os esforços que fizerem para tão justo fim.<sup>236</sup>

Não é possível precisar o número de instituições de socorro aos pobres existentes em Minas Gerais na década de 1860, pois o governo só tinha conhecimento de determinado estabelecimento quando recebia relatórios para pedidos de subvenção. Foram realizadas diversas tentativas, por parte do Estado, no sentido de mapear o número correto destas instituições de auxílio no território mineiro. São inúmeros os decretos e as leis criados para organizar o orçamento direcionado à assistência, mais especificamente “aos hospitais de caridade” ou “casas de caridade”, como eram denominadas as Santas Casas.

Não havia uma definição oficial em relação às responsabilidades estaduais e municipais relacionadas à assistência pública, mas as instituições de caridade continuavam a surgir no estado. A Província contava com pelo menos 15 casas de caridade em 1865, estabelecidas nos seguintes municípios: Ouro Preto, São João Del Rey, Mariana, Sabará, Barbacena, Diamantina, Pitangui, Santa Luzia, Paracatu, Três Pontas, Uberaba, Campanha, Serro, Itabira e Curvelo. O presidente Pedro Cerqueira Leite havia exigido a prestação de

<sup>235</sup> BN - 466. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1861. p.6.

<sup>236</sup> BN 470 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

contas destas instituições, mas poucas responderam.<sup>237</sup> As subvenções eram votadas anualmente nas câmaras municipais e na Assembleia Legislativa, integradas ao orçamento previsto para o ano vindouro, depois os municípios eram responsáveis pela prestação de contas ao governo do estado de Minas Gerais.

No relatório de 1867, consta que algumas instituições tinham ficado sem receber a subvenção, devido a não entrega do relatório de receitas e despesas.

(...) não se pode prescindir a bem da fiscalização dessa despesa provincial. A existência simplesmente de casas de caridade não autoriza a percepção do que lhes é votado como subvenção. É mister que as administrações respectivas deem conta de seu encargo, e manifestem, por seus balanços de receitas e despesas, não só a necessidade de serem coadjuvadas pelos cofres da província, como que justificadamente dependem as rendas entregues à sua fiscalização.<sup>238</sup>

No ano de 1868, o Presidente da Província José da Costa Machado pontuou os pedidos de prestação de contas, balancetes com receitas e despesas, recebidos pela assembleia legislativa do estado de Minas Gerais das mesas administrativas das Santas Casas de Misericórdia.<sup>239</sup>

De acordo com o relatório de 1871, a assistência aos presos pobres era realizada através de contratos com as Santas Casas do estado. Para a capital, Ouro Preto, existia um contrato desde 28 de abril de 1869 para o cuidado dos presos doentes e pobres. A Santa Casa recebia a diária de um conto de réis por cada preso tratado, contudo o objetivo era regularizar este serviço, colocando-o nas mãos do governo provincial, principalmente o fornecimento de comida aos presos. Ao pedido do governo estadual aos municípios, para que enviassem um orçamento sobre o preço dos alimentos, poucas câmaras responderam, o que impedia a organização de uma tabela com diárias razoáveis para a manutenção de presos pobres de cada cidade.<sup>240</sup>

Quanto ao socorro aos desvalidos, a urgência da construção de um hospício para os alienados foi colocada em pauta pelo presidente mineiro Antônio Luís Afonso de Carvalho, entretanto, não como iniciativa primordial por parte do governo estadual, mas como uma

<sup>237</sup> BN – 471. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. p.35.

<sup>238</sup> RELATÓRIO. U265, 1867.

<sup>239</sup> BN – 474. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente da provincia, José da Costa Machado de Souza. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1868.

<sup>240</sup> BN – 477. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.33.

iniciativa “da caridade particular, com donativos e esmolas, não pelos cofres públicos, em princípio assim é, mas na prática é quase sempre o inverso”.<sup>241</sup> Para Carvalho, na prática, o Estado criava as instituições de auxílio e a caridade particular as mantinha depois que as mesmas demonstravam sua utilidade: “a caridade particular aparece e muitas vezes copiosa, depois de criados os asilos e patenteada a sua utilidade e exequibilidade da instituição”.

A afirmativa acima reitera a noção de que o governo estadual acreditava que a assistência aos pobres era uma obrigação particular, caritativa e social, pois Carvalho reclama que as instituições de assistência criadas pelo governo só recebiam doações “depois de patenteada sua utilidade”. Ora, em outras palavras, o presidente afirmou que o Estado estava assumindo uma responsabilidade que não era sua: manter as instituições de caridade, distribuir assistência aos pobres.

A construção de um hospício para os alienados era urgente, pois estes estavam recolhidos nas cadeias, acorrentados, maltratados pelos outros presos, o que piorava sua condição. Houve a preparação de “um cômodo” na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto para os alienados, contudo, o prédio do hospital estava “em ruínas” e não podia prestar esse socorro.<sup>242</sup> A situação da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto foi tratada no relatório de 10 de abril de 1872, pelo então presidente da província de Minas Gerais Machado Portela, que aprovou os Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto e nomeou a Mesa Administrativa do hospital.

O provedor foi o Barão de Camargos<sup>243</sup> e o vice Dr. Quintiliano José da Silva. Além disso, Portela tratou do sustento de presos pobres da capital, a província pagava a quantia de 200 réis pelo sustento de cada preso, que recebia duas comidas, almoço e jantar. Para o tratamento dos pobres foi mantido o contrato com a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, que fornecia medicamentos, dietas e remédios aos presos pobres recolhidos na enfermaria, “mediante a diária de 1200 réis por cada um”.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> Antônio Luís Afonso de Carvalho ingressou na política em 1860, ligado ao Partido Conservador. De outubro de 1870 até outubro de 1871 foi presidente de Minas Gerais, como também exerceu outros cargos políticos na Bahia, seu estado natal. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CARVALHO, Afonso de. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Ant%C3%B4nio%20Lu%C3%ADs%20Afonso%20de.pdf>

<sup>242</sup> BN – 477. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. p.80.

<sup>243</sup> Manuel Teixeira de Sousa, o Barão de Camargos, exerceu o cargo de Presidente da Província de Minas gerais por sete vezes, entre 1860 e 1876.

<sup>244</sup> U270 – RELTÓRIO 1872. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Minas Gerais em 10 de abril de 1872. p.30.

Em 1876 foi criado o Instituto de Menores Artífices, inserido no projeto de “formação de cidadãos para o trabalho livre”, que começou a ser discutido pelos políticos mineiros desde 1870, o instituto era destinado à profissionalização dos órfãos.<sup>245</sup> A criação do estabelecimento atendia “ao intuito humanitário de amparar tantos menores indigentes e desvalidos, que, à mingua de proteção, se pervertem, não é só uma obra de filantropia”, de acordo com Abreu esta era uma demanda da sociedade mineira.

Esses infelizes, não tendo quem lhes dirija os primeiros passos na vida, lhes cultive a inteligência, lhes refreie os maus instintos, são forçosamente arremessados ao crime pela corrupção e pela miséria. Os poderes constituídos têm o dever de sustenta-los na queda, de velar sobre eles e de, educando-os e moldando-os ao trabalho, torna-los cidadãos úteis a si e à sociedade. A necessidade de um tal estabelecimento já foi reconhecida pela assembleia provincial. Prossegui na obra encetada: criai-o. Dai instrução moral e religiosa, proporcionai um ofício a esses desventurados, donde possam tirar sua futura subsistência, e tereis, obreiros do progresso, assim cumprido uma augusta missão.<sup>246</sup>

Bonifácio afirmou ainda que havia diversas casas de caridade na província, mas que só recebera os relatórios de duas, Ouro Preto e Itabira. Deste modo, por falta dos dados, o presidente deixava “de informar sobre o estado, progressos e serviços, prestados à humanidade pelas diversas casas de caridade da província, mencionando apenas a de São João Del Rey”. Conforme observado no capítulo um, o número de escravos do quadro estatístico enviado pelo Ministério e aquele apurado pela Secretaria da Fazenda não era o mesmo.

As cidades de Sabará, Rio Claro, Piumhi, Abaeté, Christina, Itapecerica, Santa Luzia, Montes Claros, Alfenas, Pedra Branca, Indaiá, Queluz, Boa Vista, Campo Belo, Caeté, Muzambinho, Ouro Fino, Rio Pardo, Frutal, Campanha, Prata, Bambuí, Turvo, somavam 23 municípios sem nenhuma verba pública destinada a qualquer tipo de assistência aos pobres. Entretanto, os serviços assistenciais, pelo menos nas cidades a seguir podiam ser supridos através da atuação das irmandades: a cidade de Campanha tinha uma Santa Casa de

<sup>245</sup> ANDRADE, Renata Fernandes Maia; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. *Crianças suas Cores e suas Culturas: a multiculturalidade na sala de aula*. Anais do V Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares – Entre o Individual e o Coletivo. Uninove, 2007. “Entre 1876 e 1883 foram aprovadas seis leis para o ensino profissionalizante, bem como cinco Regulamentos, ou seja, em sete anos, reuniram 11 medidas legais que buscavam regulamentar o ensino profissionalizante na Província mineira. Para o Instituto de Menores Artífices, foi publicada uma Lei e um Regulamento. A Lei criava este estabelecimento nas cidades de Ouro Preto, Pouso Alegre e Montes Claros e determinava que, além das oficinas de marceneiro, pedreiro, carpinteiro e ferreiro haveria a necessidade de dar aulas de instrução primária do 1º grau. O local se destinava a crianças órfãs e pobres, chamadas à época de desvalidas”. [http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais\\_V\\_coloquio/MEP16.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/MEP16.pdf)

<sup>246</sup> BN – 473. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária de 1876 pelo presidente da mesma província, barão da Villa da Barra. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1876. p.16.

Misericórdia, fundada em 1856; Montes Claros outra criada em 1871; Santa Luzia fundou sua Santa Casa em 1845; Piumhi tinha uma Conferência de São Vicente de Paulo sem data de fundação; e Sabará uma Santa Casa de Misericórdia fundada em 1812.

No relatório de 1865, as cidades de Campanha e Santa Luzia foram mencionadas por não enviarem a prestação de contas das subvenções recebidas. Um relatório da Santa Casa de Misericórdia de Campanha foi enviado em 1870, com balancetes de receitas e despesas, o que foi registrado pelo presidente da província.<sup>247</sup> Contudo, no ano de 1876, Campanha, Montes Claros, Sabará, Santa Luzia e Bonfim são listados por terem estabelecimentos de caridade “subvencionados pela província com a quota anual de dois mil réis” sem terem apresentado “nenhuma notícia ou prestação de contas sobre o estado de tais instituições”.<sup>248</sup>

O presidente em 1882 era Teófilo Otoni, que respondeu a questionamentos em relação às escolas agrícolas, principalmente, devido à adaptação dos órfãos: “que os meninos não servem para este sistema de trabalho, por que não podem sustentar os arados e outros aparelhos, e fora dessas formações poucos empregos se pode ter (...)”. A solução para esta questão foi continuar admitindo meninos, pois amparar órfãos e desvalidos era fundamental para que “criados nesta boa prática se tornarão depois melhores do que estes adultos já viciados e indolentes que mal se sujeitam (...)”.<sup>249</sup>

Esta situação pode ter levado o governo mineiro a retirar a subvenção das instituições de caridade destes municípios, o que justificaria a ausência de verbas assistenciais nestes locais, em julho de 1889. Sobre a Santa Casa de Misericórdia de Sabará, a má gestão de recursos foi tema constante nos relatórios provinciais, pelo menos até 1885. Dores do Indaiá ou Indaiá, Pedra Branca, Queluz (Teófilo Otoni), Alfenas, Christina, Itapeçerica, Campo Belo, Caeté, Bambuí e Turvo foram municípios reconhecidos oficialmente após a proclamação da República e cujas Santas Casas de Misericórdia foram criadas após 1889. Bambuí passou a contar com um Hospital de São Vicente de Paulo em 1918, Prata em 1910 e Abaeté em 1901.

Antonio Teixeira de Sousa Magalhães, o Barão de Camargos, vice-presidente em 1888, através da Resolução nº3564 de 25 de julho, aprovou o código de posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. O artigo de nº232 da resolução: “A câmara providenciará

<sup>247</sup> BN – 471 e 484. op.cit.

<sup>248</sup> BN – 484. op.cit. p.43.

<sup>249</sup> BN – 489. AF1 a AF9. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Otoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882.

oportunamente sobre a criação de asilos da mendicidade, de expostos e de órfãos: e enquanto não os houver, requisitará do juiz de órfãos a nomeação de tutores para os mesmos”.<sup>250</sup> A resolução que tratou da cidade de Pouso Alegre era uma decisão comum no cotidiano da assembleia legislativa de Minas Gerais. O governo pressionava as câmaras municipais para que criassem instituições de socorro e, nos municípios, parte daquela sociedade, principalmente os mais abastados, se organizava para atender às demandas por saúde e assistência pública.

À saúde pública, através da lei de nº3568 de 4 de agosto de 1888, foi destinado o aumento do crédito para o pagamento de diversas obras e subvenções para estabelecimentos de auxílio aos desvalidos.<sup>251</sup> Além das subvenções às instituições de saúde e de auxílio aos pobres, iniciativas como a construção de estradas, pontes, escolas primárias e a organização do território em novas comarcas, foram temas constantes no ano de 1888 e início de 1889.<sup>252</sup>

Nas Disposições Gerais desta sessão foi autorizado à Câmara Municipal de Leopoldina ceder cinco terrenos isentos de impostos à Sociedade de Beneficência Portuguesa, para que a mesma construísse um hospital e escolas. A Câmara Municipal da capital foi autorizada a conceder a Santa Casa de Misericórdia uma extração de dez loterias, para que o hospital aumentasse seu patrimônio. Além disso, o valor de 1,2% de um lote de 90 loterias seria distribuído para o patrimônio e hospital de alienados de Ouro Preto, e em Juiz de Fora 1,2% para construção e patrimônio da Santa Casa da cidade.<sup>253</sup>

A iniciativa privada, a prática da caridade, a participação das elites mineiras nas irmandades da Misericórdia e de São Vicente de Paulo, principalmente, por meio da filantropia foi a principal responsável pela criação de instituições de caridade no Império. Com destaque também para a atuação das irmãs de caridade, não só vicentinas. A noção de que a assistência aos pobres era uma responsabilidade da sociedade, ideia expressa por diversas vezes nos relatórios provinciais e correspondências das instituições, se fortaleceu devido à intensa participação da sociedade mineira na criação e gestão de hospitais, asilos, orfanatos, e todo tipo de instituição de socorro à pobreza.

No decorrer da Primeira República, encontramos a configuração ou estrutura descrita acima no campo da assistência à pobreza, em Minas Gerais. Nas regiões de maior

---

<sup>250</sup> Coleção das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Gerais do ano de 1888. p.81-82.

<sup>251</sup> Idem. p.36.

<sup>252</sup> Nas discussões da assembleia, em junho de 1888, o deputado questionou a demora em concretizar as escolas noturnas. Anais da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais do ano de 1888.

<sup>253</sup> APM - Anais da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Segundo ano da vigésima legislatura. Sessão de 1889. p.242-243.

concentração de ações filantrópicas estavam localizadas as elites agrárias e mercantis do estado mineiro. Estas participavam da política federal, estadual e municipal, de forma institucional, integrando as instâncias decisórias de poder. Desta forma, a filantropia se consolidou como uma atividade inerente àqueles que possuíam uma condição econômica, social e política privilegiada.

Contudo, veremos no item a seguir como o ideário de progresso tão caro ao projeto republicano privilegiou políticas públicas ligadas à instrução, em detrimento daquelas destinadas à minizar os efeitos da pobreza sobre a sociedade. Esta iniciativa se justificava pela necessidade de ampliação do número de eleitores, o que resultaria em um número maior de cadeiras ocupadas no Congresso Nacional pela bancada mineira.

### 2.3 - A Assistência na Primeira República

Não devia, por certo, ser esta a época das restrições; é o momento das amplitudes generosas e das reivindicações descuidadas.<sup>254</sup>

Quando a República foi instaurada, a população mineira estava dividida em 113 municípios, 16 haviam sido criados no período colonial e 97 no período monárquico.<sup>255</sup> A proclamação da República trouxe inúmeras inovações políticas e administrativas para os estados brasileiros. A mais importante foi, sem dúvida, a instauração do federalismo.

O federalismo instituído no dia 15 de novembro de 1889, no Governo Provisório, trouxe aos estados liberdade para formularem suas próprias constituições, elegerem seus órgãos representativos e organizarem os governos locais. Com influência direta do federalismo norte-americano, o sistema federalista da primeira constituição republicana surgiu após “muitos questionamentos e considerações das oligarquias brasileiras e dos militares, especialmente as de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul”.<sup>256</sup>

Segundo Órsi Pimenta, o federalismo republicano “adquire no Brasil o sentido de descentralização, voltado para os Estados (Províncias), tendo muitos buscado no modelo

<sup>254</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Eduardo da Gama Cerqueira vice-presidente do Estado de Minas Gerais em 1892.

[http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429\\_1892\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429_1892_00001.pdf). p.9.

<sup>255</sup> De acordo com nosso levantamento, analisado no capítulo 1.

<sup>256</sup> FEIJÓ, Alessandro Rahbani Aragão. *A Constituição Brasileira de 1891 e o Federalismo Norte-Americano*. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Tema: Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos. 06, 07, 08 e 09 junho de 2012 – Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia – MG. p.2-3. <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e00da03b685a0dd1>

norte-americano as bases de nossa estrutura institucional”. Nos Estados Unidos, os 13 estados se reuniram em uma Confederação para depois se tornarem uma Federação.<sup>257</sup> No caso do Brasil, “o federalismo caminhou em sentido oposto”, pois no país foi preciso fragmentar o unitarismo que marcou a Constituição de 1824.<sup>258</sup>

José Murilo de Carvalho afirma que os republicanos “transformaram a demanda de centralização em exigência de federalismo”, mas que este último já se encontrava inserido também no discurso dos liberais. O autor analisou as ideias republicanas com ênfase nos conceitos de república, democracia e federalismo, bem como sua utilização pelos republicanos, liberais e liberais radicais.<sup>259</sup> De acordo com Carvalho, a Constituinte foi composta por uma maioria, quase todos, de federalistas, apesar das discordâncias sobre sua forma de aplicação.<sup>260</sup>

Se, no governo imperial havia estabilidade na distribuição das receitas, principalmente em relação à destinação dos impostos, no governo republicano as mudanças trazidas pela Constituição de 1891 aprofundaram as desigualdades entre as unidades federativas. Isto porque a carta constitucional definiu que aos Estados caberiam as receitas resultantes dos impostos sobre as exportações de produtos e, à União, aqueles gerados pelas importações. Segundo Claudia Viscardi, esta ordenação contribuiu para aumentar a desigualdade econômica entre os estados, já que as receitas advindas das exportações não eram compartilhadas de forma homogênea. Não havia, portanto, nem igualdade econômica e nem representativa.

A supremacia de Minas Gerais, dentre outros estados, se destaca pela forte presença no executivo federal, além da composição e condução das principais comissões parlamentares na Primeira República:

Minas Gerais, sozinha, ocupava quase a metade da presidência das mais importantes comissões parlamentares. Esses números indicam que o estado usava como estratégia política priorizar a ocupação de espaço no âmbito do parlamento federal, em razão do peso de sua numerosa bancada. Nota-se,

---

<sup>257</sup> Sobre as diferenças entre federação e confederação: Federação é uma união de diversas partes dotadas de certa autonomia, sob uma administração única, já a Confederação constitui uma associação de Estados soberanos dotados de completa autonomia. A Confederação pode ser designada como uma liga entre diversos Estados autônomos, na Federação as diversas partes devem estar sob a mesma constituição e as mesmas leis, enquanto que na Confederação as regiões podem vir a adotar a mesma Constituição. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 11ª ed, 1998. p.218 e 481.

<sup>258</sup> PIMENTA, E. Órsi. *A Constituição republicana e o federalismo mineiro: perspectivas histórico-metodológicas*. Revista de Informação Legislativa, v. 26, n. 104, p. 283-298, out./dez. 1989. p.286-287.

<sup>259</sup> CARVALHO, José Murilo de. *República, Democracia e Federalismo: Brasil 1870-1891*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011. p.143-145.

<sup>260</sup> Idem.149-150.

também, que seu poder no parlamento foi ampliado a partir do governo Afonso Pena, período em que se consolidou a ascensão de Minas (...).<sup>261</sup>

Viscardi conclui que Minas Gerais teve uma importância muito maior do que lhe foi atribuída para o período da Primeira República, política e economicamente. Ainda que vários grupos políticos disputassem o poder: as oligarquias estaduais, os militares, liberais e conservadores, o estado de Minas Gerais conquistou uma posição central na República. Em nossa pesquisa, conforme anunciamos na apresentação deste capítulo, concluímos que a opção por investimentos na educação, como a criação de escolas noturnas dentre outras, estava ligada à ampliação do colégio eleitoral de Minas Gerais. O aumento do número de pessoas (homens) alfabetizadas significava o aumento do número de votantes e, conseqüentemente, maior número de parlamentares eleitos.

Segundo Christiane Maria Cruz de Souza, a Constituição de 1891 atendeu as oligarquias brasileiras e “ratificou o princípio da autonomia dos estados”, pois cabia a cada unidade federada “prover a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração”.<sup>262</sup> Foi o que buscou colocar em prática o estado de Minas Gerais, desde a preparação da constituição estadual, pautada pela disputa política entre conservadores e liberais, tendo a preponderância de legisladores ligados ao Partido Republicano Mineiro.

Nas discussões para elaboração da constituição mineira de 1891 estavam presentes os desejos de “coibir os abusos de poder, dotar as instituições políticas de instrumentos capazes de evitar a prepotência do Executivo”. Acreditavam os constituintes que a fragmentação do poder devia ser levada até os menores núcleos populacionais, distritos e vilas, pautados na ideia de autonomia. Tratou-se de definir os limites do estado e organizar as municipalidades.<sup>263</sup>

A criação ou supressão de impostos, a setorialização ou incorporação de secretarias, comissões, a discussão sobre a autonomia dos municípios diante do governo estadual, e uma série de decretos recém-criados marcaram esse período. As esperanças alimentadas pelo novo regime sofreram alguns reveses, devido às muitas adaptações administrativas colocadas, primeiro, pelo Governo Provisório e, depois, pela constituição republicana de 1891. Os

---

<sup>261</sup> VISCARDI, Claudia. *Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro*. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLII. p. 95-109, 2006. p.106-107.

<sup>262</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias*. Revista Dynamis vol.31 n°.1 Granada, Barcelona, 2011. p.95-96.

<sup>263</sup> NETO, Silveira. *O Senado Mineiro (1891-1930)*. Revista de Informação Legislativa. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180955/000357588.pdf?sequence=3> Acesso em 17/02/2015. p.217'-220.

relatórios provinciais do estado de Minas Gerais, a partir de 1889, revelam as discussões mais emblemáticas ocorridas, as expectativas dos legisladores quanto à República, a descentralização e o processo de reestruturação administrativa do estado mineiro.

Como parte deste processo os serviços no estado de Minas Gerais foram setorializados e novos cargos públicos foram criados. A Secretaria do Interior (criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891) “tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis”. A secretaria cuidava também das relações de Minas Gerais com outros governos e com o Governo Federal.

As inúmeras reformulações administrativas podem ser observadas pelos decretos assinados por José Cesário de Faria Alvim<sup>264</sup>, governador do estado de Minas Gerais entre novembro de 1889 e fevereiro de 1890, durante o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca. Em sua curta permanência no cargo, assinou muitos decretos para reorganizar a administração estadual, como a supressão da Inspetoria Geral de Imigração, “devido a sua defeituosa organização, resultados quase negativos, (...) custando, entretanto, somas avultadíssimas aos cofres do estado” (decreto nº 4 de 7 de dezembro de 1889). Para reorganizar os serviços das linhas férreas e revisar os contratos estabelecidos para as obras públicas foi criado o cargo de Superintendente Geral das Obras Públicas do Estado (decretos nº 5 e nº 9, dezembro de 1889).<sup>265</sup>

Cesário Alvim nomeou uma comissão para reorganizar a Diretoria da Fazenda, pois acreditava que as receitas e despesas do estado deviam ser organizadas antes da instalação da assembleia constituinte estadual: “pelos seus dados de estatística econômica, que devem ser

<sup>264</sup>FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). ALVIM, Cesário. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->. José Cesário de Faria Alvim nasceu em Arraial do Pinheiro, município de Mariana, atual Pinheiros Altos, distrito de Piranga (MG), em 7 de junho de 1839. Foi eleito deputado à Assembleia Provincial mineira nos biênios 1864-1865 e 1866-1867. Eleito em seguida deputado à Câmara Geral do Império para a legislatura 1867-1868, voltou à Câmara Geral em 1877 e, reeleito, nela permaneceu até 1880. Em agosto de 1884 foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro. Permaneceu no cargo até agosto de 1886, quando do estabelecimento do governo conservador pelo visconde de Cotegipe. Elegeu-se novamente deputado provincial para a legislatura 1886-1889. Nos momentos finais do Império, apresentou-se como republicano na exposição do gabinete do visconde de Ouro Preto, justificando as insatisfações com o regime até então em vigor, (...) foi atuante no movimento que levou à proclamação da República. Filiado ao Partido Liberal no período monárquico, às vésperas da instauração do regime republicano aderiu ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Empossado em 25 de novembro de 1889 como governador do estado de Minas Gerais, buscou agir em prol da conciliação de interesses para o fortalecimento e consolidação do regime republicano. Renunciou ao governo mineiro em 10 de fevereiro de 1890, devido ao convite recebido do próprio marechal Deodoro para assumir a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, substituindo Aristides Lobo. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVIM,%20Ces%C3%A1rio.pdf>

<sup>265</sup> APM - Coleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Expedidos de 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933. p.7-8.

coordenados, se estabeleça um sistema racional, eficaz e equitativo para o lançamento de tributos e sua arrecadação” (decreto nº 6 de 10 de dezembro de 1889). Suspendeu a entrega dos auxílios votados pela extinta assembleia provincial para matrizes e capelas, além de criar uma repartição de estatística, com o objetivo de “organizar com a perfeição possível a estatística do Estado, para que a respectiva administração tenha um campo conhecido e balisado para determinar os seus movimentos” (decretos de nº 9 e 10 de 15 e 21 de janeiro de 1890).<sup>266</sup>

João Pinheiro assumiu <sup>267</sup> o governo do estado de Minas Gerais em 11 de fevereiro de 1890 e em março modificou o decreto relativo à comissão de estatística. Por meio do decreto de nº 33, Pinheiro instituiu três comissões responsáveis pelo serviço de estatística, inserindo as instituições de socorro aos pobres no “Artigo 3º: Os trabalhos concernentes à população, seu estado político, intelectual e moral compreendem: (...) XVIII – Número dos estabelecimentos de caridade, hospitais, hospícios, asilos, dos enfermos e dos asilados”.<sup>268</sup> As reformulações da comissão de estatística se deviam à preparação para o censo de 1890, distribuição de funções e outros ordenamentos relativos ao censo.

A assistência pública à pobreza, nos anos iniciais da República, tinha como foco principal a prevenção das doenças e a manutenção das cadeias: em todos os documentos utilizados na pesquisa, oriundos do governo de Minas Gerais, o pobre só era mencionado quando adoecia ou estava preso. As situações consideradas como de calamidade pública continuavam a ocupar espaço no orçamento estadual. O governo de Minas Gerais despendeu, em 1890, para as vítimas indigentes da seca no norte do estado e para o tratamento de

<sup>266</sup> APM - Colleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Expedidos de 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933. p.10-11.

<sup>267</sup> FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). PINHEIRO, João. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->. João Pinheiro da Silva nasceu na cidade de Serro (MG) no dia 16 de dezembro de 1860. Graduou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1881 e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, de onde sairia bacharel em 1887. Ativista na defesa do ideal republicano, esteve presente à organização do Clube Republicano em Ouro Preto e liderou a criação do primeiro Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1888. Em 1889 tornou-se diretor do jornal de divulgação do movimento republicano, intitulado O Movimento. Após a proclamação da República foi nomeado secretário de estado e vice-governador de Minas Gerais, ao lado de Cesário Alvim. Em 11 de fevereiro de 1890 passou a exercer interinamente o governo mineiro, em decorrência da transferência de Cesário Alvim para o Ministério do Interior. Exonerou-se em agosto, sendo substituído por Domingos José da Rocha. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e integrou a Comissão dos 21, formada por um representante de cada estado da Federação e responsável pelo encaminhamento ao plenário do projeto constitucional. Já após a promulgação da Constituição (24/21891), com a crise entre o marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso, que levou o primeiro à renúncia em 23 de novembro de 1891, renunciou também ao mandato. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINHEIRO,%20Jo%C3%A3o.pdf>

<sup>268</sup> APM - Colleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Expedidos de 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933. p.30-33.

indigentes com varíola e outras epidemias o valor de 167:961\$303.<sup>269</sup> Os gastos foram autorizados pelo Ministro do Interior, pois as doenças contagiosas deveriam ser contidas, prevenidas e tratadas rapidamente.<sup>270</sup>

Em 31 de outubro de 1890, através do decreto de nº226 foi publicada a constituição do estado de Minas Gerais, que deveria ser aprovada pelo congresso em 25 de março de 1891. Cabia aos municípios a gestão de seu orçamento, com detalhamento dos gastos e a formação de um Conselho Municipal responsável, entre outras atribuições, a legislar por meio de posturas sobre hospitais, saúde e higiene pública.<sup>271</sup> Após emendas e substitutivos realizados pela “Comissão dos Onze”<sup>272</sup>, a Constituição de Minas Gerais foi promulgada em 15 de junho de 1891. As alterações na constituição em vigor desde o governo provisório foram importantes no que concerne à descentralização dos poderes e à representatividade política, à cidadania, bem como reforçou as prerrogativas do Senado.<sup>273</sup>

Ao final de 1891, Eduardo da Gama Cerqueira frisou as grandes dificuldades “em harmonizar os vários serviços da administração dentro do quadro traçado pela lei de nº6 de 16 de outubro de 1891”. A referida lei criou as Secretarias do Interior, Secretaria da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, suprimida em 1910. Cerqueira reconhecia que o centralismo da política mineira causava entrave no processo de descentralização, mas as exigências para que o estado se adequasse à República também o faziam.<sup>274</sup>

A lei ainda reduziu o número de funcionários, “obrigando ao número fixado de 79 os empregados retribuídos e efetivos que deverão compor as três secretarias decretadas”. Contudo, existiam nas atuais repartições 97 funcionários: destes, cinco trabalhavam extraoficialmente, treze atuavam como colaboradores junto à comissão de estatística e quatro

<sup>269</sup> Para que tenhamos uma ideia do valor citado (167:961\$303), relativo aos gastos do governo mineiro com as situações de calamidade pública no ano de 1890, entre 1889 e 1900 o valor de 214\$013 correspondia aproximadamente a um alqueire de terra. SARAIVA, Luiz Fernando. op.cit.

<sup>270</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim, Presidente do Estado de Minas Gerais, em 15 de junho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima. [http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429\\_1891\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429_1891_00001.pdf). p.45-47.

<sup>271</sup> APM - Colleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Expedidos de 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933. p.431-433.

<sup>272</sup> A Comissão dos Onze foi formada pelos senadores Afonso Pena, Gama Cerqueira, Xavier da Veiga, Costa Reis e Virgílio de Mello Franco; e pelos deputados Olinto de Magalhães, Levindo Lopes, Camilo Prates, Adalberto Luz, Faria Alvim e Augusto Clementino. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte, 1989. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. CINPE – Conselho de Informação e Pesquisa. Coordenação: DULCI, Otávio Soares. IGLÉSIAS, Francisco. p.34.

<sup>273</sup> *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947*. op.cit. Idem. p.37.

<sup>274</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Eduardo da Gama Cerqueira vice-presidente do Estado de Minas Gerais em 1892. [http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429\\_1892\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429_1892_00001.pdf). p.7-8.

auxiliavam na Secretaria do Interior. Segundo Cerqueira, apesar da República ter trazido considerável aumento das demandas das secretarias, “que compreendem novos serviços antes de competência do governo geral”, o número de empregados seria diminuído.

Dificuldades também foram elencadas para o cumprimento da lei nº11 de 13 de novembro de 1891, que previa a classificação de todas as comarcas de Minas Gerais. Acompanhada pela lei de nº18 de 28 de novembro deste ano, que determinava a existência de um juiz de paz, um juiz substituto e um promotor em cada uma das comarcas classificadas. Os governantes não conseguiam funcionários adequados para cumprir a legislação constitucional da República. Não se tratava de simples indicação, era preciso ter formação compatível à função:

Não vem da vontade do governo esta falta de execução da lei, senão da carencia de bachareis em direito com residência legal no estado. Para completar o pessoal de sua organização judiciária e administrativa o Estado necessita de cerca de 400 bacharéis com a residência da lei, o que supões um número muito mais avultado, atentas as diferentes carreiras que seguem e das quais o governo os não poderá tirar para os cargos públicos, parte porque não quererá deixar a profissão já abraçada, parte porque não terá, além da residência, outras condições estatuídas para a nomeação.<sup>275</sup>

Sobre o funcionamento das secretarias recém-criadas, o relator reclamou dos valores altos pagos com alugueis de prédios para seu funcionamento, a Secretaria do Interior iria precisar de um prédio maior, pois outras atribuições ainda seriam anexadas a ela. Contudo, existia uma “antinomia entre a lei de nº 6 de novembro de 1891 (que criava as três secretarias) e o orçamento”.<sup>276</sup> O orçamento do estado de Minas Gerais, em 1891, ultrapassou a receita, o que de acordo com o presidente mineiro Eduardo da Gama Cerqueira se devia às rubricas em excesso, conforme se pode ler abaixo:

(...) os acréscimos de despesas em que foram excedidas as rubricas em que deram, cabalmente se justificam pela transformação política do país. Um orçamento vasado, ainda nos moldes do antigo regime não podia em tudo adaptar-se à ordem de coisas novamente estabelecida, sendo, todavia, forçoso reconhecer que pouco o alteraram as administrações que no Estado se sucederam. As rubricas que em excesso se deram, foram, pois, tão somente a do pessoal das repartições, a de aposentadorias e reformas, a de

<sup>275</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Eduardo da Gama Cerqueira vice-presidente do Estado de Minas Gerais em 1892. [http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429\\_1892\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429_1892_00001.pdf). p.8.

<sup>276</sup> Importante destacar a crise econômica do Encilhamento, na qual Rui Barbosa, então Ministro da Economia, autorizou a emissão desenfreada de papel moeda sem lastro. Desde 1890, a crise do “Encilhamento” desequilibrava as finanças do país e elevou a inflação a altíssimos patamares, afetando os estados de todo o Brasil.

exacção de rendas, as de etapas das praças e diárias de sustento dos presos pobres, pela alça dos gêneros alimentícios e a da repartição de estatística, que dantes não existia.<sup>277</sup>

A Secretaria do Interior, em cujo acervo se encontra as fontes principais do nosso trabalho, era responsável pela justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. Também cuidava das relações entre Minas Gerais e os outros governos estaduais e o governo federal. A secretaria ainda coordenava o Instituto Vacínico,<sup>278</sup> a Diretoria de Higiene, o Arquivo Público Mineiro e a Brigada Policial. Entre 1901 e 1910, com a extinção da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Secretaria do Interior recebeu mais uma responsabilidade: a repartição de terras, colonização e imigração.<sup>279</sup>

<sup>277</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Eduardo da Gama Cerqueira vice-presidente do Estado de Minas Gerais em 1892. [http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429\\_1892\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720429/per720429_1892_00001.pdf). p.25-26.

<sup>278</sup> “Criado pelo decreto n.º 464, de 17/08/1846, o Instituto Vacínico do Império, conhecido também pelo nome de Instituto Vacínico da Corte, era resultante do Regulamento que reformara a Junta Vacínica da Corte, ampliando seu raio de ação para todo o Império. D. João criou em 1811 a Junta Vacínica da Corte para implantar a vacinação no país e subordinou a Junta Vacínica à Fisicatura, órgão de fiscalização do Reino, vinculando-a também à Intendência Geral de Polícia. Em 1831, a Junta Vacínica passava a chamar-se Junta Central de Vacinação. Já na década de 1820, havia institutos vacínicos em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Instituto Vacínico do Império tinha como objetivos o estudo, a prática, o melhoramento e a propagação da vacina antivariólica para todo o Império do Brasil. O Regulamento do Instituto Vacínico do Império, de 1846, previa o desenvolvimento da vacina animal contra a varíola. A institucionalização desta técnica de produção da vacina antivariólica, contudo, seria viabilizada somente algumas décadas depois, com a criação do Instituto Vacínico Municipal por Pedro Affonso Franco (Barão de Pedro Affonso), em 1894. Se a questão da produção da vacina animal não chegou a sair do papel na década de 1840, também o cumprimento da obrigatoriedade da vacinação, determinada por lei desde 1832 era um problema que iria preocupar as autoridades durante muito tempo. As soluções vislumbradas para a aplicação de tal lei sempre apontavam para a necessidade do uso da força”. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. INSTITUTO VACÍNICO DO IMPÉRIO. Verbetes elaborado por Alex Varela; Atiele de Azevedo de Lima Lopes; Patricia Santos Hansen; Francisco José Chagas Madureira. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/instvacimp.htm>

<sup>278</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX*. Revista Dynamis. 2011, vol.31, n1º, pp. 41-63. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cassia. *Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX*. Ciência & saúde coletiva. 2011, vol.16, n.2, pp. 387-396. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Varíola e a vacina: visões e reações da sociedade mineira no século XIX*. XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaevacina.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338_ARQUIVO_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaevacina.pdf)

<sup>279</sup> Em 1926, pela lei n.º 919, de 4 de setembro, os serviços concernentes à administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. A nova secretaria durou apenas quatro anos. Após sua extinção em 1930, os serviços relacionados à segurança, saúde e assistência pública retornaram para a Secretaria do Interior. Com a criação da Secretaria da Educação, em 1930, a Secretaria do Interior deixou de responder pelos serviços relacionados à instrução pública. [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes\\_brtacervo.php?cid=35](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes_brtacervo.php?cid=35)

Uma matéria legislativa que causou desagrado foi a definição dos casos em que poderiam ser concedidos privilégios pelo Governo do Estado ou municipalidades, nos termos do artigo 11 das disposições transitórias da constituição. O artigo modificou o caráter de tais concessões, retirando-lhes o valor jurídico.<sup>280</sup> Para Cerqueira, era necessário “à vida local o direito de fazer contratos concedendo privilégios e outras vantagens para o serviço de natureza municipal”, como iluminação, transportes urbanos, esgoto e outros semelhantes. As loterias, uma forma bastante comum de subvencionar instituições de assistência, haviam sido proibidas.<sup>281</sup>

A distribuição de rendas, a organização de serviços como educação, ensino, finanças, dentre outros, estava inteiramente subordinada às constituições estaduais. Essas prerrogativas geraram intensas discussões no congresso constituinte mineiro, principalmente, em relação aos impostos municipais arrecadados. A proposta de se uniformizar estes impostos levou a debates acalorados: e as regiões mais produtoras que as outras? Seriam prejudicadas pelos municípios mais pobres? Aprovou-se que cada município seria responsável por legislar sobre a arrecadação dos impostos já conhecidos pelo governo estadual: sobre indústrias e profissões, e imóveis urbanos. A criação ou aumento de impostos estaria submetida à aprovação dos cidadãos que pagavam maior soma de tributos, que julgariam as contas da Câmara Municipal.<sup>282</sup>

Havia a necessidade constitucional, desde 1891, de inspeção de todos os estabelecimentos cujo município ajudasse a manter. A fiscalização era realizada pelos promotores de justiça das comarcas. Dentre as exigências contidas no relatório que deveria ser entregue à Secretaria do Interior estava a limpeza, asseio e higiene do local. Além disso, era verificado o estado dos internos em todas as instituições inspecionadas, para confirmar a correta aplicação das subvenções recebidas do governo estadual.

O presidente Afonso Pena, em mensagem do ano de 1894 ao Congresso Mineiro, confirmou o repasse às municipalidades de impostos que representavam, segundo o cálculo da arrecadação de 1893, uma quantia aproximada a 4:000\$000, todavia as previsões

---

<sup>280</sup> Em alguns municípios as câmaras concediam privilégios, concessões à particulares para prestação de determinado serviço ou fornecimento de produtos.

<sup>281</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro em 18 de junho de 1891, pelo Dr. Antonio Augusto de Lima. O artigo 107 da constituição proibiu a concessão e venda de bilhetes de loteria no estado de Minas Gerais. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte, 1989. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. CINPE – Conselho de Informação e Pesquisa. Coordenação: DULCI, Otávio Soares. IGLÉSIAS, Francisco. p. 60.

<sup>282</sup> *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. op.cit.

orçamentárias para 1894 elevaram a renda a mais de 12.000:000\$000 suficiente para fazer face às despesas ordinárias. Pena chamou a atenção para o gradativo aumento destas despesas, “que cresciam sensivelmente em alguns ramos”. Em 1895 quase todas as Câmaras Municipais e conselhos distritais encaminhavam “seus negócios referentes às suas localidades” e, segundo Afonso Pena, “melhorando as condições higiênicas dos povoados, cuidando de pontes e estradas, e mesmo legislando sobre instrução pública”.<sup>283</sup>

O presidente Bias Fortes se preocupou com este fato, pois acreditava que algumas câmaras, aquelas que apresentavam maiores “recursos pecuniários deviam ocupar-se de obras de maior importância, tais como as de canalização de águas potáveis e organização de sistemas de esgotos”. Quase todas as câmaras se achavam providas de promotores de justiça, havia em 1895 apenas uma vaga a ser preenchida para o cargo. Em relação à salubridade pública, havia sido boa em todo o Estado, “mas ao final do ano uma epidemia de cólera se espalhou em alguns municípios da Mata e do sul”. Providências enérgicas foram tomadas pelo governo do Estado e pelos poderes locais “a fim de debelar-se tão terrível flagelo. (...) Mais uma vez, e por cruel experiência ficou demonstrado a necessidade urgente que há de ser dotado o Estado de um serviço regular e completo de higiene”. Bias Fortes reconhecia que as municipalidades não podiam arcar sozinhas com o serviço e que “aos poderes do Estado cumpre correr em seu auxílio”.<sup>284</sup>

Situações como esta, citada por Bias Fortes em seu discurso, traziam à tona as dificuldades encontradas pelo estado de Minas Gerais em relação à distribuição de verbas para a saúde e assistência pública, principalmente, em casos emergenciais. Havia imensas discrepâncias, por exemplo, entre a receita dos municípios da Zona da Mata e Sul e os do Vale do Jequitinhonha. Nem regiões mais dinâmicas economicamente, como a Mata e o Sul de Minas, escapavam dos problemas com a salubridade, pois esta não era adequada. Combinada à ausência de uma estrutura permanente de combate às doenças, as epidemias eram constantes. A salubridade e as condições higiênicas de Minas Gerais se tornaram pauta de muitas mensagens na assembleia legislativa do estado, o que se agravou com a proximidade da transferência da capital mineira para a cidade de Belo Horizonte.

---

<sup>283</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da primeira legislatura. 1894. p.10. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2403/000002.html>

<sup>284</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes em sua primeira sessão ordinária da segunda legislatura. 1895. p.7-10. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2404/000002.html>

A construção da capital foi o assunto mais mencionado em 1986 pelos congressistas mineiros, pois em 1897 toda a estrutura administrativa do estado de Minas Gerais seria transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte. Além da mudança da capital, epidemias de cólera, varíola e febre amarela, principalmente na zona da mata, causaram imensos gastos ao governo mineiro, que já estava sobrecarregado com as obras da nova capital, cujas despesas se elevavam a cada ano.

A administração da saúde pública e polícia sanitária foram assuntos centrais em 1897, pois “interesses vitais de grande e opulenta zona do Estado” estavam sendo afetados. “Infelizmente assolada com febres de mau caráter (...)”. Bias Fortes se referiu à zona da mata, uma das regiões do estado de Minas que mais sofria por causa das moléstias. A lei de nº 200 de 1896 foi criada para complementar a legislação do sistema de administração sanitária, iniciado pela lei de nº144 de 1895 e seu regulamento, com o objetivo de traçar metas de contenção das epidemias na mata mineira.<sup>285</sup>

O regulamento para a execução da lei de nº 200, de 18 de setembro de 1896, referente à “profilaxia sanitária”, já estava pronto. O governo estadual acreditava que com os recursos dados por essa lei às autoridades sanitárias as doenças infecciosas não iriam mais reaparecer com tanta intensidade. As “mortíferas epidemias assolaram uma parte importante do estado de Minas nos anos de 1895, 1896 e começo de 1897”. Bias Fortes promulgou o Decreto nº 1145 de 20 de Junho de 1898, instituindo o regulamento dos serviços de defesa sanitária e de profilaxia do estado, contudo, devido às condições orçamentárias preocupantes de Minas Gerais o decreto só foi vigorar realmente a partir de 1910.<sup>286</sup> As despesas com a construção dos edifícios da Secretaria do Interior, das Finanças e da Agricultura na nova capital atingiram a quantia de 2:012:027\$784, 745:934\$935, 608:641\$613 e 457:451\$232 respectivamente. Os socorros públicos o valor de 234:879\$521.<sup>287</sup>

A gestão de Silviano Brandão (1898-1902) ficou marcada por grandes cortes no orçamento do estado. Brandão afirmou a necessidade de se “fazer severas economias, reduzindo as despesas públicas, reduzindo nas extraordinárias, suprimindo ou adiando

---

<sup>285</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes em sua terceira sessão ordinária da segunda legislatura. 1897. p.9-10. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2406/000002.html>

<sup>286</sup> Idem. p.13. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2407/000002.html>

<sup>287</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.43-44. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2408/>. p.36. Os valores citados podem ser medidos pelo valor do alqueire de terra entre 1889 e 1900, 214\$013, que correspondia aproximadamente a um alqueire de terra. SARAIVA, Luiz Fernando. op.cit.

serviços”. A Secretaria do Interior, com suas inúmeras atribuições, foi alvo de enorme redução de despesas “feita nos múltiplos serviços”, para alívio dos cofres públicos. Era reconhecido que o serviço sanitário do Estado, organizado como se achava, não correspondia ao fim para o qual tinha sido criado, “onerando, entretanto, consideravelmente o tesouro público”.<sup>288</sup>

Brandão utilizou o decreto de nº1193 para dispensar o pessoal das repartições de higiene e profilaxia sanitária, só conservou os delegados de higiene e vacinação dos municípios, “funcionários não remunerados que em todos os tempos tem prestado os seus serviços por patriotismo”. As economias realizadas nesses serviços somaram a quantia de 202:280\$000. Com a suspensão das aulas nas escolas sem frequência, corte das aulas de música e ginástica nas escolas normais, houve uma redução de 96:000\$000 no orçamento estadual.<sup>289</sup> Além disso, Silviano Brandão modificou o plano de trabalho e reduziu o pessoal da Colônia Correccional Bom Destino, economizando 15:000\$000. A Colônia fazia parte da disciplinarização para o trabalho, muito em voga no período e que norteou boa parte das ações federais para os desvalidos.<sup>290</sup>

Dando continuidade à política de contenção de despesas, Brandão também adiou a instalação do Instituto Profissional de Barbacena, obtendo uma economia de 133:280\$00 e suprimiu a verba destinada ao Ginásio Mineiro para a classe de alunos gratuitos. Na Secretaria do Interior foram reduzidos o expediente, para uma economia de 10:500\$000. O total das economias da Secretaria do Interior, com estes cortes, foi de 1:392:280\$000. Em sua mensagem, Brandão rebateu as críticas recebidas de Bias Fortes e de Afonso Pena, os quais lhe condenaram pelos serviços suprimidos. Entertanto, Brandão justificou os cortes pela

---

<sup>288</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.43-44. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2408/>

<sup>289</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.44-45. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2408/>

<sup>290</sup> Ainda no início da República, em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, um Decreto Legislativo Federal de nº 143, de 12 de julho, autorizou a criação de estabelecimentos voltados para a correção, pelo trabalho, dos vadios e vagabundos. Tomando como base a Lei Federal de n.º 143/1893, o Deputado Bueno Brandão submeteu à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7 de 10 de maio de 1894. Entre as especificações, consta o artigo 1º que “fica o Governo auctorizado a fundar cinco colônias correccionaes na conformidade da lei Federal n.º 145 de 12 de julho de 1893”, em Minas Gerais. Ver MILAGRE JUNIOR, Sérgio. op.cit. p.4-6.

queda da taxa cambial “a 5, e também devido a extraordinária baixa do principal produto de exportação: o café”.<sup>291</sup>

Junto à crise financeira, houve a crise do café, durante o governo presidencial do paulista Campos Sales, que iniciou seu mandato em 1898. Campos Sales foi o responsável pela negociação junto aos credores internacionais, com os quais realizou empréstimo em busca de equilibrar os preços do produto e ajustar a economia brasileira. O presidente Silviano Brandão afirmou que os grandes serviços empreendidos no Estado tiveram de ser alimentados por sucessivos créditos extraordinários, em virtude dos quais ganharam as despesas públicas um nível aque não haviam ainda atingido.

Os gastos com as colônias agrícolas, a subvenção da imigração, muitas linhas férreas, instrução e material importado para vacinação foram imensos entre 1894 e 1897. A progressão da receita do Estado cessou brutalmente em 1897. Houve diminuição do consumo e os municípios deixaram de cumprir suas obrigações em virtudes de empréstimos feitos com a garantia do estado de Minas Gerais.<sup>292</sup>

Quanto à diminuição das despesas ordinárias, além das medidas mencionadas que atingiram diversos ramos do serviço público, sobre as verbas relativas a auxílios e subvenções, “só poderiam ser conservadas aquelas referidas a serviços imprescindíveis e de manifesta utilidade geral”. Acreditava o presidente que a criação do imposto territorial poderia auxiliar nas contas do estado de Minas.<sup>293</sup> As doenças continuavam a assolar a zona da mata e a seca que devastou o nordeste do estado exigiu uma verba maior para socorro público.

O Regulamento Sanitário foi aprovado em 1895 e todas as iniciativas relacionadas à saúde pública passaram a ser responsabilidade da Secretaria do Interior, pelo menos em Minas Gerais. Silveira e Marques afirmam que a legislação organizou os serviços “em torno da doença” e por isso era preciso que se criassem instrumentos para o combate e controle das

---

<sup>291</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.46-47. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2408/>

<sup>292</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.46-47. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2408/>. p.57-60.

<sup>293</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes em sua quarta sessão ordinária da quinta legislatura. 1910. p.48. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u294/000046.html>

doenças infecciosas, “epidêmicas e endêmicas”. Deste modo, foi a doença a responsável pela “contratação de parte do pessoal destinado ao trabalho” no Departamento de Higiene.<sup>294</sup>

Rita de Cássia Marques afirma que a cidade de Belo Horizonte foi “símbolo da proposta higiênicosanitária do período” inicial da República. Como a primeira cidade planejada do país, possuía largas avenidas e “casas espaçadas”, o que lhe concedeu o status de “cidade salubre”. Ao final do século XIX, conforme análise anterior, o ideário positivista teve grande influência sobre os parlamentares e intelectuais brasileiros. Traduzido na proposta de higienização e salubridade, tais metas tornaram-se políticas sociais fundamentais nos anos iniciais do regime republicano.<sup>295</sup>

Entretanto, Marques ressalta que a construção de um hospital não foi prioridade no processo de planejamento e construção da capital mineira, o que gerou problemas, pois a Santa Casa de Misericórdia mais próxima era a de Sabará. Segundo a autora, entre 1894 e 1897, “foram atendidas 391 pessoas, pelo convênio entre a Santa Casa e a Comissão Construtora”. Entretanto, o hospital sofria com a falta de verbas, já que recebia doentes de várias cidades. Os cuidados gratuitos, sempre carentes de receita, acabavam sacrificados pela opção de “priorizar os pensionistas” da Santa de Misericórdia de Sabará e, por isso, o tratamento das pessoas de Belo Horizonte ficava difícil.

(...) Na Santa Casa de Sabará, as restrições de atendimento atingiam especialmente a população mais carente, que sofria com as precárias condições de vida e saúde observadas no período da construção. A nova capital – Belo Horizonte - planejada para sediar o governo estadual, abrigando essencialmente funcionários públicos, estava despreparada para alojar as centenas de trabalhadores encarregados de sua edificação, muitos deles acompanhados das famílias. Como o projeto não definisse local de moradia para essa população trabalhadora, houve uma ocupação desordenada da cidade, com barracões feitos dos mais estranhos materiais, detritos de toda ordem. Em relatório preparado em 1896, o próprio engenheiro-chefe Francisco Bicalho reconhece os sérios problemas sanitários da nova capital, atribuindo-os não a uma falha de planejamento, mas aos maus hábitos da população, que não primava pelo amor à higiene. Segundo ele, as habitações provisórias comprometiam gravemente a salubridade pública.<sup>296</sup>

Marques cita os apelidos da cidade de Belo Horizonte que, após ser inaugurada, ainda parecia um “imenso canteiro de obras” e era chamada de ‘Poeirópolis’ e ‘Formigópolis’.

<sup>294</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cassia. op.cit.

<sup>295</sup> MARQUES, Rita de Cassia. *A Caridade criando hospitais em Minas Gerais* (Brasil) – séculos XVIII-XX. Revista Dynamis vol.31 n°.1 Granada, Barcelona, 2011. p.116.

<sup>296</sup> MARQUES, Rita de Cassia. op.cit. p.116-117.

Contudo, a maior vantagem da capital era seu clima seco e frio, principalmente para os tuberculosos, o que lhe deu a denominação de “cidade-sanatório” por abrigar um grande número de tuberculosos.<sup>297</sup>

Em outro artigo, Marques e Teixeira tratam da organização do serviço sanitário em Minas Gerais, que foi reformulado, principalmente, a partir da proclamação da República, “quando foram criados alguns órgãos e instituições para gerir a saúde e regulamentar as ações na área”. Apesar dos esforços administrativos para a consolidação do serviço sanitário no estado, a falta de uma sólida estrutura deste serviço conviveu com uma série de epidemias nos anos iniciais da República. A autora afirma que médicos higienistas receberam incentivos do governo para ocupar cargos na administração pública, “com o compromisso de estabelecer estratégias para o saneamento do país, trazendo recursos para a saúde pública”.<sup>298</sup>

Em relação aos serviços de saúde o processo foi bastante semelhante ao ocorrido na Bahia e que foi analisado por Souza.<sup>299</sup> Na mensagem do presidente do estado Silviano Brandão, em 15 de junho de 1900, a palavra assistência designava um campo de atuação e investimentos que incluía os serviços de saúde, sob a rubrica dos “Socorros Públicos”. Estes identificavam os serviços de defesa sanitária, desinfecção e vacinação.<sup>300</sup> A partir de 1900 os socorros públicos assumem prioridade, pois designavam as ações emergenciais para tratar das epidemias.

À saúde pública foi dada uma importância central, pois as mortes causadas pelas moléstias infecciosas eram muitas, e as doenças rapidamente atingiam outras partes do estado. A assistência à saúde, portanto, se institucionalizou de modo completamente público, via Diretoria de Higiene. No caso da assistência pública à pobreza, sua institucionalização não significou o fim ou a diminuição de sua parceria com as instituições privadas de auxílio aos pobres. A assistência pública era compreendida como uma ação realizada entre o Estado e a sociedade. O público podia se misturar ao privado e o privado ligar-se ao setor público.

Em 1902, nos meses em que o vice-presidente Joaquim Cândido da Costa Sena esteve à frente do estado de Minas Gerais a situação sanitária continuou difícil. Houve diversos casos

---

<sup>297</sup> Idem, p.117.

<sup>298</sup> TEIXEIRA, Virginia Mascarenhas Nascimento. MARQUES, Rita de Cassia. *Enfermeiros e saúde pública em Belo Horizonte: combatendo doenças e educando para a saúde (1897-1933)*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 37-54, out./dez. 2014. Editora UFPR. p.38-39.

<sup>299</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias*. op.cit.

<sup>300</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1900. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2409/>.

de varíola na Zona da Mata, reaparecimento da peste bubônica na cidade do Rio de Janeiro, espalhando-se por Campos e, devido à proximidade entre as cidades, chegando até Muriaé e Carangola. A verba destinada à saúde pública, 34:000\$000, não foi suficiente para suprir uma despesa que atingiu a quantia de 135:416\$191 com aquisição de vacinas, com o Laboratório de Higiene, tratamento de variolosos e internação de alienados no Hospício Nacional. Ainda não havia sido realizada a obra que organizaria a Assistência a Alienados, em Barbacena, de acordo com a lei nº290 de 16 de agosto de 1900.<sup>301</sup>

A ideia de progresso estava atrelada à higiene e salubridade, o que pode ser percebido pela centralidade do tema nos discursos dos presidentes mineiros. Bias Fortes, Silviano Brandão, Costa Sena e, ainda, Francisco Sales (1902-1906). Este último, em sua mensagem de 1904, fez menção ao bom estado sanitário de Minas Gerais, “o que constitui uma das mais apreciáveis condições do seu progresso”. Depois de citar as cidades onde ocorreram epidemias que foram debeladas pelo governo, afirmou que não era o momento “de uma organização do serviço sanitário”, já que este era tão necessário “como qualquer outro dos que o estado custeia”.<sup>302</sup>

Salles também se referiu aos alienados, que ainda estavam sendo enviados para tratamento no Rio de Janeiro, para o Hospício Nacional, e na Santa Casa de São João Del Rei. Apesar da lei que determinava a reestruturação da Colônia de Alienados de Barbacena ter sido aprovada em 1900, as obras ainda estavam inacabadas no ano de 1904. Foram feitas “adaptações necessárias, de acordo com a psiquiatria moderna”, para receber os doentes, mas ainda faltava terminar boa parte da estrutura total.<sup>303</sup>

Além da higiene e reforma sanitária, a educação também figurava como um dos caminhos para o progresso. João Pinheiro (1906-1908) foi responsável pela Reforma Educacional<sup>304</sup> em Minas Gerais, através da lei nº 439 de 28 de setembro de 1906, conhecida como “Lei João Pinheiro”. A lei se inspirava nas medidas tomadas nas cidades do Rio de

---

<sup>301</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Vice Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena em sua quarta sessão ordinária da terceira legislatura. 15 de junho de 1902. p.17-18. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2411/000001.html>

<sup>302</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Antônio de Salles em sua segunda sessão ordinária da quarta legislatura. 15 de junho de 1904. p.33-34. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2413/000002.html>

<sup>303</sup> Idem. p.35-36.

<sup>304</sup> Os grupos escolares faziam parte dos intentos de modernização do estado de Minas Gerais e ganharam destaque na administração de João Pinheiro, que tomou posse como Presidente do Estado em julho de 1906. Ainda neste mês, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, responsável pela área da educação, anunciou a reforma do ensino de Minas Gerais, e com isso os dois primeiros grupos escolares de Juiz de Fora foram criados poucos meses depois.

Janeiro e São Paulo, que construíram escolas desde os últimos anos do século XIX, e determinava a reforma do ensino primário e normal em Minas. O ensino primário seria “ministrado nas escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelos anexas às escolas normais”.

O objetivo da lei era estabelecer um ensino “nos moldes modernos, pronto para educar e civilizar”. Segundo Anderson Narciso, o “grupo escolar” passou a significar uma nova organização, marcada pela divisão de funções no interior da escola, “distribuindo tarefas entre diretores e professores, separando por classes e idades as turmas que ali fossem frequentar assim como a uniformidade e metodização do ensino”. Portanto, aliada à higiene, a educação foi incluída no projeto modernizador das elites políticas republicanas.<sup>305</sup>

Sob o curto mandato de Wenceslau Brás (abril de 1909 a setembro de 1910), interrompido para que assumisse a vice-presidência da República, o item Saúde Pública se vinculou às ações da Diretoria de Higiene e o item “Assistência a Alienados” apareceu seguido pelo de “Assistência aos Enfermos” e “Assistência à Infância”. A assistência aos alienados organizada na cidade de Barbacena, através do decreto nº2682 de 7 de dezembro de 1909, aprovou o regulamento da Colônia de Alienados de Barbacena.

Em relação à Assistência à Infância, o presidente afirmou “que esta espécie de assistência, que se faz tão necessária e da qual devem os poderes públicos cuidar com particular carinho, é dada por enquanto, entre nós, apenas pelo Instituto João Pinheiro”. O instituto foi estabelecido nos terrenos da fazenda modelo da Gamelleira, distrito de Belo Horizonte, e organizado pelo decreto nº2.416 de 9 de fevereiro de 1909, que organizava a Assistência Pública a Meninos Desvalidos e criava o Instituto João Pinheiro. Os resultados do instituto foram destacados por Wenceslau Brás: “em vista dos magníficos resultados que está oferecendo o Instituto João Pinheiro, resolveu o governo criar em idênticas bases outro estabelecimento na colônia de Itajubá”, o que foi feito através do decreto nº2826, de 15 de maio de 1910.<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> NARCISO, Anderson J.A. *O médico e a escola: a educação nas discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904 – 1920)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: “Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios”. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis, SC. [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434393034\\_ARQUIVO\\_ArtigoNARCISOmedicoeoescolaANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434393034_ARQUIVO_ArtigoNARCISOmedicoeoescolaANPUH2015.pdf). p.1-2.

<sup>306</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão em sua segunda sessão ordinária da terceira legislatura. 1899. p.63-64.

Marco Antônio de Souza afirma que desde o Congresso Agrícola de 1903<sup>307</sup> havia uma preocupação com a ociosidade dos trabalhadores e que o Instituto João Pinheiro foi criado por recomendação do Congresso Agrícola. Seu organizador foi Leon Renault, professor, advogado e diretor do instituto durante muitos anos. Renault, considerado pelo autor um republicano positivista, foi convidado por Wenceslau Brás para elaborar a regulamentação dos patronatos agrícolas federais e também foi fundador da Sociedade Mineira de Agricultura. No período havia três tipos de instituições voltadas para o ensino agrícola: o patronato (predomínio de escolas privadas), o aprendizado (equilíbrio entre escolas públicas e privadas) e o Instituto (públicas).<sup>308</sup>

A chamada “Reforma João Pinheiro”, de acordo com Areal e Bernardo, apresentou algumas lacunas que foram preenchidas em 1911, com a “Lei Bueno Brandão” relacionada à Caixa Escolar. De acordo com a lei, as caixas escolares, definidas no artigo 354, tinham como objetivo “fomentar e impulsionar a frequência nas escolas”.<sup>309</sup>

Em 1913, o item “Assistência e Socorros Públicos” foi descrito pelo presidente Júlio Bueno Brandão (1910-1914) como um serviço com “notável desenvolvimento”, a “Assistência Pública aos desamparados e infelizes, como se pode verificar dos dados colecionados na Secretaria do Interior se organiza sob todas as formas, atestando o desenvolvimento moral e da sentimentalidade afetiva do povo mineiro”. Como a assistência poderia ser organizada de forma pública se na prática era a caridade e filantropia que a mantinham?

Bueno Brandão ainda destacou que “no caminho do progresso moral e intelectual de um povo – esta é uma de suas manifestações mais consoladoras”, a manifestação era a prática da caridade, pois “no seio de povos atrasados, não pode haver lugar para a religião do amor ao próximo e da fraternidade”. Estes elogios faziam referência à manutenção do “Asilo Central

<sup>307</sup> O Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1903, ocorreu no governo do presidente da república João Pinheiro e reuniu a classe produtora do estado: a agricultura, o comércio e a indústria.

<sup>308</sup> SOUZA, Marco Antônio. op.cit. p.147-150.

<sup>309</sup> CARVALHO, Rosana Areal de. e BERNARDO, Fabiana de Oliveira. *Caixa Escolar*: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. Revista Educação em Foco. Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/fev 2012. As autoras afirmam que a Caixa Escolar tem sua trajetória iniciada na França oitocentista, país de tradição republicana, quando neste mesmo século, foi assimilada pelo governo do Brasil imperial como sugestão de Leôncio de Carvalho. Dentre outras, a implantação da caixa escolar se configuraria em mais uma das ações desenvolvidas com o objetivo de organização do ensino público primário, em vias de estatização e de nacionalização de um único modelo, tendência universal, já iniciada nos países da Europa, como Bélgica, Holanda, França, Rússia, e até mesmo as Repúblicas do Chile e da Argentina. O ministro imperial Leôncio de Carvalho, a considerar perigoso para o Estado a não educação das massas populares e ponderava: “A educação é para o Estado, uma questão de defesa pessoal”, e sobre as massas escreve: “O que farão eles de nós?”. p.143-145.

de Barbacena”, para os alienados, bom como da instalação da “Colônia de Alienados” no município. Brandão afirmou:

Conhecedor dos bons serviços que esse estabelecimento tem prestado aos infelizes dementes, notadamente àqueles cujas condições de fortuna lhes não permitem prover, por seus próprios recursos, ao necessário tratamento, o Governo tem cuidado com especial interesse de melhorá-lo.<sup>310</sup>

Ainda em seu mandato, houve a ampliação do Asilo Central e da Colônia de Alienados de Barbacena, com uma verba destinada a melhorar as acomodações e aumentar a capacidade dos pavilhões. No Asilo Central o governo tinha a intenção de estabelecer oficinas para trabalhos manuais. Uma verba de 100:000\$000<sup>311</sup> foi votada para as despesas da “Assistência de Barbacena” em 1912, considerada por Brandão cada vez mais insuficiente, “à vista do desenvolvimento do serviço e das despesas com a colônia anexa”. Pelo decreto n° 3854 de 1° de abril de 1913 foi destinada para a “Assistência a Alienados” um crédito suplementar de 78:331\$273, pois as despesas atingiram a quantia de 190:230\$454.<sup>312</sup>

Foi destinada às Santas Casas, pela lei orçamentária de 1912, um auxílio de 196:000\$000, 29:000\$000 a mais do que em 1911. Tais estabelecimentos de caridade elevaram-se, em 1912, a 84 hospitais que recebiam todos o auxílio de 2:000\$ com exceção da Santa Casa da capital, Belo Horizonte, que era contemplada com 24:000\$000:

Apenas 23 daqueles estabelecimentos ainda não receberam o auxílio do exercício de 1912.

Subvenciona ainda o Estado diversos asilos e recolhimentos de órfãos e outras associações tais como: a Assistência à Pobreza, da Capital; Collegio Maria Auxiliadora, de Ponte Nova; Associação Amante da Instrução e Trabalho, da Capital e Escola Livre de Música, também da Capital. Todos esses auxílios que montam em 64:200\$000 somados com os que são concedidos às casas de caridade, na importância de 196:000\$000, dão o total de 260:000\$000.

De conformidade com o artigo 21 da lei n° 570, de 1911, foram pagos 56:000\$000 a diversas casas de caridade, importância esta já caída em exercício findo. A atual lei orçamentária também autoriza um pagamento naquelas condições, o qual atinge a 59:000\$000. Durante o exercício de

<sup>310</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Julio Bueno Brandão em sua terceira sessão ordinária da sexta legislatura. 1913. p.11-12. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u297/000003.html>

<sup>311</sup> Segundo GUIMARÃES, Elione Silva. op.cit. “Em 1889 o alqueire de terra na Boa Vista, em Minas Gerais, foi avaliado em 60\$000”. Sete anos depois (1905) o alqueire de terra, na mesma fazenda, valia 120\$000. “Em 1906, quando foram avaliados os bens de dona Ermelinda Sobreira, um alqueire de terra, na Fazenda Vista Alegre, lugar denominado Boa Vista, valia 120\$000; uma vaca de primeira qualidade sem cria valia 60\$000 e uma vaca boa com cria foi avaliada em 90\$000”. p.110-112. [http://www.iicabr.ica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Formas\\_de\\_resist%C3%Aancia\\_camponesa.pdf](http://www.iicabr.ica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Formas_de_resist%C3%Aancia_camponesa.pdf). Destacamos as dificuldades em buscar um valor, minimamente próximo, do real valor da moeda à época.

<sup>312</sup> Idem. p.13.

1912 as despesas feitas por conta da verba “Socorros Públicos” atingiram a 422:041\$070, excedendo as referentes ao ano de 1911 em 81:783\$805.<sup>313</sup>

A lei nº 542 de 27 de setembro de 1911 autorizou a criação, nas imediações da capital, de um Instituto de Inválidos: o Asilo Afonso Penna. Para isso, o governo do estado comprou da Santa Casa de Belo Horizonte um prédio construído pela irmandade no valor de 58:388\$430. Em 12 de junho de 1912, foi lavrado entre o estado de Minas e a Santa Casa de Belo Horizonte um contrato para o serviço de Assistência Pública: o governo estadual contribuiria mensalmente com a quantia de 500\$000 para o tratamento dos indigentes. A duração do contrato era de um ano, podendo ser prorrogado.

No ano de 1914, o governo mineiro abriu um crédito suplementar de 443:401\$863 para os socorros públicos e despendeu a quantia de 468 contos de réis para a manutenção de 91 casas de caridade e 48 instituições pias diversas.<sup>314</sup> No exercício de 1915, as despesas por conta da verba “Socorros Públicos” alcançaram a quantia de 412:976\$002, menos 57:425\$861 do que no exercício de 1913, quando atingiu o total de 470:401\$863. O crédito suplementar de 27:000\$000 de 1913 foi elevado a 300:000\$000, incluindo as despesas com o pessoal administrativo da Diretoria de Higiene.

Pelo decreto nº 4.364 de 13 de abril de 1914, foi aberto um crédito suplementar de 385:976\$002. “No decênio 1905-1914, tem o Estado despendido por conta da verba – Socorros Públicos – a quantia de 2.583:634\$430”.<sup>315</sup> Com os serviços de assistência pública no Estado foi despendida a quantia de 33:921\$880, sendo que só na capital as despesas foram de 9:805\$180, como se pode conferir abaixo:

#### Auxílios e subvenções

Foi consignada a verba de 546:000\$000 no orçamento do exercício de 1914, para auxílio as casas de caridade existentes no Estado, bem como os asilos, e também para a construção e reconstrução dos prédios dessas instituições, e ainda a diversos estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior. As casas de caridade propriamente ditas, em numero de 92, foram subvencionadas com 2:000\$000 cada uma e a da Capital com 30:000\$000. De conformidade com o artigo de nº 18 da lei 617, de setembro de 1913, foi, por decreto de 23 de março findo, aberto um crédito extraordinário de

<sup>313</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Julio Bueno Brandão em sua terceira sessão ordinária da sexta legislatura. 1913. p.13. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u297/000003.html>

<sup>314</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Julio Bueno Brandão em sua terceira sessão ordinária da sexta legislatura. 1913. p.14. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u297/000003.html>

<sup>315</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro, em sua primeira sessão ordinária da sétima legislatura. 1915. p.86-87. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u299/000003.html>

18:000\$000 para pagamento à Santa Casa do Rio Novo, auxílios dos anos de 1905 a 1913. De acordo com a lei 624, de 19 de setembro de 1914, que autoriza o governo a regulamentar e a contratar o serviço de extração de loterias do Estado, as subvenções e auxílios até então concedidas às instituições de caridade e de ensino, ficam dependendo do resultado dessas loterias, cujo contratante será obrigado a depositar a quantia necessária para os respectivos pagamentos.<sup>316</sup>

Em 1918, o governo de Minas Gerais gastou com assistência pública a quantia de 42:130\$160. Por não ter sido votada a verba orçamentária, os auxílios e subvenções às casas de caridade e beneficência foram suspensos e interrompidos nos anos de 1914 e 1915, para se restabelecerem e se normalizarem nos anos seguintes, 1916-1917. Foi renovado com a Santa Casa da capital o contrato de assistência pública, mediante a contribuição mensal de 500\$000, passando a ser feito diretamente pela polícia o transporte de doentes indigentes.

Na mensagem de 1920, do presidente de Minas Gerais Arthur Bernardes (1918-1922), a distribuição dos recursos públicos estaduais relacionados à assistência foi detalhada através dos seguintes itens: Caixas Escolares, Assistência Dentária Escolar, Socorros Públicos, e Assistência a Alienados. Todos estes serviços eram realizados através da atuação conjunta do estado de Minas Gerais, dos Municípios e da sociedade civil, o que resultava em uma ação que mesclava a característica de uma política direcionada para o social aliada à participação da iniciativa particular, privada, por meio de mecanismos diversos.

O item “Caixas Escolares” tratou das verbas para alunos “desprotegidos”, uma política social do governo mineiro para “incrementar a frequência escolar”.<sup>317</sup> Em 1919, existiam 140 caixas escolares nos grupos de instrução primária e de acordo com os balancetes com “excesso de receita”.<sup>318</sup> A “caixa escolar” obtinha recursos adquiridos através:

(...) de algumas fontes peculiares: as jóias e subvenções pagas pelos sócios; o produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, etc.; donativos espontâneos e legados; gratificações às quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelo diretor à Coletoria local; e inalmente, com o produto líquido das multas do art. 414 n.10. Eventualmente, as câmaras municipais destinavam recursos para as Caixas Escolares. (...) A única verba orçamentária que procedia dos cofres públicos e se destinava à Caixa Escolar, se definia em um recurso vinculado ao pagamento de gratificação para os professores que, automaticamente,

<sup>316</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Congresso Mineiro, em sua primeira sessão ordinária da sétima legislatura. 1915. p.88.

<sup>317</sup> CARVALHO, Rosana Areal de. e BERNARDO, Fabiana de Oliveira. op.cit.

<sup>318</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura. 1920. p.36. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/>

perdiam o benefício caso se licenciassem ou faltassem ao trabalho mais vezes do que o número limite permitido.<sup>319</sup>

Essa medida foi utilizada pelo governo mineiro para estimular a frequência escolar, e constituiu uma política social do Estado, já que a administração pública criou um mecanismo capaz de gerar recursos destinados à manutenção de crianças pobres na escola. Ainda que não possa, no período em análise, ser considerada uma política pública como entendemos hoje, a caixa escolar pode ser considerada o começo deste tipo de iniciativa do Estado.<sup>320</sup>

Outro dado a se acrescentar neste ano foi a realização de consultas gratuitas “de olhos, ouvido, nariz e garganta para a infância pobre das escolas”, realizada no Hospital São Geraldo (recém-inaugurado) e pertencente à Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que funcionava desde 1911. Este serviço era coordenado por dois professores da faculdade, os médicos Renato Machado e Linneu Silva, que não recebiam para isso.

Os médicos Renato Machado e Linneu Silva, desenvolviam serviços gratuitos aos pobres na cidade de Belo Horizonte, com o apoio do governador de Minas Arthur Bernardes e de seu Secretário do Interior, Afonso Pena. Os professores conseguiram com que o governo estadual cedesse à Faculdade de Medicina um prédio que se destinava a um setor da Diretoria de Higiene. A única exigência era de que o edifício fosse utilizado para abrigar as clínicas oftalmológica e otorrinolaringológica, administradas respectivamente por Linneu Silva e Renato Machado. De acordo com as fontes consultadas, as clínicas funcionavam até então em um porão da Faculdade de Medicina, mas com o apoio público foi inaugurado em 1920 o Hospital São Geraldo.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup> Conforme o artigo 414 n. 10 do Regulamento de 1911: previa-se que as penas estabelecidas pelo código seriam: multa de até dois contos de réis para alunos que infringissem as regras do código disciplinar. Sabe-se, conforme citado anteriormente, que as dificuldades orçamentárias levaram o presidente Silviano Brandão a tomar medidas drásticas para cortar despesas em 1899, dentre elas houve “a suspensão das aulas nas escolas sem frequência”. Os presidentes mineiros, em suas mensagens, sempre reclamaram dos altos investimentos na instrução pública e do resultado aquém de suas expectativas devido à escassa frequência escolar. CARVALHO, Rosana Areal de. BERNARDO, Fabiana de Oliveira. op.cit. p.147.

<sup>320</sup> A Assistência Dentária Escolar foi criada em 1914 e começou a funcionar com regularidade em 1915. Bernardes cita a “Assistência Dentária Escolar Francisco Valadares, anexada aos grupos centrais de Juiz de Fora”, de iniciativa particular, que registrou 8.331 consultas, 15.829 curativos, 1.511 extrações, 2.884 obturações diversas, dentre outros serviços realizados. De acordo com o presidente, caso os tratamentos tivessem acontecido “em gabinete particular importariam em 46:766\$500 o que dá bem a medida do benefício dessa utilíssima instituição”. O mesmo serviço também foi instalado em Três Corações do Rio Verde e Lavras. Infelizmente, não foi detalhado como funcionava este tipo de serviço. MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura.1920. p.37. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/>

<sup>321</sup> FACULDADE DE MEDICINA DE BELO HORIZONTE. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

Os médicos aliavam a prática da caridade a sua atuação profissional, o que revertia em vasta clientela. Em 1922, as clínicas de oftalmologia e otorrinolaringologia já atendiam um número considerável de pessoas.<sup>322</sup> Arthur Bernardes, em sua mensagem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1923, destacou a iniciativa individual como um gesto a ser imitado. Deixou à assembleia a proposta de examinar a situação do estímulo e proteção a intervenção particular nos serviços de assistência escolar.<sup>323</sup>

A progressiva atuação do estado de Minas Gerais para racionalizar os serviços de higiene, deter as epidemias, prevenir doenças e cuidar da salubridade dos municípios, bem como criar escolas, colocou na agenda pública a necessidade de verbas permanentes destinadas a estes serviços. Quanto à assistência<sup>324</sup> pública aos pobres, órfãos, idosos, alienados, esta se desenvolveu através da manutenção compartilhada das instituições de auxílio: Estado e sociedade criavam e mantinham tais instituições.

Para melhor compreensão destas considerações passaremos agora ao último capítulo, no qual analisaremos o papel das Irmandades da Misericórdia na configuração da assistência aos pobres em Minas Gerais. Principalmente, pelo fato do estado apresentar um número considerável deste tipo de associação leiga no período estudado. Além disso, a atuação das Irmãs de Caridade da Sociedade de São Vicente Paulo é parte fundamental desta análise, pois foram responsáveis pela administração de inúmeras instituições como os asilos e orfanatos.

No caso das Santas Casas de Misericórdia, às vicentinas foi dada a responsabilidade de gerir os serviços médicos, situação bastante comum a partir da proclamação da República, o que consideramos uma situação resultante do processo de romanização. A disputa entre a ideologia liberal e a intervenção católica na assistência orquestrou a consolidação deste campo no decorrer da Primeira República.

---

<sup>322</sup> Dados coletados no questionário anexo à circular de 1923, respondido e enviado à Secretaria do Interior pelo Vice-Diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Dr. Olintho Meireles, em 7 de maio de 1923. Ver anexo

<sup>323</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua segunda sessão ordinária da oitava legislatura. 1920. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/>. p.37.

<sup>324</sup> Aqui caracterizada como a gênese do que hoje compreendemos como “assistência social”.

### **Capítulo 3 – As Irmandades da Misericórdia e as Sociedades de São Vicente de Paulo na distribuição dos socorros em Minas Gerais**

O terceiro e último capítulo trata do papel desempenhado pelas irmandades e confrarias da Misericórdia (com as Santas Casas) e das Sociedades de São Vicente de Paulo (através de seus inúmeros asilos, orfanatos e hospitais) na assistência aos desvalidos. Em Minas Gerais, as Irmandades da Misericórdia e as SSVPs espalharam-se pelo estado e distribuíram todo tipo de socorro, desde abrigar os doentes indigentes até o acolhimento de órfãos e idosos. Estas instituições foram as principais responsáveis pelo auxílio à pobreza no estado de Minas no período pesquisado.

Desta forma, optamos pela análise das Santas Casas de Misericórdia da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro, primeiro por serem instituições existentes desde o período imperial, como também pelo fato destes hospitais estarem localizados em estados centrais econômica e politicamente. Portanto, se configuram em modelos assistenciais importantes para uma análise ampla e comparativa. Em relação às Misericórdias em Minas Gerais, a maior parte dos hospitais se concentrava nas regiões Sul e Sudoeste, Campo das Vertentes e na Região Metropolitana do estado, fator crucial para a escolha dos hospitais a serem analisados.

A documentação mais farta diz respeito às Santas Casas destas regiões, deste modo, o item “As Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais”, apresenta como subitens as análises sobre as Santas Casas de Ouro Preto, Caeté, Sabará, Belo Horizonte, na região Metropolitana do estado de Minas; São João Del Rei, na região denominada de Campo das Vertentes; e Alfenas, na Região Sul e Sudoeste. Contudo, em todo o texto que compõe a tese são utilizadas as fontes relacionadas a estes estabelecimentos no estado de Minas.

Em relação às Irmandades de São Vicente de Paulo, sua presença se destacou a partir da laicização do Estado com o regime republicano e do processo de especialização das Santas Casas nos cuidados médicos, em fins do século XIX. Foram criados pavilhões anexos para a setorialização dos socorros: asilos, orfanatos, hospícios, que eram administrados pelas irmãs vicentinas. As fontes que utilizamos foram os relatórios das instituições de auxílio, os pedidos de subvenção, os documentos produzidos pela Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais e os relatórios e mensagens presidenciais.

### 3.1 – O papel das Santas Casas de Misericórdia no auxílio aos pobres

A confraria da Santa Casa de Misericórdia em Portugal surgiu em agosto de 1498, na cidade de Lisboa, de acordo com as ordenações de D. Manuel. Laurinda Abreu afirma que “um século depois, contava-se mais de uma centena de Misericórdias espalhadas por Portugal continental, e mais de cinquenta nos territórios ultramarinos”. As Misericórdias tiveram rápida expansão urbana e se transformaram em um instrumento da Coroa para distribuir assistência e aglutinar fiéis:

Retomando um dos valores essenciais do cristianismo “o que encara a assistência como uma das mais importantes manifestações da espiritualidade”, essas novas confrarias permitiam a integração de todos os que se quisessem unir no espírito da fraternidade e que por ele se sentissem compelidos ao exercício das obras de misericórdia. Na prática, as Misericórdias primitivas estavam literalmente abertas a toda a sociedade, que, através delas, se transformava numa enorme confraria, benquista da monarquia e do papado.<sup>325</sup>

Essas confrarias<sup>326</sup> desenvolviam um amplo trabalho assistencial, que resultava da obrigação de cumprir as 14 obras da Misericórdia que faziam parte de seus compromissos: *sete espirituais, orientadas para questões morais e religiosas* - ensinar os simples; dar bom conselho; corrigir com caridade os que erram; consolar os que sofrem; perdoar os que nos ofendem; sofrer as injúrias com paciência; rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos; *sete corporais, relacionadas, sobretudo, com preocupações "corporais" (materiais)* - remir os cativos e visitar os presos; curar e assistir os doentes; vestir os nus; dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos; sepultar os mortos.

O processo de reestruturação da assistência pública em Portugal levou as Misericórdias a assumirem os hospitais e, de acordo com as orientações do Concílio de Trento, sob “imediate proteção régia”. Abreu destaca que Portugal criou um sistema assistencial com diversos serviços centralizados e autônomos, embora regidos por estatutos parecidos. A prestação de contas era devida à Coroa, não mais à Igreja, portanto, os

---

<sup>325</sup> ABREU, Laurinda. *O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII(3): 591-611, set.- dez. 2001. p.592-593.

<sup>326</sup> Idem. Laurinda Abreu afirma que a houve a constituição de uma irmandade dentro da confraria, pois a seleção dos irmãos fazia-se entre os confrades, os irmãos deveriam ser homens bons e com boa reputação. Apenas com a reforma dos estatutos das Misericórdias, codificada no compromisso de 1618, as Santas Casas tornaram-se apenas irmandades. p.593. No decorrer do texto a denominação irmandade e confraria serão utilizadas de modo generalizado, pois assim se referem a elas os estudiosos do tema, entretanto, existem diferenças conceituais no Código do Direito Canônico.

administradores dos hospitais das Misericórdias puderam dispor das doações para a construção de novos hospitais.<sup>327</sup>

Nos territórios ultramarinos, em parceria com a Igreja através do regime de padroado, Portugal se responsabilizou pela organização espiritual colonial e financiou a implantação de Misericórdias nas novas terras. Para Laurinda Abreu, a monarquia tinha interesse na instalação de Misericórdias nas colônias, pois os documentos demonstram as verbas investidas pela Coroa portuguesa para este fim. Além disso, a autora ressalta que só o apoio régio “explicaria a rápida disseminação dessas instituições pelos diferentes espaços do Império”.<sup>328</sup>

De acordo com Isabel Sá, “qualquer serviço assistencial podia ser enquadrado no espírito das obras de misericórdia”. Tais obras garantiam uma diversidade de serviços realizados pelas Misericórdias: limpeza de prisões, gestão de hospitais, abrigar peregrinos e enterrar indigentes. Sá afirma que as Misericórdias não eram parte “de um plano da Coroa”, pois se estruturam obedecendo a critérios locais e pautadas pela tradição medieval:

(...) As Misericórdias continuaram a tradição da caridade individual: os seus irmãos continuaram a desenvolver relações pessoais com os beneficiários da irmandade; a quem distribuía esmolas, por vezes, de seu próprio bolso, os testadores continuaram a deixar legados em prol da sua felicidade eterna, usando os pobres no resgate das almas respectivas.<sup>329</sup>

Apesar das continuidades medievais, as Misericórdias inovaram ao estabelecer uma assistência modelada pela Coroa, mas controlada por poderes locais. A sociedade continuava a criar hospitais, “por iniciativa própria e a distribuir recursos pelos pobres”, entretanto, a iniciativa privada era enquadrada por instituições dependentes do Rei, como o modelo de Lisboa. Desta forma, Sá ressalta que os interesses locais estavam ‘enquadrados’ pelo poder

<sup>327</sup> ABREU, Laurinda. *O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português*. op. cit. p. 595. “Em 1618 houve uma reformulação nos estatutos das Misericórdias, que passaram a serem somente irmandades, através das quais “irmãos e confrades exerciam as obras da Misericórdia”. p.594.

<sup>328</sup> Segundo Abreu, “Misericórdias foram instaladas nos Açores: Angra e Vila da Praia em 1498; Ponta Delgada, em 1500;); Velas, em 1543; Vila Franca do Campo, Vila de São Sebastião, Vila Nova, Horta, Santa Cruz, Vila do Porto e Lajes do Pico, antes de 1570; Madeira e Funchal, em 1511; Faial, em 1528; Santa Cruz (Funchal), em 1529, Arzila, Tânger, Alcácer Ceguer e Ceuta. Em Azamor e Safim, talvez antes de 1520. Embarcadas na carreira da Índia a caminho do Oriente, encontramos a Misericórdia de Goa a funcionar em 1519 e é possível atestar a sua presença em Cochim em 1527, a de Diu terá sido fundada em 1535 e a de Baçaim, em 1540. Na década seguinte, (...) a existência de Misericórdias em Málaca, em plena atividade já em 1547, Ormuz, Chaul, Cananor e Damão fundaram a sua Misericórdia. As Misericórdias do Estado da Índia seriam colocadas sob a proteção e controle da de Goa, que parece ter estendido seu raio de ação às Santas Casas de Bengala, Colombo, Jafanapatão, Mahim, Manar, Mangalor, Manila, Mascate, Mombaça, Moçambique, Negapatão, Onor, Suma, Taná, São Tomé e Trapor. No Japão, em 1561, em Funai, em Hirado, em 1583 e 1584, respectivamente, em Nagasaki e Shimabara, e, em 1600, em Kyoto”.

<sup>329</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p.51-52.

central. Em Portugal, segundo a autora, houve uma parceria entre o poder central e local, que durou até o século XVIII.<sup>330</sup>

Ainda que estivessem unidas pelos objetivos espirituais e caritativos, as Santas Casas eram instituições locais, independentes entre si. Para o Estado português essa característica evitava que as irmandades se tornassem “um corpo político independente dentro da sociedade portuguesa”, já que o Estado estava acima das Misericórdias. A transferência para as Misericórdias, dos cuidados assistenciais, agregou as elites em torno da caridade e assistência aos pobres e desvalidos, seguindo o modelo da Misericórdia de Lisboa.<sup>331</sup>

Devido à tradição portuguesa deste tipo de hospitais, as Misericórdias constituíram-se na primeira forma de distribuição de socorro aos desvalidos no território brasileiro. De acordo com Gisele Sanglard, o Brasil herdou a tradição católica de socorro à pobreza da colonização portuguesa, centrada nas ações pias das irmandades e ordens terceiras, notadamente, nas ações da Irmandade da Misericórdia, em que os papéis do Estado e da Igreja se confundiam.<sup>332</sup> Para Cláudia Tomaschewsky, tal modelo assistencial permaneceu essencialmente inalterado até o início do século XX e, durante todo esse tempo, as Santas Casas detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico.<sup>333</sup>

A grande presença de irmandades no Brasil está diretamente associada ao modelo assistencial português implantado na colônia; Sá afirma que um português sabia como fundar uma irmandade ou integrá-la. Muitos fundadores das Misericórdias já haviam feito isso em sua terra natal e era esta linguagem já conhecida que utilizavam nas colônias portuguesas, apenas adaptando-a a realidade local. Para Sá, “os portugueses seguiram um modelo baseado

<sup>330</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. op.cit. p.61.

<sup>331</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. e SOUZA, Christiane Maria Cruz de (org.). *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico*. (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011. p.5-6. Para saber mais sobre o tema na Bahia ver: BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2005. BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX – Salvador (1832- 1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2000. BARRETO, Maria Renilda Nery. *Mulheres doentes e doenças de mulheres: práxis clínico-cirúrgica em Salvador e Lisboa na primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, tese de doutorado, 2005. COSTA, P. S. *Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, , 2000. RIOS, Venézia Durando Braga. *Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador – 1860-1880*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2001 (dissertação de mestrado). RUSSEL-WOOD, A.J. R.. *Fidalgos e filantropos – a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UNB; 1981.

<sup>332</sup> SANGLARD, Gisele. op. cit. p.26.

<sup>333</sup> TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1847-1922)*. UFRJ: Porto Alegre, 2007. p.14-15.

na constituição de elites própria de uma cultura Católica, adaptando uma linguagem que herdaram da Idade Média”.<sup>334</sup>

Maria Leônia Resende afirma que, diferente das outras ordens terceiras, que também se voltavam à caridade, a Irmandade da Misericórdia foi incumbida das obras sociais, particularmente na área da saúde, importante para a população. Atendia a todos e tinha como função primordial socorrer os pobres e desvalidos em geral: pessoas ‘de cor’, brancos pobres, estrangeiros e soldados. Devia cuidar dos doentes, crianças abandonadas, órfãos, alienados, prisioneiros, lazarentos e, ainda, enterrar os mortos.<sup>335</sup>

A partir das fontes consultadas, entre o século XIX e início do XX, percebe-se que os serviços das Santas Casas já não se restringiam à assistência hospitalar, o que também afirmam Sanglard e Tomaschewsky.<sup>336</sup> Sanglard destaca que nas sociedades ocidentais o hospital representava a tradicional caridade cristã para com os pobres. De certa forma, o Brasil acabou por repetir a experiência europeia, pois no período medieval os hospitais eram albergues a acolher não somente doentes, mas viajantes e qualquer um que não tivesse onde ficar.<sup>337</sup>

A amplitude da atuação das Misericórdias, bem como suas relações com o Estado imperial e com o governo republicano, é fundamental para a compreensão das práticas assistenciais no Brasil. Muito embora este trabalho não trate especificamente deste tipo de instituição, a predominância das Santas Casas no campo da assistência as coloca em posição privilegiada para a análise em questão. Em Minas Gerais, as Misericórdias não só eram numericamente superiores a qualquer outra instituição, como também assumiram e coordenaram a distribuição inicial da assistência desde o período colonial até a Primeira República.

Analisaremos a seguir, a atuação das Santas Casas em três importantes estados brasileiros: Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de apresentar um panorama da atuação destas instituições no Brasil, desde a Colônia até a República. A Santa Casa de

---

<sup>334</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. op.cit. p.73-74.

<sup>335</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. e SILVEIRA, Natália da. *Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso das práticas médicas nas Minas Gerais oitocentista*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato Editorial, 2009. p.67-68.

<sup>336</sup> O levantamento de fontes foi realizado no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, através dos documentos produzidos pelo Departamento de Saúde e Assistência Pública, do Departamento Social do Menor, Presos Pobres e Polícia, que datam de 1894 a 1931.

<sup>337</sup> SANGLARD, Gisele. op.cit.

Misericórdia de Belo Horizonte será analisada junto às outras fundadas no estado de Minas Gerais, em item posterior deste capítulo.

### 3.1.1 – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia: Hospital São Cristóvão

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia foi fundada em 1549, junto com a cidade de Salvador. Foi alvo de estudo importante realizado pelo brasilianista Russel-Wood, que publicou seu livro “Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755”, em 1968. A Irmandade Baiana fazia parte de uma grande rede de confrarias e pode ser considerada ‘como um espaço de negociação entre riqueza e pobreza e de afirmação de poder e prestígio social de oligarquias’.<sup>338</sup> Seus provedores eram integrantes da elite baiana, governadores, clérigos, negociantes e senhores de engenho. A Misericórdia da Bahia foi a mais importante em relação à assistência aos doentes. Isto pode ser constatado no restante do estado, com Santas Casas espalhadas pelo território durante o século XIX, reafirmando que a sociedade e o poder público continuaram a agir de acordo com o modelo assistencial das Misericórdias.<sup>339</sup>

O hospital da Irmandade Baiana recebeu o nome de Hospital São Cristóvão, criado e administrado pela Santa Casa da Misericórdia da Bahia de 1549 até 1893. O hospital socorria presos, soldados, estrangeiros, marinheiros, alienados, mendigos e escravos, além de ser o único a acolher todos os indivíduos, independente de raça e posição social. O perfil dos doentes atendidos no hospital, na primeira metade do século XIX, era majoritariamente de homens europeus: portugueses, belgas, germânicos, dinamarqueses, espanhóis, franceses, ingleses, italianos, suecos e suíços. Segundo Maria Renilda Barreto e Christiane Souza, a matriz colonizadora explica a grande presença de portugueses no hospital, até meados do século XIX. Além disso, Salvador era uma cidade com atividade portuária e mercantil dinâmica, o que representava um atrativo para estrangeiros.<sup>340</sup>

Nos livros de registro de doentes do Hospital São Cristóvão, em relação à profissão, aparecem muitos trabalhadores das embarcações mercantis, mas também mendigos, roceiros, carpinteiros e alfaiates. Ao analisar os dados de forma conjunta, Barreto e Souza destacam a presença de outros ofícios, que demonstram o perfil da população de Salvador na época:

<sup>338</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

<sup>339</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery e SOUZA, Christiane Maria Cruz de. op.cit. p.8.

<sup>340</sup> Idem. p.11-13.

artista, caixeiro, chapeleiro, charuteiro, cozinheiro, criado, estivador, estudante, farmacêutico, feitor, ferreiro, fiador, marceneiro, negociante, oficial de justiça, ourives, pedreiro, pescador, pintor, professor, sacristão, sapateiro, serralheiro, servente de obras públicas, tamanqueiro e taverneiro.

As autoras ressaltam que estas atividades eram exercidas pelos homens livres, brancos e mestiços, que pertenciam a estratos econômicos medianos e desfavorecidos economicamente. Esta afirmação valida a tese de que o hospital “não atendia majoritariamente os indigentes – perfil clássico traçado pela historiografia nos estudos sobre a Misericórdia Baiana -, mas àqueles homens que exerciam uma atividade que lhes garantia a sobrevivência”, ou seja, capazes de pagar pelo tratamento recebido.<sup>341</sup> Isabel Sá, também em relação aos escravos e a Irmandade Baiana, afirma que a mesma tinha seus próprios escravos como qualquer senhor baiano, destinando a estes tratamento semelhante àquele que os proprietários davam aos seus cativos.<sup>342</sup>

A autora descreve os dados coletados sobre os escravos nos registros de doentes do Hospital São Cristóvão, entre 1778 e 1799, e dentre outros fatores como o sexo, destaca o estado civil com maioria de solteiros. O que era considerado normal entre os escravos, pois era difícil conseguir um casamento formal realizado pela Igreja Católica. Além disso, reitera que o hospital atendia um número muito maior de brancos do que de negros (4843 para 1505, respectivamente) para o período citado.<sup>343</sup>

Se compararmos este perfil de atendimento àquele ocorrido nas Misericórdias mineiras, temos uma diferença marcante: de acordo com os relatórios das Santas Casas, enviados à Secretaria do Interior, grande parte das listas de doentes indigentes era composta por negros e pardos. Estes não possuíam laços familiares e eram majoritariamente solteiros ou viúvos. No primeiro capítulo, no qual esboçamos este perfil do assistido, constam algumas destas listas, embora não tenham sido realizadas estatísticas generalizadas para todos os doentes pobres do estado de Minas Gerais. Contudo, já destacamos que a conjuntura do pós-abolição em Minas, com seu considerável número de recém libertos favorecia este perfil.

O perfil feminino atendido no hospital baiano diferia bastante do masculino, para este período. Entre as mulheres predominavam as mestiças, solteiras e sem ocupação declarada, o que as caracterizava como próximas a linha da pobreza, ou abaixo dela, daí a necessidade da

---

<sup>341</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery e SOUZA, Christiane Maria Cruz de. op.cit p.13.

<sup>342</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. op.cit. p. 231.

<sup>343</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery e SOUZA, Christiane Maria Cruz de. op.cit.p.238.

assistência.<sup>344</sup> Corroboramos essas considerações a partir da análise do perfil dos doentes indigentes atendidos pelas misericórdias mineiras, a ausência de uma ocupação que garantia um salário fixo ou o mínimo para a sobrevivência, resultava em risco maior de contrair doenças, as mais variadas possíveis. As profissões, quando declaradas eram de: mendigas, lavadeiras, vendedeiras, domésticas, costureiras e roceiras, bem semelhantes às profissões dos registros das Santas Casas mineiras para o final do século XIX e início do XX.

Quanto à manutenção, o hospital da Misericórdia Baiana recebia doações de famílias ricas, comerciantes e estrangeiros que morriam em seus leitos, como ultima opção doavam seus pertences à Santa Casa. Os pobres também deixavam o pouco que possuíam para a Irmandade, desde objetos de uso pessoal até móveis e roupas. Havia a subvenção do Estado, através de contratos com a mesa da Santa Casa para “cuidados médicos-cirúrgicos dispensados aos presos, soldados e marinheiros”. A este montante se somavam rendas de propriedades rurais da Irmandade, as advindas das loterias e o pagamento daqueles que podiam custear seu tratamento.<sup>345</sup>

As dificuldades de receber pelo tratamento dos escravos eram constantes, pois muitos proprietários os abandonavam com doenças graves, para não pagarem pelos cuidados. As autoras afirmam que os espaços de cura dos escravos precisam ser investigados em hospitais menores e casas de saúde, além de não descartarem a hipótese de que os cativos procuravam curandeiros africanos.<sup>346</sup> O estudo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia demonstra a articulação entre “a dinâmica social da cidade e as ações sociais da Santa Casa”. Portanto, a análise de sua atuação apenas do ponto de vista caritativo não permite a compreensão do jogo de interesses sociais para responder aos desafios locais, e às mudanças políticas e econômicas.

Do período imperial à Primeira República, Souza e Sanglard enfatizam a transformação de uma assistência liberal para uma assistência coordenada pelo Estado. Destacam a presença do ideário higienista e liberal, como fundamental para a compreensão da organização da assistência no Brasil de modo geral e também na Bahia, de modo particular. Além da preocupação com a pobreza, a partir do final do século XIX suas ações estiveram voltadas para os trabalhadores.<sup>347</sup>

---

<sup>344</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery e SOUZA, Christiane Maria Cruz de. op.cit. p.14-15.

<sup>345</sup> Idem. p.16-17.

<sup>346</sup> Idem. p.19-20.

<sup>347</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz e SANGLARD, Gisele. *Saúde Pública e Assistência na Bahia da Primeira República (1889-1929)*. In: Maria Renilda Nery. e SOUZA, Christiane Maria Cruz de (org.). *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico. (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011. p.28.

Era preciso se adaptar a um mundo do trabalho em transformação, “repensar as relações entre patrões e empregados, do ponto de vista da seguridade contra acidentes e o pecúlio para a velhice”. Os operários, e seus bairros, eram considerados insalubres, o que colocou a cidade como referência para a prática da doutrina higienista. Médicos, engenheiros e filantropos foram os atores responsáveis pela reformulação dos espaços mais suscetíveis ao surgimento de doenças.<sup>348</sup>

A ciência urbanista surgida na França, ao final do século XIX, se encarregou de remodelar as cidades de modo a permitir uma vida salubre. No Brasil, a partir da Primeira República, a necessidade de urbanização se tornou urgente, pois as cidades cresciam de forma desordenada e sem planejamento. Segundo as autoras, a assistência à saúde nesse período foi pautada por reformas nos principais centros urbanos do país. Na Bahia, foi o governador Joaquim José Seabra o responsável pela reforma sanitária de Salvador, após 1910.<sup>349</sup>

Outro ponto importante é a análise da assistência pública e privada baiana, realizada por Cruz e Sanglard, através do estabelecimento de um quadro assistencial de Salvador no início da República, realizado com base no livro de Francisco Vicente Vianna “Memória sobre o estado da Bahia”.<sup>350</sup> A conclusão é a de que as elites baianas atuaram na intervenção urbana, ampliação dos poderes do Estado e nas associações privadas, com a prática da filantropia. A doença era associada ao atraso e houve, portanto, a percepção de que era preciso organizar os serviços sanitários da Bahia, de modo a abarcar toda a população.<sup>351</sup>

Não só as elites, mas os intelectuais e profissionais da área de saúde, também temiam o surgimento de epidemias e preocupavam-se com as péssimas condições de higiene da população mais pobre. Muitas tentativas foram realizadas em prol do saneamento de Salvador, mas sem sucesso. A organização sanitária ocorreu, de fato, a partir da criação da Inspeção de Higiene e do Instituto Vacínico, em 1892 e, principalmente, durante o governo de Seabra, que desenvolveu uma política de saúde e concretizou projetos iniciados em outros governos.<sup>352</sup>

---

<sup>348</sup> CRUZ e SANGLARD fazem referência à obra de FAURE, Olivier. *Les Français et leur Médecine aux XIX siècle*. Paris: Belin, 1993. p.31.

<sup>349</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz e SANGLARD, Gisele. *Saúde Pública e Assistência na Bahia da Primeira República* (1889-1929). op.cit. p.31-33.

<sup>350</sup> Idem. Ver VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

<sup>351</sup> Idem. p. 50-51.

<sup>352</sup> Idem. p.58-59. Joaquim José Seabra governou a Bahia entre 1912 e 1916; e entre 1920 e 1924 e foi responsável por importantes medidas relacionadas à saúde e saneamento no estado e na capital, Salvador.

A assistência na Bahia ocorreu através da atuação da esfera privada em conjunto às iniciativas públicas. Sociedade e Estado, em âmbito estadual e federal, reuniram esforços para a consolidação de uma rede assistencial à saúde na Bahia. Cabia às elites locais assumirem as responsabilidades da política republicana, federalista, instaurada a partir da Constituição de 1891. Desta forma, a Primeira República baiana reuniu ações filantrópicas às ações do Estado, diluindo os limites entre o público e o privado no campo da assistência, o que também irá ocorrer em outros estados brasileiros, principalmente, nos anos iniciais da República. A configuração da assistência à saúde e à pobreza em Minas Gerais também se assemelha ao que ocorreu na Bahia, contudo, enquanto a saúde (aqui entendida como a salubridade, higiene, educação das massas) se tornou prioridade, a assistência à pobreza permaneceu mantida prioritariamente pela iniciativa privada.

### 3.1.2 – A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

A data precisa de fundação da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é desconhecida, embora no livro de Yara Khoury a instituição conste como tendo sido fundada por volta do ano de 1560.<sup>353</sup> De acordo com Márcia Regina Barros da Silva, sua existência em documentos aparece desde o final do século XVI.<sup>354</sup> O hospital começou a atender doentes no centro antigo de São Paulo e, em 1835, passou a funcionar na Chácara dos Ingleses, à Rua da Glória. Em 1885 foi inaugurado no bairro do Arouche o Hospital Central, que marcou a modernização dos serviços médicos e do atendimento hospitalar em São Paulo.<sup>355</sup>

---

<sup>353</sup> KHOURY, Yara Aun (Coord.). *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil* (fundadas entre 1500 e 1900). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC/SP/CEDIC: FAPESP, 2004.

<sup>354</sup> SILVA, Márcia Regina Barros. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese de doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2003. Silva apresenta a seguinte bibliografia sobre a Irmandade da Misericórdia em São Paulo: CARNEIRO, Glauco. *O poder da Misericórdia: a Irmandade da Santa Casa na história social e política da cidade de São Paulo (1560 - 1985)*. São Paulo: Press Gráfica, 1986, 2 vs. CARVALHO, Vera Maria. *Girando em torno da roda: a Misericórdia de São Paulo e o atendimento as crianças expostas, 1897-1951*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1996. MARCÍLIO, Maria Luíza. *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência a criança abandonada na história do Brasil*. São Paulo : Loyola, Cedhal, Cehila, 1993. MESGRAVIS, Laima. *A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX*. In: *Revista de História*, 1976, pp. 401-23. TEIXEIRA, Luiz Antonio. *A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1895-1913*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001. VOTTA, Raul. *A irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo nos primórdios de sua existência. Contribuição para a história hospitalar em São Paulo*. São Paulo: s/e, 1951.

<sup>355</sup> SILVA, Márcia Regina Barros da. *Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910)*. *Revista VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.395-420, jul/dez 2010. p.401.

As Irmandades da Misericórdia, no estado de São Paulo, foram fundadas em busca “do favor real” e, portanto, o perfil de seus irmãos era uma mostra da “elite local descendente dos primeiros povoadores ou a ela ligados por laço de matrimônio”.<sup>356</sup> Ibañes, Duarte e Dias, fazem referência ao Ato Adicional de 1834 e à transferência da regulamentação das Irmandades para as Assembleias Legislativas das províncias. Essa mudança gerou um espaço de “distinção social e também de disputa de poder pelas elites locais”.<sup>357</sup>

São Paulo também é exemplo da estreita ligação entre a atuação das Irmandades e as transformações políticas e econômicas. Logo após a Independência e da outorga da Constituição de 1824, o presidente da província iniciou um processo de regulação dos hospitais no estado. Houve uma racionalização no atendimento e na administração da assistência, a fim de modernizar a utilização dos recursos da Irmandade, através “da aplicação do patrimônio em imóveis e apólices da dívida pública”. Com destaque para a entrada das mulheres como irmãs e o fim da distinção entre os irmãos (divididos entre nobres e oficiais).

Durante o grande desenvolvimento da cafeicultura no oeste paulista, surgiu uma elite composta por uma nova geração de empreendedores que diversificou seus investimentos em atividades urbanas. Segundo os autores, no fim do período imperial houve o “fortalecimento do trinômio cultura cafeeira, expansão ferroviária e crescimento populacional”, o que estimulou o surgimento de várias Irmandades no estado. O deslocamento dos recursos para a capital foi responsável pela deficiência de recursos nas chamadas “Irmandade do Vale” (Jacareí, Bananal, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá).<sup>358</sup>

Nos primeiros anos da República houve um aumento dos atendimentos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ou Hospital Central, no Arouche. Além disso, Silva aponta para a sistematização administrativa como resposta às demandas sanitárias, advindas do crescimento urbano. A autora elenca duas vias administrativas: a primeira filantrópica, composta por indivíduos ligados à administração da cidade e do Estado, orientados por “interesses econômicos particulares calculados”; e uma segunda via, intermediada pelas secretarias estaduais que auxiliavam as instituições em suas receitas. Para Silva, o governo paulista incentivou “um projeto coletivo” direcionado ao atendimento, principalmente, de

---

<sup>356</sup> IBAÑES, Nelson. DUARTE, Ivomar Gomes. DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. *As Irmandades da Misericórdia e as Políticas Públicas de Assistência Hospitalar no Estado de São Paulo no Período Republicano*. In: MOTT, Maria Lúcia e SANGLARD, Gisele (org.). *História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011. p.173.

<sup>357</sup> Idem. p.174.

<sup>358</sup> IBAÑES, Nelson. DUARTE, Ivomar Gomes. DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. op. cit.p.175-176.

imigrantes através da Santa Casa, que se transformou em hospital de assistência geral, devido à ausência de um hospital público no estado.<sup>359</sup>

Houve considerável aumento dos gastos com a assistência e, de acordo com os relatórios da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, também um aumento das arrecadações. Isso indica a ampliação da assistência hospitalar, sobre outras formas de socorro, em detrimento da caridade exercida em outras instituições ligadas a Santa Casa, como o Hospital de Lázarus, Asilo de Expostos, Mordomia dos Presos e Externatos Santa Cecília e São José, respectivamente para meninas e meninos. De acordo com Silva, desta forma, o governo paulista garantia os cuidados sanitários e o atendimento conjunto da população, através do apoio financeiro à elite cafeeira que administrava o hospital local (era fundamental que a mão de obra urbana, composta predominantemente por imigrantes, estivesse inserida nos mecanismos assistenciais).<sup>360</sup>

Ibañes, Duarte e Dias corroboram as transformações da Irmandade da capital, considerando-as como “um dos indicadores das mudanças institucionais que foram aprofundadas no período republicano, principalmente sua atuação mais específica na área hospitalar”. Os autores ainda analisam os efeitos da expansão cafeeira, por meio da vinda de imigrantes, que muitas vezes chegavam doentes e precisavam de socorro, o que não era possível somente com o hospital da Rua da Glória. Portanto, o hospital do Arouche respondeu aos anseios das elites e do governo, já que a Santa Casa passou a assistir imigrantes, indigentes, pensionistas e escravos, que tinham seu tratamento custeado pelos senhores.<sup>361</sup>

O balanço de receitas e despesas de 1908 é utilizado para demonstrar a profissionalização da administração da Santa Casa e a crescente dependência das subvenções do Estado para manutenção da instituição. O processo de urbanização e a política de imigração foram responsáveis por um grande crescimento demográfico, que resultou na interiorização das Santas Casas. No começo da República, a produção de café se deslocou para o noroeste paulista e às 22 Santas Casas concentradas no eixo Rio - São Paulo (existentes no estado até 1889) somaram-se mais 99, criadas durante a Primeira República. Estas últimas estavam inseridas no eixo da expansão cafeeira do período (Campinas e Ribeirão Preto), também eixo da expansão ferroviária do estado de São Paulo.<sup>362</sup>

---

<sup>359</sup> SILVA, Márcia Regina Barros da. op.cit. 404-405.

<sup>360</sup> Idem. p.406-407.

<sup>361</sup> IBAÑES, Nelson. DUARTE, Ivomar Gomes. DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. op. cit.p.177-178.

<sup>362</sup> Idem. op.cit. p.182-183.

Em relação à atuação do Estado, Silva considera que o tema da saúde pública passou a ser uma pauta discutida na formulação da legislação estadual, após a proclamação da República. Criou-se a Hospedaria dos Imigrantes e houve a contratação de um médico para coordenar os serviços vacínicos. Além disso, foi criado o Serviço Sanitário, em 1892, o que colocou a saúde pública definitivamente na pauta de discussões e investimentos do governo estadual.<sup>363</sup>

Para concluir sua análise, a autora aponta para a conjugação de elementos responsáveis pelo fortalecimento do hospital na Primeira República: a administração republicana da saúde, via subvenções, a filantropia praticada pela elite paulista, que objetivava o atendimento coletivo de sua mão de obra (imigrantes) e, ainda, as práticas científicas do corpo de médicos que atuou na Santa Casa em busca de conhecimentos sistemáticos sobre as doenças, o contágio, a prevenção e a profilaxia. Em São Paulo, Estado, assistência e filantropia configuraram-se em um conjunto de ações que resultaram na construção do atendimento coletivo para grandes grupos sociais: a começar pelos imigrantes e, depois, estendendo-se a toda a população, da capital e do interior.

Deste modo, a assistência se consolidou no estado de São Paulo a partir da junção de “elementos econômicos, sociais e políticos, entre governo, entidades religiosas e grupos particulares”, estes compostos por cafeicultores e pela ‘nova burguesia’ da capital. Como consideração final, Silva destaca a doença como o elo entre o Estado e a filantropia, subordinando a caridade pela medicina especializada.<sup>364</sup>

### 3.1.3 – A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro teria sido criada ao final do século XVI, pelo padre José de Anchieta.<sup>365</sup> A casa da irmandade estava situada ao pé do Morro do Castelo, de onde se iniciou o povoamento da cidade. Gandelman afirma que, no decorrer do século XVIII, as atividades da irmandade mudaram seu foco de atuação, da população flutuante vinda em embarcações comerciais para “os habitantes de uma

<sup>363</sup> SILVA, Márcia Regina Barros da. op.cit. p.412.

<sup>364</sup> Idem. p.420.

<sup>365</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes. *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos Séculos XVI a XIX*. Revista História, Doenças, Saúde: Manguinhos. vol. VIII. set/dez 2001. p.613-630. “A criação da irmandade na cidade do Rio de Janeiro é uma incógnita para historiadores e memorialistas. Segundo o relato de frei Agostinho de Santa Maria impresso em 1723, em um dos volumes do *Santuário Mariano*, a irmandade teria sido criada por iniciativa do jesuíta José de Anchieta após a chegada à cidade, “pelos anos de 1582”, de uma armada de Castela composta por 16 naus e três mil homens”. p.614.

aglomeração urbana em rápido desenvolvimento, com diversos problemas sociais”.<sup>366</sup> A atividade mineradora deslocou o centro econômico e administrativo colonial do Nordeste para a região centro-sul (Sul e Sudeste) e alçou a cidade do Rio de Janeiro como principal ponto de escoamento do ouro das Minas Gerais.

Deste modo, a cidade cresceu demograficamente e o número de investimentos acompanhou este crescimento, principalmente com a participação dos ‘homens bons’, dois dos quais foram responsáveis pela provedoria da irmandade e administração da cidade. Uma série de obras foi realizada, como a construção de um segundo andar no hospital, a criação do Recolhimento das Órfãs e a Casa dos Expostos. A reestruturação destes serviços está incluída no bojo das mudanças políticas e econômicas do período, que resultaram na necessidade de ordenar a sociedade, principalmente, através do cuidado dispensado aos expostos.

Segundo Gandelman, hospitais e irmandades auxiliaram na atenção aos expostos, em busca de seu “melhor aproveitamento”, o que significava evitar a mortalidade e promover a inserção social.<sup>367</sup> Havia também uma grande preocupação com a pobreza, caracterizada pela autora como típica das sociedades do Antigo Regime, acarretada pelo rompimento dos laços comunitários de solidariedade, parentesco, patronagem e clientela, que possibilitassem sua inserção em algum grupo de proteção como a família, as irmandades ou as corporações de ofícios. Devido a esta situação de vulnerabilidade em potencial, “os alvos da irmandade eram os órfãos, expostos, presos, viúvas e outros deserdados”.

As três frentes de atuação da irmandade (hospital, Recolhimento de órfãs e Casa dos Expostos) passaram por reformulações entre as décadas de 1820 e 1850, houve também a criação de um hospício para alienados, autorizado por D. Pedro II em 1841 e terminada sua construção em 1855. Seguindo as orientações do provedor à época<sup>368</sup>, inaugurou-se o novo

---

<sup>366</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes. *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos Séculos XVI a XIX*. op.cit. p.615.

<sup>367</sup> Idem. “(...) o Recolhimento das Órfãs tinha por objetivo, segundo seus estatutos, abrigar meninas que fossem órfãs de pai e mãe, ou somente de pai, filhas legítimas, cristãs velhas, brancas, de bom procedimento, donzelas e desamparadas, com idades entre nove e 11 anos. (...) Já a chamada Casa dos Expostos possuía função bastante distinta. Eram consideradas expostas as crianças que não tinham filiação reconhecida. Em geral, eram abandonadas nas igrejas, nas residências de pessoas de prestígio, nas casas de parentes ou simplesmente deixadas nas ruas. Ao longo do século XVIII, a questão dos expostos tornou-se uma grande preocupação para os Estados modernos e, especificamente, para as elites que governavam aquela colônia portuguesa. A preocupação era sobretudo com que os contingentes de expostos fossem melhor aproveitados pelo Estado senão diretamente, nos exércitos por exemplo, ao menos no povoamento dos reinos. na instituição por tempo limitado, fixado em seis anos. p.616-617.

<sup>368</sup> Idem. A autora ressalta a administração do provedor José Clemente Pereira, de 1838 a 1854, como um período de intensas mudanças: “Pode-se dizer que sua provedoria transformou o perfil da irmandade, dando o tom à gestão das provedorias subsequentes. A característica da gestão de Clemente Pereira foi a fragmentação das repartições da irmandade e sua distribuição pela cidade, acompanhando sua expansão e urbanização. Mais do

Hospital Geral da Misericórdia, em 1852, que pode contar com a atuação das irmãs de caridade da Ordem de São Vicente de Paula de Paris nos serviços de farmácia e enfermagem. De acordo com Gandelman, o século XIX foi palco de uma reconfiguração dos espaços de caridade e também na forma como era realizada.

Sobre as fronteiras entre o público e o privado, Gisele Sanglard afirma que, apesar de parecerem estar em campos opostos, as ações da sociedade e do Estado eram complementares. No caso do Rio de Janeiro, a assistência era realizada por inúmeros “hospitais, policlínicas e casas de saúde, que por mais que reservassem leitos à filantropia, pouco alteravam no cômputo geral a disponibilidade de leitos para os desvalidos”. A Santa Casa da Misericórdia organizou o serviço de assistência pública no Rio, como o fez no restante do país, através de uma uniformização do sistema assistencial que reunia a iniciativa privada à pública.<sup>369</sup>

De acordo com Sanglard, embora a República tenha alterado a organização das competências municipal e federal, principalmente com a municipalização das ações higienistas, no campo da assistência hospitalar a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro continuou como “o único hospital destinado ao atendimento dos desvalidos”, recebendo ajuda “da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1881) e da Policlínica de Botafogo (1899), instituições filantrópicas que prestavam atendimento ambulatorial, clínico e cirúrgico aos indigentes”.

A República “transferiu para os estados a responsabilidade pelas ações de manutenção da ordem e de proteção das populações, em contraposição à centralização do poder durante o Império”. Sanglard afirma que a prática liberal legitimava este federalismo, por meio da não intervenção do Estado, o que representava um reforço dos poderes locais. Deste modo, o liberalismo republicano acabou contribuindo para a manutenção de uma “estrutura herdada dos tempos coloniais, a cargo da Misericórdia. Assim, ao Estado caberia agir apenas em tempos de grande calamidade pública, quando a ordem estivesse ameaçada, ou seja, durante as epidemias (...)”.<sup>370</sup>

---

que simples deslocamentos, tais transformações representaram a paulatina concentração da irmandade em atividades hospitalares, até que essas atividades e seu nome se transformassem em sinônimos, legando às demais repartições denominações à parte. p.629.

<sup>369</sup> SANGLARD, Gisele. *A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar do Distrito Federal*. In: SANGLARD, Gisele P.; PÓRTO, Ângela; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (Org.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p.64.

<sup>370</sup> SANGLARD, Gisele. *A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar do Distrito Federal*. op.cit. p.64-65.

As mudanças ocorridas no Brasil, no decorrer do século XIX causaram um reordenamento na assistência de modo geral. Podemos afirmar que tanto na Bahia, quanto em São Paulo e, ainda, no Rio de Janeiro <sup>371</sup>, houve uma reestruturação física e administrativa das irmandades e de suas instituições de auxílio. Tal reestruturação pode ser mais bem percebida a partir do século XX, quando o Estado se posiciona de modo mais ativo em relação aos anos anteriores, ainda que a presença efetiva do poder público na assistência tenha iniciado no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930.

Esse processo de reconfiguração não significou uma mudança radical no papel desempenhado pelas irmandades da Misericórdia quanto à distribuição da assistência aos pobres e desvalidos. As análises da atuação das Santas Casas de Misericórdia nos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro reforçam a organização da assistência pública e a racionalização da assistência privada, com o acréscimo da filantropia. A presença das elites agrárias e, posteriormente, mercantis, enquanto mantenedoras das associações de auxílio particulares foi uma realidade no três estados e que se repetiu em Minas Gerais, o que a análise a seguir demonstra.

### **3.2 - As Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais:**

As Irmandades da Misericórdia fazem parte da história da assistência em Minas Gerais, pois o território apresenta inúmeras Santas Casas que foram fundadas desde o período colonial até o republicano. As Santas Casas de Misericórdia estão presentes em cerca de 80% dos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, desde 1860 até 1889 (recuo escolhido para uma tentativa de compreender as mudanças no modelo assistencial, do fim do período imperial e início do período republicano). Além disso, constituem parte importante da história da saúde no estado, com farta documentação que compõe o acervo da Secretaria do Interior de Minas Gerais (Departamento de Saúde e Assistência Pública).

O número maior de fontes sobre as Santas Casas, para o recorte temporal aqui escolhido (1871-1923), se concentra nos anos de 1903 a 1923, que registram uma grande quantidade de relatórios, balancetes, detalhes sobre o cotidiano destas instituições e suas relações com o estado de Minas. Para ordenar a análise das Santas Casas mineiras utilizamos

---

<sup>371</sup> CHALHOUB, Sidney. *op.cit.* As discussões sobre este processo foram analisadas no primeiro capítulo. O Rio de Janeiro, capital da República, passou por um processo de urbanização intenso e radical, com o aval do então presidente Rodrigues Alves (1902-1906) o prefeito Pereira Passos iniciou a reestruturação da cidade, marcada pelo famoso “bota abaixo” dos cortiços localizados no centro do Rio.

a divisão geográfica macrorregional em vigor<sup>372</sup>, embora possamos observar muitas modificações na configuração das meso e microrregiões, na passagem do século XIX para o século XX, há certa similaridade na divisão das regiões. As dificuldades em se precisar as comarcas, municípios, distritos, vilas, estão nas inúmeras divisões ou junções destas unidades territoriais durante o período estudado.

Organizamos os dados coletados adotando a perspectiva da análise regional que, segundo Alexandre Diniz e Wagner Batella, permite que a regionalização de um determinado território seja realizada a partir de objetivos, métodos e critérios do pesquisador. Deste modo, são considerados aspectos como o sentimento de pertencimento e as mentalidades regionais, resultantes da dinâmica social.<sup>373</sup> À mesorregião corresponde “uma identidade regional contruída ao longo do tempo pelos habitantes” e, embora pertença à mesorregião, a microrregião obedece a critérios como produção, distribuição, consumo e interação espacial.<sup>374</sup>

Após uma breve incursão pela geografia política e social de Minas Gerais, optamos pela adoção da divisão produzida pelo IBGE em 1990, já que a mesma possibilita incluir municípios ou distritos extintos ou criados posteriormente a 1889 às microrregiões. Ainda que a diferença temporal não permita simples comparações sobre a estrutura da divisão do estado para o fim do século XIX.

### **Mapa Proposta de Regionalização para Minas Gerais – IBGE 1996**

---

<sup>372</sup> DIVISÃO DO BRASIL EM MESOREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 1990. [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)

<sup>373</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. *O Estado de Minas Geraise suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização*. Revista Sociedade e Natureza. Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2015.p.62.

<sup>374</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. op.cit.p.70.



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, Geominas, 1996 (adaptado).

Portanto, a distribuição das Santas Casas de Misericórdia foi ordenada obedecendo às doze mesorregiões do estado de Minas Gerais que, somadas, totalizam 66 microrregiões, conforme se pode observar abaixo:

- 1 - Região Central:** Bom Despacho, Curvelo, Três Marias.
- 2 - Região Metropolitana:** Belo Horizonte, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas, Sete Lagoas.
- 3 - Região da Zona da Mata:** Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Viçosa, Ubá.
- 4 - Região Sul (e Sudoeste):** Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Varginha.
- 5 - Campo das Vertentes:** Barbacena, Lavras, São João Del Rei.
- 6 - Região Oeste:** Campo Belo, Divinópolis, Fomiga, Oliveira, Piumhi.
- 7 - Região Norte:** Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas.
- 8 - Vale do Jequitinhonha:** Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Pedra Azul.
- 9 - Vale do Mucuri:** Nanuque, Teófilo Otoni.
- 10 - Região Noroeste:** Paracatu, Unaí.
- 11 - Vale do Rio Doce:** Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena, Peçanha.

**12 - Triângulo Mineiro (e Alto Paranaíba):** Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia.<sup>375</sup>

Sessenta e três microrregiões apresentam registros da atuação das Irmandades da Misericórdia em seus municípios, à exceção do Vale do Mucuri, Região Noroeste e Vale do Rio Doce<sup>376</sup>:

**Relação das Santas Casas de Misericórdia de Minas Gerais por ano de criação**<sup>377</sup>

Cidade	Instituição	Fundação
Abre Campo	Santa Casa de Misericórdia	1907
Alfenas	Santa Casa de Misericórdia (Casa de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)	1907
Araguary	Santa Casa de Misericórdia	1918
Araxá	Santa Casa de Misericórdia	1885
Baependi	Santa Casa de Misericórdia	1886
Bambuhy	Santa Casa de Misericórdia	1923
Barbacena	Santa Casa de Misericórdia	1858 <sup>378</sup>
Belo Horizonte	Santa Casa de Misericórdia	1899
Bom Sucesso	Santa Casa de Misericórdia	1890 <sup>379</sup>
Cabo Verde	Santa Casa de Misericórdia	1911
Caeté	Santa Casa de Misericórdia	1905
Caldas	Santa Casa de Misericórdia	1887 <sup>380</sup>
Campanha	Santa Casa de Misericórdia	1856 <sup>381</sup>
Campo Belo	Santa Casa de Misericórdia	1912
Carangola	Santa Casa de Misericórdia/	1907

<sup>375</sup> Divisão do Estado de Minas Gerais em Mesorregiões, 1990. IBGE. op.cit.

<sup>376</sup> É importante ressaltar que no decorrer do século XIX estas regiões ainda estavam sendo colonizadas e eram áreas aldeamento indígena, como os vales do Rio e Doce e Mucuri. Habitavam a região do Vale do Rio Doce, os índios da etnia Krenak. Situados no nordeste de Minas Gerais, entre os vales do Mucuri e do Jequitinhonha, estavam os Maxakali. Além disso, as regiões fronteiriças com o estado da Bahia estavam em processo de colonização e delimitação.

<sup>377</sup> Levantamento feito a partir da circular de 1923. APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Ver anexos 2 e 3. O papel das Santas Casas de Misericórdia e das Sociedades de São Vicente de Paulo na assistência aos pobres em Minas Gerais é analisado no capítulo 2. As cidades e suas denominações seguiram os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 1912.

<sup>378</sup> KHOURY, Yara Aun. op. cit. Segundo Houry, a Santa Casa de Misericórdia de Barbacena foi criada em 1852; de acordo com as fontes utilizadas em nossa pesquisa a mesma foi criada em 1858.

<sup>379</sup> KHOURY, Yara Aun. op. cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Bom Sucesso como 1917; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1890.

<sup>380</sup> Idem. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Caldas como 1889; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1887.

<sup>381</sup> Idem. Houry coloca a data de criação da Santa Casa de Misericórdia de Campanha como 1834, em nossas fontes a data é 1856.

<b>Christina</b>	Santa Casa de Misericórdia	1915
<b>Cláudio</b>	Santa Casa de Misericórdia	1918
<b>Curvelo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1866
<b>Diamantina</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital de Santa Isabel)	1790 <sup>382</sup>
<b>Dores da Boa Esperança</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança)	1918
<b>Dores do Indaiá</b>	Santa Casa de Misericórdia	1896 <sup>383</sup>
<b>Formiga</b>	Santa Casa de Misericórdia	1893
<b>Grão Mogol</b>	Santa Casa de Misericórdia	1873
<b>Guaranésia</b>	Santa Casa de Misericórdia	1911 <sup>384</sup>
<b>Guaxupé</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
<b>Itabira</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital Nossa Senhora das Dores)	1859 <sup>385</sup>
<b>Itajubá</b>	Santa Casa de Misericórdia	1897
<b>Itapeçerica</b>	Santa Casa de Misericórdia	1899
<b>Jaguary (Camanducaia)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1916
<b>Juiz de Fora</b>	Santa Casa de Misericórdia	1854
<b>Lavras</b>	Santa Casa de Misericórdia	1865
<b>Lima Duarte</b>	Santa Casa de Misericórdia	1922 <sup>386</sup>
<b>Mar de Espanha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1898 <sup>387</sup>

<sup>382</sup> No levantamento feito por Khoury, a Santa Casa de Misericórdia de Diamantina foi criada em 1831. Entretanto, a Santa Casa foi criada em 1790, sendo assumida pela Irmandade de Santa Isabel em 1831.

<sup>383</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Dores do Indaiá como 1935; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1896. Em 1935, de acordo com informação atualizada da própria Santa Casa, foi inaugurada uma sede nova. “A Santa Casa de Misericórdia “Dr. Zacarias” teve sua origem no decorrer do ano de 1.890 sob o nome de “Casa de Caridade”, por iniciativa do então eleito Presidente da Câmara Municipal Dr. Antônio Zacarias Álvares da Silva, passou a ocupar e a funcionar em uma pequena casa abandonada, próxima à Praça dos Coqueiros, hoje Praça Coração de Maria. Em 1.896, na Praça São Sebastião, hoje Praça Alexandre Lacerda Filho, foi adquirido um grande sobrado construído pelo Padre João Batista de Aguiar, e para lá foi transferida a Casa de Caridade que aí permaneceu por muitos anos. Por volta de 1.930, quando o eminente dorense Dr. Francisco Luiz da Silva Campos, então Secretário de Estado da Secretaria do Interior de Minas Gerais, sendo procurado por uma comissão de ilustres dorenses, já disponibilizando de um ótimo terreno para construção de nova sede (onde hoje se acha a Escola Normal), propuseram a troca deste pelo prédio ocupado pelo Grupo Escolar “Dr. Zacarias” (hoje Santa Casa), cuja nova sede, do Grupo na Praça do Santuário seria construída, como foi, auspiciando à cidade mais uma bela e confortável construção. A nova sede foi inaugurada em 1º de novembro de 1935 e assim, a entidade passou a ter o atual nome, instituída por uma comissão tendo à sua frente os médicos Dr. José Argemiro de Moura, Dr. Sigfredo Pinto Fiúza, Dr. Edgard Pinto Fiúza, Dr. J. Pimentel de Oliveira, Dr. Ovídio José dos Santos, Dr. João Chagas de Faria (seu primeiro Diretor Clínico), conforme consta dos registros nos arquivos”. <http://santacasadi.com.br/index.php?secao=empresa>

<sup>384</sup> Idem. A autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Guaranésia como 1904; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1911.

<sup>385</sup> KHOURY, Yara Aun. op. cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Itabira como 1854; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1859.

<sup>386</sup> Idem. A autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte como 1914; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1922.

<sup>387</sup> Idem. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Mar de Espanha como 1890; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1898.

<b>Minas Novas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1895
<b>Monte Santo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1909
<b>Montes Claros</b>	Santa Casa de Misericórdia	1871
<b>Oliveira</b>	Santa Casa de Misericórdia	1899 <sup>388</sup>
<b>Ouro Preto</b>	Santa Casa de Misericórdia	1735
<b>Palmira (Santos Dumont)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1904
<b>Pará de Minas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1885
<b>Paraisópolis</b>	Santa Casa de Misericórdia	1914
<b>Passos</b>	Santa Casa de Misericórdia	1865 <sup>389</sup>
<b>Passa Quatro</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906 <sup>390</sup>
<b>Pedra Branca (Ibitiúra de Minas)</b>	Santa Casa de Misericórdia Coronel Antônio José de Macedo	1911
<b>Perdões</b>	Santa Casa de Misericórdia	1922 <sup>391</sup>
<b>Pitangui</b>	Santa Casa de Misericórdia	1872 <sup>392</sup>
<b>Piumhy</b>	Santa Casa de Misericórdia	1904 <sup>393</sup>
<b>Ponte Nova</b>	Santa Casa de Misericórdia	1873
<b>Queluz (Cons. Lafaiete)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906
<b>Rio Novo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1912 <sup>394</sup>
<b>Rio Preto</b>	Santa Casa de Misericórdia	1886
<b>Sabará</b>	Santa Casa de Misericórdia	1812
<b>Sacramento</b>	Santa Casa de Misericórdia	1901
	Santa Casa de Misericórdia do distrito de Conquista	1919
<b>Santa Luzia</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital São João de Deus)	1845
<b>Santa Rita do Sapucaí</b>	Santa Casa de Misericórdia Antônio Moreira da Costa	1913
<b>São Gonçalo do Sapucaí</b>	Santa Casa de Misericórdia	1898 <sup>395</sup>
<b>Santo Antônio do Machado (Machado)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1905

<sup>388</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira como 1875; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1899.

<sup>389</sup> De acordo com levantamento de KHOURY, Yara Aun. op.cit., a Santa Casa de Misericórdia de Passos foi criada em 1864. Mas de acordo com as fontes de nossa pesquisa a mesma foi criada no ano de 1865.

<sup>390</sup> Idem. A autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Passa Quatro como 1907; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1906.

<sup>391</sup> Idem. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Perdões como 1914; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1922.

<sup>392</sup> Idem. A Santa Casa de Misericórdia de Pitangui foi criada em 1844. Mas de acordo com as fontes de nossa pesquisa a mesma foi criada no ano de 1872.

<sup>393</sup> Idem. A Santa Casa de Misericórdia de Piumhi foi criada em 1900. Mas de acordo com as fontes de nossa pesquisa a mesma foi criada no ano de 1904 e, deste modo, figura entre as santas casas criadas no século XX.

<sup>394</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Rio Novo como 1905; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1912.

<sup>395</sup> Idem. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de São Gonçalo do Sapucaí como 1892; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1898.

<b>São João Batista do Glória</b>	Santa Casa de Misericórdia	1912
<b>São Sebastião do Paraíso</b>	Santa Casa de Misericórdia	1916 <sup>396</sup>
<b>São João Del Rey</b>	Santa Casa de Misericórdia	1765 <sup>397</sup>
<b>Serro</b>	Santa Casa de Misericórdia	1860 <sup>398</sup>
<b>Sete Lagoas</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital Nossa Senhora das Graças)	1881 <sup>399</sup>
<b>Turvo (Dores do Turvo)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1894
<b>Uberaba</b>	Santa Casa de Misericórdia	1854
<b>Uberabinha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
<b>Varginha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1921
<b>Viçosa</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906
<b>Vila Bráz (Brazópolis)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
<b>Villa Paraopeba (Paraopeba)</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906

Nossa pesquisa registrou a existência de 71 Santas Casas até o ano de 1923, destas 47 foram fundadas entre 1890 e 1923, na Primeira República. As 24 restantes correspondem a três criadas no século XVIII, durante o Brasil Colônia, e a 21 criadas no século XIX, no Brasil Império. Não houve, nos questionários da Secretaria do Interior, referências às Santas Casas de Misericórdia das cidades de Bonfim, Mariana, Paracatu, Pouso Alegre e Três Pontas, que estão incluídas na lista destas instituições no século XIX. Tampouco elas aparecem no guia de Yara Khoury. Contudo, nos relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, entre 1860 e 1920, as referidas Santas Casas são bastante citadas.

O levantamento das Santas Casas de Misericórdia realizado sob a coordenação da Profa. Dra. Rita Marques em Minas Gerais constatou, até o momento, a presença de 38 hospitais (Andrelândia, Araxá, Baependi, Barbacena, Belo Horizonte, Bonfim, Caldas, Campanha, Curvelo, Diamantina, Formiga, Grão Mongol, Itabira, Itajubá, Itapeçerica, Juiz de Fora, Lavras, Mar de Espanha, Mariana, Montes Claros, Oliveira, Ouro Preto, Paracatu, Passos, Pitangui, Piumhi, Ponte Nova, Pouso Alegre, Queluz, Rio Preto, Sabará, Santa Luzia,

<sup>396</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso como 1917; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1916.

<sup>397</sup> Utilizo aqui os dados coletados nas fontes utilizadas nesta pesquisa, mas ressalto que existem outras possíveis datas de fundação, conforme especificado nas notas de rodapé do quadro sobre as Santas Casas.

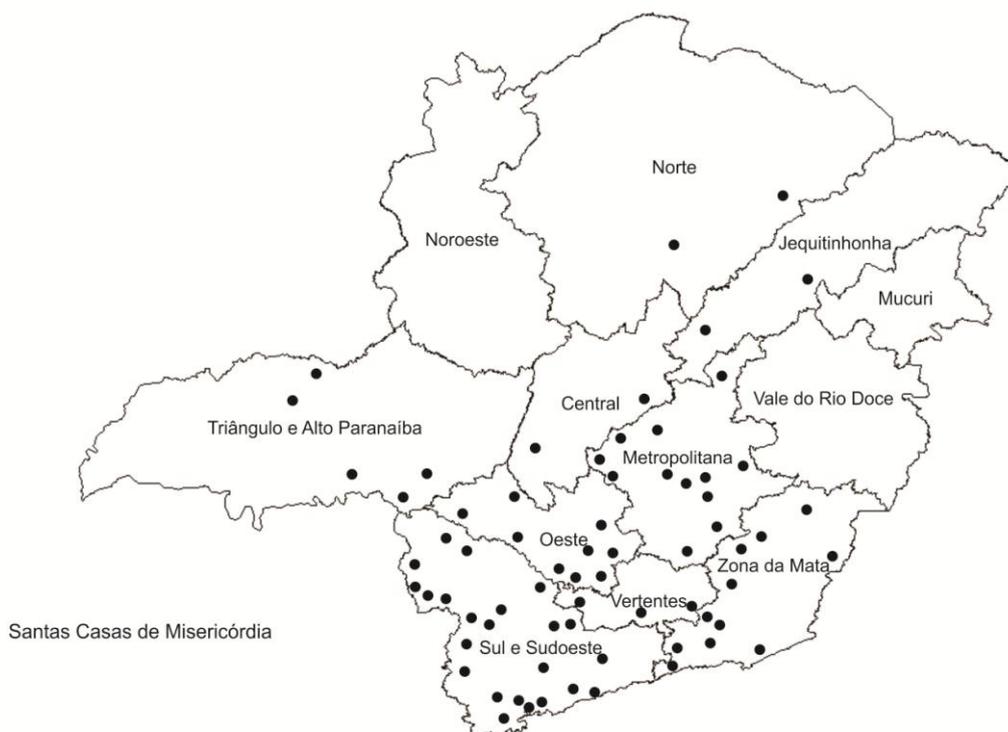
<sup>398</sup> Não foi possível precisar a data de fundação da Santa Casa de Misericórdia do Serro, deste modo utilizamos a primeira referência encontrada sobre o hospital nos relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais. A primeira referência à Santa Casa de Misericórdia do Serro data de 1860.

<sup>399</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. Em seu levantamento, a autora coloca a data da criação da Santa Casa de Misericórdia de Sete Lagoas como 1880; segundo nossa documentação a mesma foi criada no ano de 1881.

São Gonçalo do Sapucaí, São João Del Rei, Serro, Sete Lagoas, Três Pontas e Uberaba).<sup>400</sup> Outro ponto: nos questionários, as Santas Casas de Piumhi e Queluz (Conselheiro Lafaiete), foram fundadas respectivamente em 1906 e 1904 e, portanto, não no século XIX.

O livro de Yara Khoury, que trata das Santas Casas no Brasil, apresenta um total de 48 instituições para Minas até o ano de 1923.<sup>401</sup> Nossa pesquisa mapeou 71 Santas Casas até 1923, sem contar algumas que Khoury cita em seu guia, mas que não encontramos referência na documentação consultada: Bom Despacho (1903); Poços de Caldas (1904); Santa Rita de Jacutinga (1912); Nepomuceno (1916); Pedralva (1914); Muzambinho (1914); Jacutinga (1913).

#### Distribuição das Santas Casas de Misericórdia por regiões do estado de Minas Gerais - 1923



<sup>400</sup> Durante a pesquisa, recebi um levantamento das Santas Casas de Misericórdia do estado de Minas Gerais coordenado pela pesquisadora Rita de Cassia Marques, que registrou até 2014 a presença de 38 Santas Casas em Minas no século XIX. Mas o projeto ainda continua e outras instituições como hospitais de isolamentos, hospitais provisórios, enfermarias militares, estão sendo mapeadas e podem ter sido embrião de outras Santas Casas. Marques ressaltou que os dados são preliminares e, deste modo, ainda podem ser alterados.

<sup>401</sup> O livro de Yara Khoury (Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil) cita muito mais que as listadas, mas a autora considera todas as santas casas existentes no século XIX e XX.

É possível perceber que a maior concentração de Santas Casas de Misericórdia se deu nas Regiões Sul e Sudoeste; na Região Metropolitana; Região Oeste; Campo das Vertentes e Zona da Mata de Minas Gerais. Nestas regiões estava a maior parte da população do estado, bem como se constituíam como as áreas com economia mais dinâmica e produtiva de Minas ao final do século XIX e início do XX. Portanto, as elites mercantis mais atuantes e prósperas estavam situadas nestas regiões.

Nos próximos subitens serão analisadas as Santas Casas de Misericórdia de Ouro Preto, Caeté, Sabará, Belo Horizonte, São João Del Rei e Alfenas, respectivamente, de acordo com sua localização regional. Além dos motivos elencados acima, a documentação mais farta diz respeito às Santas Casas destas regiões.

### **3.2.1 – As Santas Casas de Misericórdia de Ouro Preto, Caeté, Sabará, Belo Horizonte, São João Del Rei e Alfenas**

A criação de irmandades, confrarias e ordens terceiras, está relacionada ao status social e à religiosidade, tema desenvolvido por Célia Maia Borges em relação às Irmandades do Santíssimo Sacramento no período colonial.<sup>402</sup> A autora reafirma a fé dos irmãos leigos que, desde o século XVIII e também no XIX, se reuniram em várias associações religiosas, com o objetivo de “assegurar os rituais católicos, o culto aos santos de devoção e os sufrágios para a salvação de suas almas”. Havia grande esforço por parte dos colonos para a edificação de templos e compra de imagens. Borges destaca que antes da chegada do Estado e da Igreja, os leigos se preocuparam com a manutenção do “território sagrado” em busca da proteção divina. A associação nas confrarias era um modo de sustentar materialmente sua crença.<sup>403</sup>

#### **3.2.1.1 – Ouro Preto**

Renato Franco afirma que o pertencimento às Misericórdias se tornou mais restrito no decorrer dos séculos XVI e XVII, o que deixava os confrades<sup>404</sup> com um status diferenciado. Participar de uma irmandade significava muitos privilégios e, geralmente, as elites estavam

---

<sup>402</sup> BORGES, Célia Maia. *As Representações Religiosas, As Práticas Culturais e os Símbolos Sagrados: os Irmãos do Santíssimo Sacramento na Colônia*. Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. p.3-4.

<sup>403</sup> Idem. op.cit. p.9.

<sup>404</sup> Aquele que pertencia a uma confraria ou irmandade era denominado de confrade ou irmão.

inseridas nos cargos mais importantes. Mas em Vila Rica, tais privilégios eram constantemente negados, o que não ocorria em Salvador ou no Rio de Janeiro. No processo de aprovação do hospital de Vila Rica essa diferenciação pode ser mais bem compreendida. Franco cita Russel-Wood ao tratar da composição da câmara municipal e da Irmandade de Vila Rica, formada por “mulatos” e pessoas “mediócras”, comerciantes de todo tipo, o que retirava todo status e as regalias, relegando-a a condição de inferioridade.<sup>405</sup>

Antes da aprovação régia para sua criação, o Hospital de Vila Rica já havia começado a funcionar, em 23 de outubro de 1735. Os confrades estavam impacientes, pois o aval real era necessário para que o hospital pudesse contar com a herança do Capitão-Mor Henrique Lopes de Araújo, deixada para a câmara municipal. A aprovação para a criação do hospital ocorreu em 1738, junto com a orientação de que a irmandade fosse regida pelos estatutos do Rio de Janeiro, não havendo “diferença entre nobres e mecânicos”.<sup>406</sup> Esta mesma diferenciação esteve ausente, de acordo com Franco, também do compromisso da Misericórdia de São João Del Rei em fins do século XVIII.<sup>407</sup>

Ao Conselho Ultramarino foram feitos, no decorrer do século XVIII, muitos pedidos de isenção de pagamentos diversos, que foram constantemente negados. O hospital estava em situação de penúria, pois a herança do capitão-mor e as esmolas haviam diminuído muito. A irmandade estava sem o privilégio do livramento dos presos, o que significava uma renda a menos. Ainda assim, o hospital atendia os presos, enterrava indigentes, cumprindo suas

<sup>405</sup> FRANCO, Renato J. *Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. op. cit. p.46-48.

<sup>406</sup> MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *A Arte das Corporações de Ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial*. CLIO, Revista de Pesquisa Histórica. Aprovado em 20\07\2012. No século XVIII a organização em corporações se apresentou na colônia de forma mais acabada, em consonância com a estruturação jurídica definida em Portugal, segundo as Bandeiras de ofícios. Isso ocorreu especialmente em decorrência do enorme fluxo migratório provocado pela descoberta de metais preciosos, que demandou mais serviços, mais produtos e mão de obra. Na colônia, no entanto, essas associações de trabalhadores tiveram características distintas e muito peculiares relacionadas às necessidades locais, pois a sociedade escravista imprimia a essas associações de mestres um caráter distinto das portuguesas. Isto porque a inserção de não brancos e, em alguns casos, de não livres era comum dentro das corporações, ainda que em alguns casos permeado por conflitos. De qualquer modo, guardadas as respectivas diferenças, foi estruturada uma organização dos ofícios mecânicos na colônia bastante similar àquela circunscrita aos municípios lusitanos. O exercício profissional dos mestres era rigorosamente controlado pela câmara municipal, somente autorizado mediante os exames, que ao fim garantiam a carta de exame como prova do exercício liberado ao mestre. A câmara era responsável também pela fiscalização do cumprimento das posturas e do desempenho do ensino pelos mestres, bem como a regularização de suas funções junto à vida religiosa cidadã, tais como a participação em procissões e o carregamento da bandeira do santo padroeiro dos ofícios durante as procissões, sob pena de pagarem multa para a câmara e à irmandade da qual fizesse parte o seu ofício. As irmandades e ordens terceiras foram muito importantes por estabelecerem uma estreita relação entre “religiosidade, relações de trabalho e o lugar social dos indivíduos” organizados pelas estruturas da corporação de ofício. p.7-9.

<sup>407</sup> FRANCO, Renato. op.cit. p.49-51.

funções de acordo com os estatutos. Em 1760, o Conselho Ultramarino ordenou ao ouvidor da comarca que informasse sobre a situação da irmandade e, desta forma, neste ano foram confirmados à Irmandade de Vila Rica os mesmos privilégios da Santa Casa do Rio de Janeiro. Mas, segundo o autor, nenhum deles se faria valer, já que em 1760, quando houve a confirmação de seus privilégios, a Santa Casa de Vila Rica já se encontrava sem recursos para se manter.<sup>408</sup>

Renato Franco afirma que a irmandade não teve “relevância local significativa”, além de ter concorrido com as ordens terceiras, sobretudo, “as dedicadas a Nossa Senhora do Carmo e a São Francisco”.<sup>409</sup> A Misericórdia de Vila Rica, do ponto de vista do ritual, perdeu encargos para outras confrarias e, do ponto de vista assistencial, tampouco se destacou. O socorro aos expostos ficava por conta da câmara, que também se responsabilizava pelo atendimento médico aos pobres. O autor ressalta que na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, existem descrições do estado de pobreza da Santa Casa e, em 1824, a Misericórdia da então Imperial Cidade de Ouro Preto contava com o seguinte patrimônio: “alguns móveis, mobílias, poucas propriedades alugadas e dois escravos velhos”.<sup>410</sup>

Além disso, Franco constata que não houve uma conexão entre o surgimento da Misericórdia e a institucionalização dos serviços assistenciais, como em outras regiões. No caso de Vila Rica, afirma ter ocorrido uma “insignificância institucional” semelhante à que ocorreria com as futuras povoações nos novos territórios. Em nossa pesquisa, a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto aparece em alguns relatórios dos presidentes de província e, posteriormente, na documentação da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais - Departamento de Saúde e Assistência Pública. A situação financeira da Santa Casa não mudou desde o século XVIII, conforme veremos a seguir. Contudo, a suposta “insignificância institucional” da Santa Casa não perdurou a partir da segunda metade do século XIX, como veremos a seguir.

Vicente Pires da Motta foi presidente da província de Minas Gerais entre 13 de junho de 1860 a 2 de outubro de 1861 e em sua trajetória política estão, ainda, as administrações das províncias de São Paulo, Pernambuco, Ceará e Santa Catarina, entre os anos de 1848 e 1862.

---

<sup>408</sup> FRANCO, Renato. op.cit. p.52-53.

<sup>409</sup> Idem. Afirma o autor que as ordens terceiras “eram mais refratárias a mulatos, judeus, mouros, hereges e pobres; compunham-se de grupos heterogêneos, mas avessos à entrada de mestiços e não raro apropriaram-se de valores nobiliárquicos para reafirmar a hierarquia local”. p.55-56.

<sup>410</sup> FRANCO, Renato. op.cit. p.58-60. Em 1823, após a Independência do Brasil, Vila Rica recebeu o título de Imperial Cidade, conferido por D. Pedro I do Brasil, tornando-se oficialmente capital da então província das Minas Gerais e passando a ser designada como Imperial Cidade de Ouro Preto.

Era experiente e tinha a confiança do Imperador, já que os presidentes de província eram indicados pelo próprio monarca, seguindo a orientação unitarista da Constituição Imperial de 1824. Pires da Motta reconhecia a importância da Misericórdia ouro-pretana na prestação de serviços assistenciais. Continua seu relatório tratando da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, que à época cuidava dos presos pobres e enfermos, além de receber alguns órfãos. Sua mesa administrativa tinha a intenção de comprar prédios perto do edifício, onde funcionava a Santa Casa, para preparar acomodações a fim de receber mais órfãos desvalidos.

Por volta do ano de 1863 tem início uma obra, decorrente da compra de prédios mencionada por Vicente Pires da Motta no ano de 1861, destinada ao recolhimento dos expostos e dos alienados, anexa à Santa Casa. Segundo relatório produzido pelo quarto vice-presidente da província de Minas Gerais, em 1863, Fidélis de Andrade Botelho:

A Santa Casa de Ouro Preto estava se mantendo com baixo orçamento e com rendas extraordinárias, além da ajuda da Província. O estabelecimento tem também a seu cargo o tratamento de 4 órfãos e 2 desvalidos. Acha-se em começo as obras da casa destinada para o recolhimento dos expostos e dos alienados: obra urgentíssima, e cuja necessidade mais de uma vez se tem feito sentir.<sup>411</sup>

Em 1865 foi concluída a obra, descrita como “um pequeno edifício anexo com dez celas convenientemente preparadas e seguras para receber loucos”, entretanto, o anexo recebia alienados e também expostos.<sup>412</sup> No relatório do ano de 1870 há uma referência ao provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, “que reconheceu a necessidade de cortar alguns abusos de longa data introduzidos e que, em sua opinião, retardavam o progresso do estabelecimento”. O provedor destacou a necessidade de se organizar os estatutos da Irmandade, algo que ele realizou, já que a comissão criada para esse fim “há muitos anos” nunca havia se reunido.<sup>413</sup>

Entendia o relator, o vice-presidente Agostinho José Ferreira Bretas que, de acordo com o artigo 9 da lei provincial de nº 276, havia urgência para que a assembleia provincial aprovasse tais estatutos. Além disso, Bretas ressaltou a importância dos serviços prestados

---

<sup>411</sup> BN 470 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinaria de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864. p.7.

<sup>412</sup> BN 471 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. p.35.

<sup>413</sup> BN 476 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870. p.5-6.

pela Santa Casa não só “á humanidade desvalida” como também “à administração da província, pois é neste estabelecimento que são tratados os praças enfermos do corpo policial e da guarda nacional”. Desta forma, o relator reforçou a necessidade de se construir uma enfermaria somente para alienados, apesar da que havia sido construída há cerca de 5 anos:

(...) É verdade que há poucos anos construiu-se ali uma enfermaria para tratamento de enfermos desta ordem, mas ou por má construção ou por causa dos estragos que têm feito os infelizes nela recolhidos, o fato é que ela se acha em ruínas e ameaçando a vida dos doentes que lá se acham. O governo tem ultimamente se visto em sérios embaraços porque instado por várias autoridades para fazer retirar das respectivas povoações alguns alienados que cometem distúrbio e até ameaçam a vida de seus semelhantes nada tem podido fazer, porque não tem conseguido sua entrada no hospício de D. Pedro II onde o numero de alienados já avulta e excede já ao que pode comportar o edifício e nem fazê-los vir para esta capital onde não podem ser tratados convenientemente. Peço-vos, pois, que decreteis um auxílio eficaz para a reconstrução deste edifício (...).<sup>414</sup>

A manutenção dos presos pobres era outra função importante provida pela Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Para o ano de 1872, o hospital recebia a quantia de 200 réis pelo sustento de cada preso (com direito a “duas comidas, almoço e jantar”). Havia ainda um contrato para que a Santa Casa fornecesse medicamentos e dietas aos presos pobres recolhidos em sua enfermaria, mediante a diária de 1200 réis por cada um.<sup>415</sup> O provedor eleito neste ano foi o Barão de Camargos<sup>416</sup> e o vice-provedor Dr. Quintiliano José da Silva (que havia sido presidente da província entre 1844 e 1847). Em 1874, a Misericórdia de Ouro Preto tinha um

<sup>414</sup> BN 476 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870. p.6.

<sup>415</sup> U270 – Relatório de 1872. “Sustento de presos pobres da capital”. p.18.

<sup>416</sup> Manoel Teixeira de Sousa, chefe do partido conservador, foi durante quarenta anos o político de mais sólido prestígio na província de Minas Gerais e ocupou vários postos: foi Major da Legião da Guarda Nacional nomeado pelo presidente da província em 1840, Inspetor da Tesouraria da fazenda de Minas em 1841, Inspetor da Tesouraria Geral em 1842, Secretário de Presidência da Província de Minas em 1849, foi Deputado da Assembléa Provincial na 3º legislatura de 1840 e na 7º de 1848 e da Assembléa Geral na 8º e 9º legislatura de 1849 a 1856. Em 1860 Foi nomeado Senador Vitalício pela Província de Minas Gerais e diretor do Banco do Brasil em Ouro Preto. Em 1871 recebeu o titulo de Barão de Camargos e Foi nomeado Vice-Presidente da Província de Minas Gerais em 1876. Em seus últimos anos de vida, o Barão mudou-se para sua propriedade denominada “Quinta dos Barões”, um pouco afastada do centro ouropretano, onde viveu até seu falecimento em agosto de 1878. Biografia retirada de BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Direito, História e Serviço Social. UNESP: Franca, 2006. p.71-73. [http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93293/bonsembiante\\_mm\\_me\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93293/bonsembiante_mm_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

fundo de 55:500 réis, empregado em apólices da dívida pública, além de sobreviver “com pequenos auxílios por parte da província”.<sup>417</sup>

Além das informações sobre o estado financeiro do hospital, no relatório de 1875 há o registro de que “no ano de 1874 entraram neste estabelecimento 154 enfermos pobres, 175 praças da companhia de cavalaria, 452 presos pobres por conta da província”. A receita do ano de 1874 foi de 38:091\$502 e despesa de 28:179\$325, o saldo era de 9:912\$177.<sup>418</sup> Em 1877, a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto recebia do estado de Minas Gerais a quantia de dois mil réis e “mais 10 mil para aumento dos cômodos do edifício”.<sup>419</sup>

O senhor Olegário Herculano d’Aquino e Castro<sup>420</sup>, em relatório ao primeiro vice-presidente da província de Minas Gerais José Antonio Alves de Brito, em abril de 1885, traz também importantes informações sobre a situação da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto nos anos finais do Império. Segundo o relator, em cumprimento da lei provincial de nº 3186 de 23 de setembro de 1884, realizou um exame apurado juntamente a funcionários especializados e ficou decidido pela permuta do prédio que servia de quartel da polícia para a Santa Casa da capital. As despesas seriam muitas, já que a obra era extensa, mas o orçamento provincial já havia votado em Assembleia os recursos destinados a esse fim e, caso fossem

---

<sup>417</sup> BN 481 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874. p.35.

<sup>418</sup> BN 482 - Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.14.

<sup>419</sup> BN 484 - Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigesima primeira legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia, em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1877. p.43.

<sup>420</sup> Olegário Herculano d’Aquino e Castro nasceu em 30 de março de 1828 na capital da província de São Paulo. Cursou a Faculdade de Direito da mesma capital. Foi, dentre vários cargos importantes, Presidente da Relação de São Paulo, em decreto de 8 de maio de 1875; e Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional da Corte, em decreto de 12 de novembro de 1883. Com a criação do Supremo Tribunal Federal, foi nomeado Ministro desse tribunal, em decreto de 12 de novembro de 1890, empossado no cargo, a 28 de fevereiro de 1891 e eleito Presidente, em 28 de fevereiro de 1894, em substituição a João Antonio de Araujo Freitas Henriques, aposentado em decreto de 10 do dito mês. Foi Deputado à Assembléa-Geral Legislativa, pela província de São Paulo, nas 13ª (1867-1870) e 17ª (1878-1881) legislaturas. Em decreto de 9 de agosto de 1884, o Governo imperial aproveitou os serviços de Olegario Herculano d’Aquino e Castro na alta administração da província de Minas Gerais, nomeando-o Presidente, cargo em que tomou posse a 4 do mês seguinte e do qual foi exonerado, a pedido, em decreto de 19 de maio de 1885. Foi agraciado com o título do Conselho, em decreto de 22 de maio de 1875, o foro de Fidalgo Cavaleiro, em decreto de 19 de fevereiro de 1887, e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, em decreto de 10 de julho de 1889. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1906, sendo sepultado no Cemitério da Ordem do Carmo. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=208>

insuficientes, “seriam preenchidos pela generosidade e filantropia de todos quantos prezam e praticam a primeira das virtudes cristãs”.<sup>421</sup>

Khoury aponta 1889 como o ano da mudança para a Rua Padre Rolim, prédio do antigo quartel, local onde se mantém até hoje a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. É provável que as reformas tenham levado cerca de quatro anos, de 1885 a 1889, quando houve a mudança.<sup>422</sup> De fevereiro de 1884 a 31 de janeiro de 1885, o hospital da capital havia recolhido 320 doentes pobres; e de fevereiro a junho de 1885, o número de doentes foi de 136. A receita para este período foi de 31:774\$960 e a despesa de 35:491\$678, portanto, houve um déficit de 3:717\$216, o que deixou a casa de caridade em condições precárias de funcionamento. A subvenção do governo era de 2:000\$ até então, sendo elevada para 4:000\$, com o fim de evitar que a mesma fosse obrigada a recusar doentes pobres:

Com um insignificante patrimônio de pouco mais de 60:000\$ em apólices da dívida pública e com a subvenção de 2:000\$, que recebe dos cofres provinciais, é evidente que a administração do referido estabelecimento, encontrando sérias dificuldades para cumprir os encargos a que está obrigada, ver-se-á talvez na triste contingência de não poder praticar para com todos quanto o procurarem a ação mais sublime, o seu primeiro dever, a caridade enfim. É justo, pois, que elevei aquela subvenção a 4:000\$.<sup>423</sup>

Para o ano de 1886 registrou-se o atendimento, pela enfermaria do hospital, de 286 doentes pobres.<sup>424</sup> Em 1888 as preocupações se voltaram para a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. A análise dos relatórios dos presidentes do estado de Minas Gerais, entre 1889 e 1920, permite concluir que a agenda do “socorro público” foi direcionada para a contenção de epidemias, através das inspetorias de higiene, e ainda para a criação de hospícios. A partir de 1891 houve o processo de romanização<sup>425</sup>, resultante da laicização do Estado.

---

<sup>421</sup> u285 – Relatório de 1885, entregue pelo senhor Dr. Olegário Herculano d’Aquino e Castro ao primeiro vice-presidente da província de Minas Gerais, Exmo. Senhor Desembargador José Antonio Alves de Brito, em 13 de abril. p.17.

<sup>422</sup> KHOURY, Yara Aun. op.cit. vol. 1. p.343.

<sup>423</sup> BN 492 - Falla que o exm. sr. desembargador José Antonio Alves de Brito dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 25.a legislatura em o 1.o de agosto de 1885. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1885. p.13.

<sup>424</sup> BN 494 - Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887.

<sup>425</sup> “Os papas ultramontanos insistiram junto às hierarquias eclesiais brasileiras para que encetassem uma campanha de transformação radical nas formas de piedade e devoção praticadas por grande parte da população, tanto rural como urbana. Com esse processo de romanização, o poder decisório das Mesas das confrarias foi migrando para as mãos do vigário, ou do assistente espiritual”. GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A

Segundo Rita Marques, desde o período colonial devido ao regime do padroado a Igreja Católica detinha o monopólio da assistência aos pobres. A proclamação da República, ao romper a aliança com a Igreja, proporcionou “uma aproximação da Igreja brasileira com a romana”, fase denominada de “romanização”. A romanização trouxe ao país “vários preceitos seguidos pelo catolicismo mundial, em especial a incorporação da ação dos católicos em um vigoroso movimento que fomentou diversas iniciativas junto aos mais pobres”. No campo da assistência à saúde, a autora afirma que “as Santas Casas defendiam a assistência aos pobres como uma obrigação dos católicos exortados a serem caridosos”.<sup>426</sup>

Para Gaeta, as orientações da romanização propunham maior intervenção nas manifestações de culto dirigidas e organizadas por leigos, nas confrarias e irmandades. Era preciso instituir um “novo contexto eclesial” nas dioceses brasileiras, no qual a presença sacerdotal se tornasse a figura central: a dinâmica da espiritualidade e da política da Igreja deveria ser comandada pelos religiosos e não pelos leigos.<sup>427</sup> A partir da última década do século XIX, os padres, as irmãs vicentinas, os cônegos, frades, assumem a gestão de diversas instituições de assistência, afim de reafirmar as prerrogativas da Igreja Católica na distribuição da “caridade cristã”.

No ano de 1902 voltamos a ter notícias da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, através de um relatório para pedido de subvenção ao Estado de Minas Gerais, escrito pelo provedor Dr. João Ferreira Velloso, no qual destaca a relevância do serviço religioso prestado pela irmandade:

(...) celebra-se todos os dias o Santo Sacrifício da Missa, ás 6 horas da manhã, nos dias servis, aos domingos e dias santificados, ás 8 horas, dando a bençam com o Santíssimo Sacramento ás 3 horas da tarde, com espírito verdadeiramente christão solenizam-se todas as festividades do anno litúrgico (...). A Mesa Administrativa procurou sempre cercar a celebração de todas essas funcções religiosas com a mais viva sympathia e adhesão, não só em testemunho das crenças de cada um de seus membros, como também porque tais actos do culto, attrahem grande numero de famílias gradas da nossa sociedade, as quaes vindo aqui no intuito de alimentar a sua fé e a sua piedade, adquirem completo conhecimento das condições de existência deste pio estabelecimento, até a pouco em qual mal apreciado pela nossa população.<sup>428</sup>

---

*Cultura clerical e a folia popular*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, nº 34, p. 183-202, 1997. p.185.

<sup>426</sup> MARQUES, Rita de Cassia. (2011). op.cit. p.115.

<sup>427</sup> GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. op.cit. p.185.

<sup>428</sup> APM – Departamento de Saúde e Assistência Pública, Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, 1902.

A observação “até a pouco mal apreciado pela população” pode ser uma referência ao descaso local sofrido pela irmandade durante o século XVIII e início do século XIX. Contudo, a partir de 1860 os relatórios provinciais demonstravam a importância institucional e religiosa da Irmandade da Misericórdia de Ouro Preto, consolidando-se através da atuação da Santa Casa na gestão da assistência na capital mineira até, pelo menos a transferência da capital para a cidade de Belo Horizonte.

O relatório de 1902, afirma que no estado de Minas nenhum outro hospital “admitte em tratamento tão elevada cifra de doentes, entretanto, todo o movimento clínico das enfermarias, corre por conta e responsabilidade deste único profissional”, Dr. Pedro José da Silva, “que depois da transferência do 1º e 5º batalhões, encarregou-se também do tratamento dos praças da Brigada Policial”. Estes últimos foram tratados pelo médico sem nenhum acréscimo em sua remuneração. Além disso, Dr. Pedro também atendia doentes pobres “na Sala do Banco”.

As “Salas do Banco” eram comuns nos hospitais das Irmandades da Misericórdia e, geralmente, ficavam logo na entrada e eram destinadas “às consultas rápidas, atendimentos de emergência e a fornecer medicamentos aqueles mais necessitados”. De acordo com Carlos Alberto Cunha Miranda, a “Sala do Banco” era assim chamada tinha porque os doentes ficavam aguardando “atendimento sentados em bancos de madeira durante horas”. A sala tinha como finalidade de “evitar que mais pacientes ocupassem os leitos das enfermarias”, já cheias de doentes.<sup>429</sup>

Havia um farmacêutico, Lauro dos Santos Barbosa, que era auxiliado por uma irmã salesiana, para tratar os casos urgentes que ocorressem durante a noite. O fato de morar na farmácia da Misericórdia fazia com que os atendimentos aumentassem e, deste modo, foi preciso rever esta situação, pois assim fizeram “todas as instituições congêneres em certo grau de desenvolvimento, como a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, os hospitais de Juiz de Fóra, S. João d’El Rey, Barbacena, Marianna e Diamantina, em nosso Estado”.<sup>430</sup>

O provedor destaca que o salário da irmã era mais baixo do que o do farmacêutico e isso traria diminuição das despesas. O movimento da Santa Casa não era pequeno, pois no ano de 1902 sua farmácia aviou “9.264 fórmulas” e estava localizada no pavimento térreo, em “compartimento secco, arejado, inteiramente independente”.

---

<sup>429</sup> MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Os Cuidados com a Saúde e a Caridade: a construção e o cotidiano do Hospital Pedro II na cidade do Recife durante a segunda metade do século XIX*. sÆculum - Revista de História [28]; João Pessoa, jan./jun. 2013.

<sup>430</sup> Idem.

Em setembro de 1903, a Secretaria de Assistência e Saúde Pública ordenou o pagamento do pedido de subvenção da “Casa de Caridade de Ouro Preto”, como eram chamadas pelo governo mineiro as Santas Casas de Misericórdia, no valor de 2:000 réis. O provedor era o desembargador José Antônio Alves de Brito, que prestou contas através do relatório do ano de 1902 e pedia o auxílio concedido pela lei orçamentária nº323, de 25 de setembro de 1902, o que foi concedido pelo secretário.

Os impactos econômicos e políticos da mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, no ano de 1897, foram citados no relatório do provedor Heraldo Veloso, em abril de 1916. O provedor destacou a situação difícil pela qual passava a Santa Casa desde a transferência da capital para Belo Horizonte, principalmente, porque a mudança havia retirado a renda advinda do sustento de presos pobres e dos cuidados com “os praças da Brigada Policial”:

(...) Dispondo de um pequeno patrimônio do qual também figuram casas cujo aluguel ficou reduzido ao um verdadeiro mínimo, tem, entretanto afrontar mensalmente grandes despesas, porque o número de desgraçados, que recorre aos seus cuidados, em vez de diminuir, cresci, além disto, (ponto para o qual chamo respeitosamente a atenção de V. Excia.) existem nas duas enfermarias treze inválidos, para os quais nada adianta o tratamento médico da Santa Casa, e que, entretanto, lá estão há anos, ocupando lugares que com resultado poderiam ser dados a outros enfermos.<sup>431</sup>

Ele pedia para que estes enfermos fossem recolhidos em estabelecimento próprio. Seu texto demonstrou também que a instituição não possuía cômodos para isolamento de pacientes com tuberculose, serviço pelo qual não recebia auxílio público para manutenção. O provedor fez em seu relatório uma petição ao Secretário do Interior Delfim Moreira da Costa Ribeiro, “a fim de expor a real condição da Santa Casa de Misericórdia de ouro Preto”.

Sobre a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, Anny Jackeline T. Silveira e Betânia G. Figueiredo reforçam as dificuldades de manutenção do hospital, desde os anos iniciais do século XIX. As autoras relacionam os problemas financeiros da Santa Casa aos estatutos da Irmandade, considerados irregulares desde o período colonial, por serem “inadequados às circunstâncias prevalentes na sociedade do século XIX”, além do desleixo das mesas administradoras. Havia poucas reuniões entre os membros responsáveis pela

---

<sup>431</sup> APM – Departamento de Saúde e Assistência Pública, Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, datado de 11 de abril de 1916.

administração da Irmandade, que eram trocados anualmente e, deste modo, não cumpriam os compromissos exigidos por suas funções.<sup>432</sup>

Contudo, apesar da constante deficiência orçamentária, a Santa Casa mantém seu funcionamento até hoje e, cerca de 280 anos depois, as condições financeiras do hospital permanecem extremamente difíceis. Em reportagem datada de 1 de junho de 2015, o provedor Marcelo Oliveira, afirmou que o déficit orçamentário da instituição ultrapassou os dezesseis milhões de reais, o que levou o hospital a suspender os serviços de Pronto Atendimento e Enfermária. Além disso, de acordo com o provedor não houve repasses de verbas nem do município e nem do Governo Federal nos últimos três anos.<sup>433</sup>

### 3.2.1.2 – Caeté

A cidade de Caeté, situada na região metropolitana de Belo Horizonte, segundo o questionário de 1923<sup>434</sup> possuía dois estabelecimentos que cuidavam dos desvalidos: o Asilo São Luiz da Piedade e a Santa Casa de Misericórdia de Caeté. O asilo foi fundado em 25 de agosto de 1878 e a Santa Casa em 05 de agosto de 1905. O responsável pelas informações enviadas à Secretaria do Interior, o promotor de justiça da comarca, registrou o patrimônio destas instituições em 10:000\$000 para o asilo e 4:000\$000 para a Santa Casa, em 15 de Abril de 1923. Há também alguns registros das fiscalizações realizadas pelos promotores de justiça, principalmente a partir de 1907, sobre o asilo e a Santa Casa, como o quadro apresentado no capítulo 1.<sup>435</sup>

Sobre o Asilo São Luiz da Piedade de Caeté, há o termo de visita datado de 28 de dezembro de 1920, que registrou o número de 62 meninas “asiladas”, das quais 43 eram pobres, 11 eram pensionistas e 8 agregadas. Sob a direção do Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro, o asilo recebeu elogios do promotor em relação à higiene e à disciplina,

---

<sup>432</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Saúde em Minas Gerais Durante o Século XIX*. In: MARQUES, Rita de Cassia. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). *História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.p.18.

<sup>433</sup> Reportagem transmitida pela TV Top Cultura, emissora mantida pela FUNDAC - Fundação Cultural de Minas Gerais. Uma entidade filantrópica, de direito privado, que não remunera seus diretores, não distribui lucros e reaplica todo o seu superávit em atividades previstas no estatuto. Entrevista ao provedor em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vn-bIgx-0HQ>

<sup>434</sup> APM – SI 1983. Correspondência referente a casas de caridade. Questionário anexo à circular de 1923 emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Pública de Minas Gerais, que levantou o número de instituições de socorro aos pobres em todo o estado existentes até aquele ano.

<sup>435</sup> Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Caeté. p.57.

ambas percebidas diante da satisfação das órfãs. Das 43 órfãs havia 18 pardas, uma preta e 24 brancas. Em relação à idade, as pardas tinham entre 10 e 22 anos e as brancas entre 10 e 32 anos.<sup>436</sup>

De acordo com Monsenhor Domingos, as órfãs recebiam alimentação, vestuário, medicamentos, ensino ministrado de acordo com as normas da inspetoria da instrução, o orfanato havia sido visitado pelos inspetores Arthur Napoleão e Arthur Queiroga. O monsenhor relatou que os inspetores de instrução ficaram bem impressionados diante “do cuidado com aceio observado na instituição”. As órfãs recebiam cursos de artesanato utilizando folhas de bananeira, trabalhos que seriam enviados à Exposição Nacional. A manutenção do asilo, e da própria Santa Casa, tinha no governo estadual sua única fonte de renda, somada “às pequenas contribuições de algumas pensionistas e esmolas caridosas”.<sup>437</sup>

A Santa Casa de Misericórdia de Caeté era administrada pelo Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro que, segundo o site da Congregação das Irmãs Auxiliadoras de Nossa Senhora da Piedade “fundou, em 1867, o Asilo São Luiz para acolher as crianças pobres e filhas de escravos libertadas pela lei do ventre livre”. Fundou também a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, “que auxiliava na manutenção das crianças e zelava pela singela Igreja da querida Mãe de Piedade, no alto da Serra do mesmo nome”. De acordo com a história da congregação, alguns anos depois doze órfãs cresceram no Asilo São Luiz, “dentre elas mulatas, negras e brancas, se encantaram com o cuidado que Monsenhor Domingos despendia para que as crianças crescessem na fé e na dignidade humana”.

As doze órfãs escreveram uma carta em que pediam ao Padre Domingos para fundar uma Congregação Religiosa “onde elas pudessem auxiliar as crianças, os jovens, os enfermos e os idosos em suas necessidades físicas e espirituais, seguindo o exemplo de ternura da querida Mãe da Piedade”. A congregação foi criada no dia 28 de agosto de 1892, em Caeté, denominada de Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP), hoje espalhada por vários lugares do Brasil. O Padre Domingos Evangelista Pinheiro recebeu o título de Monsenhor em 1905, quando “o papa Pio X referiu-se a ele, destacando sua

---

<sup>436</sup> APM – SI 1983. Correspondência referente a casas de caridade. Quadro de asiladas do Asylo de Órfãs São Luiz da Piedade, Caeté, 1920. No relatório do Monsenhor Domingos, o asilo aparece como fundado em 1878, mas no site da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade a data de fundação é o ano de 1867.

<sup>437</sup> APM – SI 1983. Correspondência referente a casas de caridade. Relatório para pedido de subvenção enviado à Secretaria do Interior em 1920.

integridade, tenacidade, o zelo religioso para com o ministério, a atividade missionária, o labor e o cuidado em favor dos pobres, dos órfãos, dos enfermos”.<sup>438</sup>

A trajetória do Monsenhor, da irmandade e do asilo retrata como o processo de romanização ocorreu em Minas Gerais. A atuação dos religiosos foi mais incisiva, principalmente, na administração dos hospitais, asilos e colégios. Os religiosos assumiam os cargos mais relevantes com o intuito de coordenar os serviços assistenciais e manter o espaço da Igreja neste campo. Desde o fim do século XIX, com a ampliação da atuação das irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, essa configuração acompanhou a criação deste tipo de irmandade e de suas obras de caridade.

### 3.2.1.3 – Sabará

Segundo o relatório do vice-presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite<sup>439</sup>, a Santa Casa de Misericórdia de Sabará foi fundada em 2 de dezembro de 1834 pelo Capitão-Mor Antônio Abreu Guimarães.<sup>440</sup> Contudo, de acordo com Khoury a Santa Casa foi fundada em 31 de maio de 1812.<sup>441</sup> Possivelmente esta data marcou o ano de criação da Irmandade da Misericórdia de Sabará, já que no questionário de 1923 a data de criação do hospital teria sido em 12 de maio de 1817.

A Irmandade da Misericórdia de Sabará mantinha a Santa Casa e o Hospital de Lázaros, fundado em 1817 (segundo o já citado questionário). O Hospital de Lázaros foi objeto de estudo de Amanda Pereira Nunes Tavares, que analisou a história da hanseníase no Nordeste de Minas Gerais, a partir das políticas públicas de controle da lepra entre 1915 e

<sup>438</sup> Sobre a história da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, o fundador e a instituição atualmente consultar: <http://www.ciansp.com.br/> e [http://www.insp2.com.br/?page\\_id=78](http://www.insp2.com.br/?page_id=78).

<sup>439</sup> “Filho de um abastado fazendeiro de Barbacena e irmão do Conselheiro do Supremo Tribunal Francisco de Paula Cerqueira Leite, Pedro de Alcântara ocupou cargos importantes na magistratura mineira, sofrendo alguns reveses em função da Revolução de 1842. A recuperação de sua carreira jurídica, com a nomeação para Desembargador da Relação de Pernambuco se deu em 1854, numa demonstração considerável, por parte dos conservadores, amainando os ânimos mais radicais da Zona da Mata. Em 26 de junho de 1864, o Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite foi nomeado Presidente da Província de Minas Gerais. Nascido na Rocinha da Negra, às margens do Paraibuna, em Matias Barbosa, o liberal Cerqueira Leite foi representante de Minas na bancada da Câmara dos Deputados desde 1838 e agraciado com o título de Barão de São João Nepomuceno (1881). O Barão de São João Nepomuceno era genro de Manoel do Vale Amado, pioneiro na região da Zona da Mata”. Sobre Cerqueira Leite consultar: GENOVEZ, Patrícia Falco. *Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado*. Revista Tempo, Niterói, v.16, n° 30, p.243-266, 2011. p.262.

<sup>440</sup> BN 472 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. p.35

<sup>441</sup> KHOURY, Yara Aun. vol 1. op.cit.p.363.

1962. A autora afirma que o nordeste mineiro apresentou alto índice de casos de hanseníase no período e antes também, pois Saint- Hilarie ao final do século XVIII “descreveu a lepra em Caeté, um dos primeiros núcleos de povoação do estado mineiro”.<sup>442</sup>

Tavares data a criação do Hospital de Lázaros em 1883, a partir da iniciativa de Antonio de Abreu Guimarães. No relatório do vice-presidente da província de Minas Gerais, referente ao exercício de 1865, o já falecido Capitão-Mor Antônio de Abreu Guimarães é mencionado por sua doação generosa, o que não impediu que o hospital subsistisse precariamente. A partir do relatório podemos afirmar que o Hospital de Lázaros estava funcionando bem antes da data estabelecida por Tavares.<sup>443</sup> Outro dado importante é o fato de existirem poucos hospitais para leprosos, o que levou um grande número de doentes a buscar ajuda em Sabará, onerando mais ainda o hospital. De acordo com a autora, até o ano de 1900 o Hospital de Lázaros de Sabará foi o único existente em Minas Gerais.

No relatório anexado ao pedido de subvenção da irmandade, em 1906, a receita foi de 15:966\$165 e a despesa de 15:458\$060, com um saldo de 508\$105 para pagar uma dívida de 1:696\$550, relativa ao fornecimento de alimentos. O provedor detalhou as despesas e receitas, que abarcavam a manutenção da Santa Casa e do Hospital de Lázaros:

(...) e tem a haver a subvenção do Estado referente ao segundo semestre no valor de um conto de reis (1:000\$000), o tratamento de uma praça da brigada Policial no valor de 124\$000, e em poder do Procurador existe de dinheiro recebido, após sua ultimo prestação de contas ao thezoureiro, a quantia de Rs. 163\$100, sommando estas parcellas Rs. 1.287\$100. O que adicionadas ao saldo de Rs. 508\$105, perfazem o total de 1:795\$205, pelo que, deduzindo-se a única divida a pagar do exercício de 1906 Rs. 1:696\$550, constata-se o saldo final a favor do Hospital da S. Casa de Rs. 98\$655, mas, devendo o Hospital de Lazaro 1:227\$945 e tendo a receber 1:132\$000, verifica-se o déficit do mesmo Hospital de Rs. 97\$945 que, sendo pagos pelo saldo da S. Casa de Rs. 98\$655, mostra o resultado final de um saldo, nas duas contas, de Rs. 610.<sup>444</sup>

Importante perceber que o provedor equilibrava o orçamento entre os dois hospitais, com o agravante da intensa procura pelo Hospital de Lázaros, que tinha receita menor com uma despesa maior. O patrimônio da Santa Casa consistia em 194 apólices no valor de

<sup>442</sup> TAVARES, Amanda Pereira Nunes. *História Social da Hanseníase no Nordeste de Minas Gerais*. 2013. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p.34.

<sup>443</sup> BN 472 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o dezembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. p.35

<sup>444</sup> APM – SI 1682. Requisição de verbas para o sustento de casas de caridade, 1907. Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Sabará, Mário Fernandes dos Santos, enviado à Secretaria do Interior para pedido de subvenção.

1:500\$000 réis, todas da Dívida Pública Federal, que rendiam 5% ao ano. Com o início da construção de outro prédio para a Santa Casa os gastos subiram ainda mais. O provedor também abordou a ausência da subvenção do governo estadual durante o ano de 1905, “cuja supressão tantos males cansou á pobreza desvalida de todo o Estado de Minas”.

A subvenção foi restabelecida em 1906, tendo a Santa Casa recebido a quantia relativa ao primeiro semestre, sem ter recebido a quota correspondente ao segundo semestre daquele ano. Não só o estado de Minas subvencionava as instituições de assistência, muitas câmaras municipais destinavam determinado valor em seu orçamento anual para as “casas de caridade”. A Santa Casa de Misericórdia de Sabará passou a receber, a partir de 1907 um auxílio de 100\$000 da Câmara Municipal de Vila Nova de Lima, matido por muitos anos. A Camara Municipal de Sabará votou “em lei especial o auxílio de 300\$000” para 1907.<sup>445</sup>

Sobre o Hospital de Lázaros, o relatório de fiscalização do promotor de justiça, de 13 de outubro de 1907, descreveu a limpeza e ordem encontradas no local, creditando ao provedor da Santa Casa o bom estado do hospital. Além disso, o promotor anexou uma lista dos enfermos existentes no hospital até outubro: Sebastião Pedro dos Santos, 43 anos, solteiro, mulato; Francisco Raymundo, 10 anos, solteiro, branco; Francisco Firmino de Faria, 26 anos, solteiro, branco; Maria Norberta, 12 anos, solteira, branca; Jovelina Augusta da Silva, 21 anos, solteira, branca; Manoel Rosa, 27 annos, solteiro, mulato; Luiza Rodrigues Mendes, 20 annos, solteira, mulata; Zulmira Raymunda, 20 anos, solteira, preta; Jorge Augusto da Silva, 18 anos, sem identificação da cor.<sup>446</sup> Na distribuição do orçamento do estado de Minas Gerais, para o ano de 1916, o Hospital de Lázaros recebeu 4:000\$000.<sup>447</sup>

De acordo com o questionário, até 1923 haviam passado pelas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de Sabará treze mil seiscentos e quarenta e oito doentes (13.648), em sua maior parte pobres, sem recursos. As respostas ao questionário incluíram algumas anotações do promotor como “os serviços prestados pela Santa Casa não são pequenos” e “bem merecem a prestação dos poderes públicos”. O promotor Luiz Marques de Lima também constatou “o bom posicionamento daquelle que não recusa a pratica da caridade áquelles que necessitam do seu agasalho”.

---

<sup>445</sup> APM – SI 1682. Requisição de verbas para o sustento de casas de caridade, 1907. Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Sabará, Mário Fernandes dos Santos, enviado à Secretaria do Interior para pedido de subvenção.

<sup>446</sup> Idem. Termo de Visita do Hospital de Lázaros de Sabará, 13 de outubro de 1907.

<sup>447</sup> Minas Gerais. U301 – Mensagem do governador Delfim Moreira da Costa Ribeiro, em 15 de junho de 1917. p.50.

### 3.2.1.4 – Belo Horizonte

Fundada em 1899, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte teve em sua direção várias autoridades políticas do estado de Minas Gerais. De acordo com Souza, a intenção era fundar um hospital geral para tratamento de indigentes e não indigentes, o que colocou a cargo da Santa Casa todo o serviço de assistência pública da capital. O autor afirma que em 1922 15% dos internados pagavam (pensionistas) e 85% eram indigentes. A primeira enfermaria foi inaugurada em 1901; em 1912 foi construído o Asilo Afonso Pena para inválidos, mendigos, doentes, aleijados e velhos, próximo à Santa Casa. O asilo era administrado pelo corpo clínico do hospital, às vezes com a ajuda dos vicentinos.<sup>448</sup>

No ano de 1907, o provedor da Misericórdia de Belo Horizonte foi o Desembargador Francisco Júlio da Veiga (provedor entre 1904 e 1908). Em seu relatório para o ano de 1906 estão descritos os benefícios concedidos, o movimento das enfermarias civis e militares, dos donativos e “de tudo que possa interessar aos respectivos sócios.” Veiga destacou os pequenos serviços feitos na Santa Casa durante este tempo, como a canalização de água quente para as quatro banheiras das enfermarias, a divisão da instalação sanitária na enfermaria civil para os homens e mulheres, uma guarita para o vigia da enfermaria do ‘xadrez’, a construção de três lavatórios de mármore nos três quartos do ‘sobrado’, com encanamento e escoamento de água, e a instalação de uma grande banheira de ferro esmaltado, “com água quente e fria para o uso exclusivo das Irmãs de Caridade.”<sup>449</sup>

Quanto ao movimento das enfermarias civis e militares da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, no ano de 1905 ficaram 32 homens e 12 mulheres, em 1906 entraram 1.225 homens e 382 mulheres. Tiveram alta: 1.203 homens e 335 mulheres. Foram operados: 38 homens, 18 mulheres, 4 meninas e 1 menino. Faleceram: 30 homens e 33 mulheres. A farmácia aviou 6.324 receitas e na sala do Banco compareceram 144 homens, 150 mulheres, 105 meninos e 67 meninas. Na sala do banco foram entregues 420 prescrições médicas. As doações recebidas pelo provedor somaram 824\$000.

Em relação a outros tipos de auxílio, a Santa Casa havia recebido da Câmara Municipal de Villa Nova de Lima a quantia de 400\$000 e do Secretário do Interior Delfim

---

<sup>448</sup> SOUZA, Marcos. A. de. *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p.107-118.

<sup>449</sup> APM – SI 1681. Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Relatório para pedido de subvenção ao governo do estado de Minas Gerais, pelo provedor da Santa Casa de Belo Horizonte Francisco Júlio da Veiga.

Moreira recebeu dez camas com colchão e travesseiros. Contudo, a ajuda vinda do secretário era uma doação particular e não o resultado de uma ação do estado de Minas Gerais, pois no relatório o provedor escreveu “doação do Secretário do Interior” e não “da Secretaria do Interior”.

A mesa administrativa da Santa Casa da capital era composta por membros ilustres no estado, o provedor Desembargador Francisco Julio da Veiga esteve à frente da administração do hospital por quatro anos.<sup>450</sup> O vice-provedor era o Senador Dr. Levindo Ferreira Lopes<sup>451</sup> e o tesoureiro o Coronel Francisco Octaviano Gomes<sup>452</sup>. No Conselho Deliberativo da Santa Casa estavam o Desembargador João Braulio Moinhos de Vilhena<sup>453</sup>, o também Desembargador Eugenio de Paula Ferreira, Juiz de Direito da Comarca de Rio Novo, e o Deputado Afrânio de Mello Franco<sup>454</sup>, além de Afonso Penna<sup>455</sup>. Como secretários Aureliano Moreira Magalhães, Subprocurador Geral do Estado de Minas Gerais, Antônio Prado Lopes Pereira<sup>456</sup>, Francisco Mendes Pimentel<sup>457</sup>, Dr. Edmundo Veiga<sup>458</sup> e Manuel Francisco Correia<sup>459</sup>.

---

<sup>450</sup> Filho de Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da província de Minas Gerais por duas vezes, de 1838 a 1840 e de 1842 a 1843. Francisco da Veiga ingressou na política ao ser eleito deputado provincial em 1877. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte por Minas Gerais. Encerrou a legislatura em dezembro de 1893, mas foi reeleito durante sete vezes, permanecendo na Câmara até dezembro de 1914. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). VEIGA, Francisco Julio. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VEIGA,%20Francisco%20Lu%C3%ADs%20da.pdf>

<sup>451</sup> Foi promotor, magistrado e educador. Ocupou o cargo de chefe de polícia em Ouro Preto (1877-1889) e na Província do Ceará (1874-1875), foi prefeito de Belo Horizonte. APM.

<sup>452</sup> Líder do Partido Liberal no Império, coronel da Guarda Nacional, além de ter participado ativamente do conselho deliberativo do estado para a mudança da capital. APM.

<sup>453</sup> Eleito deputado em 1893, reeleito nas legislaturas de 1903 e 1906, tendo sido nessa última, Presidente da Câmara. No governo de João Pinheiro ocupou a Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais. APM.

<sup>454</sup> Mello Franco foi Deputado Federal em Minas Gerais entre 1906-1918; Ministro da Viação entre 1918-1919. Deputado Federal em Minas entre 1920-1923; Embaixador do Brasil na Liga das Nações, 1924-1926; Deputado Federal em Minas entre 1927-1929; Ministro das Relações Exteriores entre 1930-1933. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). FRANCO, Afrânio de Melo. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRANCO,%20Afr%C3%A2nio%20de%20Melo.pdf>

<sup>455</sup> Deputado Geral de Minas Gerais entre 1878-1884, Ministro da Guerra em 1882, Ministro da Agricultura entre 1883-1884, Ministro do Interior em 1885. Foi novamente Deputado Geral por Minas entre 1886-1889, eleito Presidente de Minas Gerais em 1892, foi também presidente do Banco da República entre 1894-1898, vice-presidente no mandato de 1902-1906 e Presidente da República no mandato de 1906-1909. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). PENA, Afonso Augusto Moreira. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf>

<sup>456</sup> Membro da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, deputado estadual em Minas Gerais de 1907 a 1914. Presidente da Assembleia, exerceu interinamente o governo de Minas entre 5 de fevereiro e 21 de março de 1910, Deputado Federal por Minas em 1912.

<sup>457</sup> Deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1894, do qual foi um dos fundadores, relator da Comissão de Instrução Pública e autor do projeto que reorganizou o ensino profissional em Minas Gerais. Em 1897 foi eleito deputado federal por Minas para a legislatura 1897-1899. “Empossado em maio do mesmo ano, novamente se destacou nas discussões referentes à educação. Em 1898, entretanto, deixou a Câmara dos

No ano de 1906, foram realizadas 61 operações, entre os meses de outubro, novembro e dezembro, pelo Dr. Eduardo Borges da Costa. A receita da Santa Casa era substancial, principalmente, se comparada a de outras instituições (86:118\$216). Entretanto, seus gastos também eram enormes, o que deixou o hospital com um saldo de 2:571\$235, conforme quadro anexado no relatório pelo tesoureiro Francisco Octaviano Gomes, em fevereiro de 1907.<sup>460</sup> Para uma noção melhor do quanto era ampla a atuação do hospital, Souza afirma que em 1919 o atendimento da Santa Casa cuidou de 2529 indigentes e 391 pensionistas, o indigente precisava de um atestado de pobreza com o aval de uma pessoa idônea para receber atendimento.<sup>461</sup>

### 3.2.1.5 – São João Del Rei

A Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rey, de acordo com relatório apresentado pelo Dr. Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da província de Minas Gerais, foi fundada em 1765 e subsistiu até 1817 quando o Barão de Pontal e senador do Império assumiu as despesas do estabelecimento. Era considerada “o melhor hospital da Província”, com enfermarias para doentes comuns, loucos e para os morféuticos. Possuía três escravos bons e um edifício em bom estado, se tornando “necessária a conclusão do chadrez”

---

Deputados e afastou-se da política, declarando-se desiludido com os rumos seu partido tomara”. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). PIMENTEL, Francisco Mendes. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIMENTEL,%20Francisco%20Mendes.pdf>

<sup>458</sup> Secretário de polícia de Minas Gerais de 1891 até 1893. Diretor da Imprensa Oficial do estado e redator do jornal oficial Minas Gerais de 1893 a 1894. Em setembro de 1894, foi nomeado consultor jurídico da Secretaria do Interior, onde permaneceu até agosto de 1895. Foi diretor da Secretaria do Interior de Minas Gerais em 1895 e exerceu o cargo nos governos de Silviano Brandão, Joaquim Cândido da Costa Sena e Francisco Sales e João Pinheiro, até novembro de 1906. “Em 1910, foi nomeado subsecretário do Supremo Tribunal Federal, onde permaneceu até 1922, quando foi convidado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) a assumir novamente a Secretaria da Presidência da República, na qual permaneceu até o final do quadriênio”. Foi Ministro do Supremo Tribunal Militar entre 1926-1938. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). VEIGA, Edmundo da Veiga. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VEIGA,%20Edmundo%20da.pdf>

<sup>459</sup> Eleito presidente da província de Pernambuco em 1862, Deputado Geral pelo Paraná entre 1869-1877; Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871-1873, Senador pelo Paraná entre 1877- 1889; Ministro do Tribunal de Contas da União entre 1893-1894 e presidente do mesmo órgão entre 1893-1894. FGV-CPDOC. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CORREIA, Manuel Francisco. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Manuel%20Francisco.pdf>

<sup>460</sup> APM – SI 1681. Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Relatório para pedido de subvenção ao governo do estado de Minas Gerais, pelo provedor da Santa Casa de Belo Horizonte Francisco Júlio da Veiga.1906.

<sup>461</sup> SOUZA, Marcos A. de. op.cit.

para a reclusão dos alienados, obra orçada em 3:600\$000 réis.<sup>462</sup> Nenhuma das instituições, exceto a de São João Del Rey, apresentava cômodos próprios para os indivíduos afetados por enfermidades que necessitavam de tratamento em separado.<sup>463</sup>

A Santa Casa dispunha dos maiores recursos (98:921\$010) empregados em créditos afiançados e apólices da dívida pública<sup>464</sup>, além de um fundo para recolhimento de expostos (prédio anexo a casa) de 42:253\$114 réis em créditos e de depósitos no Tesouro Nacional no valor de 22:200\$000, produto de duas loterias. Havia recolhido 10 expostos no ano de 1864 e estava agora com cinco. Sobre o recolhimento de enjeitados, a Santa Casa de São João Del Rey tinha o objetivo de fundar, em 1870, um orfanato.<sup>465</sup>

Maria Leônia Chaves de Resende e Natalia Silveira afirmam que a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei foi fundada em 1783<sup>466</sup>, enquanto Anny Jackeline Torres Silveira e Betânia Figueiredo datam a fundação desta Santa Casa em 1816.<sup>467</sup> No levantamento de Yara Khoury é possível confirmar que Resende e Silveira utilizaram-se da data de fundação da irmandade e também do hospital. Mas Torres e Figueiredo dataram a fundação do hospital a partir do reconhecimento da Irmandade, através do alvará de 31 de outubro de 1816.<sup>468</sup>

A Santa Casa estava incumbida de prestar todo o tipo de socorros: desde recolher os expostos, cuidar dos doentes pobres e dos alienados. Essa prestação de serviços assistenciais

<sup>462</sup> BN 470 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

<sup>463</sup> BN 470 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinária de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1864.

<sup>464</sup> No período de 1902 a 1942 o Governo Federal Brasileiro emitiu apólices no valor de Rs 1.000\$000 (um conto de réis), com o intuito de angariar recursos para investimentos em infra-estrutura. As cláusulas contratuais garantiam ao detentor de cada apólice, uma taxa de juro de 5% ao ano, não contemplando, por outro lado, a correção monetária. Os agentes econômicos compravam estes títulos que muitas vezes chegavam a ter maturidade de duzentos anos previstos na lei que regulamentavam sua emissão, por ser, na época um instrumento de poupança de longo prazo de risco mínimo. <http://www.oaixa.com.br/artigos/apolices.htm>

<sup>465</sup> BN 472. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. p.35

<sup>466</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves. SILVEIRA, Natália da. Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso das práticas médicas nas minas oitocentistas. . In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX). p.68. As autoras utilizam como referência fonte do Arquivo Histórico Ultramarino, na qual consta requerimento de Manuel de Jesus Fortes, morador de São João Del Rei que pede à D. Maria I autorização para “erigir a Casa de Misericórdia e estabelecer irmandade com compromisso, estatuto e demais privilégios na referida vila”. Tal solicitação foi apreciada em 1785, de acordo com a nota nº3. p.90.

<sup>467</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. op. cit. afirmam que a mesma foi fundada em 1816, de acordo com o relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, de 1855, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos (nota nº 21). p.26.

<sup>468</sup> KHOURY, Yara. op. cit. p.371.

contava com o suporte financeiro da câmara municipal, das doações (que incluíam escravos, terrenos, imóveis, dinheiro) e da atuação dos esmoleres (pedintes escolhidos entre as pessoas de boa reputação) que representavam a instituição e recebiam em troca reconhecimento social. No período imperial era a Coroa quem autorizava, através de Carta Régia, que o indivíduo exercesse tal função em nome da irmandade.<sup>469</sup>

Para os doentes que podiam pagar era cobrado um valor em torno de trezentos réis, estes eram chamados de “pensionistas”. Além disso, as loterias eram um recurso bastante utilizado e que continuou durante a República, com a concessão de bilhetes premiados para auxiliar nas finanças das Santas Casas (autorizados pelo governo).<sup>470</sup> As subvenções, conforme destacam Silveira e Figueiredo, eram concedidas pelo governo imperial e, posteriormente, pelos governos republicanos.<sup>471</sup>

Nos relatórios das décadas de 60 e 70, do século XIX, o hospital de São João Del Rey figura como o mais bem estruturado e um dos poucos neste período em condições de receber alienados:

O hospital dessa cidade possui, além dos cômodos destinados aos enfermos em geral, onze cubículos para loucos, cujo número, em 19 de agosto elevava-se a 30, pelo que a mesa administrativa tem sido obrigada a recusar entrada a mais alguns, por falta de cômodos próprios.<sup>472</sup>

De acordo com um quadro exibido no relatório de 1874, a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rey foi bastante atuante no recolhimento e tratamento de enfermos durante o Império:

#### **Quadro demonstrativo dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rey - 1861 a 1874**

Annos Compromissários	Enfermos
1861-62	213
1862-63	217
1863-64	208
1864-65	224
1865-66	237
1866-67	232

<sup>469</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves. SILVEIRA, Natália da. op. cit. p.68-69. Durante a década de 1830, a irmandade foi gradativamente assumindo a responsabilidade sobre todo o tipo de desvalidos. Leprosos, presos pobres, estrangeiros e soldados também estavam incluídos entre seus assistidos.

<sup>470</sup> O sistema de loterias será mais detalhado no terceiro capítulo, que trata do Estado em relação à assistência. Idem. p.70-71.

<sup>471</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Saúde em Minas Gerais Durante o Século XIX*. op.cit. p.15.

<sup>472</sup> BN 481 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874. p.35.

1867-68	245
1868-69	255
1869-70	243
1870-71	224
1871-72	205
1872-73	248
1873-74	255
Total	3.003

473

A Santa Casa estava desobrigada, pelo artigo 45 da lei nº 1811 do ano de 1871 sobre o orçamento da província, a entregar relatórios sobre seu funcionamento. O fato de não cumprir a exigência normativa demonstra o quanto os serviços do hospital eram importantes, pois as instituições de socorro tinham que prestar contas obrigatoriamente para o recebimento da subvenção. Só este “privilégio” serve como exemplo do status desfrutado pela Irmandade da Misericórdia de São João Del Rey junto à administração da província no período imperial.

Importante ressaltar que, em 21 de dezembro de 1870, foi inaugurado o edifício para o recolhimento de órfãos, anexo às instalações da Santa Casa, que havia sido citado no relatório do desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, em 1865.<sup>474</sup> Contudo, segundo Khoury, em 1887 a Câmara Municipal rescindiu o contrato estabelecido com a irmandade para a “criação de expostos” e, além disso, cortou o fornecimento dos remédios destinados aos presos pobres, prejudicando outra das funções desempenhada pela Santa Casa. Desta forma, a mesa administrativa extinguiu a “roda”, suspendeu o serviço médico e a doação de medicamentos aos presos. No ano de 1889, houve uma reformulação dos estatutos do orfanato, que passou a ser administrado pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, empossadas na administração interna da Santa Casa, desde setembro.<sup>475</sup>

Khoury afirma que houve ainda a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1898, com o objetivo de educar as crianças recolhidas ao orfanato, o colégio foi vinculado à Irmandade da Misericórdia de São João Del Rei até o ano de 1962. A autora também cita a fundação do Asilo Maria Thereza em 1907, nome em homenagem à Baronesa Maria Thereza Machado sua fundadora. Na documentação da Secretaria do Interior sobre a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, nas correspondências referentes aos asilos, há o relatório da Santa Casa para o ano de 1907 e 1908:

<sup>473</sup> BN 481 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874. p.36.

<sup>474</sup> BN 481 - Idem.

<sup>475</sup> KHOURY, Aun. vol. 1. op.cit. p.371-372.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São João Del Rey no ano compromissal de 1907 a 1908, apresentado em 12 de julho de 1908, por ocasião da posse da nova mesa administrativa pelo provedor Marçal de Souza e Oliveira. (...) Recolhimento de Orfãos e Asylo Maria Thereza – *Estes estabelecimentos* de instrução a cargo da Santa Casa de Misericórdia. Sob a direção da irmã Isabel, auxiliada pela Irmã Luiza, onde quarenta orfãos recebem a mais pura e esmerada educação, continuam de modo irrepreensível, tais a ordem e asseio em que se encontram. É uma instituição que faz honra à Santa Casa. Aula de Alumnas Pobres – Nesta dependência a cargo da virtuosa Irman Magdalena, mantida a expensas da Santa Casa, sem auxílio algum dos poderes públicos, foram matriculadas, no presente ano 70 meninas, havendo sempre muita frequência (...).<sup>476</sup>

De acordo com o relatório acima, apresentado pelo provedor Marçal de Souza e Oliveira, o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Recolhimento de Órfãos e o Asilo Maria Thereza (orfanato) eram anexos à Santa Casa e dirigidos pelas irmãs de caridade de São Vicente de Paulo, mas com fundos e participação administrativa da Irmandade da Misericórdia de São João Del Rei. O provedor reforça a ausência de qualquer ajuda do governo estadual. Além dessas considerações, em consulta ao inventário de fontes da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, a documentação referente ao Asilo Maria Thereza aparece desde 1890. Nesta data, o provedor José da Costa Rodrigues realizou um termo de abertura do livro para as matrículas das órfãs recolhidas “ao asilo anexo à Santa Casa de Misericórdia” e, segundo o inventário, constam no “interior do livro a planta para a construção da lavanderia e da cozinha do Asilo Maria Thereza”.<sup>477</sup>

O provedor também assina um segundo livro destinado a “lançar os Termos de Admissão de Orphãs pobres no Asylo anexo ao Recolhimento de Expostas da Santa Casa de Misericórdia, o qual vai por mim Rubricado com a minha rubrica -C. Rodrigues- de que uso”. Há também, neste livro, “oito documentos avulsos que são respectivamente os seguintes: listas com os nomes das alunas internas, termos de responsabilidade pela retirada de menores do Asilo e do Hospital e uma folha em branco”. No total, os livros de registros sobre o Asilo Maria Thereza são em número de quatro, datados respectivamente entre os anos a seguir: 1874-1890, 1890-1941, 1907-1937, 1944-1945.<sup>478</sup>

<sup>476</sup> APM – SI-1698. 1907-1908 – Correspondência referente a asilos. “Recolhimento de Orphans”.

<sup>477</sup> Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei. Inventário de Fontes do Acervo da Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei XVIII-XX. Organizado por DECIS/UFSJ - Coordenação Profa. Maria Leônia Chaves de Resende e Profa. Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves. Livro nº1 (1890-1941). Administração Geral. p.11-12. <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/labdoc/misericordia.pdf>

<sup>478</sup> Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei. Inventário de Fontes do Acervo da Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei XVIII-XX. Organizado por DECIS/UFSJ - Coordenação Profa. Maria Leônia

No livro iniciado em 1907, consta a ata de “instalação das quinze primeiras asiladas do Asilo Maria Thereza com os seguintes dados: data, nome completo da asilada, filiação, data e local de nascimento, idade, termo de responsabilidade e assinatura do responsável pela menor”. Estes dados presentes no inventário reforçam a veracidade do relatório do provedor Marçal de Souza e Oliveira, enviado à Secretaria do Interior em 1908.

O balancete da Santa Casa, datado de 1913 e escrito pelo provedor Eduardo Magalhães, lista os gastos com a administração do asilo em 4:420\$000. Há também um demonstrativo dos gastos com a construção de um novo hospital, no valor de 60:991\$700 réis. Nesta prestação de contas entregue à Secretaria do Interior são discriminadas as receitas e despesas da instituição, que contava com mais de 100 apólices da dívida pública, tanto do estado de Minas Gerais quanto do Governo Federal.<sup>479</sup>

Em 1920 há um relatório detalhado sobre o hospital, que havia tratado 557 enfermos, tendo a farmácia da Santa Casa aviado à “população pobre 11.103 fórmulas para operações, curativos, etc., tanto para os doentes das enfermarias como para doentes externos”. A receita da Santa Casa foi de 90:364\$651 e a despesa de 50:885\$748, havendo um saldo de 39:478\$903. A receita do Asylo Maria Thereza foi de rs. 7:194\$000 e a despesa de 5:939\$614, acolhendo 15 órfãs.<sup>480</sup>

Reunindo as informações coletadas através das fontes bibliográficas sobre a assistência na cidade, às fontes encontradas no Arquivo Público Mineiro, no fundo documental da Secretaria do Interior, foi possível compreender melhor as relações estabelecidas entre as irmandades e a ordem terceira. De acordo com Maria Aparecida Arruda, as Filhas da Caridade da Sociedade de São Vicente de Paulo foram chamadas pelos administradores da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei para auxiliar na prestação de serviços assistenciais.<sup>481</sup>

O orfanato criado pela Santa Casa desde 1870 e o Asilo Maria Thereza fundado em 1907 eram instituições administradas pelas irmãs franciscanas com auxílio da Santa Casa. O Colégio Nossa Senhora das Dores (fundado como externato), criado pela Irmandade da

---

Chaves de Resende e Profa. Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves. Livro nº1 (1890-1941). Administração Geral. p.11-12. <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/labdoc/misericordia.pdf>. p.12.

<sup>479</sup> APM - SI-1802. Relatórios de funcionamento de casas de caridade (requisição de verbas para manutenção de casas de caridade). Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, 1913.

<sup>480</sup> APM - SI-1938. Pedidos de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos, Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, 1920.

<sup>481</sup> ARRUDA, Maria Aparecida. *Igreja e Normalização de Professores em São João Del Rei* (Minas Gerais). Revista História da Educação (online). Porto Alegre, vol.16, nº38, set/dez 2012. p.79-99.

Misericórdia para educar os órfãos do recolhimento, era administrado pelas irmãs vicentinas e pelos irmãos da Misericórdia. Arruda afirma que a ideia de se criar o colégio foi dos membros diretores da Santa Casa: Comendador José da Costa Rodrigues e Irmã Suzana Matricon, superiora que auxiliou na criação do colégio e também do asilo.<sup>482</sup> Organizando as informações, concluiu-se que o orfanato teve seus estatutos reformulados em 1889, quando passou à administração das irmãs vicentinas.

Há outro ponto interessante relacionado à assistência na cidade de São João Del Rei. A provedoria da Santa Casa esteve a cargo do Comendador José da Costa Rodrigues durante quatorze anos (junto à já citada irmã vicentina Suzana Matricon), através dos quais reuniu uma receita em torno de 558:641\$973, para uma despesa de 417:357\$443, deixando um saldo de 141:281\$530. Segundo a documentação consultada por Arruda, o fundo da Santa Casa foi elevado ao valor de 327:899\$589 durante o tempo em o comendador foi provedor.<sup>483</sup> José da Costa Rodrigues pertenceu à Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da qual foi ministro e provedor do Asilo de Órfãos São Francisco de Assis.<sup>484</sup>

Comerciante, fundador e acionista da Companhia Industrial Têxtil São Joanense, fundada em 05 de fevereiro de 1891, foi também um dos principais acionistas e secretário geral da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, instalada em São João Del Rei no ano de 1877, através da lei provincial de nº 2.398 de 05/11/1877. O Comendador Rodrigues tinha 200 ações da estrada de ferro e era um dos maiores acionistas ao final do século XIX, além de participar da primeira direção da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas. De acordo com Santos, foi o terceiro credor desta companhia na ocasião de um empréstimo de 300:000\$000, em 1880.<sup>485</sup>

---

<sup>482</sup> ARRUDA, Maria Aparecida. *Igreja e Normalização de Professores em São João Del Rei* (Minas Gerais). Revista História da Educação (online). Porto Alegre, vol.16, nº38, set/dez 2012. p.82.

<sup>483</sup> ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)* Tese de Doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. p.22. [http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2007\\_1-282-DO.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2007_1-282-DO.pdf)

<sup>484</sup> Sobre a Ordem Terceira de São Francisco de Assis consultar Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei. Inventário de Fontes do Acervo da Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei XVIII-XX. op.cit. <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/labdoc/assis.pdf>

<sup>485</sup> SANTOS, Welber Luiz dos. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João Del Rei (1877-1898)*. Dissertação de Mestrado. UFOP, 2009. p.132-133.

### 3.2.1.6 - Alfenas

A Santa Casa de Misericórdia de Alfenas foi fundada em 1907, tendo com provedor o Dr. Gaspar Ferreira Lopes<sup>486</sup>, que doou o terreno para a construção da Santa Casa. De acordo com as fontes da Secretaria do Interior, a Irmandade da Misericórdia de Alfenas era “mantida pelo concurso de pessoas caridosas da cidade”. O promotor de justiça Tancredo Martins não enviou o termo de visita do ano de 1907, pois a Santa Casa não havia recebido nenhuma subvenção desde sua fundação. Não foram remetidos os relatórios da provedoria e os mapas das enfermarias, como exigia a Secretaria do Interior.

O Asilo São José, anexo ao hospital, foi fundado em 1918 e em 1922, o provedor padre João Baptista Van Rooyen afirmou que juntos, a Santa Casa e o Asilo, possuíam um patrimônio de 126:000\$000. Até 20 de janeiro de 1918, quando foi inaugurado o novo hospital, as obras somaram 41:404\$297, situação que gerou uma dívida no valor de 19:220\$067, pois “o espaço foi curto para angariar fundos”. O “Asylo são Jose da Velhice Desamparada” foi criado devido “ao número de velhos cujo estado sanitário não exigia um tratamento hospitalar, mas que tampouco poderiam ficar vagando pelas ruas da cidade.”<sup>487</sup>

O padre disse que, logo depois, surgiu a necessidade de se construir uma farmácia, o que fez aumentar a dívida do hospital que, apesar de amortizada pelo pagamento de 14:000\$000 ainda consistia no dia 31 de dezembro de 1922 na quantia de 13:567\$269. Apesar de seu patrimônio, a Santa Casa de Misericórdia de Alfenas era mantida por subvenções, mensalidades dos irmãos contribuintes e doações. As subvenções recebidas da Câmara Municipal de Alfenas e Areado, do governo de Minas, do Governo Federal, somadas às loterias constituíam um total de 8:300\$000 de receita.

Incluídas nas verbas do governo de Minas Gerais havia uma quantia específica para o asilo no valor de 5:000\$000 para a continuação de suas obras. As mensalidades dos irmãos durante o exercício de 1922 totalizaram 2:084\$000 e as doações 930\$000. Com a realização de uma quermesse realizada em comemoração ao centenário da independência conseguiu-se a verba de 2:287\$800. A “Festa de Nossa Senhora d’Apparecida” também destinou 50% de

---

<sup>486</sup> Gaspar Lopes exerceu a medicina em Alfenas, onde foi delegado de Polícia de Higiene, Juiz de Órfãos, promotor, vereador, presidente da Câmara e prefeito. Posteriormente, foi eleito deputado estadual e senador, pelo estado de Minas Gerais. Em sua homenagem a antiga estação de estrada de ferro da “Rede Sul Mineira”, que fora inaugurada em 1897, passou a se chamar “Estação Gaspar Lopes”. <http://alfenasnossahistoria.xpg.uol.com.br/gasparlopes.html>

<sup>487</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922.

seus lucros, 537\$450, para a irmandade. Contudo, de acordo com o provedor, as obras do asilo ficaram paradas por falta de recursos.<sup>488</sup>

A irmandade contratou os serviços da Irmã M. Anastacia para direção da Santa Casa, a mesma era auxiliada pelas Irmãs M. Hellegonda e M. Jorgina, “Irmãs Filhas de N. Sra. do Sagrado Coração de Jesus”. O “serviço clínico gratuito estava aos cuidados dos médicos: Dr. Gaspar Ferreira Lopes, Augusto Eugenio do Amaral, Emilio Soares da Silveira e Edward Leite e a Sra D. Catharina Yori”.

**Movimento Hospitalar em 1922**

Mês	Passaram do mês Anterior	Faltaram durante o mês	Faleceram	Tiveram alta	Continuam em tratamento
Janeiro	12	2	1	3	10
Fevereiro	10	4	0	4	10
Março	10	7	0	3	14
Abril	14	6	1	8	11
Maiο	11	6	0	6	11
Junho	11	9	1	3	16
Julho	16	14	2	11	17
Agosto	17	9	3	7	16
Setembro	16	6	2	7	13
Outubro	13	13	2	7	17
Novembro	17	14	1	14	16
Dezembro	16	5	2	5	14
<b>Total</b>	163	95	15	78	165

489

Ainda segundo o provedor, os doentes<sup>490</sup> que entraram foram assim designados: homens 61, mulheres 34; brancos 35; pretos 38; pardos 22; brasileiros 91; estrangeiros 4; procedentes de Alfenas 61; procedentes de outros municípios 34.<sup>491</sup> “No Asylo de São José da Velhice Desamparada entraram no correr do anno: 10 homens e 5 mulheres, tendo fallecido 6

<sup>488</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922. Balancete de receitas e despesas anexado ao relatório pelo provedor Padre João Baptista Van Rooyen.

<sup>489</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922. Balancete de receitas e despesas anexado ao relatório pelo provedor Padre João Baptista Van Rooyen.

<sup>490</sup> “Os doentes de 1922 sofriam de: Arteriosclerose, Arteriosclerose senil, Alcoolismo, Amolecimento cerebral, Aneurismo, Abscesso na fossa ilíaca, Amputação da coxa, Hemorrhagia, Boubá, Cancer da Língua, Cirrhose hypertrophica, Corpo Extranho no Esophago, Dysovaria, Dysaenteria amebica, Diabete, Epilepsia, Escoriação da coxa, Flegmão da coxa, Ferida contusa na perna, Fractura da tibia, Fractura do braço e cotovello, Fractura de 4 costellas, Ferimento de arma de fogo, Hemorrhagia cerebral, Insuficiência mitral, Insuficiência cardíaca, Insuficiência cardio-renal, Insuficiência aórtica, Nephro-cystite, Opilação, Pneumonia, Rheumatismo, Sarna, Senilidade, Symphise cardíaca, Symphise cardio pulmonar, Toxicose intestinal, Tuberculose pulmonar, Vermínose, Partos”.

<sup>491</sup> Os doentes de outros municípios foram assim discriminados: Varginha 7, Guaxupé 1, Conceição da Boa Vista 2, Tres Pontas 3, Ribeirão Preto 1, Muzambinho 2, Pouso Alto 1, Paraguassú 2, Areado 8, Villa Nova de Rezende 1, Carmo do Rio Claro 5, Machado 1.

homens e 3 mulheres.” Foram aviadas 1238 fórmulas: para doentes hospitalizados 423, para doentes externos 715, sendo 187 para os pobres da Conferência de São Vicente de Paulo. A Câmara Municipal concorreu com um conto de reis para esta última despesa.

A fiscalização foi feita regularmente, pelo promotor de justiça Dr. José Rodrigues Sette Camara, mensalmente, no hospital e no asilo: “não existem faltas a corrigir, quer no asseio e hygiene, quer no tratamento e conforto ministrados aos enfermos.” Segundo o promotor, o hospital estava “installado num bello edifício, bastante vasto e regularmente aparelhado, de accordo com as regras de hygiene. Constatei com prazer a boa ordem e o asseio que reina por toda parte”.<sup>492</sup>

A Santa Casa de Misericórdia de Alfenas estava “confiada à competente direção do R. P. João Baptista van Rooyen, com o piedoso concurso das Exmas. Irmãs e o amparo da ciência”, que se achava representada “pelos illustres profissionaes que aqui se engrandecem no coração dos pobres que soccorrem, com as bênçãos de toda a população de Alfenas”. A Santa Casa e o asilo haviam recebido também a avaliação do Dr. João Leão de Faria, deputado da Câmara Estadual:

Energia, disciplina, ordem e muito amor ao próximo é a impressão que me ficou da visita que acabo de fazer á Casa de Caridade. Outra coisa não podia sentir ante o asseio que domina o prédio e todas as dependências, e a sensação de bem estar e conforto material e espiritual que traduzi nos gestos e physionomia de cada um dos doentes, recolhidos nas duas enfermarias.

O provedor não cansou de agradecer e “louvar aos Poderes Públicos do Município, do Estado e da União, ao Legislativo e ao Executivo, pela solicitude e cooperação que sempre nos tem dispensado dotando com subvenções orçamentárias as duas instituições”. Saudou os irmãos da Misericórdia, que eram os responsáveis pela existência de tão importante obra da caridade.

A situação da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas, desde sua fundação em 1907 até 1922, não pode ser detalhada aqui porque as fontes não apresentam um padrão no decorrer dos anos. Deste modo, conclui-se que o hospital funcionou por bastante tempo sem nenhuma subvenção, estadual ou federal, pois se tivesse sido subvencionado certamente teríamos encontrado documentação referente a ele. A Santa Casa contou com a renda dos irmãos e as doações para se manter, foram essas rendas que constituíram boa parte do sustento do

---

<sup>492</sup> APM – SI 1962. Correspondência referente a socorros públicos. Relatório para requerer subvenção, enviado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alfenas. 1922. Termo de Visita do promotor de justiça anexado pelo Padre João Baptista Van Rooyen.

hospital, aliadas à subvenção pública. O asilo foi criado em outro contexto e fazia parte de um contexto político, econômico e social bastante diferente.

Desde 1907 ocorreram muitas mudanças no país, principalmente, na distribuição da assistência. Contudo, a combinação da iniciativa pública com a privada representou uma permanência. Outro fator relevante foi a presença de religiosos na administração das instituições de auxílio, o que ocorreu em Caeté e Alfenas, uma consequência do processo de romanização da Igreja no estado de Minas Gerais. As irmãs vicentinas, inseridas neste contexto, ampliaram consideravelmente seu campo de atuação, seja na administração dos hospitais ou dos asilos de órfãos, a Sociedade de São Vicente de Paulo encerrou o monopólio das Misericórdias no estado de Minas. Este é o tema do item a seguir, que trata do estabelecimento da SSVP em Minas Gerais, principalmente, por meio do trabalho assistencial desenvolvido pelas irmãs vicentinas.

### 3.3 – A Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais

Cada visita que faço ao Asylo dos Corações de Jesus e de Maria é para mim motivo de mais intenso júbilo, porquanto vejo que são diariamente subtraídas aos horrores da miséria e da ignorância alg. innumeradas crianças, que futuramente poderão concorrer para o engrandecimento do nosso paiz.<sup>493</sup>

A Companhia das Irmãs de Caridade foi fundada em 1633, pelo Padre Vicente de Paulo (1580-1660) e por Luiza de Marillac (1591-1660), na França. O padre Vicente de Paulo era francês, de família pobre, contudo, conseguiu estudar e se tornou padre aos 20 anos de idade na Ordem Católica de São Francisco de Assis. Luiza de Marillac, francesa, era de família rica e influente, após ficar viúva dedicou-se a ajudar os pobres. Na paróquia de Clichy, em Paris, Padre Vicente de Paulo fundou em 1612 a “Confraria do Rosário”, depois foi transferido para Châtillon-les-Dombes, na região da Borgonha, na qual evangelizou muitos camponeses e criou importantes obras sociais.<sup>494</sup>

<sup>493</sup> APM – SI 1938. Pedido de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. Trecho do texto escrito no termo de visita do Asylo Sagrados Corações de Jesus e Maria de Barbacena, 1921.

<sup>494</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. *Do cuidado da alma ao cuidado do corpo: uma nova compreensão da história da enfermagem*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, vol.51, nº3. p.431-446. Jul\set, 1998.p.433.

Seu trabalho lhe propiciou o contato com ricas senhoras que desejavam ocupar seu tempo se dedicando a ajudar os pobres. Padre Vicente angariou o apoio destas mulheres para realizar suas obras de caridade, tendo fundado a primeira “Confraria da Caridade” no ano de 1617 em Châtillon-les-Dombes. O objetivo era utilizar os recursos financeiros para a compra de alimentos, criação de asilos e evangelização. Mas a finalidade principal da confraria “era assistir aos doentes pobres”, cuidar dos enfermos, providenciando remédios e alimentos.<sup>495</sup>

Em 1625, o padre fundou a “Congregação da Missão”, formada por seculares e leigos, reconhecida pelo papa em 1633. Segundo Ana Paula Magno Pinto, os padres que pertenciam a esta congregação foram “chamados de lazaristas, porque a primeira sede foi nomeada como Casa de São Lázaro e os leigos foram chamados de irmãos vicentinos”. Padre Vicente de Paulo ainda fundou “o movimento das Senhoras Damas de Caridade, feminino, com a orientação de Luísa de Marillac, que mais tarde estabeleceu a Confraria das Irmãs de Caridade, atuais Filhas da Caridade”. A autora destaca que a congregação só deixou de atuar durante a Revolução Francesa, mas voltou à ativa em 1816, chegando ao Brasil em 1819, “com os missionários portugueses e franceses, nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro”.<sup>496</sup>

Foi através da influência de São Vicente de Paulo que, em 1883, o jovem Antoine Frédéric Ozanam (1813-1853) criou a Conferência da Caridade, que foi chamada de Sociedade São Vicente de Paulo a partir de 1835:

O grupo defendia a adaptação da Igreja Católica Romana às condições sociais resultantes da Revolução Francesa. Ozanam foi beatificado em agosto de 1997. Seu pai era médico e envolvido nos principais movimentos sociais da sua época (SSVP do Brasil: 1978). Adotaram como rotina da SSVP as reuniões para as orações com a invocação do Espírito Santo e a coleta em dinheiro anônima, pois “o objetivo era menos de beneficência e mais de moralização e confraternização”.<sup>497</sup>

No Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, o Colégio do Caraça figura como o primeiro fundado pelos “lazaristas”, no ano de 1820. A Congregação da Missão recebeu de

---

<sup>495</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. op.cit. p.434.

<sup>496</sup> PINTO, Ana Paula Magno. *Assistência, Saúde e Sociedade na Zona da Mata Mineira (1895-1939)*. Anais XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014.p.3-4.

[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868\\_ARQUIVO\\_AnaPaula.ANPUH.2014.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868_ARQUIVO_AnaPaula.ANPUH.2014.pdf)

<sup>497</sup> Idem. p.6.

Dom João VI, em Carta Régia de 31/01/1820, o Santuário do Caraça.<sup>498</sup> Além da catequese, criaram seminários como em Mariana e, no Santuário do Caraça, o colégio, com disciplina rígida e “alto nível de ensino e erudição”. Os padres lazaristas ou vicentinos formaram homens importantes para a história mineira, como Artur Bernardes e Afonso Pena, cuja educação recebida exerceu forte impacto em sua formação moral.

A ação da Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais está inserida no processo de reformulação da estrutura da Igreja Católica, iniciada na Europa no século XVIII. Segundo Riolando Azzi, nas décadas finais do século XVIII “parte expressiva do clero francês” incorporou a ideologia liberal iluminista. Os religiosos que se opuseram ficaram conhecidos como “ultramontanos, alinhados ao Pontífice Romano”.<sup>499</sup> De acordo com Santirocchi “a palavra ultramontano deriva do latim, ultra montes, que significa “para além dos montes”, isto é, dos Alpes. A verdadeira origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval, que denominava de ultramontano todos os Papas não italianos que eram eleitos”.<sup>500</sup>

Santirocchi afirma que não é possível determinar quando a corrente ultramontana entrou no Brasil, mas entre os primeiros ultramontanos estavam os religiosos da Congregação da Missão (ou lazaristas) que se instalaram em Minas Gerais no início do século XIX. Contudo, de acordo com o autor, o ultramontanismo não encontrou “um clima muito favorável no Brasil, já que desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas do Reino português, (...) um forte regalismo político tinham dominado o cenário brasileiro”.<sup>501</sup>

A ideologia ultramontana esteve na base da reestruturação interna promovida pela Igreja Católica no Brasil, principalmente, a partir da “Questão dos Bispos”<sup>502</sup>, ao final do

<sup>498</sup> PEREIRA, Denise; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Espaço Religioso e Espaço Turístico: significações culturais e ambiguidades no Santuário do Caraça/MG. Revista Organização & Sociedade, v.12, n.º 34. Julho/Setembro, 2005. p.31-50. “Consta que, desde 1770, a partir da construção de uma primeira capela dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens e a São Francisco das Chagas, pelo eremita português Irmão Lourenço, a Serra do Caraça foi ocupada de modo sistemático por motivações religiosas, por meio de peregrinações. O objetivo de seu fundador, declarado em testamento, era de que ali se instalasse hospício para residência de missionários e um seminário para meninos [...] onde pudessem aprender as primeiras letras, [...] o carisma vicentino: evangelizar os pobres, principalmente os camponeses e oportunizar a formação do clero”. p.38. <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n34/a03v12n34.pdf>

<sup>499</sup> AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. p.109.

<sup>500</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingues. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010. <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>. p.24. Apud: HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987, p.88.

<sup>501</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingues. op. cit. p.25.

<sup>502</sup> SENADO FEDERAL. PORTAL DO SENADO. BIBLIOTECA DIGITAL. OBRAS RARAS. COSTA, Antonio de Macedo, Bispo do Pará, 1830-1891. Lisboa: Lallemand Freres, 1886. Antônio de Macedo Costa,

século XIX. O ideário ultramontano significou uma mudança no regime do padroado, pois os párocos deveriam se voltar mais para as “questões de fé” e não atuar como “funcionários do governo”.<sup>503</sup> A reforma do clero em Minas Gerais, segundo Lage, começou “em 1856, com a recuperação do Seminário de Mariana (fundado em 1750), e, posteriormente, com a criação do Seminário Episcopal de Diamantina (1869)”. Dom Viçoso<sup>504</sup>, Bispo de Mariana, reformou o Colégio do Caraça, de Congonhas do Campo e de Campo Belo; trouxe as irmãs vicentinas da França para fundar colégios femininos: Colégio da Providência (1849, em Mariana) e de Nossa Senhora das Dores (1867, em Diamantina). Lage acrescenta também a reformulação do estatuto do Recolhimento de Macaúbas (1847).<sup>505</sup>

A pesquisa de doutorado de Ana Paula Magno Pinto, que trata das SSVP na Zona da Mata Mineira, demonstra que as conferências vicentinas fundaram inúmeros orfanatos, asilos e pequenos ambulatórios. A autora afirma que as elites faziam parte destas obras de caridade e muitos membros eram ex-alunos do Colégio Caraça.<sup>506</sup> Gisele Sanglard destaca que “a chegada das irmãs da Sociedade de São Vicente de Paulo, dedicada ao trabalho com os pobres, reforçou, mesmo que simbolicamente, o papel do hospital como lugar de caridade”. As irmãs desempenhavam funções administrativas e de enfermagem.

Para Lage, a vinda das irmãs vicentinas para o Brasil marcou um momento importante para a história da orfandade no país, principalmente com a difusão das ideias liberais que

bispo católico brasileiro, foi nomeado em 1860 como Bispo do Pará; depois foi arcebispo da Bahia. Juntamente com D. Vital, bispo de Olinda, iniciou a luta contra o tradicional regalismo da Igreja no Brasil, que tivera como conseqüência a interferência da maçonaria nos sodalícios (irmandades e ordens terceiras). Suspendeu padres maçons e interditou a atividade dos leigos maçons nas irmandades. Foi atitude de oposição ao governo, sendo o Primeiro-Ministro, Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria. A Questão dos bispos, nome dado a essa disputa, durou de 1873 a 1875. O Imperador D. Pedro II tomou o partido de Rio Branco. Os bispos foram presos, processados e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, depois recolhidos, para prisão simples, na fortaleza da ilha das Cobras e, enfim, anistiados. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242777>

<sup>503</sup> LAGE, Ana Cristina Pereira. *Pedagogia Vicentina: as Primeiras Escolas Confessionais Femininas em Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX (Mariana e Diamantina)*. Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO “O Ensino e a Pesquisa em História da Educação”. 9 a 12 de Novembro/2008. ARACAJU - SERGIPE – BRASIL. UFS/UNIT. p.3.

<sup>504</sup> D. Viçoso foi o 7º bispo de Mariana, nomeado em 1843. Além de reformar o clero da sua diocese, criou em Minas Gerais o primeiro colégio feminino, em 1849. Faleceu em 07 de julho de 1875. <http://www.santuariodocaraca.com.br/processo-de-beatificacao-de-dom-vicoso/>

<sup>505</sup> LAGE, Ana Cristina Pereira. *CONEXÕES VICENTINAS: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Faculdade de Educação. Orientadora: Profa. Dra. Thaís Nívia de Lima e Fonseca. “O padre lazarista Antônio Ferreira Viçoso nasceu em Peniche, Portugal, em 1787. Chegou ao Brasil em 1819, um ano após a sua ordenação, como enviado para uma Missão na Capitania de Mato Grosso, mas logo foi encaminhado por D. João VI para estabelecer o Colégio do Caraça. Como acabava de ser ordenado, detecta-se que toda a sua prática religiosa como padre missionário foi realizada no Brasil e, especialmente, voltada para a educação masculina nos colégios fundados e administrados pela Congregação da Missão no Brasil”. p.81. [http://www.biblioteca digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8FNLYB/ana\\_cristina\\_pereira\\_lage\\_tese\\_de\\_doutorado.pdf?sequence=1](http://www.biblioteca digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8FNLYB/ana_cristina_pereira_lage_tese_de_doutorado.pdf?sequence=1)

<sup>506</sup> PINTO, Ana Paula Magno. op.cit. p.6.

permitiram uma racionalização da caridade, através da filantropia, controlada pelo Estado. Outro fator importante foi que as SSVP passaram a cuidar dos órfãos em um momento em que “o poder público provincial restringia as atividades das Câmaras Municipais”, em busca de centralizar os cuidados com os órfãos.<sup>507</sup>

Um quadro em anexo lista as instituições de assistência à pobreza, criadas pela Sociedade de São Vicente de Paulo, no estado de Minas Gerais, mapeadas até o ano de 1923, através das fontes documentais da Secretaria do Interior, durante a gestão de Fernando de Mello Vianna.<sup>508</sup> Existiam cerca de 55 instituições geridas pela Sociedade de São Vicente de Paulo no estado de Minas Gerais, entretanto, havia ainda as parcerias entre as Santas Casas de Misericórdia e as irmãs vicentinas na gestão dos hospitais.<sup>509</sup> Desta forma, o alcance e consolidação das práticas assistenciais da SSVP Minas e no resto do país se constituem um campo de estudos bastante promissor, pois as pesquisas sobre o tema não são numerosas como aquelas que investigam a ação das Irmandades da Misericórdia no Brasil.

Dentre as instituições listadas, algumas apresentam maior número de fontes, o que permitiu um panorama mais completo de sua existência. As fontes apresentam maior periodicidade nos anos de 1907, 1913 e 1923, isso ocorre devido a determinadas medidas tomadas pelo governo estadual em relação à assistência. Na região próxima a Serra do Caraça, a 12 km de Santa Luzia foi construído o Mosteiro de Macaúbas.<sup>510</sup> Em 1826 aparecerem os primeiros registros sobre a instrução de meninas no “Recolhimento de Macaúbas” e no ano de 1847, o Recolhimento se tornou Recolhimento e Colégio, “graças à pastoral do Bispo de

---

<sup>507</sup> LAGE, Ana Cristina Pereira. op. cit. p.101.

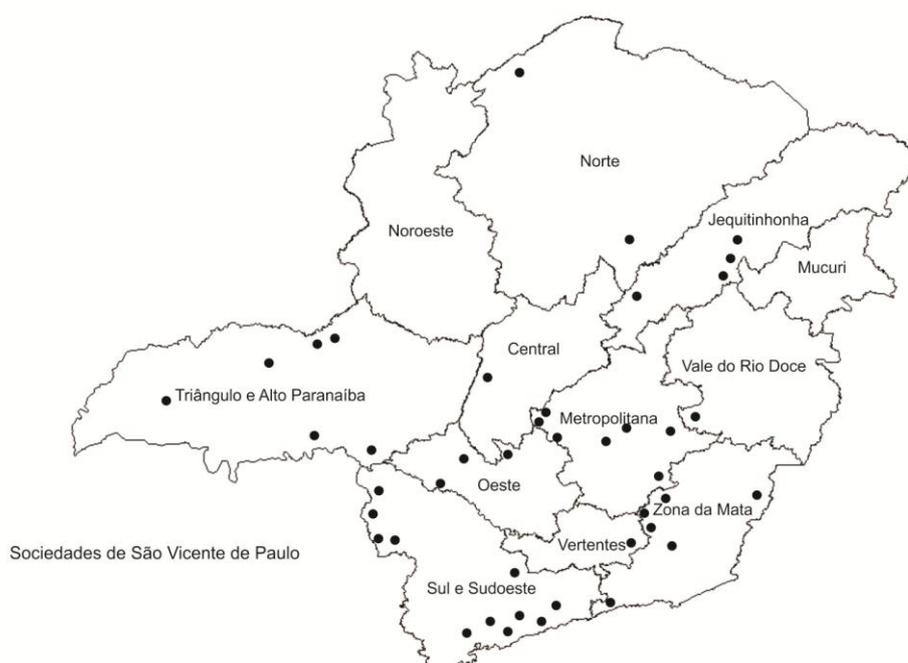
<sup>508</sup> Quadro elaborado a partir do questionário anexo à circular de 1923, enviada aos promotores das comarcas dos municípios de Minas Gerais pelo Secretário do Interior Fernando de Mello Vianna. Ver anexo

<sup>509</sup> Nossas fontes sobre as irmãs vicentinas foram coletadas no Arquivo Público Mineiro, no acervo da Secretaria do Interior, o que significa que tivemos acesso às instituições de socorro que enviavam os pedidos de subvenção ao governo de Minas Gerais. Deste modo, é possível que no período pesquisado tenham existido outras que não tinham nenhum registro na secretaria.

<sup>510</sup> MARCHESOTTI, Ana Paula Almeida. *Mosteiro de Macaúbas: retrato vivo da História e religiosidade mineiras*. “O Mosteiro foi criado como Recolhimento de Macaúbas por iniciativa de Félix da Costa. Natural de Penedo em Alagoas, Félix chegou à região por volta de 1711 e fixou-se no sítio denominado Macaúbas. Era devoto de Nossa Senhora da Conceição e obteve autorização do bispo para usar hábito e agenciar esmolas para construção de uma capela para invocação desta santa. Mais tarde, conseguiu autorização para fundar um Recolhimento feminino e passou a percorrer diversos arraiais arrecadando fundos para sua construção. Em 1714, Félix da Costa deu início às obras da primeira sede do Recolhimento de Macaúbas que se tornaria o primeiro Recolhimento feminino de Minas”. Texto escrito em 12 de janeiro de 2009. <http://tremdahistoria.blogspot.com.br/2009/01/mosteiro-de-macabas-retrato-vivo-da.html>

Mariana Dom Antônio Ferreira Viçoso”. O padre Antônio Afonso de Moraes Torres, do Colégio de Caraça, foi escolhido por Dom Viçoso para criar o colégio em Macaúbas.<sup>511</sup>

#### Mapa das instituições criadas pela Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais - 1923



O “Asylo de Macaúbas”, nome utilizado até o fim do século XIX para designar os recolhimentos de órfãos, abrigava 24 meninas em 1911, quando recebeu a visita de Luiz R. de Lima, promotor da comarca e encarregado de fiscalizar o recolhimento. Em seu termo de visita, consta que a instituição era administrada pelo padre Francisco Lopes de Araujo, Capelão Diretor, “auxiliado por uma plêiade de Irmãs de Caridade”. O Recolhimento de Macaúbas continuou sob a direção deste padre até 1921, data do último registro encontrado para o período da pesquisa, de acordo com relatório de prestação de contas escrito e enviado pela Irmã Francisca Rosa do Coração de Jesus, Madre Regente.<sup>512</sup>

Em Mariana, desde 1861 aparecem nos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais referências ao Hospital de São Vicente de Paulo, “perfeitamente montado”,

<sup>511</sup> DUMONT, Luiz Soares. *Cultura e Fé unem o Serro e o Mosteiro de Macaúbas*. Revista da Comissão Mineira de Folclore. Ano 38, nº 27. Belo Horizonte: Comissão Mineira de Folclore, dezembro de 2014. (Edição comemorativa dos 300 anos de criação Convento de Macaúbas, Santa Luzia, MG). p.17.

<sup>512</sup> APM – SI 1938. Pedido de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. Termo de visita do Asylo de Macaúbas, 1921.

junto ao Colégio da Providência, fundado pelas irmãs vicentinas.<sup>513</sup> No ano de 1866 há sobre o hospital a seguinte informação: “Não tem renda este estabelecimento mais do que a caridade dos fiéis, o trabalho de algumas pobres mulheres nele recolhidas, e uma mui bem regulada economia.”<sup>514</sup> O Recolhimento e Colégio da Providência eram chamados também de Hospital e Colégio de São Vicente de Paulo, como em 1903 no pedido de subvenção enviado ao secretário do interior Manoel Thomáz de Carvalho Brito, no valor de dois contos de réis.<sup>515</sup>

Sobre a assistência aos pobres, durante as primeiras décadas do século XX, o Dr. Gomes Freire de Andrade Presidente da Câmara Municipal de Marianna enviou para a Secretaria do Interior, em 1914, um termo de visita sobre o Colégio da Providência, no qual o promotor da comarca atestou que o colégio de órfãs recebia enfermos de toda a cidade e dos municípios vizinhos, “onde são tratados com todo desvelo pela Irmã Clotilde Boissy, Directora do mesmo instituto”. As órfãs aprendiam a ler, escrever, contar, engommar, bordar e “aquelas que tinham vocação” faziam o magistério através do curso normal.<sup>516</sup>

Na cidade de Diamantina, em 1909, o Asilo da Conferência da Imaculada Conceição de São Vicente de Paulo abrigava 82 internas que recebiam alimentação, vestuário, remédios, livros e tudo de que necessitavam por conta do asilo. Dez eram maiores de 21 anos, quarenta tinham entre 14 e 20 anos, e 32 asiladas tinham 13 e 14 anos de idade. De acordo com o termo de visita, algumas frequentavam o curso Normal, a fim de ser tornarem professoras. As pequenas, até a idade de 12 anos, frequentavam aulas em consonância com o “Programma Official das Escolas Primarias do Estado”.

As internas que não realizavam as tarefas acima tinham 3 horas e meia de aula por dia, sendo as outras horas empregadas em trabalhos manuais: costuras, bordado branco, crivo, renda, bordado de fantasia, a seda, a ouro, confecção de flores artificiais, etc; e também em serviços domésticos: lavagem de roupa, engomagem, cosinha, arranjos de casa, alternadamente, de modo a se tornarem todas aptas a qualquer espécie de trabalho. Das oito asiladas que deixaram a instituição em 1909 uma se formou como normalista, desempenhando a profissão de professora. Foram recebidas naquele ano 10 meninas, todas menores, de 3 a 10

<sup>513</sup> BN 466 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinari [sic] de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861.p.6.

<sup>514</sup> BN 472 - Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1866 o 2.o vice-presidente, Joaquim José de Sant' Anna. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1866.p.12

<sup>515</sup> APM - SI 1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. 1921.

<sup>516</sup> APM - SI 1815. Correspondência referente a auxílios e subvenções a casas de caridade, associações beneficentes, hospitais. Termo de Visita assinado pelo Promotor da Comarca Francisco Araújo, em 14 de janeiro de 1914. Irmã Clotilde Boissy era a Directora do Collegio da Providência de Mariana nesta data.

anos. Havia ainda a aplicação de duas aulas primárias externas, gratuitas, com 60 alunas frequentes. Algumas das alunas mais pobres do externato recebiam alimentação e alguma roupa, por conta do Estabelecimento.<sup>517</sup>

Estrela do Sul, na região do Triângulo Mineiro e a 100 km de Uberlândia, é uma das cidades com relatórios de pedidos de subvenção e diversos termos de visita (inspeção realizada pelo promotor da comarca nas instituições de socorro). Os documentos sobre o Asilo de São Vicente de Paulo demonstram a preocupação do estado de Minas Gerais com a higiene e o asseio dos pobres asilados, na visita de julho de 1913. O promotor ainda lamentou o fato da Conferência de São Vicente de Paulo não ter podido ampliar as instalações do prédio que ocupava, “de modo a oferecer agasalho a todos que vêm forçados a bater sua porta”.<sup>518</sup>

Em nova visita, esta no mês de agosto de 1913, descreveu que os asilados mostravam-se satisfeitos, que a alimentação fornecida era sadia e o lugar bastante limpo. No mês de setembro outra visita, com comentários sobre os cuidados médicos dispensados aos indigentes recolhidos no asilo. Havia anexo ao asilo um hospital, cujas instalações não são descritas o que não permite saber seu tamanho ou amplitude de atuação na região. As visitas se repetiram nos meses de outubro e novembro.

No mês de dezembro de 1919, o secretário da Conferência de São Vicente de Paulo da cidade de Estrela do sul, Alferes Leonidas de Lima, listou os 31 pobres assistidos pelo asilo e teceu algumas considerações sobre a situação da instituição:

O nosso estabelecimento foi visitado mensalmente pelo digno Sr. Adjuncto do Promotor de Justiça do Termo Joaquim Vergueira que acompanhou sempre com solicitude e interesse o seu movimento hospitalar, lançando no livro competente os necessários termos. Pela assiduidade e acção efficaz, como fiscal justiceiro, lhe consigna a Mesa os seus sinceros agradecimentos. (...) Conhecendo e prevendo embora as difficuldades com que tive que lutar para dirigir esta Instituição de caridade, por falta de competência e de pratica, não hesitei, entretanto, em assumir a responsabilidade do encargo, porque reconheci desde logo nos meus distinctos companheiros de Mesa, amigos dedicados, trabalhadores, incansáveis e competentes, aos quais eu quero registrar aqui meus reconhecimentos sinceros, pelo seu concurso brilhante e proveitoso, em homenagem ao seu trabalho e aos seus ingentes esforços.

A situação de nossa Instituição como vistas e como vedes, se não é de todo prospera, é pelo menos auspiciosa e compensadora. Isto se deve, não há duvida, á magnidade dos corações dos habitantes deste Município, que não temem sacrificios e não conhecem difficuldades para vel-o prosperar e em

<sup>517</sup> APM –SI1730. Relatório, listas de doentes, requisições referentes a verbas e casas de caridade. Termo de visita do Asilo da Conferência da Imaculada Conceição de São Vicente de Paulo, 1909.

<sup>518</sup> APM – SI 1802. Relatórios de funcionamento de casas de caridade (requisições de verbas para manutenção de casas de caridade), 1913. Termo de visita.

condições de preencher satisfatoriamente os seus nobres fins, concorrendo para a felicidade da indigência desprotegida da saúde e da fortuna.<sup>519</sup>

No relatório também constam as listas dos doadores e as subvenções recebidas do governo estadual e federal. A Câmara Municipal contribuía com uma subvenção de dois contos de réis, mas não repassava a quantia há dois anos, quando propôs pagar “em 4 prestações de 500\$000 que chegariam até 1923”. Contudo, a primeira e segunda parcela anuais já se encontravam vencidas e a Câmara não havia repassado nenhuma, o que não impediu o secretário de agradecer aos poderes públicos estaduais e federais pelos auxílios recebidos.<sup>520</sup>

#### Quadro das instituições de caridade das Sociedades de São Vicente de Paulo em Minas Gerais

Cidade	Instituição	Fundação
Abaeté	Conferência de São Vicente de Paulo	1901
	Casa de Caridade de São Vicente de Paulo	1917
Águas Virtuosas	Asilo São Vicente de Paulo	1910
	Hospital São Vicente de Paulo	1910
Aiuruoca	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
Alto do Rio Doce	Hospital de São Vicente de Paulo	1918
Antônio Dias Abaixo	Hospital São Vicente de Paulo	1911
Arassuaí	Hospital São Vicente de Paulo	1893
	Albergue para tuberculosos	1915
	Casa para velhos desamparados (chamada Confraria Sociedade de São Vicente de Paulo)	1918
Bambuí	Asilo São Vicente de Paulo	1918
Barbacena	Rouparia Dispensário Santa Isabel	1885 <sup>521</sup>
	Sociedade São Vicente de Paulo	1896
Belo Horizonte	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
	Hospital de São Vicente de Paulo	1905
Bocaiuva	Hospital de São Vicente de Paulo	1905

<sup>519</sup> APM – SI 1888. Correspondência referente à Saúde e Assistência Pública. Relatório do Asylo de São Vicente de Paulo de Estrela do Sul, em cumprimento às normas da Secretaria do Interior para pedidos de subvenção, 1919.

<sup>521</sup> De acordo com as fontes, o asilo foi fundado em 1885, mas só começou a funcionar em 1897.

<b>Capelinha</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1914
	Conferência de São Vicente de Paulo	1902
<b>Carangola</b>	Asilo de Inválidos São Vicente de Paulo	1907
<b>Diamantina</b>	Conferência da Imaculada Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo	1886
<b>Estrela do Sul</b>	Conferência e Asilo de São Vicente de Paulo	1904
<b>Guaxupé</b>	Asilo São Vicente de Paulo	1922
<b>Itabira</b>	Albergue São Vicente de Paulo	1903
<b>Januária</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1909
	Sanatório de Tuberculosos da Sociedade São Vicente de Paulo	1916
<b>Maria da Fé</b>	Asilo de São Vicente de Paulo	1915
<b>Mariana</b>	Asilo de Órfãos do Colégio São Vicente de Paulo	1849
	Hospital São Vicente de Paulo	1917
<b>Minas Novas</b>	Conferência de São Vicente de Paulo de Minas Novas	1920
	Casa da Conferência de São Vicente de Sucurin	1918
<b>Monte Carmelo</b>	Asilo São Vicente de Paulo	1922
<b>Monte Santo</b>	Asilo São Vicente de Paulo	1918
<b>Pará de Minas</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1921
<b>Passa Quatro</b>	Casa de Caridade São Vicente de Paulo, em Pouso Alto (única que não funcionava mais em 1923)	1903
<b>Pequi</b>	Conferência de São Vicente de Paulo	1900
<b>Piranga</b>	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1908
<b>Pitangui</b>	Hospital de Abadia da Conferência de São Vicente de Paulo	1908
<b>Piumhi</b>	Conferência de São Vicente de Paulo	s/d
<b>Pouso Alegre</b>	Hospital São Vicente de Paulo (em anexo Orfanato Nossa Senhora de Lourdes)	1906
<b>Prata</b>	Associação de São Vicente de Paulo	1910
<b>Rio Espera</b>	Asilo Hospital São Vicente de Paulo	1911
<b>Rio Preto</b>	Associação de São Vicente de Paulo	1914
<b>Sacramento</b>	Hospital São Vicente de Paulo	1901
<b>Santa Rita de Cássia</b>	Irmandade de São Vicente de Paulo	1920
<b>Santo Antônio do Monte</b>	Associação de São Vicente de Paulo	1901
<b>Santa Luzia</b>	Asilo de Macaúbas	1826 <sup>522</sup>

<sup>522</sup> IBGE-Cidades Minas Gerais. Em 1.753, o Capitão Manuel Gomes da Mota, proprietário da Fazenda do Ribeirão, mandou erigir uma Capela dedicada à Imaculada Conceição, onde aos poucos, foi se formando um povoado, núcleo da atual Cidade. Com a morte do Capitão Manuel Gomes da Mota, a Fazenda do Ribeirão passou às mãos de Antônio Raposo de Oliveira, quando foi criado o Curato do Ribeirão do Raposo em 1.841. O Curato foi elevado à condição de freguesia pela Lei nº 912 de 04 de junho de 1.858, sob a jurisdição da Paróquia de Taquaraçu de Cima, pertencendo a Caeté. A freguesia foi desmembrada de Caeté em 1.878 e passou a Distrito do Ribeirão de Jaboticatubas, jurisdicionado a Santa Luzia, pela Lei nº 2.485, de 8 de novembro. Enfim, no ano de 1.938, já com o território desmembrado de Santa Luzia, o Município de Jaboticatubas foi criado pela Lei nº

<b>São Sebastião do Paraíso</b>	Irmandade São Vicente de Paulo	1918
<b>Silvestre Ferraz</b>	Asilo de São Vicente de Paulo	1913
<b>Três Corações</b>	Hospital de Caridade e Asilo São Vicente de Paulo	1919
<b>Ubá</b>	Albergue Noturno São Vicente de Paulo	1913
	Hospital São Vicente de Paulo (distrito de Rodeiro)	1908
	Albergue Noturno São Vicente de Paulo (distrito de Tocantins)	1916
	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1911
<b>Uberaba</b>	Asilo São Vicente de Paulo	1898
<b>Uberabinha</b>	Asilo São Vicente de Paulo	s/d

Barbacena foi palco da atuação da Sociedade de São Vicente de Paulo, através do “Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria”, fundado em 1885 e dirigido, durante muitos anos, pela Irmã Celeste Josephine Dupré, Superiora do Asilo. Em novembro de 1907, na visita do promotor José Severiano de Lima Junior e do fiscal Arthur Cunha, o “asilo” abrigava sessenta órfãs e contava com oficinas de calçados, flores, vinho, velas, sabão e criação de bichos para produção de sedas. A conduta das irmãs vicentinas foi considerada a mais “correcta e louvável possível, empregando sempre com alto critério a subvenção do Estado”.

A Irmã Celeste Dupré acompanhou o promotor de justiça em sua inspeção, durante a qual informou a existência de um internato de meninos, com setenta 70 internos, que recebiam instrução primária quase todos gratuitamente. De acordo com a irmã, havia outro asilo, para meninas, no qual “recebiam lições de desenho, pintura, bordados, etc”. Na rouparia anexa ao asilo, eram distribuídas aos pobres roupas e cobertores.<sup>523</sup>

No mês de novembro de 1908, foram listadas 65 órfãs internadas no asilo<sup>524</sup> e ainda existiam as chamadas “órfãs auxiliares”: Thereza de Jesus Andréa, 57 anos, branca, entrou em 1898; M<sup>a</sup> Margarida Gomes, 37 anos, parda, entrou em 1899; Maria Augusta da Silva, 27 anos, branca, entrou em 1899; Cecília Reis, 50 anos, parda, entrou em 1906. No termo de visita de 1908, foram citadas as “officinas de calçados, flores, vinho, velas e sabão, criando regularmente bicho da seda, com cujo producto fabricam fio de seda de optima qualidade, tingindo-os para diversas applicações industriais”. O promotor destacou o carinho e zelo dispensado às órfãs pobres e registrou a existencia de um externato para os meninos e, outro,

---

148, de 17 de dezembro, compreendendo os Distritos da Sede, Baldim e Riacho Fundo, os dois últimos emancipados em 1.948 e 1.962, respectivamente.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang&coduf=31&search=minas-gerais>

<sup>523</sup> APM – SI 1698. Correspondência referente a asilos, 1907-1908. Termo de visita do Asylo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, Barbacena, 1907.

<sup>524</sup> APM – SI 1698. Idem.

para as meninas, ambos anexos ao asilo. A Irmã Superiora Celeste Josephine Dupré continuava a dirigir o estabelecimento.<sup>525</sup>

Para o ano de 1913, o número de asiladas foi de 57 entre os meses de julho e dezembro; para 1914 o número foi de 58, conforme escreveu a Superiora do asilo Irmã Dupré. As despesas eram maiores do que as receitas (4:750\$000 Rs), e a importância “das esmolas das pessoas caridosas” era fundamental para manter o asilo. No externato de meninos estavam matriculados 30 alunos, no de meninas 86 alunas. Estas informações foram enviadas ao Ministro das Finanças para requerer a subvenção de dois contos de réis, pela Irmã Dupré, que reafirmou as dificuldades dos alunos que frequentavam estes externatos: eram “quase todos pobres, com raras exceções, de sorte que, a sua manutenção, é mais um benefício à pobreza, do que uma fonte de renda para o Asylo”. E ao encerrar seu relatório destacou que o asilo era muito pobre e precisava do auxílio do Estado, “em vista dos benefícios que presta às infelizes orphãs e as famílias pobres d’esta cidade”. O promotor Marcílio Pereira da Silva, em visita ao asilo em julho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 1913, concluiu que o estabelecimento preenchia “perfeitamente os fins que se destina, ante o zelo e o carinho da parte dos que o dirigem”.<sup>526</sup>

O asilo havia sido fundado pela Baronesa de Maria Rosa (era antes denominado de “Asilo Maria Rosa”)<sup>527</sup>, “benemérita barbacenense, que, em sua generosidade, resolveu realizar a criação de tão humanitário estabelecimento de caridade, que fundado em 1885, foi inaugurado a 3 de Maio de 1887”. De acordo com os documentos, em 1920, funcionava na Rua Vigário Britto, em prédio próprio, e possuía duas casas anexas, uma na qual funcionavam dois externatos completamente separados: um de meninos e outro de meninas, além de um local destinado ao dispensário dos pobres. Como patrimônio, detinha os prédios citados e ainda 95 Apolices da dívida pública no valor nominal de Rs. 1:000\$000 cada uma, mas que “geravam uma renda diminuta”, segundo a Irmã Dupré. Para a Superiora, o trabalho com as órfãs asiladas só era mantido graças às “Quotas Lotéricas Federaes”.<sup>528</sup>

Estavam recolhidas no Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria de Barbacena sessenta e sete órfãs, quase todas da própria cidade. Quanto ao externato, contava com cinco

<sup>525</sup> APM – SI 1698. Correspondência referente a asilos, 1907-1908. Termo de visita do Asylo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, Barbacena, 1908.

<sup>526</sup> APM – SI 1782. Correspondência recebida e expedida pelo Secretário do Interior e documentos diversos de casas de caridade. Relatório do Asylo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, Barbacena, 1913.

<sup>527</sup> D. Maria Rosa Alexandrina de Macedo, a “Baronesa de Maria Rosa”, recebeu o título por decreto de 4 de abril de 1885. Fonte: VASCONCELLOS, Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*, 1917.

<sup>528</sup> APM – SI 1938. Pedido de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. Termo de visita do Asylo Sagrados Corações de Jesus e Maria de Barbacena, 1920.

professoras e com a cocontribuição dos alunos que “pagavam o que podiam”. No externato masculino estavam matriculados 69 alunos e, no feminino, 197 alunas. Ao relatório veio anexada a cópia dos “termos de visita feitos pelo Dr. Promotor de Justiça da Comarca” e no qual estão mencionados, nomes, idade, cor, data de entrada, referente a todos os órfãos recolhidos no asilo. Irmã Dupré afirmou que aquelas eram as informações que podia fornecer sobre o asilo “que está sob a minha direcção que infelizmente é muito pobre e muito necessita do auxílio do governo do Estado, em vista dos benefícios que presta às infelizes Orphãs”.

Em 1921 a Irmã Germana Jardim havia assumido o asilo, a irmã também lecionou no Colégio Nossa Senhora das Dores, de São João Del Rei, antes de ir para Barbacena. Na cidade Uberaba, em visita ao Asylo de Santo Antônio, o promotor destacou a higiene e organização do local, a importância dos cuidados dispensados aos idosos e órfãos:

Fui d’aquelles que, do começo applaudiram a idéia de fundação de uma casa d’esta natureza, mas longe estava de suppor que se pudesse conseguir, o que se tem conseguido. Mas, não se pode, entretanto, surprehender com uma causa d’essas, pois, o Snr. Cel. Antonio Moreira de Carvalho, um homem, um abnegado e um generoso cidadão, entregou o melhor de sua energia, toda a bondade de seu optimo coração ao levantamento de tal obra. Cheguei no momento em que os asylados faziam sua refeição da tarde e confesso que o meu coração sentiu uma profunda ternura vendo tantas cabeças tremulas e venerandas, sentadas á meza, e carinhosamente servidos, todos elles, por uma carinhosa irmã. Ao pé dos anciãos e ancians, estavam os pequeninos, pobres desvalidos, sem pai ou sem mãe, que os encontraram felizmente no Cel. Antonio Moreira de Carvalho, e nas piedosas irmãs. Convem lembrar que esses pobresinhos desamparados, não teem apenas no Orphanato a assistência maternal de que tanto careciam, mas também os generosos conselhos, que os ensinam, as lições sadias de moral e o ensino primário.<sup>529</sup>

Segundo Tancredo Martins, o asilo era “uma santa” o Asylo e a cidade de Uberaba tinha a obrigação de apoiar esses “protetores dos humildes”, tirando da rua a miséria desamparada, para afastar “da vadiagem esses pequeninos”. As meninas poderiam se tornar boas mães e futuras cidadãs, “úteis á terra em que nasceram”.

O Asilo São José, na cidade de Campanha, apesar de pertencer à Santa Casa era administrado pelas irmãs vicentinas, que dirigiam também o hospital. Monsenhor Vilhena, em relatório do ano de 1920, destacou a presença na direção da Santa Casa das Irmãs Gabriella,

---

<sup>529</sup> APM – SI 1884. Requisições referentes a pagamento para associações beneficentes, relações de doentes internos. Termo de visita do Asilo de Santo Antônio, Uberaba, 15 de Julho de 1918. Tancredo Martins, Promotor de Justiça.

Irmã Juliana, e as Irmãs Luiza Pinto e Vicência Almeida, vindas do Rio de Janeiro em 28 de outubro. Contudo, a falta de irmãs para as aulas no asilo estivera desorganizada no decorrer do ano de 1920. A vinda das irmãs sanou o problema, pois as aulas voltaram a ser “dirigidas por hábeis e dedicadas professoras, como a Irmã Juliana, para instrução primária e, para trabalhos de agulha, a Irmã Vicência”.

Continuam as pobres orphansinhas sempre a bater á porta do Asylo S. José, pedindo um abrigo á miséria, aos terríveis perigos de sua situação, sem que sejam recebidas por falta de recursos. Eu faço, pois, d’aqui, um confiante apêlo á caridade publica, e aos altos poderes do Estado, pedindo um auxílio – protecção para esta tão bella e meritória obra de caridade.<sup>530</sup>

Em estudo recente sobre a atuação da Irmandade de São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira, Ana Paula Magno Pinto observou que “a SSVP mineira era composta pelas elites católicas que participavam da vida política da república”. Estas elites se pautavam pelo ideário positivista em voga no período e, deste modo, como observou Marques se voltavam para o saneamento e a organização das cidades, orientadas pela noção de progresso. Adotavam a premissa do trabalho como um valor e carecreditavam que a pobreza deveria “ser assistida com auxílio moral e material. O objetivo da assistência era, portanto, reconduzir o pobre ao mundo do trabalho e manter a organização social”.<sup>531</sup>

Em relação às irmãs de caridade vicentinas, atuaram de modo complementar às Misericórdias: administravam as Santas Casas, os asilos, os orfanatos e instituições de ensino. Seu campo de ação foi fortalecido pelas orientações católicas de romanização, após a proclamação da República. Deste modo, vicentinos (leigos e religiosos) e os irmãos da misericórdia foram os responsáveis pela distribuição da assistência em Minas Gerais, com o predomínio das Irmandades das Misericórdias até o final do século XIX. Daí em diante, houve o crescimento da participação das vicentinas na distribuição da assistência aos pobres e desvalidos, consolidando-se esta estrutura de prestação de serviços assistencial ao longo da Primeira República.

A ideia comum sobre a assistência aos pobres e desvalidos, compartilhada por boa parte dos parlamentares mineiros nos anos iniciais da República, era de que a ajuda ou cuidado com os pobres era responsabilidade da sociedade, que devia se organizar para cuidar dos necessitados. As ideias liberais propugnavam a não intervenção do Estado na economia, o

<sup>530</sup> APM – SI 1938. Pedidos de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos, 1921. Relatório do Monsenhor Paulo Emilio M. Vilhena, Campanha, 13 de janeiro de 1921.

<sup>531</sup> PINTO, Ana Paula Magno. op.cit. p.8.

que ia de encontro à autonomia concernente ao federalismo republicano. A instrução pública, que já possuía legislação específica desde o Império, se tornou, junto com a salubridade, tema central da agenda republicana mineira. Desta forma, o campo da assistência pública aos pobres e desvalidos se manteve permeado pela iniciativa privada, o que não se modificou após a Constituição de 1988, que iniciou a concretização da assistência social no Brasil.

### Conclusão:

Sobre a assistência movida pelas doações no Brasil, Marcelo Ayres Camurça desenvolveu uma interessante análise. Camurça afirma que, no caso brasileiro, “o sistema da ‘caridade’ enquanto dom e contradom” está inserido numa perspectiva tradicional, pois “não dispensa o revestimento de sua forma religiosa e da concretude das relações sociais pessoalizadas”. O autor concluiu que “a expressiva presença da “caridade” e das “doações” foi e ainda é uma prática regular na vida dos brasileiros”.<sup>532</sup>

Para Camurça, em nossa sociedade a “caridade” ou “doação” existe independente do “ideário individualista liberal e das concepções da ordem da cidadania, em que a ajuda ao outro significa compromisso cívico”. Prevalece em nosso país uma relação sistemática estruturada na “solidariedade pessoalizada: da escolha pessoal na doação que resulta no estabelecimento da reciprocidade do dom e contradom”. Nosso modelo de caridade continuou inserido no sistema da dádiva de Mauss, e não se institucionalizou. A dádiva está, portanto, inserida nas relações de “socialidade primária”, da família, vizinhança e, mesmo, de camaradagem:

Primária, entendida aqui, não como primitiva, mas sim como mais profunda que a “socialidade secundária”, fundada “nos estatutos e funções mais definidos institucionalmente”. Uma comparação entre os dois sistemas “faz ressaltar dois princípios diferentes: a responsabilidade dos vínculos perante os que para nós são únicos e para quem somos únicos” do sistema da dádiva, e a “responsabilidade formal, definida contratualmente em referência a direitos” do sistema jurídico-político. Na relação entre os dois, o sistema da dádiva adquire caráter primordial, pois é a primeira reação (social e simbólica) contra o caos e a anomia, sobre o qual depois erigem-se os sistemas econômico e jurídico-político.<sup>533</sup>

A tentativa de realizar uma análise ampla e geral sobre a assistência aos pobres no estado de Minas Gerais não é uma tarefa simples, repito. A complexidade geográfica, social, econômica e das relações políticas no estado, por si só, constituem obstáculos ou entraves a serem superados. Concluimos que Minas Gerais, como o estado da Bahia e do Rio de Janeiro, teve na filantropia sua parceira mais constante, fiel e durável.

---

<sup>532</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres. SERIA A CARIDADE A “RELIGIÃO CIVIL” DOS BRASILEIROS? Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, nº 12 (2005) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. p.51.

<sup>533</sup> Idem. p.56-57.

No território mineiro a religiosidade funcionou como elemento importante para a formulação de um comportamento próprio às elites mineiras, o que também pode ser observado em outros estados como no Rio de Janeiro. Este comportamento incluía a ajuda aos desvalidos como uma virtude importante, participar das irmandades e confrarias significou por um longo tempo estar inserido na vida política e social local.

Se compadecer verdadeiramente pelos desafortunados foi uma característica religiosa fundamental ou, ainda, buscar distinção social através da atuação nas associações leigas ou confessionais estimulava ações caritativas por parte dos ricos. Deixar em testamento todo o patrimônio para uma instituição de caridade foi fato corriqueiro entre as elites do Império. Era quase certo que todo fazendeiro, Coronel da Guarda Nacional, representante jurídico da Coroa, ou qualquer outro com posição mais privilegiada, estava inscrito em alguma irmandade ou Ordem terceira em Minas.

Ocorre que ainda hoje se acredita que este estado de coisas teria chegado ao fim com o advento da abolição da escravatura, da difusão paulatina do trabalho assalariado e do federalismo trazido pelo regime republicano. Contudo, observamos que, ao contrário, em Minas Gerais as transformações econômicas, políticas e sociais, que marcaram a virada do século XIX para o XX devem ser analisadas a partir das permanências percebidas no período temporal em tela. Principalmente se nos voltarmos para a prática assistencial.

A religiosidade foi aos poucos cedendo espaço às imposições do progressivo enraizamento do mercado. A caridade se racionalizou, transformando-se em filantropia. Mas a abolição ou a República não resultaram em uma ruptura radical das tradições que compunham as mentalidades da época. Culturalmente, a tradição permaneceu enraizada no comportamento das elites e, como componente importante de um *hábitus* consolidado desde o século XVII, se reformulou no decorrer da República.

A esta reformulação correspondeu uma reordenação dos serviços assistenciais prestados pelo estado de Minas Gerais, que tinha nesta área de ação uma estrutura já pronta e extremamente eficaz: a caridade fundamentada pelo catolicismo cedeu espaço para a filantropia, encarnada na noção de que era *necessário* auxiliar os pobres. O altruísmo das iniciativas filantrópicas se institucionalizou “junto com” e “no” estado de Minas Gerais. De tal forma, que não é possível falarmos de assistência social ou política pública de auxílio à pobreza até 1930.

No período de que trata a pesquisa realizada, o Estado era um campo restrito às elites, que decidiam como distribuir a ajuda aos pobres. Se à instituição faltasse um “padrinho”, um

mantenedor, um benemérito ou filantropo, se faltasse um representante na Câmara Municipal ou no Legislativo estadual, era possível contar com as esmolas doadas pela sociedade. Mas a figura do filantropo – representante político, dono de terras ou comerciante – foi tão presente desde o Império que, na Primeira República, simplesmente permaneceu. Em Minas Gerais, a caridade era uma prática filantrópica dos ricos que governavam o estado: a assistência era pública, mas praticada com verbas privadas. Um híbrido resultante da própria formação econômica e social do território mineiro.

Os três capítulos desta tese tentaram analisar como se deu a distribuição da assistência em Minas Gerais, com foco no estado de Minas Gerais, na sociedade e em suas relações com o governo estadual, dos anos finais do Império às primeiras décadas do regime republicano. Como ponto principal, elencamos a combinação das iniciativas pública e privada para a consolidação da assistência pública no estado. Configuração que pode ser compreendida através da análise da atuação do estado de Minas Gerais e da sociedade, por meio das instituições de auxílio aos pobres, desde 1860 até 1923.

O objetivo foi perceber as transformações e permanências ocorridas na passagem do Império à República - do trabalho escravo para o trabalho livre, do unitarismo para o federalismo - no campo assistencial. Surgiu deste propósito a presença das Santas Casas e a atuação das irmãs vicentinas, como protagonistas na criação e direção dos estabelecimentos assistenciais. Esta ampla rede assistencial, que prestava todo tipo de socorro, aos doentes pobres, aos órfãos, aos idosos e aos alienados, consolidou em Minas Gerais o predomínio da iniciativa privada sobre as iniciativas estatais. Acreditamos que um panorama mais amplo da assistência pública aos pobres no estado foi esboçado e, embora com algumas lacunas, possibilitou a compreensão das ações caritativas e filantrópicas da sociedade mineira, diante de um Estado em processo de formação.

**Referências Bibliográficas:****Livros:**

ARAÚJO, Maria M. L. de (org.). *As misericórdias: das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Editorial Carlini e Caniato, 2009.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BARRETO, Maria Renilda Nery. e SOUZA, Christiane Maria Cruz de (org.). *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico. (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 11ª ed, 1998.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. 1998.

CAVALLO, Sandra. *Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)*. In: CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London: Macmillan Press, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, P. S. *Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

ESTIVILL, Jordi. *A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina*. In: BALSÀ, Casimiro. BONETI, Lindomar W. SOULET, Marc-Henry. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma Abordagem Transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

- FARIA, Sheila de C. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRANCO, Renato J. *Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*.
- GEREMECK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das letras, 1995.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012.
- HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- IBAÑES, Nelson. DUARTE, Ivomar Gomes. DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. *As Irmandades da Misericórdia e as Políticas Públicas de Assistência Hospitalar no Estado de São Paulo no Período Republicano*. In: MOTT, Maria Lúcia e SANGLARD, Gisele (org.). *História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.
- KHOURY, Yara Aun (Coord.). *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1500 e 1900)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC/SP/CEDIC: FAPESP, 2004.
- KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press. 1999.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: UNICAMP/CNPQ, 1988.
- LAPA, José Roberto do A. *Os excluídos: contribuição à História da pobreza no Brasil*. São Paulo e campinas: Edusp e Unicamp, 2008.
- LOUZADA, Alfredo J. *Legislação social-trabalhista*. 2ed. Brasília: MTPS, 1990.
- MARCÍLIO, Maria Luísa (Org.). *A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência à criança abandonada na história do Brasil, Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- MARQUES, Rita de Cássia. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). *História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

- MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2002.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (1599?-1884) Contribuição ao Estudo da Assistência Social no Brasil*. São Paulo: Coleção Ciências Humanas, 1974.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889/1930)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.
- PINTO, Jefferson de Almeida. *Controle social e pobreza: Juiz de Fora, 1876-1922*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- PORTO, Ângela. SANGLARD, Gisele. FONSECA, Maria Rachel F. et al. *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008.
- PROCHASKA, Frank. *The voluntary impulse: philanthropy in modern Britain*. London: Faber and Faber, 1988.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. e SILVEIRA, Natália da. *Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso das práticas médicas nas Minas Gerais oitocentista*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato Editorial, 2009.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAI, 1997.
- RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2000.

- ROBERTS, Suzanna. Contexts of Charity in the Middle Ages: Religious, Social, and Civics. In: SCHNEEWIND, J.B. (eds) *Giving: Western Ideas of Philanthropy*. Indiana: Indiana University Press, 1996.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- SAINT-JOURS, Y. France in: Peter A. Kohler and Hans F. Zacher with Martin Parrington (eds) *The evolution of social insurance 1881-1981: Studies of Germany, France, Great Britain, Austria and Switzerland*. London: Martin Press, 1982.
- SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- SANGLARD, Gisele. *A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar do Distrito Federal*. In: SANGLARD, Gisele P.; PÔRTO, Ângela; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (Org.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.
- SANGLARD, Gisele. *A sociedade civil e a construção de hospitais na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República*. In: Sanglard, Gisele, Araujo, C.E.M. de, Siqueira, J.J. (Org.). *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- SANTOS, Marco Antônio C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, Christiane Maria Cruz e SANGLARD, Gisele. *Saúde Pública e Assistência na Bahia da Primeira República (1889-1929)*. In: Maria Renilda Nery. e SOUZA, Christiane Maria Cruz de (org.). *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico. (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.
- SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986.
- SOUZA, Marco A. de. *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Ed. Newton Paiva, 2004.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SUGDEN, Robert. *The Economics of rights, co-operation and welfare*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

THANE, Pat. *Foundations of the Welfare State*. London and NY: Longman, 1982.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1847-1922)*. UFRJ: Porto Alegre, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_, Renato Pinto (org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na primeira República*. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho;

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. (Orgs) *Trabalho, Proteção e Diretos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

ZARUR, Dahas Chade. *Uma velha e nova história da Santa Casa Rio de Janeiro*. Binus Artes Gráficas: Rio de Janeiro, 1985.

### **Revistas:**

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (3): 591-611. Rio de Janeiro, set.-dez. 2001.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de e CARVALHO, Carlos Henrique de. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

BANDERA, Vinicius. *Código de Menores, ECA e adolescentes em conflito com a lei*. Revista Âmbito Jurídico. Publicado em 01/07/2013, nº 114, Ano XVI - JULHO/2013 - ISSN - 1518-0360. [http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_caderno&revista\\_caderno=1](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_caderno&revista_caderno=1)

BORRIONE, Roberta. MESQUITA, Giovanna Reis. *Significado de Infância: a proteção à infância oferecida pela Santa Casa de Misericórdia na Bahia do século XIX*, *Interação em Psicologia*, 8 (1), p. 103-111, Bahia, 2004.

BOSCHI, Caio César. *O Assistencialismo da Capitania do Ouro*. Revista de História, São Paulo, nº.116, p.25-41, jan./jun.1984.

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. BRAGA, Mariângela Porto. ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. Revista Brasileira de História, vol. 27, n° 54. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a09v2754.pdf>
- CAMURÇA, Marcelo. Seria a caridade a “religião civil” dos brasileiros? Revista Praia Vermelha Estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *República, Democracia e Federalismo: Brasil 1870-1891*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 27, n° 45: p.141-157, jan/jun 2011.
- CARVALHO, Rosana Areal de. BERNARDO, Fabiana de Oliveira. *Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária*. Revista Educação em foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/fev 2012.
- CHERUBIN, Niversindo Antônio. Situação das Misericórdias no Brasil. Mundo Saúde, 19 (9), 303-8, [s.l], Outubro, 1995.
- COTA, Luiz Gustavo Santos. *Não só “para inglês ver”*: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais Revista História Social. Caminas: Unicamp, n. 21, segundo semestre de 2011. <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/912/683>
- DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. *O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização*. Revista Sociedade e Natureza. Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2015.
- DUMONT, Luiz Soares. *Cultura e Fé unem o Serro e o Mosteiro de Macaúbas*. Revista da Comissão Mineira de Folclore. Ano 38, n° 27. Belo Horizonte: Comissão Mineira de Folclore, dezembro de 2014. (Edição comemorativa dos 300 anos de criação Convento de Macaúbas, Santa Luzia, MG).
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)*. Revista Brasileira de Educação, v. 13 n° 39. set./dez. 2008.
- FRANCISCO, Raquel Pereira. *Autonomia e liberdade: os processos de tutelas de menores ingênuos e libertos – Juiz de Fora (1870-1900)*. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *A Cultura clerical e a folia popular*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n° 34, p. 183-202, 1997.
- GANDELMAN, Luciana. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI-XIX, História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Vol. VIII, n° 3. p. 613-630. Rio de Janeiro, 2001.

- GENOVEZ, Patrícia Falco. *Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado*. Revista Tempo, Niterói, v.16, nº 30, p.243-266, 2011.
- GILBERT, Bentley B. The Decay of Nineteenth-Century Provident Institutions and the Coming of Old Age Pensions in Great Britain. The Economic History Review, New Series, Vol. 17, N°. 3. (1965).
- GODOY, Marcelo Magalhães. BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora, Minas Gerais 1850-1870*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.
- GOULDNER, Alvin W. The norm of reciprocity: a preliminary statement. American Sociological Review, 25:161, abril, 1960.
- HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). Estudos Históricos, 101, 1993.
- KIDD, Alan. Philanthropy and the Social History Paradigm. Social History Journal, (21), 1996.
- KIDD, Alan. The Invention of Poverty. Labour History Review, (56), 1991.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *A reflexão conceitual na prática historiográfica*. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 15, nº 1/2, 2007.
- KUHLMANN, Moysés & ROCHA, José Fernando Teles. —Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. Cadernos de Pesquisa, vol. 36, nº 129, São Paulo, 2006.
- MAGALHÃES, Sônia. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX, História, Ciência, Saúde - Manguinhos, vol. 11 (3): 661-83 Rio de Janeiro, set.- dez., 2004.
- MARQUES, Rita de Cássia. *A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX*. Revista Dynamis vol.31 nº.1 Granada, Barcelona, 2011.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. —Estado e amparo social no Império do Brasil (1822-1831), Revista Abet, vol. 3, nº 1, São Paulo, Junho, 2003.
- MARTINS, Marcos Lobato. O Debate sobre Trabalho Escravo, Abolicionismo e Trabalho Livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880). Revista Esboços, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012.

- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *A Arte das Corporações de Ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial*. CLIO, Revista de Pesquisa Histórica. Aprovado em 20\07\2012.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Os Cuidados com a Saúde e a Caridade: a construção e o cotidiano do Hospital Pedro II na cidade do Recife durante a segunda metade do século XIX*. sÆculum - Revista de História [28]; João Pessoa, jan./jun. 2013.
- MOTT, M. L. B. Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 24, p. 41-67, 2005.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral. —As portas da vida para as filhas da caridade: formas de inserção social das mulheres expostas (Recife, 1830-1860). SAECULUM- Revista de História, 11, João Pessoa, ago.-dez. 2004.
- NEGRÃO, Ana Maria M. *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãs, 1870-1960*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2004.
- NETO, Silveira. *O Senado Mineiro (1891-1930)*. Revista de Informação Legislativa. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180955/000357588.pdf?sequence=3>. Acesso em 17/02/2015.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. *Do cuidado da alma ao cuidado do corpo: uma nova compreensão da história da enfermagem*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, vol.51, n°3. p.431-446. Jul\set, 1998.
- PASCOAL, Isaías. *Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007.
- PEREIRA, Denise; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Espaço Religioso e Espaço Turístico: significações culturais e ambiguidades no Santuário do Caraça/MG. Revista Organização & Sociedade, v.12, n° 34. Julho/Setembro, 2005.
- PEROSA, Roberto. *Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século*. Rev. adm. empres. [online]. 1980, vol.20, n.1, pp. 63-78. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901980000100005>
- PIVA, Izabel & SIQUEIRA, Maria da Penha. *A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: Ação Da Irmandade no Atendimento à Pobreza em Vitória - ES (1850-1889)*. Revista Agora, n°2, Vitória, 2005.
- PIMENTA, E. Órsi. *A Constituição republicana e o federalismo mineiro: perspectivas histórico-metodológicas*. Revista de Informação Legislativa, v. 26, n. 104, p. 283-298, out./dez. 1989.

PONTES, José Linhares. Filosofia das Misericórdias do Brasil. *Mundo Saúde*, 19 (10): 359-63, [s.l.], nov-dez, 1995.

QUIROGA, Ana Maria. —Assistência e Poder: revendo uma articulação histórica, *Revista Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social*. PPGSS-UFRJ. vol. 18, nº 1. Rio de Janeiro, 2009.

REVISTA CMB 40 anos – Quatro décadas de compromisso com a saúde no Brasil Edição Histórica, Editora Athalaia, [s.l.], Dezembro, 2003.

RICUPERO, Rubens. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia e o padre António Vieira na construção da sociedade brasileira. *Revista Electrónica sobre a Reforma do Estado*, nº 4, dez. 2005, jan.-fev. 2006. Disponível em [www.direitodoestado.com.br](http://www.direitodoestado.com.br).

SANTIROCCHI, Ítalo Domingues. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma*. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, nº 2, Agosto/Dezembro de 2010. <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>. p.24.

SANGLARD, Gisele. *A Construção dos Espaços de Cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. *Revista Esboços da UFSC*, nº 16. 2006.

\_\_\_\_\_, Gisele. *A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis - SC, v. 16, p. 11-33, 2006.

SANTOS, Isabela Soares; UGA, Maria Alicia Dominguez; PORTO, Sílvia Marta. O mix público-privado no Sistema de Saúde Brasileiro: financiamento, oferta e utilização de serviços de saúde. *Ciência, Saúde Colectiva*, vol. 13, nº 5. Rio de Janeiro, Outubro, 2008.

SILVA, Cláudia. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, ano 8, nº 15, Porto Alegre, jan.-jun., 2006.

SILVA, Márcia Regina Barros da. *Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910)*. *Revista VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.395-420, jul/dez 2010.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX*. *Revista Dynamis*. 2011, vol.31, nº 1, pp. 41-63.

\_\_\_\_\_, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. *Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX*. *Ciência & saúde coletiva*. 2011, vol.16, n.2, pp. 387-396.

SILVEIRA, Carlos Henrique Pinto da. A Irmandade da Misericórdia: disputas pelos ritos fúnebres e urbanização em São Luís na segunda metade do século XIX. Outros Tempos Dossiê Religião e Religiosidade, vol.5, nº 6. São Luís: Dezembro, 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha. Pobreza no Brasil colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira, *Histórica*, Revista Electrónica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 34, São Paulo, 2009.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias*. Revista Dynamis. vol.31 nº.1 Granada, Barcelona, 2011.

SPOSATI, A. *Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVIII, n. 55, p. 9-38. novembro, 1997.

STREB, Luís Guilherme. —Santa Casa de Misericórdia, Hospício São Pedro and madness: notes on the origins of psychiatry. In Porto Alegre. Revista de Psiquiatria. Rio Grande do Sul, vol. 29, nº 1, Porto Alegre, Abril, 2007.

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. MARQUES, Rita de Cássia. *Enfermeiros e saúde pública em Belo Horizonte: combatendo doenças e educando para a saúde (1897-1933)*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 37-54, out./dez. 2014. Editora UFPR.

VENÂNCIO, Renato P. *Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775-1875*. Diálogos, Maringá, v. 4, n.4, p. 111-123, 2000.

VISCARDI, Cláudia. *Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano*. In: Revista Brasileira de História – Dossiê: Repúblicas. ANPUH, vol.29, nº 58, jul.-dez. 2009.

\_\_\_\_\_, Cláudia Maria. *Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro*. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLII, p. 95-109, 2006.

#### **Anais de Simpósios e Congressos:**

ANDRADE, Renata Fernandes Maia; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. *Crianças suas Cores e suas Culturas: a multiculturalidade na sala de aula*. Anais do V Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares – Entre o Individual e o Coletivo. Uninove, 2007.

ANDRADE, Rômulo. *Legitimidade e alforria de crianças escravas na província de Minas Gerais*. X CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 10, 2001, Rio de Janeiro.

Anais do X Congresso Internacional da Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África. Rio de Janeiro: Educam, 2001.

ARRUDA, Maria Aparecida. *Igreja e Normalização de Professores em São João Del Rei* (Minas Gerais). Revista História da Educação (online). Porto Alegre, vol.16, nº38, set/dez 2012.

\_\_\_\_\_, Maria Aparecida. BENEVIDES, J. R. S. ; ELEUTERIO, W. A. L. ; SILVA, G. F. ; VALE, A. S. *Do Colégio Santo Antônio à Universidade Federal de São João Del Rei: caminhos e descaminhos de sua trajetória (1909-2002)*. III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, v. 3, p. 1-16, 2005.

BORGES, Célia Maia. *As Representações Religiosas, As Práticas Culturais e os Símbolos Sagrados: os Irmãos do Santíssimo Sacramento na Colônia*. Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. *A Constituição Brasileira de 1891 e o Federalismo Norte-Americano*. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Tema: Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos. 06, 07, 08 e 09 junho de 2012 – Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia – MG. <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e00da03b685a0dd1>

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996.

GOMES, Daniela Gonçalves. *As Ordens Terceiras em Minas: suas Interações e Solidariedades no Século XIX*. Anais do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridações. Campo Grande-MS, 2009.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Pedagogia Vicentina: as Primeiras Escolas Confessionais Femininas em Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX (Mariana e Diamantina)*. Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO “O Ensino e a Pesquisa em História da Educação”. 9 a 12 de Novembro/2008. ARACAJU - SERGIPE – BRASIL. UFS/UNIT.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR\UFMG, 1982.

NARCISO, Anderson J.A. *O médico e a escola: a educação nas discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904-1920)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de

História: “Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios”. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis, SC. [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434393034\\_ARQUIVO\\_ArtigoNARCISOmedicoeaescolaANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434393034_ARQUIVO_ArtigoNARCISOmedicoeaescolaANPUH2015.pdf)

PINTO, Ana Paula Magno. *Assistência, Saúde e Sociedade na Zona da Mata Mineira (1895-1939)*. Anais XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868\\_ARQUIVO\\_AnaPaula.ANPUH.2014.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400508868_ARQUIVO_AnaPaula.ANPUH.2014.pdf)

PORTO, Ângela. Fontes para a História da Saúde dos escravos no Brasil, 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/AngelaPorto.pdf>.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro - Juiz de Fora 1870 – 1900*. Artigo apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF>.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Varíola e a vacina: visões e reações da sociedade mineira no século XIX. XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaeavacina.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300240338_ARQUIVO_ANPUH2011-AnnyJTSilveiraVariolaeavacina.pdf)

WEBER, Beatriz. *Caridade e Assistência Social: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul, 1880-1920*, (UFSM, Brasil) CD-ROM dos Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre, 2000.

### **Publicações Oficiais:**

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte, 1989. CINPE – Conselho de Informação e Pesquisa. Coordenação: DULCI, Otávio Soares. IGLÉSIAS, Francisco.

\_\_\_\_\_. *Coleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*. Expedidos de 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933.

Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. *Coleção de Leis do Império do Brasil 1871*. Página 147 Vol. 1 (Publicação Original).

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf#page=6>.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª Ed. v 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Geociências. *Divisão Do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 1990.

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)

Presidência da República. *Coleção das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Gerais do ano de 1888*. Acervo: Legislação.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D0001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0001.htm)

Supremo Tribunal Federal. VASCONCELLOS, Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. 1917. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=208>

### **Blogs e Sites:**

Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.

Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Senac Minas Gerais. Descubra Minas. com: Turismo. [http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod\\_destino=9&cod\\_atrativo=251](http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=9&cod_atrativo=251)

Trem da História. MARCHESOTTI, Ana Paula Almeida. *Mosteiro de Macaúbas: retrato vivo da História e religiosidade mineiras*. Texto escrito em 12 de janeiro de 2009.

<http://tremdahistoria.blogspot.com.br/2009/01/mosteiro-de-macabas-retrato-vivo-da.html>

MUSPAM – Museu Histórico de Pará de Minas.

[http://www.muspam.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159:torquato-de-almeida&catid=36:textos&Itemid=89](http://www.muspam.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159:torquato-de-almeida&catid=36:textos&Itemid=89)

### **Teses e Dissertações:**

ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)* Tese de

Doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.  
[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2007\\_1-282-DO.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2007_1-282-DO.pdf)

BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Dissertação de Mestrado em História, pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Direito, História e Serviço Social. UNESP: Franca, 2006.  
[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93293/bonsembiante\\_mm\\_me\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93293/bonsembiante_mm_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHRISPIM, Karol Gruchenhka Lupatini. *Irmandade de Santo Antônio dos pobres de Simão Pereira (1867-1875): vivenciando conflitos e solidariedades*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2006. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Lígia Maria Osório Silva.

COSTA, Alexandre J. G. *Frades na cidade de papel: A ação social católica em São João Del Rei (1905-1925)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal*. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro Primeira Metade do Século XIX. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2000.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *CONEXÕES VICENTINAS: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese de Doutorado.

Belo Horizonte: UFMG, 2010. Faculdade de Educação. Orientadora: Profa. Dra. Thaís Nívia de Lima e Fonseca.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *O Hospício da Diamantina. 1889 – 1906*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. 2004. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. Mimeo.

PINHEIRO, Luciana Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, julho de 2003.

PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *O cuidar na atuação das irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2005.

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *A Organização Social dos Trabalhadores Fabris em São João Del Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense. 1891-1935*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2003.

REZENDE, Irene Nogueira. *Negócios e Participação Política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese de Doutorado, USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008.

ROCHA, Leila. *Caridade e Poder: A irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas 1871- 1889*. Tese de mestrado. UNICAMP, São Paulo, 2005.

SANTOS, Patrícia Ferreira. *As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, 11 (2011) 195-221.

SANTOS, Welber Luiz dos. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João Del Rei (1877-1898)*. Dissertação de Mestrado. UFOP, 2009.

SILVA, Márcia Regina Barros. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese de doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2003.

SOUSA, Cristiano Oliveira de. *Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII)*. Dissertação de Mestrado. UFJF-PPGHIS, 2008.

SOUZA, Simone Elias. *Os socorros públicos no Império do Brasil 1822 a 1834*, Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

TAVARES, Amanda Pereira Nunes. *História Social da Hanseníase no Nordeste de Minas Gerais*. 2013. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre (1847 – 1891)”. PUC – RS. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2014.*

\_\_\_\_\_, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibérico-Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Mestrado em História. USP, 1988.

VIEIRA, Marina Tucunduva. *Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

VILARINHO, Paulo Ferreira *A formação do Campo da Saúde Suplementar no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira. *O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu*, Cadernos EBAPE.BR, vol. II, nº 3, Rio de Janeiro, Dezembro, 2004.

### **Dicionários e acervos online:**

Cedeplar - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872* (Relatório Provisório). [http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf). Janeiro de 2012.

CRL - Center for Research Libraries. Brazilian Government Documents. *Relatório dos Presidentes de Província de Minas Gerais (1830-1930)*. [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

FGV: Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*.  
<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/7>

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.  
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>

Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. PR\_SPR\_00423\_720429 *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1891-1930*.

IHGB. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Efemérides*.  
<http://www.ihgb.org.br/acervo1.php>

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO Elza Berquó – NEPO. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1998. Centro de Documentação. BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos*.  
<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes.html>

Senado Federal. Portal do Senado. Biblioteca Digital. Obras Raras. [COSTA, Antonio de Macedo, Bispo do Pará, 1830-1891](#). Lisboa: Lallemand Freres, 1886.

Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ. *Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei. Inventário de Fontes do Acervo da Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei XVIII-XX*. Organizado por DECIS/UFSJ - Coordenação Profa. Maria Leônia Chaves de Resende e Profa. Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves. Livro nº1 (1890-1941). Administração Geral. <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/labdoc/misericordia.pdf>.

**ANEXOS:****1 - Fontes do Arquivo Público Mineiro: Documentos da Secretaria do Interior – SI****Série 10: Saúde Assistencia Pública**

1895-1896 – Correspondência expedida pela Inspetoria de Higiene do Instituto Nacional de Minas Gerais. SI-395.

1898- Requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas. SI-1598.

1903 – Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios. SI-1631.

1903 – Matrícula dos empregados da assistência e alienados. SI-408.

1094 – Correspondência pelo Secretario do Interior referente à Assistência aos Alienados. SI-1652.

1906 – Correspondência referente à Saúde e Assistência Pública. SI-1669.

1906 – Correspondência referente à Assistência de Alienados. SI-1964.

1907 – Correspondências pelo Secretário do Interior referente à Saúde e Assistência Pública (estatísticas sanitárias, comunicados de falecimento, relações de contas dos enfermos). SI-1684.

1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). SI-1681.

1907 – Requisição de verbas para o sustento de casas de caridade. SI-1682.

1907-1908 – Correspondência referente a asilos. SI-1698.

1908 – Correspondência pelo Secretario do Interior referente à administração de casas de caridade. SI-1713.

1909 – Relatórios, listas de doentes, requisições referentes a verbas e casas de caridade. SI-1730.

1911 – Correspondência recebida e expedida pelo Secretário do Interior e documentos diversos referentes a casas de caridade. SI-1760.

1913 – Correspondência recebida e expedida pelo Secretário do Interior e documentos diversos referentes a casas de caridade. SI-1782.

1913 – Documentos de Socorros Públicos. SI-1780.

1913 – Relatórios de funcionamento de casas de caridade (requisições de verbas para manutenção de casas de caridade). SI-1802.

1914 – Correspondência referente a auxílios e subvenções a casos de caridade, associações beneficentes, hospitais. SI-1815.

1914 – Requisições referentes a pagamento de gratificações, para despesas de hospitais e socorro público. SI-1886.

1915 – Avisos de remessas de documentos, lista de asilados, pedido de pagamento de subvenções e documentos referentes a socorro público. SI-1840.

1915 – Comunicados de posse, relatórios dos hospitais, pedidos e verbas e outros papéis referentes a estabelecimentos subvencionados pelo Estado. SI-1842.

1916 – Pedidos de renovação de contrato, pedidos de pagamentos de serviços, pedidos de publicações de relatórios e papéis referentes a socorro público. SI-1844.

1918 – Requisições referentes a pagamento de serviços médicos, avisos de remessas de documentos. SI-1883.

1918 - Requisições referentes a pagamento para associações beneficentes, relações de doentes internos. SI-1884.

1919 – Correspondência referente à Saúde e Assistência Pública. SI-1888.

1919 – Correspondência referente à Saúde Pública e Assistência Pública. SI-1901.

1919 – Correspondência referente à Saúde Pública e Assistência Pública. SI-1898.

1920 – Correspondência referente à Saúde e Assistência Pública. SI-1919 e SI-1922.

1921 – Correspondência referente a obras para Assistência Pública e radium. SI-1936 e SI-1937.

1921 – Pedidos de verbas para despesas, listas de doentes internados e documentos referentes a socorros públicos. SI-1938.

1922 – Correspondência referente a socorros públicos. SI-1962.

1922 – Correspondência referente a obras para Assistência Pública e radium. SI-1960 e SI-1961.

1923 – Correspondência referente a obras para Assistência Pública e radium. SI-1984 a SI-1986.

1923 – Correspondência referente a casas de caridade. SI-1983.

Não Encadernada

1906-1908 – Correspondências referentes a pedidos de auxílio para casas de caridade, asilos e santas casas do estado. SI10 Cx 14 Pacote 19.

1911-1913 – Correspondências solicitando subvenções, auxílios e verbas para casas de caridade do estado. SI10 Cx 15 Pacote 01.

1912-1913 – Correspondências solicitando auxílios e verbas para asilos e casas de caridade do estado. SI10 Cx 15 Pacote 02.

1914 – Correspondências solicitando auxílio financeiro para asilos e casas de caridade do estado. SI10 Cx 15 Pacote 07.

1915 – Correspondências referentes a pedido de pagamento a casas de caridade, asilos e hospitais do estado. SI10 Cx 15 Pacote 09.

1916-1918 – Correspondências referentes a pedido de pagamento de despesas de casas de caridade. SI10 Cx 15 Pacote 11.

1918 – Quadro de Movimentação de Internos do Asilo Afonso Pena. SI10 Cx 15 Pacote 12.

## 2 - Circular da Secretaria do Interior, 1907



Pela..... Secção

N. ....

## CIRCULAR

## Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes

Bella Horizonte, 5 de Julho de 1907

Sr. Promotor de Justiça da comarca de.....

Querendo conhecer a organização e a vida das innumeráveis associações de caridade existentes no Estado, as quaes estão sob vossa immediata fiscalização. ex-vi do disposto no art. 226 n. 10 da lei 375 de 1903, que as equipara aos menores e interditos, para o effeito de serem defendidas pelos representantes do ministerio publico, rogo-vos informeis a esta Secretaria, em relatório minucioso:

- a) a organização das associações de caridade existentes em vossa circumscripção ;  
 b) os nomes de seus actuaes administradores ;  
 c) o patrimonio de que dispõem e sua especie.

U este relatório juntareis cópia impressa ou manuscrita, mas authentica :

- a) do ultimo relatório ;  
 b) das contas prestadas pela administração, em juizo ou fóra d'elle, com relação ao anno findo.

Outrosim, sendo algumas dessas associações subvencionadas pelo Estado, determino as fiscalizeis com a maxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitaes e casas pias.

De tudo o que observardes nessas visitas, a que ligo grande importancia, fareis lavrar um termo em livro proprio, que vos será fornecido pela associação subvencionada.

Nesse termo mencionareis com clareza :

- 1.º os doentes ou assistidos, com menção do nome de cada um, idade presumivel, nacionalidade, estado e côr ;
- 2.º as molestias ;
- 3.º o tratamento ;
- 4.º a dieta ;
- 5.º si no estabelecimento, hospital ou casa pia, são observadas as regras de hygiene hospitalar.

## 3 - Circular Secretaria do Interior, 6 de março de 1923



2ª SECÇÃO  
Circular

# Secretaria do Interior

Bello Horizonte, 6 de Março de 1923.

Sr. Presidente da Camara Municipal de

---

Pretendendo fazer um inquerito sobre a vida dos estabelecimentos de caridade e instituições de utilidade publica existentes no Estado, rogo-vos responder aos itens do questionario junto, devolvendo-me o impresso com a brevidade que vos for possivel.

São dispensaveis os dados quanto à Caixa Escolar, por ter já esta Secretaria a matricula de todas as existentes.

Aproveito o ensejo para vos reiterar meus protestos de viva estima e distincta consideração.

*Fernando Mello Vianna*

SECRETARIO DO INTERIOR

## 4 - Questionário anexo à circular da Secretaria do Interior, 6 de março de 1923

 **QUESTIONARIO**

SECRETARIA DO INTERIOR  
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
SECRETARIA DO INTERIOR  
1923  
MAR 6 1923

1.º) *Existem nesse municipio hospitaes de caridade, casas de saúde, asylos de orphãos, da infancia abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos mudos, de loucos e outros que taes?* Não.

2.º) *Qual a denominação de cada um delle-s?*  
\_\_\_\_\_

3.º) *Quando foram fundados?* \_\_\_\_\_

4.º) *Têm funcionado ininterrupta e regularmente?*  
\_\_\_\_\_

5.º) *Quaes os serviços prestados durante o seu funcionamento?* \_\_\_\_\_

6.º) *Possuem esses estabelecimentos predio proprio?*  
\_\_\_\_\_

7.º) *Qual o montante de seu patrimonio actual?* \_\_\_\_\_

*observações: - Existe aqui um 'Alberque Noturno', fundado em 1918.*

*Data* S. João Nepomuceno, 24 de março de 1923.

*Assignatura* Francisco Yagari.

## 5 - População do Estado de Minas Gerais de 1900 a 1912

258

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

População do Brazil  
Population du

ESTADOS ÉTATS	1900	1901	1902	1903	1904
Alagoas.....	649.273	664.773	680.643	696.892	713.529
Amazonas.....	249.756	260.075	270.822	282.012	293.664
Bahia.....	2.117.956	2.163.225	2.209.465	2.256.693	2.304.930
Ceará.....	849.127	874.038	899.680	926.074	953.243
Districto Federal.....	691.565	707.441	727.919	749.180	771.276
Espirito Santo.....	209.783	221.945	234.812	248.425	262.827
Goyaz.....	255.284	270.054	285.679	302.208	319.693
Maranhão.....	499.308	514.963	531.109	547.762	564.936
Matto Grosso.....	118.025	125.212	132.837	140.926	149.508
Minas Geraes.....	3.594.471	3.680.278	3.768.134	3.858.087	3.950.187
Pará.....	445.356	479.083	515.364	554.392	596.376
Parahyba do Norte.....	490.784	501.382	512.209	523.270	534.570
Paraná.....	327.136	345.060	363.966	383.908	404.943
Pernambuco.....	1.178.150	1.215.071	1.253.149	1.292.420	1.332.922
Piauhy.....	334.328	344.141	354.242	364.640	375.343
Rio de Janeiro.....	926.035	959.180	993.511	1.029.071	1.065.904
Rio Grande do Norte.....	274.317	285.331	296.787	308.703	321.097
Rio Grande do Sul.....	1.149.070	1.188.792	1.229.887	1.272.402	1.316.387
Santa Catharina.....	320.289	331.788	343.700	356.040	368.823
São Paulo.....	2.282.279	2.385.082	2.492.516	2.604.789	2.722.120
Sergipe.....	356.264	360.494	364.774	369.105	373.487
Territorio do Acre.....	—	—	—	—	—
<b>BRAZIL.....</b>	<b>17.318.556</b>	<b>17.877.408</b>	<b>18.461.205</b>	<b>19.066.999</b>	<b>19.695.765</b>

## POPULAÇÃO

259

## por Estados (1900-1912)

Brésil par États

1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912
730.563	748.004	765.862	781.484	797.546	814.060	831.049	848.526
305.798	318.433	331.591	340.304	349.332	358.695	368.406	378.476
2.354.195	2.404.517	2.455.913	2.512.846	2.571.512	2.631.989	2.688.400	2.746.443
981.209	1.009.995	1.039.627	1.065.072	1.091.668	1.119.489	1.148.628	1.179.197
794.266	812.342	824.040	825.812	842.822	870.475	921.987	975.818
278.064	294.184	311.237	320.734	330.587	340.805	351.404	362.409
338.190	357.757	378.456	387.740	397.386	407.405	417.823	428.661
582.649	600.917	619.758	631.986	644.544	657.453	670.371	683.645
158.612	168.271	178.519	180.903	183.358	185.882	188.476	191.145
4.044.486	4.141.036	4.239.892	4.317.513	4.397.400	4.479.689	4.555.279	4.628.553
641.540	690.124	742.387	755.880	769.690	783.845	796.679	809.886
546.114	557.907	569.955	581.284	592.954	604.985	617.384	630.171
427.130	450.533	475.220	489.871	505.290	520.688	537.630	554.934
1.374.693	1.417.773	1.462.203	1.496.907	1.532.884	1.570.183	1.608.871	1.649.023
386.360	397.702	409.376	415.543	421.823	428.216	434.720	441.350
1.104.055	1.143.571	1.184.501	1.211.090	1.238.411	1.266.481	1.295.327	1.325.929
333.989	347.399	361.346	373.281	385.701	398.644	411.169	424.308
1.361.893	1.408.972	1.457.678	1.501.750	1.547.273	1.594.439	1.638.525	1.682.736
382.065	395.783	409.993	420.112	430.546	441.309	452.471	463.997
2.844.736	2.972.875	3.106.785	3.209.165	3.329.355	3.455.030	3.578.162	3.700.350
377.921	382.408	386.948	394.421	402.076	409.931	417.980	426.234
—	—	—	65.000	69.457	74.484	80.175	86.638
20.348.528	21.020.503	21.711.287	22.278.698	22.831.615	23.414.177	24.010.916	24.618.429

## 6 - Crescimento população Belo Horizonte 1872-1010

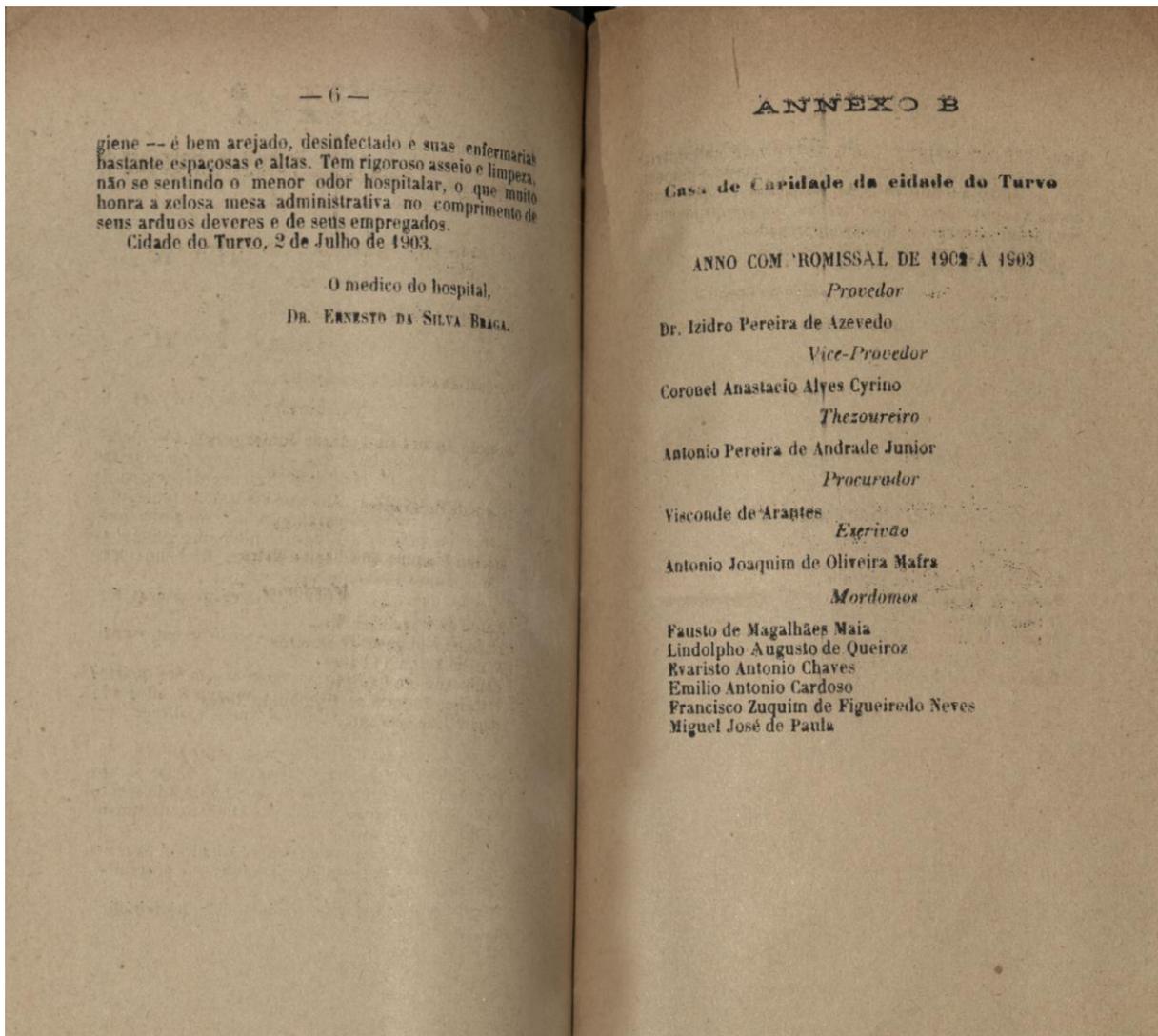
POPULAÇÃO		257		
Crescimento médio annual da população das Capitaes dos Estados do Brazil (1872-1890, 1890-1900 e 1900-1910)				
Accroissement moyen annuel de la population des Capitales des États du Brésil				
CAPITAES CAPITALES	CRESCIMENTO MÉDIO ANNUAL ACCROISSEMENT MOYEN ANNUEL			
	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1910	
Aracajú.....	0,0302	0,0261	0,0261	
Belém.....	—	0,0679	0,0700	
Bello Horizonte.....	—	—	0,1002	
Curityba.....	0,0375	0,0732	0,0203	
Cuyabá.....	—	0,0680	—	
Districto Federal.....	0,0363	0,0284	0,0233	
Florianopolis.....	0,0099	0,0049	0,0182	
Fortaleza.....	—	0,0169	0,0313	
Goyaz.....	—	—	0,0161	
Maceió.....	0,0072	0,0146	0,0534	
Manãos.....	0,0155	0,0265	0,0254	
Natal.....	—	0,0158	0,0535	
Nictheroy.....	—	0,0454	0,0412	
Parahyba.....	—	0,0444	0,0425	
Porto Alegre.....	0,0098	0,0346	0,0586	
Recife.....	—	0,0014	0,0551	
São Luiz.....	—	0,0230	0,0381	
São Paulo.....	0,0412	0,1396	0,0375	
São Salvador.....	0,0169	0,0167	0,0448	
Therezina.....	0,0210	0,0370	0,0070	
Victoria.....	0,0025	—	0,0448	

## 7 - Esmolas da Santa Casa de Misericórdia de Campanha – 1920

NOMES	QUANTIAS	
Snr. Virgilio Maia	520.000	
D. Maricota Valdetaro	250.000	
D. Celina de Paula Machado	207.000	
Snr. Souza (Casa Souto Maior)	200.000	
Snra. Castro Maia	150.000	
Irmã Destilloux	150.000	
Dr. Marianno de Vasconcellos	144.000	
		1:621\$000
D. Delmira Soares	100.000	
Visconde de Moraes	100.000	
Irmã Lassus	100.000	
Irmã Cecília Magalhães	100.000	
Dr. Queiroz de Barros	100.000	
Casa Sucena	100.000	
Manoel Alves de Azevedo	100.000	
D. Henriqueta Valladão Rezende	100.000	
Rev. Mere Agalhe Sion	100.000	
Rev. Superiora Geral de Sion	100.000	
Banco do Brasil – Victoria	100.000	
Snr. Homero Pereira	100.000	
Francisco Moura Brazil	100.000	
D. Aida Carvalho Pereira	100.000	
		1:400\$000
Snra. Guimarães	86.000	
D. Hortencia Valdetaro	70.000	
Irmã Izabel Barroca	70.000	
D. Zina Almeida Magalhães	70.000	
Snra. Pereira Pinto	70.000	
Snr. Francisco Mendes de Brito	60.500	
D. Lucia Meirelles	60.000	
D. Constança Valdetaro	60.000	
D. Maria Julia Cesar de Souza	60.000	
Revm. Pe. Ruella	60.000	
		675\$500
Irmã Ricard	50.000	
Ver. Mére Dieudonné de Sion	50.000	
Revm. Pe. Renault	50.000	
Stella Moura Brazil de Andrade	50.000	
D. Maria Pimenta Duarte	50.000	
Snra. Hygino	50.000	
Irmã Valdetaro	50.000	
D. M. da Glória Valdetaro	50.000	
Gastão Mello Barretto	50.000	
		450\$000

## 8 - Casa de Caridade Turvo

1903



— 6 —

giene -- é bem arejado, desinfectado e suas enfermarias bastante espaçosas e altas. Tem rigoroso asseio e limpeza, não se sentindo o menor odor hospitalar, o que muito honra a zelosa mesa administrativa no cumprimento de seus arduos deveres e de seus empregados.

Cidade do Turvo, 2 de Julho de 1903.

O medico do hospital,

DR. ERNESTO DA SILVA BRAGA.

## ANNEXO B

## Casa de Caridade da cidade do Turvo

ANNO COM PROMISSAL DE 1902 A 1903

*Provedor*

Dr. Izidro Pereira de Azevedo

*Vice-Provedor*

Coronel Anastacio Alyes Cyrino

*Thezoureiro*

Antonio Pereira de Andrade Junior

*Procurador*

Visconde de Arantes

*Escrição*

Antonio Joaquim de Oliveira Mafra

*Mordomos*

Fausto de Magalhães Maia

Lindolpho Augusto de Queiroz

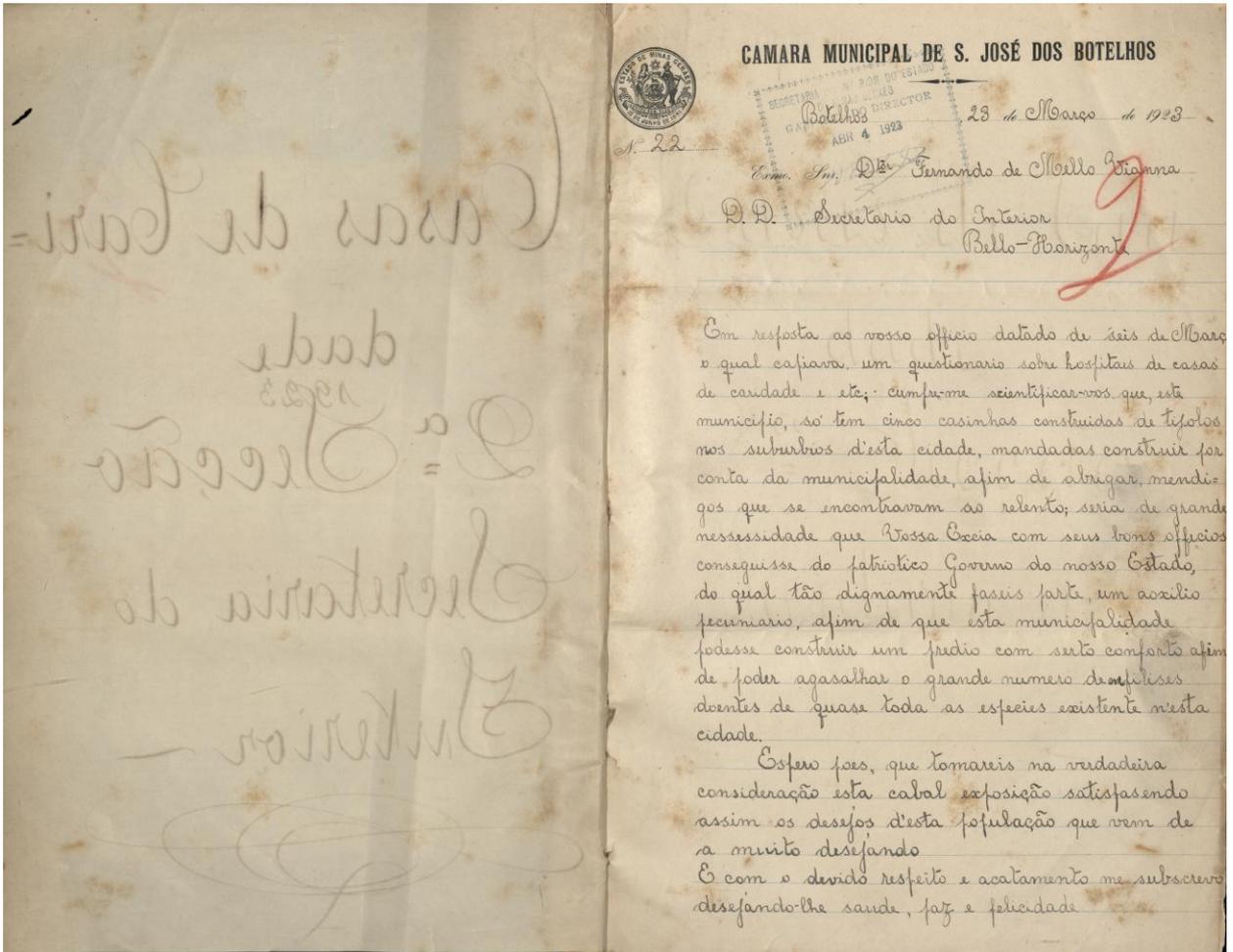
Evaristo Antonio Chaves

Emilio Antonio Cardoso

Francisco Zuquim de Figueiredo Neves

Miguel José de Paula

9 – Ofício da Câmara Municipal de Botelhos para a Secretaria do Interior



Em resposta ao vosso officio datado de seis de Março  
o qual cahia, um questionario sobre hospitaes de casas  
de caridade e etc; cumpri-me scientificar-vos que, esta  
município, só tem cinco casinhas construidas de typhos  
nos suburbios d'esta cidade, mandadas construir por  
conta da municipalidade, afim de abrigar mendic-  
gos que se encontravam ao relento; seria de grande  
necessidade que Vossa Excia com seus bons officios  
consequisse do patriótico Governo do nosso Estado,  
do qual tão dignamente fazeis parte, um auxilio  
pecunario, afim de que esta municipalidade  
podesse construir um predio com certo conforto afim  
de poder agasalhar o grande numero de infelizes  
doentes de quase toda as especies existente nesta  
cidade.

Espero pois, que tomareis na verdadeira  
consideração esta cabal exposição satisfazendo  
assim os desejos desta população que vem de  
a muito desejando  
E com o devido respeito e acatamento me subscrevo  
desejando-lhe saude, paz e felicidade

Handwritten text on the reverse side of the paper, appearing as a mirror image of the typed text on the right. It includes the name "Secretaria do Interior" and other illegible cursive words.

10 – Offício da Câmara Municipal de Barbacena para a Secretaria do Interior

e regulamentar? Sim.

4. *Em que os serviços prestados durante o seu funcionamento?*  
 Tem criado e educado gratuitamente mais de 300 orphãs internas, ministrando-lhes o ensino primario e secundario conforme o programma do Estado, applicando-as aos trabalhos manuaes, de agulha, flores artificiaes, e formando-as a todos os misteres domesticos. Quando as orphãs attingem a idade de 18 a 21 annos, deixam o Estabelecimento. Ao Asylo estão annexos dois externatos onde se acham matroulados annualmente umas 200 oriangas, sendo uns 80 do sexo masculino e 140 do feminino a maior parte indigente, de fórmas que o Estabelecimento ministra-lhes também gratuitamente a instrução primaria. Annexo ao Asylo acha-se ainda um Dispensario para os pobres da cidade.

5. *Por que preço proprio?* Sim

6. *Qual o montante do patrimonio actual?*  
 100 apolices de 1:000\$000, a 5%. Como se vè, sendo a renda extremamente diminuta, é preciso que o Asylo recorra á caridade publica, e ao muito trabalho para poder manter as 80 orphãs que actualmente abriga.

*Com de e fraternidade*  
*Presidente do Municipio*  
*José Maria Ribeiro*

 *recular 2045*

Camara Municipal de Barbacena  
 Barbacena, 2 de Maio de 1906  
 M.<sup>o</sup> Sr. Gerente do Dispensario de Santa Isabel junto ao Asylo de Orphãs.

Protestando o Governo do Estado, conforme uma Circular de 6 de Agosto, 1905, dirigida a esta Municipalidade, para que se inquire sobre a vida dos estabelecimentos de caridade e instituições de utilidade publica existentes no Estado, e pedir a esta Municipalidade informações a respeito, sobre os aqui existentes, pego-vos o cuidado de responder aos itens do questionario abaxio, rel adivamente a esta Instituição, após do que me devolvendo a presente Circular, com a brevidade de que vos for possível?

1. *Qual a denominação?*  
 Rouparia Dispensario Santa Isabel.

2. *Em que foi fundada?*  
 A 10 de Maio de 1906.

### 11 – Quadro das instituições de caridade existentes no estado de Minas Gerais em 1923 <sup>534</sup>

Cidade	Instituição	Fundação
Abaeté	Conferência de São Vicente de Paulo	1901
	Casa de Caridade de São Vicente de Paulo	1917
Abre Campo	Santa Casa de Misericórdia	1907
	Hospital Nossa Senhora das Dores	1914
Águas Virtuosas	Asilo São Vicente de Paulo	1910
	Hospital São Vicente de Paulo	1910
Aiuruoca	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
Alfenas	Santa Casa de Misericórdia (Casa de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)	1907
	Asilo São José	1918
Alto do Rio Doce	Hospital de São Vicente de Paulo	1918
Antônio Dias Abaixo	Hospital São Vicente de Paulo	1911
Araguary	Santa Casa de Misericórdia	1918
	Asilo Nossa Senhora do Rosário	1921
Arassuaí	Hospital São Vicente de Paulo	1893
	Albergue para tuberculosos	1915
	Casa para velhos desamparados (chamada Confraria Sociedade de São Vicente de Paulo)	1918
Araxá	Santa Casa de Misericórdia	1885
Baependi	Santa Casa de Misericórdia	1886
Bambuhy	Santa Casa de Misericórdia	1923
	Asilo São Vicente	1918
Barbacena	Rouparia Dispensário Santa Isabel	1908
	Sociedade São Vicente de Paulo	1896
	Asylo dos Sagrados Corações de Jesus Maria José	1885
	Santa Casa de Misericórdia	1858
Belo Horizonte	Hospital de São Geraldo	1919
	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	1899
	Hospital de São Vicente de Paulo	1920
	Asilo Afonso Pena	1912
	Instituto João Pinheiro	1912
	Orfanato de Santo Antônio	1911

<sup>534</sup> Levantamento feito a partir da circular de 1923. APM – Secretaria do Interior, SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Ver anexos 2 e 3. O papel das Santas Casas de Misericórdia e das Sociedades de São Vicente de Paulo na assistência aos pobres em Minas Gerais é analisado no capítulo 2. As cidades e suas denominações seguiram os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 1912. [http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=10](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10)

<b>Bocayuva</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1905
<b>Bom Sucesso</b>	Asilo de Caridade de Bom Sucesso	1906
	Santa Casa de Misericórdia	1890
<b>Cabo Verde</b>	Santa Casa de Misericórdia	1911
<b>Caeté</b>	Asilo São Luiz	1878
	Santa Casa de Misericórdia	1905
<b>Caldas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1887
<b>Campanha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1856
	Asilo São José	1911
	Pavilhão para Tuberculosos	1912
	Dispensário de Santo Antônio	1922
<b>Campo Belo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1912
<b>Capelinha</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1914
	Conferência de São Vicente de Paulo	1902
	Associação das Damas de Caridade	1915
<b>Carangola</b>	Asilo de Inválidos São Vicente de Paulo	1907
	Santa Casa de Misericórdia	1907
<b>Caratinga</b>	Hospital Maria Auxiliadora	1911
<b>Carmo do Rio Claro</b>	Orfanato Nossa Senhora do Carmo	1917
<b>Cataguases</b>	Associação de Caridade de Cataguases	s/d
<b>Christina</b>	Santa Casa de Misericórdia	1915
<b>Cláudio</b>	Santa Casa de Misericórdia	1918
<b>Curvelo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1866
<b>Diamantina</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital de Santa Isabel)	1790
	Hospital de Nossa Senhora da Saúde	1901
	Asilo de Órfãs	1867
	Protetora da Infância	1911
	Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio	1902
	Conferencia da Imaculada Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo	1886
	Orfanato de Santo Antônio	1911
<b>Divinópolis</b>	Hospital de Nossa Senhora Aparecida	1918
<b>Dores da Boa Esperança</b>	Santa Casa de Misericórdia (Hospital Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança)	1918
<b>Dores do Indayá</b>	Santa Casa de Misericórdia	1896
<b>Entre Rios</b>	Hospital Cassiano Campolina	1910
<b>Estrela do Sul</b>	Conferência e Asilo de São Vicente de Paulo	1904
<b>Formiga</b>	Santa Casa de Misericórdia	1893
<b>Grão Mogol</b>	Santa Casa de Misericórdia	1873

<b>Guaranésia</b>	Santa Casa de Misericórdia	1911
<b>Guarará</b>	Hospital do Sagrado Coração de Jesus de Guarará	1910
<b>Guaxupé</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
	Asilo São Vicente	1922
	Instituto Profissional Nossa Senhora do Carmo	1923
<b>Itabira</b>	Hospital Nossa Senhora das Dores (Santa Casa de Misericórdia)	1859
	Casa de Caridade Manoel Gonçalves	1910
	Albergue São Vicente de Paulo	1903
<b>Itajubá</b>	Santa Casa de Misericórdia	1897
	Asilo Santa Isabel	1923
	Colégio Sagrado Coração de Jesus Instituto de Surdos e Mudos	1914
<b>Itapecerica</b>	Santa Casa de Misericórdia	1899
<b>Jaguary</b>	Santa Casa de Misericórdia	1916
<b>Januária</b>	Hospital de São Vicente de Paulo	1909
	Sanatório de Tuberculosos da Sociedade São Vicente de Paulo	1916
	Sociedade “Assistência aos Desvalidos”	s/d
<b>Juiz de Fora</b>	Asilo João Emílio	1895
	Santa Casa de Misericórdia	1854
<b>Lavras</b>	Santa Casa de Misericórdia	1865
<b>Lima Duarte</b>	Santa Casa de Misericórdia	1922
<b>Mar de Espanha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1898
	Instituto Barão São Geraldo (asilo de órfãos)	1913
<b>Maria da Fé</b>	Asilo de São Vicente de Paulo	1915
<b>Mariana</b>	Asilo de Órfãos do Colégio São Vicente de Paulo	1849
	Hospital São Vicente de Paulo	1917
	Orfanato São Miguel	1917
<b>Minas Novas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1895
	Conferência de São Vicente de Paulo de Minas Novas	1920
	Casa da Conferência de São Vicente de Sucurin	1918
<b>Monte Carmelo</b>	Asilo de São Vicente de Paulo	1922
<b>Monte Santo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1909
	Asilo São Vicente de Paulo	1918
	Villa Allan Kardec (anexa ao Centro Espírita Amor e Caridade)	1914
<b>Montes Claros</b>	Santa Casa de Misericórdia	1871
<b>Oliveira</b>	Santa Casa de Misericórdia	1899
<b>Ouro Preto</b>	Asilo de Santa Isabel	s/d
	Santa Casa de Misericórdia	1730
	Asilo de Santo Antônio	s/d

<b>Palmira</b>	Santa Casa de Misericórdia	1904
<b>Pará de Minas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1885
	Hospital de São Vicente de Paulo	1921
<b>Paraisópolis</b>	Casa de Caridade	1914
<b>Passos</b>	Santa Casa de Misericórdia	1865
<b>Passa Quatro</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906
	Orfanato Sant'Anna	1912
	Asilo de órfãos São José do Pé do Morro (situado no arraial Pé do Morro, pertencente ao município de Passa Quatro)	1903
	Casa de Caridade São Vicente de Paulo, em Pouso Alto (única que não funcionava mais em 1923)	1918
<b>Pedra Branca</b>	Santa Casa de Misericórdia Coronel Antônio José de Macedo	1911
<b>Perdões</b>	Santa Casa de Misericórdia	1922
<b>Peçanha</b>	Casa de Caridade de São João Evangelista	1913
<b>Pequi</b>	Conferência de São Vicente de Paulo	1900
<b>Piranga</b>	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1908
<b>Pirapora</b>	Hospital Regional e Prophylaxia Rural	1922
<b>Pitangui</b>	Santa Casa de Misericórdia	1872
	Hospital de Abadia da Conferência de São Vicente de Paulo	1908
<b>Piumhy</b>	Santa Casa de Misericórdia	1904
	Conferência de São Vicente de Paulo	s/d
<b>Pomba</b>	Asilo de São José	1923
<b>Ponte Nova</b>	Santa Casa de Misericórdia	s/d
	Hospital Nossa Senhora das Dores	s/d
	Asilo anexo ao Hospital	s/d
<b>Pouso Alegre</b>	Hospital São Vicente de Paulo (em anexo Orfanato Nossa Senhora de Lourdes)	1906
	Escola Profissional Agrícola Delfim Moreira	1917
<b>Prata</b>	Associação de São Vicente de Paulo	1910
<b>Queluz</b>	Orfanato Nossa Senhora de Nazareth	1905
	Santa Casa de Misericórdia	1906
<b>Rio Espera</b>	Asilo Hospital São Vicente de Paulo	1911
<b>Rio Novo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1912
	Asilo Cônego Agostinho	1914
	Albergue dos Pobres	s/d
<b>Rio Preto</b>	Santa Casa de Misericórdia	1886
	Santa Casa de Misericórdia (distrito de Santa Rita de Jacutinga)	1886
	Associação de São Vicente de Paulo	1914

<b>Sabará</b>	Santa Casa de Misericórdia	1812
	Hospital de Lázaros	s/d
<b>Sacramento</b>	Hospital São Vicente de Paulo	1901
	Casa de Caridade	1901
	Casa de Caridade do distrito de Conquista	1919
<b>Santa Bárbara</b>	Escola Apostólica “Nossa senhora Mãe dos Homens” (Colégio do Caraça)	s/d
<b>Santa Luzia (Macaúbas ou Jaboticatubas)</b>	Asilo de Macaúbas	1915
	Asilo de Nossa Senhora da Conceio de Jaboticatubas	1915
	Santa Casa de Misericórdia (Hospital São João de Deus)	1845
<b>Santa Rita de Cássia</b>	Hospital de Caridade Santa Isabel	1910
	Irmandade de São Vicente de Paulo	1920
<b>Santa Rita do Sapucahy</b>	Santa Casa de Misericórdia Antônio Moreira da Costa	1913
<b>Santo Antônio do Machado</b>	Santa Casa de Misericórdia	1905
	Asilo dos Pobres	1905
<b>Santo Antônio do Monte</b>	Associao de São Vicente de Paulo	1901
<b>São Gonçalo do Sapucaí</b>	Santa Casa de Misericórdia	1898
<b>São João Batista</b>	Santa Casa de Misericórdia	1912
<b>São João Del Rey</b>	Santa Casa de Misericórdia	1783
	Asilo Maria Thereza	s/d
	Asilo São Francisco de Assis	s/d
<b>São João Nepomuceno</b>	Albergue noturno	1918
<b>São José D’Além Paraba</b>	Hospital São Salvador	s/d
	Asilo de Mendigos Anna Carneiro	1921
<b>São Miguel do Jequitinhonha</b>	Hospital São Miguel Arcanjo	1920
<b>São Sebasto do Paraíso</b>	Santa Casa de Misericórdia	1916
	Irmandade São Vicente de Paulo	1918
<b>Serro</b>	Santa Casa de Misericórdia	s/d
<b>Sete Lagoas</b>	Santa Casa de Misericórdia	1881
<b>Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas)</b>	Asilo de São Vicente	1913
<b>Theóphilo Ottoni</b>	Hospital Santa Roslia	1913
	Hospital dos Tuberculosos	1916
	Hospital Américo Machado	1913
<b>Três Coraes</b>	Hospital de Caridade e Asilo São Vicente de Paulo	1919
<b>Turvo</b>	Santa Casa de Misericórdia	1894
<b>Ubá</b>	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1911
	Albergue Noturno São Vicente de Paulo	1913

	Hospital São Vicente de Paulo (distrito de Rodeiro)	1908
	Albergue Noturno São Vicente de Paulo (distrito de Tocantins)	1916
<b>Uberaba</b>	Santa Casa de Misericórdia	1854
	Asilo São Vicente de Paulo	1898
	Asilo Santo Antônio	1912
	Asilo Anália Franco	1919
	Orfanato Santo Eduardo	1920
<b>Uberabinha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
	Asilo São Vicente de Paulo	s/d
<b>Varginha</b>	Santa Casa de Misericórdia	1921
<b>Viçosa</b>	Hospital São Sebastião	1908
	Hospital Regional	1921
<b>Vila Bráz</b>	Santa Casa de Misericórdia	1908
<b>Vila de Cambuquira</b>	Casa de Caridade de Cambuquira	1921
	Associação das Damas de Caridade de Cambuquira	1923
<b>Vila Nova de Lima</b>	Hospital de Caridade	s/d
<b>Villa Paraopeba</b>	Santa Casa de Misericórdia	1906
<b>Vila Resende Costa</b>	Hospital Nossa Senhora do Rosário	1923